

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO**

**DIONATHAN DIAS KIRST**

**“QUANDO O PADEIRO SE ESQUENTA A GENTE PASSA A COMER VENTO”:  
UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA CATEGORIA PADEIRAL PORTO-ALEGRENSE  
(1913-1919)**

**SÃO LEOPOLDO  
2019**

DIONATHAN DIAS KIRST

“QUANDO O PADEIRO SE ESQUENTA A GENTE PASSA A COMER VENTO”:  
UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA CATEGORIA PADEIRAL PORTO-ALEGRENSE  
(1913-1919)

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em História  
pelo Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos —  
UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques Harres

São Leopoldo  
2019



## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho só foi possível graças ao apoio direto e indireto de muitas pessoas e graças também ao apoio governamental da CAPES. Em tempos em que a pesquisa acadêmica é hostilizada pela elite mandante, é uma mostra de que o ofício de historiador é importante para entendermos e criticarmos os mandos e desmandos do nosso país.

Como já dito, uma dissertação não se escreve sozinho. Durante esses dois anos tive o apoio de muitas pessoas. Eximo-os, no entanto, dos defeitos do trabalho. Estes são de minha inteira responsabilidade. Dentre as pessoas que mais contribuíram para a realização do trabalho, destaco a minha orientadora Professora Marluza Marques Harres. A inquietude e a fome de conhecimento motivaram extraordinariamente a pesquisa; as manhãs “bourdianas” influenciaram todos os alunos do PPG de História. Os apontamentos e críticas foram essenciais para o resultado final da pesquisa. Foi uma honra ser orientado por alguém com fome de saber e amor por ensinar e orientar.

Agradeço aos professores que compuseram a banca. Tive a oportunidade de ser avaliado pelas professoras Isabel Aparecida Bilhão e Clarice Gontarski Speranza, duas inspirações para a minha introdução aos estudos dos Mundos do Trabalho. A responsabilidade de apresentar um bom trabalho para duas referências da área foi empolgante. Agradeço ao terceiro membro da banca, Professor Paulo Moreira, que, além de um crítico batuta, foi o responsável pelo interesse em estudar os populares e suas ações.

O período de aulas cumprido foi intenso, mas proporcionou troca de saberes que auxiliaram na pesquisa. Pude conhecer novos colegas, como Andressa Rodrigues, Talita Alves, Camila Braga e Tiago Kieffer. Eles tornavam as aulas sempre mais produtivas e agradáveis com discussões, por vezes acirradas, dos textos.

Além disso, o laço de amizades com colegas da graduação se reforçou durante esses dois anos. Marina Camilo Haack foi companheira desde o processo seletivo até as nossas respectivas defesas de trabalhos finais. Vinicius Masseroni, mesmo não dividindo a sala de aula comigo, sempre tinha um texto a recomendar, além de ser o anfitrião de churrascos memoráveis. Maico Biehl foi, desde a graduação, um grande exemplo de colega e historiador para mim. E, por fim, a Barbara Darski, amiga de discussões, conversas e brigas. Ela sempre esteve junto compartilhando textos e lançando um olhar crítico aos meus apontamentos. Desejo que essa parceria dure décadas.

Agradecimentos também aos colegas de caserna, principalmente à tenente Arieli, que me concedia dispensas para que eu pudesse estar presente às aulas; o apoio dela foi fundamental

na etapa mais turbulenta do mestrado. Benedetti, Rodrigues e Neves, mais que companheiros de quartel, foram amigos sempre prontos a tornar o dia mais leve.

## RESUMO

O início do século XX no Brasil é marcado por um período turbulento quando os operários passam a exigir melhores condições de trabalho e vida. É nesse período que o movimento operário se consolida enquanto organização no país e o operariado passa a se unir através de suas organizações de categoria firmando-se como classe. Embora esse fenômeno tenha ocorrido em todo o país, o recorte espacial do presente trabalho restringe-se às ações ocorridas na cidade de Porto Alegre. Dentre as diversas categorias de operários porto-alegrenses, destacamos a categoria dos padeiros, pois se mostrou muito ativa no circuito de lutas, tendo um notável engajamento — através do Sindicato Padeiral — para a conquista e garantia de direitos e de melhores condições de trabalho. O objetivo desta dissertação é — através das greves e comícios realizados por tal categoria, e crimes que ocorreram em função das destas atividades de contestação — investigar como se desenvolveram as relações de trabalho na capital gaúcha entre os padeiros, a classe patronal e o Estado nos anos de 1913 a 1919.

**Palavras-chave:** Anarquismo. Padeiros. Porto Alegre. Greves. Trabalho.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 PROCESSO DE TRABALHO DAS PADARIAS DE PORTO ALEGRE.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Porto Alegre no início do século XX .....</b>	<b>25</b>
<b>2.2 O Trabalho nas Padarias em Porto Alegre .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2.1 As Funções nas Padarias .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2.2 O Processo de Trabalho nas Padarias .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2.3 Vigilância, Trabalho e Cotidiano .....</b>	<b>43</b>
<b>3 “IMPOR-SE SOBREPONDO-SE ÀS LEIS PELO TERROR”: AS AÇÕES DA   CATEGORIA PADEIRAL .....</b>	<b>63</b>
<b>3.1 Porto Alegre e seu ciclo de grandes greves operárias na Primeira República.....</b>	<b>66</b>
<b>3.2 A Questão dos Padeiros: .....</b>	<b>76</b>
<b>3.2.1 Os padeiros porto-alegrenses.....</b>	<b>81</b>
<b>3.2.2 A Construção das fissões.....</b>	<b>85</b>
<b>3.3 Crimes da Categoria Padeiral .....</b>	<b>93</b>
<b>4 “MEU ÚNICO CRIME É FAZER PÃO DIÁRIO”: O ESTADO E A CLASSE   PATRONAL.....</b>	<b>135</b>
<b>4.1 Estado .....</b>	<b>135</b>
<b>4.2 “Patrões Temerosos”: Os proprietários de Padaria de Porto Alegre.....</b>	<b>148</b>
<b>4.2.1 Quem eram os patrões?.....</b>	<b>153</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>183</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>192</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990 os estudos da História do Trabalho passam por uma modificação de enfoque. Nesse período constata-se um movimento de adequação das formas de análise devido a fatos contextuais como a burocratização dos sindicatos nacionais, a falta de organização, a combatividade da esquerda e a inexistência de uma organização operária em grandes grupos. Fatores que são bem diferentes das circunstâncias vividas na década de 1960 e 1970, quando governos ditatoriais se instalavam ao redor do mundo e as lutas ideológicas entre capitalismo e comunismo aconteciam de forma mais explícita.

Nos anos 1960, tínhamos no seio da História do movimento operário uma preocupação com grandes sínteses que expunham as condições de trabalho, e tudo ainda muito ligado ao campo da sociologia. Para Batalha (1998), essa análise acabava por dar grandes traços às características das classes operárias, principalmente pós 1930 — como a ausência de padrões de ação coletiva, de tradições e crenças de classe —, e terminava não avaliando as relações dos indivíduos, desconsiderando o fazer-se da classe operária. Essa ausência na análise é percebida e passou-se, então, a reconhecer os atores principais, sendo esses elementos atuantes no modo de produção. Podemos notar que a primeira forma de análise não é descartada, mas nela foram incorporados elementos que dinamizavam as abordagens tornando-a mais diversa e rica.

Somente nos anos 1980, a História do Trabalho passará por uma revisão auxiliada pelas Ciências Sociais, Antropologia e Linguística. “Desta forma alguns historiadores optaram pela pesquisa de outras questões, anteriormente irrelevantes, abandonando o estudo das práticas do sujeito revolucionário por excelência: Os trabalhadores e suas organizações” (FERRERAS, 2002, p. 52). A citação de Norberto Ferreras é, talvez, forte demais. Na verdade, o sujeito revolucionário não é totalmente abandonado na análise, mas passa a ser visto de outra forma, a partir das contribuições metodológicas e teóricas de outras disciplinas do conhecimento. Há também a inclusão de novos objetos de análise na História do Trabalho, novos temas, que atualmente continuam em pauta, como os estudos de gênero, trajetórias operárias, os negros no mundo do trabalho pré e pós-abolição e questões referentes aos trabalhadores rurais. Ou seja, nas últimas décadas tem a História do Trabalho “enfocado cada vez mais as características culturais peculiares por ela assumidas em diferentes contextos históricos, assim, como os processos simbólicos que perpassam o próprio processo de sua formação e reconfiguração” (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004, p. 11).



Com isso os estudos da História do Trabalho têm oscilado entre tendências renovadoras e estudos que analisam diversas categorias e objetos mais tradicionais como a análise de processos de trabalho, as características das organizações sindicais e as mobilizações conjuntas de diversas categorias. Em um segundo plano surge

“... uma grande quantidade de pesquisas sobre as minorias anteriormente esquecidas, práticas culturais marginalizadas, expressões religiosas que sobreviveram ou eram anteriores à industrialização, etc. [...] O interessante foi a passagem a-crítica de um paradigma para outro, passando a questionar furiosamente, ou esquecendo hoje, o que tinham feito ontem” (FERRERAS, 2002, p. 52)

Nos anos 90 os estudos irão tomar novo fôlego, através da modificação do enfoque houve uma revisão de conceitos clássicos, avaliando a cultura operária e questionando até mesmo o conceito de classe. Alguns estudos passaram por uma revisão e deram maior elasticidade a esse conceito, aceitando a diversidade no interior da classe operária. Claro que não se pode deixar o conceito classe de lado, ao refletir sobre essas novas análises e objetos temos que

“... enfrentar a difícil tarefa de articular a visão da classe operária como totalidade cultural consolidada, com práticas, símbolos e instituições próprias claramente diferenciadas, como na ênfase de Hobsbawm, com o desenvolvimento do processo cultural que institui a consciência de classe, processo esse marcado pela multiplicidade de experiências, pela flexibilidade dos costumes e pela circulação dos valores” (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004, p. 13)

A expansão de fontes também é notável. Observa-se a inclusão de depoimentos, de periódicos operários e de documentos administrativos de empresas. Sendo que essas fontes se mesclam com processos criminais e atas de reuniões sindicais, possibilitando, assim, a análise cada vez mais profunda sobre diversos temas. O uso, por exemplo, de periódicos operários — esses que são fontes inconstantes e com uma intenção ideológica de produção — requer o uso de outros documentos, contrapondo e sobrepondo pontos de investigação, e essa adição de fontes na investigação possibilita o aprofundamento da análise.

A qualidade e o volume da produção vêm apresentando um crescimento significativo. O campo de reflexão sobre a História do Trabalho avançou e impulsionou a pesquisa, e as abordagens se amplificaram. Para Batalha, há um acordo acerca do objeto da história operária, sendo que

“... a redução da história do trabalho ao operariado fabril é inaceitável, que seria necessário incluir trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais. Refletindo essa perspectiva, já há pesquisadores

da escravidão e do mundo rural que se identificam na história do trabalho. Entretanto, ainda há um peso majoritário de pesquisas sobre trabalhadores livres urbanos nesse campo” (BATALHA, 2006, p. 89)

Os recortes já não se limitam mais somente à classe social, foram englobadas questões de gênero, raça, etnia, havendo a tentativa de integração desses conceitos, e não uma análise individual de cada um desses aspectos. A história tradicional do trabalho dava ênfase a aspectos que unificavam o trabalhador, atualmente os temas “já não privilegiam esse ou aquele aspecto tendem a ter mais atenção com a diferença e com a complexidade da realidade” (BATALHA, 2006, p. 89). Esses pensamentos podem ser reforçados na afirmação de que em tempos mais recentes os historiadores incorporam em suas pesquisas referências ambíguas e dissonantes. As “tendências atuais da historiografia têm-se voltado cada vez mais para a diversidade, a divisão e os conflitos internos à classe operária” (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004, p. 13)

Há também uma mudança de temporalidade. O período de análise foi-se expandindo, tornando-se cada vez mais contemporâneo, e, simultaneamente, a expansão inversa também ocorreu, sendo ultrapassado o período de industrialização dos anos de 1880. Os locais e regiões pesquisadas se expandiram para além de Rio de Janeiro e São Paulo. Há intensa pesquisa sobre o Rio Grande do Sul, sobre todo o Nordeste e, recentemente, sobre o Amazonas, Pará e outros estados do norte do país.

É nesse contexto de renovação que a dissertação se insere. Nossa intenção é misturar tanto os objetos de análise tradicional como a investigação do processo de trabalho e de organizações sindicais e ir, ao mesmo tempo, avaliando aspectos do cotidiano operário através da investigação do trabalho e do cotidiano presente nele. Vamos analisar a relação laboral entre operários e também destes com os patrões.

O objetivo é fazer uma análise Social do Trabalho. Para que isso seja possível, temos que diferenciar o que é História do Trabalho e História Social do Trabalho. Repensar continuamente tais classificações ou recortes é fundamental e deve ser feito, pois, “sem isso, o conhecimento histórico seria como na historiografia tradicional, algo estabelecido de uma vez para sempre, ao contrário de uma permanente construção que tem por objetivo ampliar nosso entendimento da matéria histórica através de novas perguntas e pesquisas” (PETERSEN, 2016, p. 14).

Essa percepção ampliou a configuração no campo da pesquisa histórica, mas a ampliação criou ambiguidades, e isso, para Petersen, acabou facilitando denominar tudo de História Social, tornando assim um rótulo para diversas perspectivas de análise. Estamos

cientes de que a História do Trabalho não é um ramo da História Social do Trabalho. Para Hobsbawm, a História Social é uma tentativa de História total voltada para síntese, tendo como perspectiva a história de uma sociedade em um determinado estágio de desenvolvimento. Não podemos tomar História Social como um ramo particular de História, ela é uma perspectiva analítica que deveria estar presente em todo o tipo de História. Para Petersen, quanto mais específica a temática, mais difícil se torna analisar a partir da História Social. Afinal, ela preconiza: “a construção de um todo social significativo e hierarquicamente articulado que lhe dê sentido para além da superficialidade da visão imediata sobre um determinado tema, que a mera descrição não consegue ultrapassar” (PETERSEN, 2016, p. 18).

Para a autora, é necessário descrever amplamente o contexto sócio-político para se fazer uma análise social. Nossa intenção é mesclar o contexto sócio-político com a análise da categoria padeiral porto-alegrense.

Além disso, avançaremos para o campo da História Cultural quando formos descrever o processo de trabalho e o cotidiano dos estabelecimentos de panificação. Pois a cultura deve ser considerada uma categoria da vida social que se relaciona com a economia, com a sociedade e com a política, sendo também considerada um sistema de símbolos. Para Beatriz Moreyra (2008), deve-se rechaçar a automatização da cultura e ressaltar como ela está imbricada no contexto espacial e temporal. Portanto, ao investigarmos o cotidiano dos operários no ambiente de trabalho, vamos nos deparar com a cultura em que estavam inseridos. Afinal, cultura é — concordando com Chacón (2008) — um sistema, com ou sem caráter estratégico, que se identifica com um determinado e estabelecido código que se expressa através da linguagem, de símbolos ou fatos reais. Assim, qualquer forma de prática cultural significa basear-se em um conjunto de significados ou ações compartilhadas, como, em nosso caso, a convivência que acontece no processo de trabalho e se estende para os círculos de sociabilidade dos indivíduos, que também acabam se relacionando fora do ambiente laboral.

Neste trabalho faremos a análise da categoria padeiral porto-alegrense durante os anos de 1913 a 1919. A descrição do contexto acompanhará a análise de acordo com seu envolvimento com os fatos investigados, havendo temas como, por exemplo, a política positivista do Rio Grande do Sul e a atividade ideológica no movimento sindical — relacionadas diretamente com as ações da classe padeiral. Conceitos como Estado, política e outros assuntos adjacentes serão estudados à medida que estabelecerem relações com as ações dos padeiros. Procuramos entender os conflitos de trabalho nas padarias porto alegrenses como valores e normas no interior das padarias, estabelecendo também uma relação entre

esses embates e as lutas operárias que aconteciam no Estado do Rio Grande do Sul nos recortes selecionados.

Concordamos com Fontes quanto ao modo que devemos encarar a identidade do trabalhador, que é o de não ver um operário

“... disciplinado, alienado pelo capital, ou como força de trabalho. Tampouco trabalhadores rebeldes, revolucionários, em constantes lutas contra o capital. Entendemos que tais posturas concretizam projetos e experiências de vida nem sempre delineados e constantes e que não há um caminho reto a ser seguido” (2003 p. 21-22).

Cabe destacar que esse conceito de operário não tem o mesmo valor que o de um trabalhador industrial tal como conhecemos hoje. No período histórico trabalhado, as manufaturas caracterizavam-se por ser, em sua maioria, estabelecimentos de pequeno ou médio porte, e por ter o patrão sempre por perto, presente às atividades. A profissão ficava mais próxima a de um ofício do que a de um trabalho em uma linha de produção. O Brasil neste momento encontrava-se em um período de transição, havendo poucas indústrias de grande porte no Rio Grande do Sul.

Ver o trabalhador como um agente que influencia e é influenciado, torna-se fundamental para entendermos a dinâmica do cotidiano e de suas relações com outras categorias laborais, com patrões e com as políticas do Estado. Não queremos tomar partido na luta dos operários, mas analisar as ações e entender como elas se inserem na luta — negociações, ações violentas, táticas e estratégias — pela construção de direitos e leis que permitiriam um melhor ambiente e modo de trabalho. Essa análise não responderá a todas as questões sobre as condições dos operários e suas relações de trabalho, mas fornecerá aspectos importantes das lutas operárias e de suas conquistas no decorrer das primeiras três décadas do século XX.

O foco na análise da categoria de padeiros teve inspiração nos trabalhos publicados por historiadores sociais do trabalho como César Augusto Bubólz Queirós<sup>1</sup>, Isabel Bilhão<sup>2</sup>, Adhemar Lourenço da Silva Júnior<sup>3</sup>, entre outros autores. Essa categoria sempre era citada

<sup>1</sup> Ver em: QUEIRÓS, César Augusto Bubólz. **Estratégias e identidades**: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917/1919). Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2012. E especificamente sobre os padeiros ver em: QUEIRÓS, César Augusto Bubólz. “Não há pão, não há padeiro: não se abriu a padaria”: greves manifestações do sindicato padeiral em Porto Alegre. **História, Imagem e Narrativas**. n° 17, v. I, outubro/2013, p. 1-13.

<sup>2</sup> BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho**: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920). Porto Alegre: UFRGS. Tese de Doutorado. Ed. EDUEL, Londrina, PR, 2008.

<sup>3</sup> SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. **“Povo! Trabalhadores!”**: tumultos e movimento operário. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1994.

como muito engajada na luta por melhores condições de trabalho durante a Primeira República, aderindo e realizando greves, além de possuir uma organização notável para a realização de comícios, ações diretas, protestos e boicotes. Porém, não havia trabalhos específicos sobre a categoria padeiral e suas ações.

A categoria padeiral “frequentemente recorria a estratégias mais violentas em suas relações com seus patrões ou com operários que não aderiam às greves” (QUEIRÓS, 2013, p. 2). Além disso, não encontramos nenhum trabalho publicado que aprofundasse as ações e relações cotidianas e de trabalho dos operários com a classe patronal e o Estado. Por isso escrevemos a monografia de conclusão de curso em 2016<sup>4</sup>, inicialmente com objetivo de compreender as ações violentas da classe padeiral contra os proprietários de padaria que se negavam a conceder o descanso dominical aos empregados. Mas, no decorrer da pesquisa, foi impossível somente descrever as ações da categoria padeiral. Percebemos que os patrões também possuíam estratégias para resistir às propostas feitas pelo Sindicato Padeiral. A estabelecer tal análise verificamos uma potencialidade muito boa das fontes para aprofundar o entendimento e reflexão de como se davam as relações entre Estado, patrões e operários em Porto Alegre. Investigar a relação dessa tríade se torna justificável, pois tínhamos aqui no Rio Grande do Sul um governo com influência da ideologia positivista, que visava conservar a ordem e o desenvolvimento e progresso material.

Durante o levantamento bibliográfico, notamos que as ações da categoria padeiral na Primeira República carecem de produções que analisem de maneira mais profunda as ações desse grupo de trabalhadores na capital gaúcha, possibilitando-nos investigar um capítulo da construção das relações trabalhistas no Rio Grande do Sul nos primeiros anos de século XX.

Tal investigação se faz oportuna para entendermos as relações entre o governo, o movimento operário e a classe patronal diante das diferentes conjunturas da Primeira República durante os anos de 1913 a 1919, recorte estabelecido devido à forte atuação do sindicato dos padeiros, e a existência de crimes que se tornaram processos, possibilitado, assim, a análise desse período. A categoria possuía como principal reivindicação a folga dominical, tal constatação se dá devido a três processos criminais — envolvendo padeiros — guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). A análise dessas fontes é fundamental, pois, conforme Sidney Chalhoub (1986, p. 67),

---

<sup>4</sup> KIRST, Dionathan Dias. “**Amotinados Grevistas Padeiros**”: Ações da classe padeiral porto alegreense (1913-1914), 2016, 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2016.

“... ler processos criminais não significa partir em busca ‘do que realmente passou’ porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles ‘mentem’. O importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência.”

O uso dessas fontes se torna justificável devido à riqueza de detalhes dos depoimentos, o que permite ao pesquisador com um olhar aguçado perceber comportamentos e o funcionamento das relações trabalhistas em Porto Alegre na Primeira República. Além desses processos, localizamos no Livro de Indagações da Brigada Militar mais outra ocorrência criminal envolvendo padeiros<sup>5</sup> Ambas as fontes contêm inúmeros depoimentos de operários, patrões, agentes da Polícia e de cidadãos. No Livro de Indagações encontram-se os depoimentos dos envolvidos em crimes e desordens antes de se tornarem um processo criminal. Essa uma fonte muito atrativa, pois é nela que temos os primeiros relatos dos fatos ocorridos, tanto na voz das autoridades quanto na dos acusados.

Cruzar os processos com matérias de jornais, principalmente Correio do Povo e A Federação, permitiram-nos ter uma maior percepção do *modus operandis* dos atores analisados para aprofundar a investigação e tentar compreender, não totalmente, mas em parte, como eram estabelecidas as relações trabalhistas no referido período.

Durante os anos de 1913-1919 teremos uma grande influência anarquista no movimento operário de Porto Alegre, tal ideologia acaba por estimular ações de caráter mais violento. As dinâmicas de negociação também possuem uma característica denominada por José Murilo de Carvalho<sup>6</sup> de privatismo nas relações entre patrão e empregado, ou seja, há uma tendência a acreditar que o Estado pouco se envolvia nas relações trabalhistas nesse contexto. Estudos recentes mostram que havia, sim, interferência<sup>7</sup>. Nossa intenção é mostrar um pouco dessa relação, por isso torna-se fundamental analisar o Estado, os operários e a classe patronal.

Devemos considerar a ideologia política predominante no Estado. O Rio Grande do Sul foi governado pelo Partido Republicano entre os anos de 1892 a 1935, adepto à ideologia positivista, defendendo a incorporação do ‘proletariado à sociedade moderna’; contudo, também defendia que se devia ‘melhorar conservando’, ou seja, com esse conjunto de ideias podemos ver que o poder estatal ajudaria em certa medida os operários; porém, o *status quo*

<sup>5</sup> AHRS, Série Polícia, Livro de Indagações, Códice 33, 1916, Ofício 1364.

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>7</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **O Positivismo e a questão social na primeira república** (1895/1919). 2. ed. Curitiba: CRV, 2016. 172p.

deveria ser conservado. Essa “visão positivista era progressista e conservadora ao mesmo tempo, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social” (PESAVENTO, 1994, p. 67).

Para além da esfera estadual, o recorte temporal de 1913-1919 é bastante conturbado em nível nacional e mundial. Para o historiador Eric Hobsbawm<sup>8</sup>, o período de 1914 até 1945 é caracterizado como a “Era da Catástrofe”, tal conclusão do autor se dá devido à ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os dois conflitos acabam por influenciar e modificar o modo de viver de todos os países. Outro evento que certamente influirá diretamente na classe operária é a Revolução Russa, que ocorrerá em 1917, fundando a União Soviética. O socialismo soviético e o capitalismo norte-americano passarão a influenciar o mundo. Também influenciarão diretamente a classe operária do Rio Grande do Sul correntes de pensamento como o socialismo e o anarquismo, que serão conceitos-chave para entendermos as ações operárias.

A Primeira Guerra mundial influi diretamente nos movimentos grevistas a partir do ano de 1917.

“Entre os anos de 1914 e 1918, a Europa esteve envolvida em um conflito de dimensões mundiais que, por sua natureza e intensidade, acabou por afetar enormemente a vida cotidiana e países que sequer tinham se envolvido no mesmo. Apesar de o Brasil só ter oficialmente declarado guerra à Alemanha em 26 de outubro de 1917, quando o Presidente Venceslau Brás rompe com a neutralidade em função do afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, a influência deste conflito era sentida no dia-a-dia – para não dizer no bolso – dos cidadãos brasileiros.” (QUEIRÓS, 2007, p. 87)

A carestia causada pela guerra exerceria influência direta na organização dos populares por medidas que melhorassem as condições de vida de maneira geral. Isso ocorrerá em Porto Alegre durante a greve de 1917, quando os trabalhadores e a população farão críticas à carestia e solicitarão a diminuição de preço — além de uma taxa menor de importação — de gêneros de primeira necessidade para os países em guerra.

Em nível estadual teremos, durante o recorte selecionado, três greves gerais realizadas nos anos de 1917, 1918 e 1919. Como já ressaltamos, teremos um governo que, influenciado pelo positivismo, agirá diretamente e de diversas formas nessas paralisações. Afinal, tais eventos iam contra o progresso de forma ordeira pregado pelo PRR, sendo considerados eventos de ruptura da lógica do Estado, uma quebra da normalidade. Mas também são

---

<sup>8</sup> Ver em: Eric J. Hobsbawm. **A Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

representativos de um momento em que as forças de dominação (patronato e Estado) e as de resistência (operários) redefiniam suas relações. Durante o trabalho, veremos a influência dessas paralisações e como se davam as ações dos agentes que iremos investigar. Como nas greves, os conflitos que envolvem a classe padeiral nos ajudarão a perceber as estratégias de controle social e também de resistência. Com essa explanação percebemos que não podemos entender a postura operária sem entender as ações do Estado.

O período é bastante conturbado: encontramos o surgimento de um novo perfil de classe operária, e também uma classe de patrões que almeja o lucro e necessita se adaptar às novas necessidades dos seus funcionários. Esse período possui, particularmente, uma atividade operária notável, nele ocorreram três greves gerais do operariado em diversos estados do Brasil. Nesse contexto de clamor operário, os patrões, muitas vezes, realizavam negociações, ou eram intransigentes, solicitando auxílio policial ao Estado e sofrendo violência de seus funcionários. Os padeiros, nesse ponto, acabam se sobressaindo devido à quantidade de maneiras de pressionar e negociar com os proprietários de padaria e o Estado. Para melhor esclarecer, vejamos o relato de um patrão:

“... atos eram sorrateiros e certos: ora em animais, que amanheciam mortos com veneno nas manjedouras, arreamentos cortados, tentativas de *incendio*, casas a piche, e *agresões* aos que *trabalhavam*, cartas ameaçadoras; e como a *Portuguesa* fizesse *sahir* uma das suas carroças para a entrega do pão nos arrabaldes Tristeza e Cavallhada, essa carroça foi assaltada por indivíduos mascarados, inutilizando os pães, cortando o arreamento e incendiando a carroça.” (f. 4v)<sup>9</sup>

Por fim, tentaremos esboçar na esfera política uma posição conciliadora nas querelas entre empregados e patrões, sem alterar a ordem social estabelecida. Não podemos acreditar — e nossas fontes mostram isso — que havia essa privatização das relações de trabalho, e que o Estado ficava alheio aos conflitos laborais que ocorriam em Porto Alegre. Havia ações não somente com o objetivo de ‘incorporar o operário à sociedade moderna’, mas, também, de redefinir normas, ampliando a produção e estabelecendo critérios mínimos nas condições de trabalho. Podemos, assim, perceber que a visão do PRR diante disso é notável, pois ele interfere diretamente nas fissões entre patrões e operários, e, às vezes, como na greve de 1917, a interferência é em favor das classes populares. Durante o trabalho, pretendemos esboçar um pouco dessa política e da interferência dela nos eventos que nos dispomos a investigar.

Analisar de maneira mais detalhada as atuações desses agentes — operários, patrões e Estado — contribuirá para o campo da História Social do Trabalho, elucidando de forma mais pormenorizada as ações e as relações sociais em Porto Alegre, contrastando, assim, os

<sup>9</sup> APERS, Processo-crime, Porto Alegre, nº 526, 1914. Optamos por manter a grafia original.



métodos de atuação dos atores sociais. Além de um estudo de caso das ações da categoria padeiral, pretendemos descrever e investigar como se dava a luta por melhores condições de trabalho, bem como a execução das leis promulgadas durante o recorte temporal proposto. Estipulamos que estudar esse período nos mostrará as diferentes formas de ação não somente dos operários como também do Estado e da classe patronal.

Com isso, não basta apenas analisarmos os agentes, mas o campo jurídico que vai sendo construído com o tempo, e como ele passa a ser usado tanto por patrões como por trabalhadores. Por isso, torna-se útil uma análise das leis que surgiram no decorrer do recorte cronológico selecionado. Como já dito, a classe operária encontrava-se em um contexto de construção de sua identidade, o que também forçará o Estado e os patrões a mudar, interferir e adaptar-se a esse novo perfil de trabalhador.

Como fontes de pesquisa utilizaremos, principalmente, processos criminais que versam sobre os delitos da categoria padeiral e relatos que aparecem no Livro de Ocorrências da Brigada Militar. O Livro de Ocorrências era a forma de relatar acontecimentos e delitos ocorridos durante o serviço dos policiais em Porto Alegre, nele temos a oportunidade de ver as primeiras averiguações sobre crimes e os primeiros depoimentos dos envolvidos. Era nesse livro que os depoimentos dos envolvidos em ocorrências eram primeiramente guardados para, mais tarde, serem transcritos para o processo criminal. Conseguimos nesses materiais identificar três processos criminais envolvendo diretamente a categoria de padeiros. Os processos-crime encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e os dois livros citados estão disponíveis para consulta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Com os processos conseguimos analisar uma boa quantidade de depoimentos de padeiros envolvidos ou não nos crimes, e também de patrões que sofriam diretamente com as ações realizadas pelos padeiros. Conforme Grinberg (2009, p. 126), o “interesse em ler e analisar processos criminais veio justamente na expectativa de que flagrassem homens e mulheres, principalmente trabalhadores, agindo e descrevendo relações cotidianas fora do espaço do movimento operário, do lugar da fala política articulada”. Além disso, a autora ressalta que, ao se analisar “interna e externamente [os processos], entendemos sua dinâmica própria e, ao mesmo tempo, os cotejamos com outros documentos para chegar a conclusões mais amplas sobre o contexto histórico.” (GRINBERG, 2009, p. 125). Portanto, não basta apenas analisar as ações, mas também o cotidiano e o processo de trabalho. Cremos que os processos criminais são essenciais para descrevermos o cotidiano e as condições de vida dos padeiros porto-alegrenses.

As leis e os regulamentos que são redigidos por iniciativa da categoria padeiral e também do governo serão analisados, e o embate para a execução ou cancelamento dessas leis e regulamentos acabam esboçando aspectos da luta entre os agentes, além de traços do cotidiano de trabalho das padarias. Sabemos que esses regulamentos não podem ser tomados como expressão do funcionamento das padarias; porém, mostram-nos vestígios de um ideal de funcionamento. Entre as rígidas determinações, encontra-se um cotidiano de trabalho que é extremamente dinâmico, onde há a necessidade de integrar o grupo de trabalhadores. O regulamento será encarado com o valor de dois universos: o de uma ordem ideal projetada por proprietários e Estado, e o de uma ordem — consubstanciada na dinâmica do funcionamento efetivo da empresa — que é idealizada pelos funcionários. Como se pode perceber, o uso dos regulamentos envolve os três agentes de análise: o Estado, os patrões e os empregados.

Usaremos ainda como fonte os inventários encontrados de alguns donos de padarias na capital gaúcha. A partir desses documentos — feitos após a morte do indivíduo, e que “são valiosos testemunhos da vida material” (FURTADO, 2009, p. 107) —, pretendemos analisar os valores dos bens relacionados com as padarias, as dívidas que o proprietário deixou, além de realizar uma breve investigação dos bens totais, tentando entender melhor quem eram esses indivíduos.

Os jornais de maior circulação publicados na época do recorte selecionado serão usados como fontes auxiliares. O Jornal “A Federação”, principal veículo de informação do Partido Republicano Rio-Grandense, que comandava a política do Estado no período analisado, e o jornal “Correio do Povo”, que possuía uma larga tiragem e está disponível no Arquivo Municipal de Porto Alegre.

Essas fontes serão essenciais para mostrar as diferentes formas de ação e as intencionalidades que aparecem nos meios de comunicação. As relações entre os agentes também acabam se modificando, sendo primordial o uso dessa diversidade de fontes para a descrição dessas relações ora dinâmicas e conjuntas, ora desiguais e conflituosas.

Já ressaltamos que o trabalho será composto por uma análise social, a História Social, pois através dela é possível investigar e descrever

“... os modos de constituição de atores históricos coletivos ‘as classes os grupos sociais, as categorias socioprofissionais’, e de suas relações que conformavam historicamente as estruturas sociais. A relações entre estrutura (com ênfase na análise das posições e hierarquias sociais), conjunturas e comportamento social definiriam, assim, o campo específico a ser recortado” (CASTRO, 1997, p. 80)

Nessa área, a produção brasileira é bastante vasta quando dedicada ao movimento operário e aos mundos do trabalho<sup>10</sup>. Há reflexões que enfocam especificamente uma categoria laboral<sup>11</sup> e seus meios de ação na reivindicação de direitos. Há reflexões sobre as greves do movimento operário<sup>12</sup>. Há, também, outras temáticas que contribuirão para a análise, como a de História Política, tanto na questão do positivismo do governo do Rio Grande do Sul<sup>13</sup> quanto em sua relação com a classe patronal e operária. As ações políticas, tentativas de negociação com o Estado, serão analisadas a fim de investigar essas relações.

A História Social possibilita usar como problema o comportamento humano desde as estratégias de preservação do *status quo*, ou das greves e problemas populares, dando uma grande importância para a ação política. Concordamos com a perspectiva de Clifford Geertz (1978) de que toda ação humana é culturalmente informada, sendo assim, ela possui um sentido que advém do contexto social. É através da cultura compartilhada que os grupamentos humanos adquirem inteligibilidade nos comportamentos sociais. Cabe, então, ao pesquisador, “compreender o comportamento, opções e atitudes de pessoas culturalmente diferentes de si próprio e de ‘traduzir’ esta diferença para os códigos culturais da comunidade acadêmica. O esforço interpretativo de contextualizar culturalmente acontecimentos sociais, a princípio ininteligíveis” (CASTRO, 1997, p. 86-87).

Como faremos uma tentativa de desvelar o cotidiano e o processo de trabalho nas padarias, um autor que contribuirá para o trabalho é Michel de Certeau. No seu livro, *A Invenção do Cotidiano*, ele faz uma análise teórica detalhada sobre o cotidiano e os espaços de vivência populares. Nesse ponto o autor será de grande valia, pois realiza uma análise do espaço de vivência onde ocorre uma disputa de forças — forças querendo manter o funcionamento do sistema e outras não o aceitando.

Os populares normalmente se encontram na esfera que quer contestar o funcionamento do sistema. Para eles é possível utilizar-se dos veículos que tentam disseminar os preceitos dominantes, possibilitando, assim, um modo de ação dos dominados diante das imposições dominantes, em uma tentativa de reaver e conquistar novos espaços.

É nessa relação que se torna possível entender as maneiras de fazer; afinal, toda sociedade possui formalidades e práticas a que obedece. E há espaços em que essas características ficam latentes — um desses lugares é o ambiente de trabalho. Personagens que

---

<sup>10</sup> MATTOS, M.B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

<sup>11</sup> Ver os trabalhos de Marluza Marques Harres (1992), Ana Beatriz Loner (1996), Clarice Gontarski Speranza (2014) e César Augusto Bubólz Queirós (2012).

<sup>12</sup> Ver os trabalhos de Benito Bisso Schmidt (2002) e Silvia Regina Petersen (1992).

<sup>13</sup> Ver o trabalho de Nelson Boeira (1980), de José Murilo de Carvalho (1998), Gunter Axt (2011).

realizam feitos que ultrajam ou perpassam o jogo podem tornar-se objeto de análise possibilitando a investigação das táticas e burlas dos modelos práticos. Nesse ponto, dois conceitos de Certeau serão fundamentais ao trabalho: o de tática e o de estratégia. Com eles podemos entender melhor as ações dos agentes analisados, pois no espaço de trabalho “as estratégias são capazes de produzir mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los manipular e alterar” (CERTEAU, 1994, p. 92). Especificar as ações torna possível entender melhor as relações e esse espaço de jogo.

Para o autor, estratégia é

“... o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças” (CERTEAU, 1994, p. 99).

A estratégia tem o poder de impor o lugar ‘próprio’ do poder e do querer. Sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. Como vemos, a estratégia visa padronizar e definir tipos de comportamentos, mantendo assim a hierarquia que já se encontra consolidada.

O autor chama de tática “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha” (CERTEAU, 1994, p. 100). A tática não leva como premissa um projeto global, mas sim operar golpe por golpe. Ela “aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva [...] para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário” (CERTEAU, 1994, p. 101). É conseguir estar onde ninguém espera. É astúcia.

Podemos perceber que a tática é o meio de achar brechas no sistema para agir, ela é “a arte de ‘dar um golpe’ é o sendo de ocasião” (CERTEAU, 1994, p. 101), atravessando os modos de poder e agir imposto pelas estratégias. Nossa intenção com esses dois conceitos é delimitar e investigar as estratégias e as táticas tanto dos padeiros quanto do Estado e dos proprietários das padarias, na tentativa de explanar os jogos de poder nas relações de trabalho na Porto Alegre do início do século XX

Outro fator a ser trabalhado é o uso de meios violentos para reivindicações no meio operário. Conforme Adhemar Lourenço da Silva Júnior, “a violência não era, nessas categorias [de trabalhadores], a linguagem da desrazão e do desespero, mas componente de um código de honra masculina, e utilizado como meio na luta sindical, pouco diferente de outras” (2002, p. 109-110). Um dos objetivos do trabalho é partir do ponto de vista defendido por Silva Júnior, ou seja, avaliar o uso da violência não como algo impulsivo, mas estratégico/tático, e como as formas das ações violentas variam de acordo com a necessidade e o contexto onde se fazem necessárias.

Importante para compreender melhor o significado das paralisações e o uso da violência com os padeiros são as colocações de Pierre Bourdieu, que também relativiza o uso da violência e de sua legitimidade quando usadas em greves e em atos criminosos. O autor discute sobre o funcionamento do mercado de trabalho e o papel do Estado e da política nacional, que “têm como principal função a determinação dos direitos e privilégios dos empregados e a introdução da regularidade e da previsibilidade na gestão do pessoal e em tudo o que concerne ao trabalho” (BOURDIEU, 1983, p. 1). Para o autor, é fundamental entender o Estado para que possamos identificar as relações entre patrões, empregados e o próprio Estado.

Vamos buscar apoio nas concepções de Bourdieu para entendermos as ações simbólicas que se constroem durante o recorte cronológico selecionado. O período se caracteriza por uma construção de um campo jurídico sobre o trabalho e, para Bourdieu, a construção de um campo jurídico é fundamental para se entender os atores que analisaremos. Além de contribuir para a análise das ações operárias, também entendemos melhor a política do Estado do Rio Grande do Sul. Acreditar que o Estado somente reprimia as ações operárias seria uma ideia superficial. Entendemos que através de medidas legislativas o Estado tentava mediar os conflitos de trabalho.

É importante avaliar o campo jurídico, pois com as regulamentações inferimos que a construção desse campo interferiu diretamente no modo de agir dos três agentes analisados. A lei, para o autor, é um meio de fazer conhecer e reconhecer, e, através disso, distanciar interesses privados da esfera pública, as leis possuem certas intenções de quem as produziu. A partir disso poderemos entender melhor as intenções do Estado. Para o autor francês, é nítido que quando o Estado constrói seu campo jurídico é porque ele deseja se legitimar. Assim, o Estado no período analisado se insere nas relações de trabalho e quer ser ator atuante nessa relação. Por isso que deveremos analisar o uso de leis e regulamentos que interfiram diretamente no trabalho das padarias; afinal, nelas estão incluídas as intenções do Estado, as

reivindicações operárias e necessidades patronais. Entender essas relações é fundamental, pois é o que os torna agentes de suas ações, mas para isso precisamos entender o jogo em que estão inseridos, e é nesse aspecto que é possível “assumir a história coletiva do grupo, suas tradições, particularmente as de luta” (BOURDIEU, 1983, p. 3).

Devemos entender que o sistema de relação dos agentes é um ponto importante para elucidar as ações dos trabalhadores e compreender o funcionamento e a relação entre Estado, classe patronal e operariado, e que essa dinâmica

“Assume formas concretas muito diferentes dependendo do tamanho da empresa, mas também dependendo do ambiente social do trabalho (...) as maneiras do habitat são uma das mediações concretas entre a estrutura objetiva do mercado de trabalho e a estrutura mental e ao mesmo tempo a experiência que as pessoas podem adquirir com a luta. As relações objetivas que definem o campo de luta são apreendidas em todas as interações concretas e não apenas no lugar de trabalho.” (BOURDIEU, 1983, p. 3-4)

Queremos mostrar através dessa dinâmica relacional as interações de trabalho em Porto Alegre. Ao refletirmos sobre a complexidade das relações entre os agentes, nunca a trataremos como uma verdade absoluta. A legitimação da greve, a intransigência patronal, a violência empregada e as ações estatais serão estudadas sempre em relação ao sistema e contexto em que estão inseridas.

Outro autor fundamental para o trabalho será o historiador E. P. Thompson. Ele vê que as ações realizadas possuíam uma razão que as legitimava. Nas palavras de Thompson, “el que los hombres y las mujeres que constituían el tropel creían estar defendiendo derechos o costumbres tradicionales; y, en general, que estaban apoyados por el amplio consenso de la comunidad” (THOMPSON, 1987, p. 65). Essa intencionalidade das ações coaduna com as ideias de Bourdieu, sendo que não estamos falando somente da classe operária, mas também da intencionalidade das ações da classe patronal e do aparelho estatal. O historiador inglês vê que as multidões, grupos sociais, operários, entre outros, agem de acordo com seus interesses, possuindo intenções — claro que nem sempre as ações e as intenções ao serem executadas são concluídas com êxito, sempre há a possibilidade tanto de falha quanto de sucesso. Aqui o autor será fundamental, pois tentaremos mostrar as intencionalidades e execução das ações dos agentes, descrevendo parte das relações de trabalho do contexto analisado.

Um conceito que nos ajuda nesse ponto é o de economia moral. É nítido que a dicotomia entre a classe patronal e a dos padeiros incita ações e as justifica, fazendo-nos entender melhor as relações trabalhistas de Porto Alegre. Em suma, “una idea de las normas y obligaciones sociales, de las funciones económicas propias de los distintos sectores dentro

de la comunidad que, tomadas en conjunto puede decirse que constituían la ‘economía moral’ de los pobres. Un atropelo a estos supuestos morales, tanto como la privación en si constituían habitual para la acción directa” (THOMPSON, 1987, p. 66).

Assim poderemos compreender de forma mais abrangente o proletário e o ambiente em que está inserido. Nesse tipo de estudo, a investigação do sujeito mostrará que ele não possui apenas uma identidade, mas é ligado a várias faces, desde a de um operário revolucionário até a de um cidadão que reivindica melhores condições de trabalho, além de podermos inferir sobre como aqueles sujeitos se veem como grupo e indivíduos.

Ou seja, para investigarmos a relação de maneira ampla, vários aspectos devem ser analisados; afinal, quando ações são realizadas, denotam engajamento do grupo e, através disso, o próprio grupo pode mudar e passar a ser visto de maneiras diferentes por outros sujeitos e grupos. Para identificarmos quem eram os operários das padarias e também quem era a classe patronal, analisaremos como as duas classes, a partir de seu valor social, são reconhecidas. Temos ciência de que nem sempre as fontes nos fornecerão isso, mas, a partir dos vestígios cotejados, tentaremos descrever esses valores.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. No segundo, descreveremos a atividade rotineira nas padarias em Porto Alegre com o objetivo de mostrar o processo de trabalho dos estabelecimentos de panificação. Acreditamos que, ao desvelar esse cotidiano, poderemos entender as reivindicações da categoria dos padeiros porto-alegrenses. A partir dessa investigação, será possível ver como se dava a relação hierárquica dentro dos estabelecimentos, entre os empregados e também entre patrões e empregados. Analisaremos o processo de vigilância, além de explorarmos um pouco do cotidiano de uma categoria operária da capital gaúcha.

O terceiro capítulo descreverá as ações realizadas pela categoria padeiral. O período de 1913 a 1919 caracteriza-se por uma grande atividade do movimento operário nas principais cidades brasileiras. Descreveremos as lutas das categorias, com ênfase em ações violentas e greves, pelo descanso dominical e a jornada de trabalho de oito horas. Devido à intransigência patronal em aceitar essas pautas, havia atritos que geravam processos criminais, o que nos auxiliará na análise das ações de operários, de patrões e do próprio Estado, tornando possível uma descrição das relações de trabalho de Porto Alegre em uma época de efervescência e de uma notável organização do movimento operário.

No quarto capítulo investigaremos as ações do Estado e da classe patronal. Procuramos entender quais eram as estratégias usadas por esses dois agentes para negociar e impedir as ações mais violentas dos operários. Através de inventários poderemos traçar um

perfil daqueles que eram os donos das padarias, fazendo, com isso, uma análise mais pormenorizada desses patrões e de suas ações.



## 2 PROCESSO DE TRABALHO DAS PADARIAS DE PORTO ALEGRE

“Em Itaporanga, sim senhor; tenho uma padaria, pequena sim, mas rende. O senhor sabe: o pobre não passa sem pão.”

João de Mattos foi um padeiro líder de sua categoria no Rio de Janeiro, figura já estudada por Leila Duarte no livro *Pão e Liberdade*<sup>14</sup>, por Marcelo Badaró no livro *Escravidados e Livre: Experiências em Comuns na Formação da Classe Trabalhadora Carioca*<sup>15</sup> e por Luiza Helena de Carvalho em sua dissertação *João de Mattos: as aventuras de um padeiro na luta pela liberdade e pela dignidade da profissão (1876-1912)*<sup>16</sup>. A atenção dada ao padeiro João Mattos deve-se à singularidade de sua história, pois ela transita entre os processos de formação da classe trabalhadora e as lutas pela liberdade após o processo de abolição da escravatura. Período de difícil trato na historiografia, Chalhoub e Silva (2009) destacam que esse período é um Muro de Berlin historiográfico na análise da mudança do trabalho escravo para o trabalho assalariado, porém os autores afirmam que o “mundo do trabalho nem sempre foi uma mera amarra diluidora da ação operária, mas um elemento constitutivo de sua cultura e experiência” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 38). João Mattos pode ser investigado como um elemento de transição.

A história de João Mattos permite-nos ultrapassar a barreira cronológica de 1888, esse padeiro conta a história de sua categoria em um manuscrito — localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) — intitulado “Histórico de 1876 a 1912”.

João trabalhava no ano de 1876 em uma padaria do Rio de Janeiro, onde organizou um levante. Durante essa paralisação do trabalho, realizou-se uma fuga de trabalhadores escravizados dos estabelecimentos de panificação, sendo que os fugitivos já tinham em sua posse cartas de alforria falsas. João foi preso, mas acabou em liberdade. Após isso, foi para São Paulo e, em 1877, organizou novamente um levante tendo adesão de mais de 10 estabelecimentos. Em 1878 retornou ao Rio de Janeiro, organizando com mais companheiros

<sup>14</sup> DUARTE, Leila. **Pão e Liberdade**: Uma História de padeiros escravos na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Maud/FAPERJ, 2002.

<sup>15</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e Livres**: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

<sup>16</sup> CARVALHO, Luiza Helena. **João de Mattos**: as aventuras de um padeiro na luta pela liberdade e pela dignidade da profissão (1876-1912). 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

o Bloco de Combate dos Empregados em Padarias, tendo como lema “pelo pão e pela liberdade”. Esta agremiação chegou a ter mais de 1000 associados. Em 1880 foi feito um novo levante, dando fuga a escravos. João acabou novamente preso, mas foi absolvido.

Em 1888, João fundou outra associação, com o nome de Sociedade Cooperativa dos Empregados de Padarias do Brasil, para arrecadar fundos com o objetivo de comprar padarias e, assim, livrar-se dos patrões. Porém, a associação acabou no mesmo ano de sua fundação. Posteriormente, o líder padeiro fundou a Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padarias reunindo mais de 1000 associados, publicando também o jornal “O Panificador”. Essa sociedade possuía uma biblioteca e um centro educacional. Pela primeira vez aparecem as reivindicações da jornada de 8 horas de trabalho e do direito à folga dominical. É importante falar da trajetória de João de Mattos.

“O processo de formação de uma classe só pode ser compreendido a partir das condições objetivas que opõem, no processo da produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção, exploram os que nada possuem. No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e no bojo deste conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe. Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência, entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classe anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas.” (MATTOS, 2009, p. 3)

A trajetória de João perpassa a época de transição entre 1888 e o processo de formação da classe trabalhadora. Como Mattos (2009, p. 4) percebe, “não poderia ser estranho, portanto, que compartilhando espaços de trabalho, circulação, moradia e lazer, esses trabalhadores — escravizados ou livres — também compartilhassem valores, hábitos, vocabulário, experiências enfim, inclusive de organização e de luta, ainda que as diferenças entre sua condição jurídica criassem distâncias significativas”. João Mattos é um exemplo de sujeito que transita e que possui uma consciência notável. Seu relato é escrito no ano de 1934, quando já se encontrava em uma idade avançada. Para Luiza Helena de Carvalho (2009, p. 10), “é óbvio que neste jogo João Mattos avivou aquilo que considerava digno de recordar, tanto da sua história de vida, quanto dos próprios movimentos dos quais se engajou”.

Não nos cabe fazer uma análise da trajetória e das formas de escrita de João de Mattos, mas esse prelúdio e sua história nos mostram que as ações da categoria padeiral não se

iniciam e muito menos acabam em Porto Alegre. Tentaremos apresentar os estudos destes operários em relação ao seu processo de trabalho, sua relação com a cidade e o Estado.

## 2.1 Porto Alegre no início do século XX

A capital gaúcha no início do século XX era uma cidade em crescimento, tendo um largo aumento populacional entre as décadas de 1890 e 1910. Conforme o recenseamento da *Directoria Geral de Estatísticas*<sup>17</sup>, Porto Alegre possuía, em 1890, uma população de 73.674 habitantes, já em 1912 a população total era de 150.343, ou seja, mais que o dobro em apenas 32 anos. Esse crescimento muito se deve à industrialização da cidade. Conforme Aravanis (2010, p. 150), a industrialização do Rio Grande do Sul nesse período “situa-se em dois polos com feições bastante distintas, em Rio Grande e Pelotas”, e o segundo polo composto por Porto Alegre, Caxias do Sul e Vale do Rio dos Sinos.

Porto Alegre era composta por “indústrias de baixa tecnologia em geral manufaturas, empregando pouca mão de obra” (QUEIRÓS, 2013, p. 216). Havia muitos estabelecimentos industriais com pequeno número de operários com uma produção voltada ao mercado interno. A quantidade de trabalhadores também era pequena se compararmos com São Paulo nesse mesmo contexto, lá havia muitos imigrantes que procuravam emprego, fato que

“... proporcionou uma maior competição entre os trabalhadores pelos postos de trabalho. No Rio Grande do Sul, por sua vez, nas regiões de colonização recente, os imigrantes encontraram, durante décadas, acesso facilitado, e a constituição de um mercado de trabalho de proletários nesse Estado obedeceu aos ritmos de transformação do capital comercial das zonas agrícolas de colonização recente e da zona de pecuária.” (OLIVEIRA, 2007, p. 63)

No Rio Grande do Sul teremos uma oferta de mão de obra mais escassa, veremos que os padeiros não permaneciam muito tempo sem emprego em sua área, a concorrência era maior por trabalhadores do que por emprego. Já em São Paulo era o contrário, havia mais trabalhadores do que vagas de emprego, por consequência a concorrência se dava por oportunidades de trabalho.

As padarias da capital se encaixam muito bem nas informações acima citadas: eram estabelecimentos pequenos com um processo de trabalho ainda arcaico e, em sua totalidade, manual, possuindo pouco maquinário. Para entender a indústria de panificação e sua

---

<sup>17</sup> Fonte: População das Capitais dos Estados Unidos do Brasil (1890-1912): Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>, consultado em 19 Jan. 2018.

importância, teremos que traçar um breve panorama do modo de vida do operário na capital gaúcha.

Os operários contestavam os salários afirmando que eles eram baixos, quando não insuficientes. “Entre os anos de 1890 a 1910, muitos destes salários encontravam-se entre os valores de 2\$000 a 5\$000 réis diários” (ARAVANIS, 2010, p. 175-176).

Os padeiros recebiam em torno de 3\$000<sup>18</sup> réis diários, salários equilibrados com a média do restante do operariado. Mais adiante entraremos em maiores detalhes sobre a remuneração e da sua relação com as funções nas padarias. Com base em uma família de um casal e três filhos, o salário variava entre 52\$00 e 130\$00 réis mensais. A despesa principal era com moradia — uma média de 84\$645 réis. Conforme Rodrigues (2007, p. 21), em São Paulo “os alimentos mais consumidos pelo maior número de pessoas era pão, leite, arroz, feijão, massas, batata, ovos e queijo”. É possível notar que quando a renda crescia aumentava “o consumo de carne, enquanto o de pão e leite continuava no mesmo nível e caía o de feijão” (RODRIGUES, 2007, p. 22).

Se um padeiro trabalhasse todos os dias da semana, incluindo domingos, ele teria uma renda em torno de 90\$000, ou seja, o salário seria somente para sobreviver. Até mesmo os operários solteiros teriam problemas para se manter. “As pensões, locais em que muitos operários solteiros residiam, não eram baratas. Os valores oscilavam, em 1900, entre 50\$000 e 60\$000 réis mensais, com duas refeições ao dia, e entre 40\$000 e 50\$000, se apenas com uma refeição” (ARAVANIS, 2010, p. 180).

Na década de 30 a situação não é muito diferente: o operário qualificado recebia em torno de 400\$000; e o sem qualificação, 250\$000 mensais. Segundo o Departamento Nacional do Trabalho, estima-se que para a compra dos bens básicos (comida, vestuário e produtos de higiene) eram necessários 376\$600, ou seja, um orçamento apertado que levava outros membros da família a trabalhar em jornadas diárias que ultrapassavam 8 horas. Estima-se que 95% dos operários realizavam jornadas de mais de 8 horas<sup>19</sup>.

Como podemos perceber, os operários não levavam uma vida luxuosa, recebendo apenas para a sobrevivência. Quanto à alimentação, “a dieta alimentar da família proletária, em São Paulo, não apresentava muitas variações, estando concentrada em pão, farinha e cereais, apresentando-se escassa em frutas e verduras” (SILVA, 1990, p. 39). Entendemos que os hábitos alimentares estão essencialmente ligados ao poder aquisitivo da família, assim

---

<sup>18</sup> Jornal A Luta, Porto Alegre 06/01/1908, p. 2.

<sup>19</sup> Ver mais em: SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30**. 1. ed. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990. 151p.

sendo, a alimentação varia muito, e com baixos salários as famílias escolhem os produtos alimentícios mais baratos para o consumo.

A condição de sobrevivência a que os operários estavam submetidos tornava as relações entre as classes populares e a organização social tênues. A balança entre a ordem e a desordem era muito frágil. Uma elevação dos preços dos produtos alimentícios de primeira necessidade alterava substancialmente a condição de vida. Muitas vezes tais fatores levavam os operários a deflagrar greves. Após a crise de 1929, houve um grande aumento nos preços dos alimentos:

“... além do alto custo, padarias como a Brasil e a Garibaldi vendiam o pão abaixo do peso, chegando a cobrar 1\$200 por um suposto meio quilo, que de fato pesava 300 gramas. No Navegantes, operários deixavam de comer arroz pela alta, e ‘famílias inteiras viram-se obrigadas a suprimir o pão do seu café da manhã, substituindo-o por farinha de mandioca, que com ele misturam’. A própria qualidade da farinha deixava a desejar, pois sua má aparência e cheiro forte denunciavam que poderia se tratar de produto de safras passadas [...] Um *almoço operário* composto de pão, salame e café virava até mesmo tema de uma crônica publicada no *Correio do Povo*, visando sensibilizar a classe média e as autoridades da situação.” (FORTES, 2004, p. 289)

Nos trinta primeiros anos do século XX, a vida dos operários na capital era praticamente uma luta pela sobrevivência, sendo que a moradia e a alimentação tinham um grande peso no orçamento. A importância da presença contínua do pão na mesa do trabalhador é nítida. Podemos dizer que o trabalho do padeiro e a realização de paradas do trabalho influenciavam diretamente a qualidade da alimentação da população em geral; afinal, um elemento de consumo diário e com preço acessível ficava indisponível durante um tempo indeterminado.

## 2.2 O Trabalho nas Padarias em Porto Alegre

Como vimos, o pão é um alimento que está presente na mesa do operário tanto nos dias atuais como no início do século XX, sendo um produto alimentício que é consumido por todas as classes. Thompson (1987) já fazia a análise das revoltas de subsistência na Inglaterra do século XVIII e muitas delas ocorriam pelo aumento do preço da farinha, o que conseqüentemente encarecia a produção dos pães. Podemos ver que esse alimento diário já motivava agitações muito antes do contexto que será analisado. Neste capítulo veremos como se dava o processo de trabalho nas padarias da capital gaúcha. Achemos fundamental fazer o estudo do ambiente de trabalho no ramo de panificação para entendermos melhor as

reivindicações feitas pelos padeiros. Deixamos claro que não contextualizaremos as fontes criminais, jornalísticas e entrevistas usadas, pois as mesmas terão uma análise mais profunda nos próximos capítulos. Conforme aponta Harres (1992, p. 3), “a análise do processo de trabalho permitirá a apreensão dos mecanismos de controle e disciplina”. Para traçar o modo de trabalho das padarias usaremos jornais, processos-crimes, regulamentos e bibliografias que fazem análise da classe padeiral em outros estados brasileiros.

Além da investigação do processo de trabalho, avaliaremos como eram os sistemas de coerção e a disciplina de trabalho nas relações entre patrões e empregados. Tal análise é fundamental para a compreensão dos capítulos posteriores

Para Marx<sup>20</sup>, trabalho é a atividade na qual o homem emprega sua força para adquirir os meios de subsistência, sendo que o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, e ele regula e controla a troca material com a natureza por meio da ação. O homem põe em movimento as forças que pertencem à sua corporalidade — braços e pernas, cabeça e mão — para se apropriar da matéria da natureza numa forma utilizável para a sua própria vida e de forma intencional. Ao atuar, por este movimento, sobre a natureza fora dele e ao transformá-la, transforma simultaneamente a sua própria natureza. Além dessa transformação, o homem tem a capacidade de utilizar instrumentos e meios artificiais para realizar a ação nos meios naturais, os quais, em alguns casos, podem ser enquadrados como meios de produção. Os detentores desses meios de produção podem remunerar indivíduos para que, através de seu trabalho, produzam para esses proprietários. Esse homem que aluga sua força de trabalho não produz para si, mas para quem o emprega. Esse fato é bastante importante para entendermos o ofício dos padeiros.

Estamos cientes de que há uma clara diferença em relação a esse tipo de trabalho que estamos analisando; afinal, autores como Karl Marx e Eric Hobsbawn analisam setores industriais, e aqui estamos tratando do setor de serviços. Esse setor não pode ser analisado como o industrial, pois “a previsibilidade possível a nível industrial, onde todos os passos do processo de trabalho podem ser previamente determinados diminuindo-se ao mínimo a margem para os acasos e imprevistos” (HARRES, 1992, p. 3), não pode ser considerada no setor de serviços. No caso de produtos alimentícios há uma imprevisibilidade na produção — o tempo de validade é pequeno, deve-se produzir diariamente e as matérias-primas devem ser de qualidade para que a produção esteja a contento para o consumidor. Para Claus Offe (1991), cada setor ou demanda é um caso, sendo assim sujeito a inúmeras variáveis. Há uma

---

<sup>20</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

simultaneidade de produção e consumo — “a partir destas observações, [Offe] constata que a racionalização típica da produção industrial não poderia ser aplicada na produção de serviços, pois uma indeterminação marca esse processo de trabalho” (HARRES, 1992, p. 4). Tal indeterminação é crucial; afinal, as demandas de produção variam de acordo com a procura do produto, e a necessidade diária da confecção do produto, aliada ao fato de que a validade do material produzido é muito pequena, exige uma produção contínua, ou seja, a indústria de panificação necessita de um funcionamento diário.

Concordamos com Harres (1992, p. 5-9) quanto ao fato de que se deve levar em conta a iniciativa dos operários no processo de trabalho quando estão alocados no setor de serviços; afinal, não há uma linha de produção. O processo de trabalho dos padeiros é especializado. A qualidade do produto final depende muito do operário que o realiza, o que torna a permanência do trabalhador na padaria mais consolidada, pois ele não pode ser facilmente substituído por qualquer outro operário. Outro fator que dificultava a demissão e contratação de um novo padeiro é que o sindicato, até a década de 30, coordenará a indicação de padeiros para os estabelecimentos, fazendo o controle do mercado de trabalho<sup>21</sup>, possuindo até algo chamado de bolsa de trabalho, que visava ajudar nas necessidades dos trabalhadores da categoria sem emprego, além de coordenar e distribuir empregos temporários através das ‘pescarias’ — procedimento que em seguida será mais bem detalhado.

Com isso, o padeiro vendia sua força de trabalho, mas diferente da indústria, onde o capitalista detém os meios de produção e possui um controle do funcionamento do maquinário e da produção, na padaria “o controle do processo de trabalho era do padeiro. Era o padeiro quem preparava a massa, delimitava o ritmo de trabalho e organizava a produção. Era ele quem dividia as tarefas e o tempo em que cada uma devia ser feita” (FONTES, 2003, p. 40). O livro “*O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústrias da panificação e a legislação trabalhista em Belém*” de Edilza Fontes será de grande ajuda na investigação do processo de trabalho. Contudo, discordamos da autora quando ela diz que a padaria “não era uma unidade industrializada, era um processo artesanal já com o controle de produção pelo capitalista, que exercia controle contabilizando a mercadoria” (FONTES, 2003, p. 41). Em nossa concepção o ‘capitalista’ não possui esse controle, o padeiro tem domínio no processo de trabalho, sendo difícil para o proprietário monitorar tal fator. Afinal, o proprietário só detém a posse do maquinário, mas não o conhecimento para produzir o produto, se não há

---

<sup>21</sup> Sobre a gerência pelo sindicato padeiral sobre as vagas e indicações de emprego ver em: FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: A Classe trabalhadora Porto-Alegrense e a Era Vargas**. 1ª Ed. Caxias do Sul/RS: Editora EDUCS, 2004.

operários disponíveis para o trabalho, então não há produção. Se por algum motivo os padeiros resolvessem atrasar, diminuir ou paralisar a produção, não haveria distribuição por aquele estabelecimento.

Devido a esse domínio no processo de produção pelos padeiros, os donos dos estabelecimentos — que muitas vezes desconheciam o processo — precisavam ter operários de sua confiança para realizar a tarefa ou desenvolver métodos de controle e disciplina que possibilitassem a execução do trabalho em sua capacidade máxima. Por isso, torna-se necessário analisar o processo de trabalho e os desdobramentos a que essa investigação nos leva, o que possibilitará melhor entendermos as ações tanto dos operários de padaria quanto as dos seus patrões.

### 2.2.1 As Funções nas Padarias

Neste subcapítulo vamos mostrar quais eram as principais funções nas padarias de Porto Alegre, para isso usaremos a dissertação de Edilza Fontes sobre o processo de trabalho e de exploração dos padeiros no Pará nas décadas de 40 e 50, bem como os indícios que encontramos das funções exercidas nas padarias de Porto Alegre em processos criminais, leis e regulamentos e artigos de jornais. Como método para tal investigação, vamos aplicar o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg<sup>22</sup> — o autor propõe articular um método de conhecimento onde a análise se concentra na observação dos pormenores e das repetições ao realizar a investigação. Tentaremos, por meio dos indícios que a documentação nos dá, traçar as funções que existiam nas padarias de Porto Alegre.

Em seu trabalho, Fontes (2003, p. 38-49) lista apenas quatro funções nas padarias do Pará nas décadas de 40 e 50: padeiro e ajudante ou aprendiz de padeiro, forneiro e ajudante ou aprendiz de forneiro. Ao pesquisarmos processos criminais que envolviam os padeiros porto alegrenses, não encontramos menção de existirem ajudantes, mas ao consultarmos a entrevista do padeiro João Flores, conhecido como “Machadinho”, realizada por Alexandre Fortes em abril de 1993<sup>23</sup>, encontramos relatos evidenciando a existência de ajudantes.

Na entrevista, Machadinho afirma ter começado a trabalhar com 12 anos, entre os anos de 1916-1917, o que mostra que o sistema de aprendizado, como um ofício, era igual aqui no

---

<sup>22</sup> Ver em: GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>23</sup> A entrevista se encontra em anexo em: FORTES, Alexandre. **Buscando nossos direitos: Trabalhadores e organização sindical a Porto Alegre de 1933 a 1937**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994, p. 247-262.



Rio Grande do Sul e no Pará — todos os trabalhadores da padaria iniciavam o ofício como ajudantes. Conforme Edilza Fontes, os ajudantes tinham um serviço penoso, recebendo ordens de todos: “o ajudante recebia ordem do forneiro e do padeiro, sua relação principal era com os dois. O ajudante ia assimilando um código da arte que poderia ter sido resultado de uma relação harmoniosa com o padeiro, ou conflituosa, se o ajudante fosse imposto ao mestre masseiro” (FONTES, 2003, p. 45). Por ser iniciante, exercia todas as funções da padaria, sendo incumbido da limpeza do estabelecimento e do forno de madeira. Também ajudava na confecção da massa. Através do seguinte trecho da entrevista, podemos ter uma melhor percepção do que era ser ajudante:

“Fortes – Agora me diz uma coisa, o senhor tinha um aprendizado, o senhor começava como ajudante, não é? Pequeno ainda menino, depois de um tempo já podia ser considerado padeiro, aprendia o próprio trabalho?

Machadinho – Eu comecei como ajudante do Machado, depois eu me influía, porque naquele tempo (...) nós chegava seis da tarde na padaria e eu me encostava ali na mesa vendo os padeiros fazendo o pão eu gostava daí fui aprendendo, ne, porque eu queria mais um pouquinho, eu fui crescendo e já queria fazer uma farra né, fui indo, daí minha profissão era padeiro.” (FORTES, 1993, p. 251-252)

O padeiro entrevistado iniciou como aprendiz aos 12 anos. Lembramos que, como os rendimentos eram apertados, fazia-se necessário o trabalho de outros membros da família. O acesso e a forma de trabalho mudou a partir do Decreto nº 23.104 de 19 de agosto de 1933<sup>24</sup>, que regulava a duração e condições do trabalho na indústria de panificação, colocando no artigo 6º a seguinte condição: “Somente poderão ser admitidos nos serviços de panificação, empregados que possuam carteira profissional, expedida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” (BRASIL, 19/08/1933). Devido à necessidade da posse da Carteira Profissional de Trabalho<sup>25</sup>, somente trabalhadores com mais de 16 anos poderiam ser contratados pelas padarias.

Há outras funções existentes não citadas por Fontes na padaria além de padeiro<sup>26</sup>, ou mestre masseiro, e forneiro<sup>27</sup> — aparentemente há uma hierarquia entre os forneiros, pois há menção de existir um 1º e um 2º forneiro, sendo o 1º uma espécie de encarregado de confiança do patrão. Aparecem ainda a função de mestre<sup>28</sup> — também classificado como

<sup>24</sup> Decreto nº 23.104, de 19/08/1933, publicado no Diário Oficial da União de 23/08/1933, p. 16598.

<sup>25</sup> O Decreto nº 21.725, de 21/03/1932, regulamentado pelo Decreto nº 22.035, de 29/10/1932, instituiu a Carteira Profissional de Trabalho, sendo ela confeccionada para maiores de 16 anos e sem distinção de sexo, o documento garantia acesso a diversos direitos trabalhistas como seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Estabilidade após dez anos com o mesmo empregador entre outros.

<sup>26</sup> FONTES, 2003, p. 41.

<sup>27</sup> Idem nota 26 e em APERS, Processo-Crime nº 526, 1914, f. 7v.

<sup>28</sup> APERS, Processo-Crime nº 526, de 1914, f. 10.

encarregado —, a função de contador de pão<sup>29</sup>, a de repartidor<sup>30</sup> — sendo conhecido também como distribuidor ou carregador de pão —, a de quadrista<sup>31</sup> e a de fermenteiro<sup>32</sup>.

Como podemos perceber, para um estabelecimento de produção artesanal há muitas funções, o que indica o caráter especializado da profissão de padeiro. É claro que nem todos os estabelecimentos possuíam empregados para todas as funções, presumimos que os operários acabavam realizando mais de uma função.

Mas quais eram as atividades desses cargos nas padarias? O padeiro, o mestre padeiro e o encarregado eram responsáveis pela quantidade de ingredientes da massa, eles coordenavam o ponto em que ela deveria ser batida e, após isso, colocada nas formas, “o controle do processo de trabalho era do padeiro. Era o padeiro quem preparava a massa, delimitava o ritmo de trabalho e organizava a produção. Era ele quem dividia as tarefas e o tempo em que cada uma devia ser feita” (FONTES, 2003, p. 40).

Já o forneiro era responsável por assar o pão, como o forno era feito de barro era sua responsabilidade controlar a temperatura do fogo, a colocação, o tempo e quando o pão deveria ser retirado do cozimento.

“... o forneiro era aquele que mete o pão pra dentro do forno, *pro* pão cozinhar, aquele homem tem uma pá dele e tem o ajudante dele, ajudante de forneiro. Ele [ajudante do forneiro] coloca o pão na pá e o forneiro coloca o pão *pra* dentro, quando o pão já está cozido o forneiro tira e o ajudante põe no balaio (...) ele tem que ter um conhecimento de caloria do forno.” (FORTES, 1993, p. 250)

É claro que o forneiro poderia estragar o trabalho do padeiro deixando queimar propositalmente o pão. Devido ao aparecimento mais contínuo dessas duas funções, acreditamos que elas sejam centrais no processo de trabalho e funcionamento da padaria, conforme ressalta Edilza.

Porém, quanto à importância das duas funções, há divergência entre os relatos encontrados nos processos criminais e as colocações de Fontes. Fontes creditava ao padeiro o controle do processo de trabalho, sendo ele o único que alcançava o status de mestre na padaria. Já nos processos criminais por nós levantados, notamos que o mestre da padaria era muito próximo ao proprietário e um operário já com muita experiência no ramo, não sendo necessariamente um padeiro. O encarregado da padaria normalmente era o homem de confiança do patrão. Em um processo onde padeiros eram julgados por haver queimado

---

<sup>29</sup> Idem nota 28.

<sup>30</sup> APERS, Processo-Crime nº 526, f. 50 e em FORTES, 1993, p. 252.

<sup>31</sup> FORTES, 1993, p. 251.

<sup>32</sup> FORTES, 1993, p. 251.

carroças de um estabelecimento de panificação, o mestre se nega a designar seus subordinados para ações criminosas:

“... Antônio Machado [mestre da Padaria Fonseca], na véspera do incêndio, pelo telefone, dizendo que precisava de gente para um serviço – Antônio responde no interrogatório - eu só tenho homens para o serviço do patrão, e Lino disse-lhe venha que *voce* depois saberá, e como desconfiasse que se tratasse de alguma *violencia* contra os *proprietarios* de padaria, aconselhou-o *fasendo-lhe* ver que não estava de *accordo* com *violencias* e como o mesmo insistisse – largou o *phone* e retirou-se.”<sup>33</sup>

Como percebemos, o mestre ou encarregado, além de se negar a fornecer homens para atos criminosos, tem como dever aconselhar os seus subordinados quanto a que ações tomarem em relação aos atos violentos que ocorriam na capital. Sabemos que esse é um processo criminal e que os padeiros interrogados encontravam-se em um ambiente de coerção, porém, mais de um interrogado afirma que a resposta do mestre fora a negação da designação de homens para burlar a lei. Na entrevista de Machadinho temos mais uma confirmação de que o encarregado normalmente não apoiava os interesses da classe, mas os do patrão do estabelecimento de panificação, e que ele era um padeiro já experiente:

“Fortes – E esse mestre participava do sindicato também ou era de confiança do patrão?  
Machadinho – Mas tinha padaria que aquele homem era um gerente...  
Fortes – Um homem de confiança do patrão?  
Machadinho – Exato, esse homem era sempre vigiado pelos patrões, talvez nunca... nunca  
Fortes – Mas tinha alguns que tavam de lado...  
Machadinho – Tinham algumas padarias que esse mestre era nosso, dos padeiros, eu também *chegue* a ser encarregado de serviço, agora por último né.” (FORTES, 1993, p. 251)

Dentre as outras especializações havia o quadrista — responsável por pesar o pão, cuidando para que não se usasse massa demais e para que tanto o molde quanto o peso dos pães fosse igual. Cada pão tinha em média 200 gramas. O bom quadrista pesava o pão somente com a sua mão, sem auxílio de instrumentos.

O contador de pão era responsável pela contagem dos pães, separando a quantidade certa de pães que seria distribuído para a freguesia e também pelas encomendas destinadas aos estabelecimentos, além de fiscalizar a quantidade de pão feita diariamente. Em alguns casos essa função era realizada pelo próprio proprietário ou por um funcionário de confiança. A encomenda de pães era comum em Porto Alegre — exemplificada no caso de Rioswaldo,

<sup>33</sup> APERS, Processo-Crime nº 526, Porto Alegre, f. 11v e 12.

que foi preso ao estragar 400 pães que estavam sendo levados para uma banca do Mercado Público da cidade<sup>34</sup>.

O fermento era responsável pela confecção do fermento, que aumentava a massa, “o fermento era fabricado pelos padeiros. Já na fabricação do fermento o padeiro da época se autoafirmava e mostrava sua arte. Afinal era uma função muito específica e especializada a arte de fazer fermento” (FONTES, 2003, p. 34), pois para ele ser produzido eram usadas seis marcas de ácido. Conforme Cabral Filho (2004. p.139), o fermento possuía como ingredientes “ácido tartárico, levedo de cerveja, sal, açúcar, creme e cevada”. Não sabemos precisar quando se iniciou o uso do fermento químico, mas tal fato faz a ‘arte’ de fazer o fermento se perder. Notamos que a introdução do maquinário tira muito do valor da profissão do padeiro, pois cada vez mais o controle do processo de trabalho fica distante do domínio do operário. Mesmo sem precisar quando o fermento químico começou a ser usado, notamos que nos jornais “A Federação” e “Correio do Povo” há menções e propagandas de fermento chegando aos domicílios da população em geral, conforme charge abaixo.



Figura 1 - Charge sobre o uso do fermento caseiro. In: AHPA, Correio do Povo, Porto Alegre, n° 291, de 19/12/1933, f. 11.

A charge acima mostra uma mulher negra exibindo, ao fazer um bolo, o uso do fermento. Interessante também na imagem é que a mulher negra possui o aspecto de empregada doméstica. Essa é uma charge que delega o trabalho doméstico a negros. Apesar da diferença temporal grande em relação ao fim da escravidão, perdurava a ideia da submissão dos negros e do seu lugar nos trabalhos braçais. Traço esse não somente percebido em charges, mas também na literatura: o escritor Monteiro Lobato, na obra “Sítio do Pica Pau

<sup>34</sup> APERS, Porto Alegre, n° 442, 1914.

Amarelo”, cria as personagens Dona Anastácia e Tio Barnabé — ambas negras sujeitos às ordens de Dona Benta, a branca dona da casa. Tais personagens sempre são tratadas como pessoas de pouca inteligência e recebendo ordens para serviços pesados do sítio.

Nas funções de carregador, repartidor ou distribuidor de pão, há diferenças entre os padeiros gaúchos e os paraenses. No Pará, o padeiro, além de coordenar e participar do processo produtivo, saía às ruas para fazer a distribuição dos pães, o que proporcionava uma proximidade com os populares e a criação de uma freguesia. Devido ao fato de o padeiro distribuir pão, “percebe-se a valorização da profissão e um controle do seu produto (...) havia ainda um espaço na profissão padeiro e forneiro que permitia o produtor comercializar parte de seu produto desde que pagasse uma cota desta comercialização ao panificar pelo capital emprestado” (FONTES, 2003, p. 47).

Em Porto Alegre, pelo que percebemos, os padeiros não faziam a distribuição de pães, havendo até um sindicato intitulado “O sindicato dos Repartidores de Pão”<sup>35</sup>. Pensamos que a profissão de distribuidor, por estar afastada do processo de confecção do gênero alimentício, não era vista como integrante direto do processo de trabalho da padaria, havendo assim discordâncias com a classe padeiral. Notamos que, nos processos criminais, os distribuidores de pão não são identificados como operários da padaria, mas como contratados de forma temporária, desconhecendo até mesmo os operários que trabalhavam nos estabelecimentos a que prestavam serviço. Conforme Machado, o sindicato dos padeiros inicialmente não aceitava os repartidores, “quando fundaram o sindicato, o sindicato não aceitava lá os anexos a ele, não fosse o padeiro não podia se associar” (FORTES, 1994, p. 252). Podemos notar que dentro da categoria de repartidores há uma divisão também dos que possuem vínculo com o estabelecimento de trabalho, dos repartidores que realizam a distribuição por meio de balaios e dos que a realizam através de carroças.

Havia dois tipos de repartidores na capital: os que entregavam as encomendas nos estabelecimentos solicitantes e os distribuidores que vendiam o pão pelas ruas. Os segundos levavam o produto em balaios com capacidade de até 300 pães, ganhando uma comissão entre 20 e 30% do valor vendido no dia. Percebemos haver essas duas modalidades quando, no processo de prisão de Rioswaldo, a Padaria Italiana, ao realizar uma encomenda para a banca de Salvador Mancuzzo, que ficava no Mercado Público, tem seus pães estragados no momento do transporte para o estabelecimento solicitante. As encomendas eram entregues utilizando-se balaios carregados individualmente, ou usando-se carroças puxadas por muares.

---

<sup>35</sup> Inclusive esse sindicato delibera de forma paralela com o sindicato dos padeiros, e em certos casos discordando das paralisações dos padeiros. Ver em: AHPA, Correio do Povo, Porto Alegre, nº 280, 03/12/1933.



Vendedor de pães cartão postal português do final do século XIX

**Figura 2 - Imagem de um entregador de pães português em um cartão postal. In: BLANC, Claudio; SOUSA FILHO, Francisco Pereira de. Tempos de Luta e de Glória: A História do Sindicato dos Padeiros de São Paulo (1930-2010). Ed. Sindicato dos Padeiros de São Paulo, 2013. p. 48.**

Além dessas funções, localizamos vestígios de uma oportunidade para os padeiros que estavam desempregados, uma função denominada de ‘pescador’. Conforme Machadinho, o pescador era

“... um homem avulso, um homem que não é empregado de ninguém, ele é autônomo, quer dizer o senhor precisa de mim para varrer este quintal eu vou (...) pescador é o meio mais fácil de se arrumar um serviço, ‘O que é que você vai fazer?’ – Vou fazer uma pescaria, fulano tá doente e eu vou trabalhar no lugar dele”.

(FORTES, 1994, p. 254)

Percebemos que a ‘pescaria’ ocorria de dois modos, a primeira de forma autônoma, ou seja, o operário saía para buscar uma ocupação e ganhar o pagamento de um dia de trabalho. A segunda era através do sindicato. O Sindicato Padeiral possuía um controle de seus associados, tanto dos empregados como também daqueles sem ocupação — padeiros sindicalizados que chegavam a Porto Alegre ainda sem emprego, ou operários que haviam sido demitidos. O sindicato possuía uma bolsa de trabalho através da qual indicava operários a

padarias com deficiência de pessoal. Se a padaria aceitasse, o sindicato contatava o operário e ele cumpria um dia de trabalho, ganhando a diária referente a sua função. Na greve ocorrida no período que inclui 1933 e 1934, em uma tentativa de acordo coletivo de trabalho, os pescadores aparecem nas condições impostas pelos operários para a volta ao trabalho. Há também menções à bolsa de trabalho mantida pelo sindicato no 11º e 12º artigos propostos pelos operários:

“11º) O sindicato dos Operários em panificação mantendo, como mantem, uma Bolsa de Trabalho para os seus associados desempregados, fornecerá para as chamadas ‘pescarias’ operários, os quaes perceberão o salário-hora a razão de 1\$250 (mil e duzentos e cincoenta réis) para os ‘quadristas’, 2\$000 réis (dois mil réis);

12º) Os salários-hora estipulados no item anterior compreende-se para 8 (oito) horas de trabalho, sendo que as excedentes deverão ser pagas com adicional de 20%.”<sup>36</sup>

Ainda sobre a bolsa de trabalho, Fortes (2004, p. 258-259), aponta que

“A bolsa trabalho servia como mecanismo para distribuir entre pares e, a partir de critérios definidos, as vagas de trabalho disponíveis, evitando que a competição individual pudesse prejudicar o poder de barganha coletivo.

A entidade adotava, também, mecanismos mutualistas para oferecer respostas complementares a problemas que afetavam a existência dos trabalhadores. Com relação a própria questão do desemprego, se a bolsa proporcionava a gestão das vagas existentes, essas eram, em muitos momentos, insuficientes, o que levou a iniciativas como a constituição da Caixa de Auxílio aos Desempregados. A questão da mutualidade, estrito censo, ocupava, porém, pequeno lugar na pauta de atuação sindical dos padeiros, cuja orientação central se direcionava pela estratégia combinada de controle e gestão do mercado de trabalho e de luta por direitos.”

Nesse ponto começamos a perceber que o sindicato dos padeiros possuía muita influência, até mesmo nas vagas de emprego; afinal, ele fazia gestão do mercado de trabalho da categoria. Esse controle mostra a força da entidade e sua influência sob seus associados, Nos processos criminais o sindicato dos padeiros sempre é citado como influenciador das paralisações da categoria. Podemos ver isso nesta citação retirada do Livro de Indagações da Brigada Militar:

“Mais um *attentado* praticado a liberdade do trabalho e a propriedade, foi levado a efeito na madrugada de 16 as 2 horas de segunda-feira, **por um grupo de padeiros, que há *trez annos* d’esta parte *d’esde* Maio de 1913, com o maior menos prezo a Lei e completo *desrrespeito* a Justiça, vem trazendo em *sobresalto* a população *d’esta* Capital pelos *actos* de vandalismo praticados por indivíduos que entenderão congregar-se em uma associação denominada “*Syndicato Padeiral*” e impor sobrepondo-se pelo terror as Leis que garantem a liberdade individual o trabalho e a propriedade, invadindo estabelecimentos *commerciaes*, espancando empregados, *ateiando* fogo a carroças, envenenando *animaes*, inutilizando pelo iodofórmio e o *kerozene* as massas de fabrico, e pães já fabricados, lançando**

<sup>36</sup> AHPA, Correio do Povo, Porto Alegre n° 281, de 05/12/1933.

bombas *dynamite* aos fornos das padarias, e quando a polícia os enfrenta investem contra os *policiaes* a golpes de adaga e a tiros.”<sup>37</sup>

Além dessa imagem da instituição, há esse controle do mercado de trabalho que contribuía para a valorização da profissão — como se tratava de um trabalho especializado, o sindicato tinha a noção de quem estava desempregado e disponível para realizar uma pescaria. Estimamos que não havia muitos indivíduos com a devida experiência para atuar como padeiro, pois encontramos nos processos-crimes padeiros acusados mais de uma vez de agirem diretamente em atos violentos; porém, sempre estão empregados em diferentes estabelecimentos. Um exemplo é Ítalo Lena, que é identificado como secretário e depois presidente do sindicato, e aparece em dois processos-crimes, mas nos dois consta como empregado da Padaria Parussini em 1913 e da Padaria Sul América em 1916. Mesmo tendo envolvimento nas reuniões sindicais, Ítalo ainda encontra emprego na capital. Podemos inferir também que, devido a sua posição, que aparenta ser de influência no sindicato, as oportunidades de emprego eram ofertadas de preferência a ele; mas é inegável que, mesmo sendo associado à imagem de desordeiro, Ítalo não ficava por muito tempo desempregado devido a sua qualificação profissional, mesmo que fosse causar problemas nos estabelecimentos onde trabalhava. No próximo capítulo detalharemos melhor quem eram esses empregados, e como o sindicato mediava as relações de trabalho e ações da categoria.

Na imagem abaixo — propaganda de um refrigerador —, vemos a ilustração de um distribuidor de pães. Essa sequência não deve ser exatamente como os distribuidores realizavam seu trabalho, mas podemos concluir que era rotina em Porto Alegre haver distribuição de pães feita por indivíduos a pé ou em carroça puxada por muares, como constam nos processos criminais.

---

<sup>37</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar nº 20, Códice 33, 1916, Ofício 1364, f. 1. Grifo nosso.



COMPANHIA ENERGIA ELÉTRICA RIO GRANDENSE  
 Departamento Comercial  
 Rua dos Andradas, 1223  
 Telephone 441

**O NOVO DE LUXO**  
**E O NOVO "JUNIOR"**

QUAL DOS DOIS SISTEMAS PREFERE?

O antigo, pelo qual o intermediário trazia à porta os alimentos, em vasilhas e expostos ao pó e ao detrito da rua, ou o moderno pelo qual o consumidor pode adquiri-los, com economia, directamente do fornecedor?

O Refrigerador conserva os alimentos sem nenhuma alteração nociva à saúde, que o calor e a humidade provocam.

O Refrigerador General Electric tem as suas paredes esmaltadas assegurando a higiene perfeita de seu interior cujo ambiente frio e seco é controlado automaticamente, mantendo dentro da zona de segurança, os alimentos em perfeito estado de conservação.

É o sistema mais perfeito, economico, pratico e salutar.

Figura 3 - AHPA, Correio do Povo, Porto Alegre, nº 280, de 03/12/1933.

### 2.2.2 O Processo de Trabalho nas Padarias

Ao iniciarmos os estudos sobre as ações da categoria padeiral porto-alegrense, deparamo-nos com duas reivindicações constantes e que aparecem de 1906 a 1934: a implantação da jornada de trabalho de oito horas diárias e a folga aos domingos. Nos próximos capítulos mostraremos as ações e greves da categoria em torno dessas reivindicações. Contudo, para entendermos o porquê das paralisações e ações violentas, teremos que investigar como era o processo de trabalho, entender isso nos facilitará a inserção das ações dos padeiros no período que nos propusemos analisar.

Em Porto Alegre, até a década de 20, o processo de trabalho nas padarias era artesanal. A introdução de maquinário, que possibilitaria a diminuição da carga horária de trabalho e também de operários empregados nos estabelecimentos, ocorreu na década de 30. Conforme já salientado, usaremos a análise de Edilza Fontes sobre os padeiros do Pará, lá a introdução das máquinas ocorre entre as décadas de 1940 e 1950. O primeiro item que aumentava a produção era a masseira, que batia a massa mais rapidamente que o muque dos operários. A masseira substituiu o processo de bater a massa a muque. “Ela diminuiu o tempo de fazer pão, mas era o padeiro que continuava fazendo o pão” (FONTES, 2003, p. 39). Tomamos cuidado ao compararmos o processo de trabalho dos padeiros gaúchos com o dos paraenses; afinal, os

dois estados possuem diferenças tecnológicas, geográficas e de contexto, além do recorte temporal ser distante, como já mencionamos.

Nossa intenção ao desvelar o processo de trabalho é mostrar a experiência cotidiana e a exploração que ocorria. Como já vimos, a profissão de padeiro era passada de um operário para outro, sendo que sempre se iniciava como um ajudante, e apenas com dois anos de experiência deixava-se de ser ajudante para ocupar uma função na padaria e, por consequência, ocorria um aumento salarial. Mas quais eram os horários da jornada de trabalho? Como trabalhavam? Como era feito o pão, sendo que às 3 ou 4 horas da manhã ele já deveria estar pronto?

O domínio do processo de trabalho era dos padeiros. Como eram eles que confeccionavam toda a massa, detinham o controle da produção. Esse fato será importante para analisarmos as relações dos operários de panificação com seus patrões. Mesmo que o estabelecimento e o maquinário fossem de posse do proprietário, sem o padeiro para realizar a confecção do pão o material em si era inútil. Os padeiros eram responsáveis por fazer a massa, o fermento, assar os produtos, distribuí-los conforme a demanda do estabelecimento e o ritmo do processo de trabalho. Conforme ressalta Fontes, “o saber o quanto de trigo colocar na masseira da água e sal dependia do padeiro. Não havia uma receita igual para o pão” (FONTES, 2003, p. 39).

A jornada de trabalho normalmente iniciava às 18h e só acabava às 12h do outro dia. Em seguida, poderemos ver que uma das reivindicações dos operários era que o horário de confecção de pão passasse a se iniciar aos domingos somente a partir das 22h. Esse início do processo de trabalho às 18h pode ser confirmado quando José Maria Garcia depõe a favor de seu empregado Rogério, afirmando que “Rogério entrou das 6 as 7 horas da tarde, não mais *sahindo, sinão* quando *recebeo* a intimação”. A intimação foi entregue às 7 horas da manhã.

A jornada se iniciava às 18 horas com a peneira do trigo. A massa era feita em cima de uma tábua de madeira cujo tamanho era de 3 metros de comprimento e um de largura. No decreto nº 23.104, no 15º artigo, inciso 1º, letra ‘f’ é imposto que as mesas de manipulação “terão os pés de ferro e o tampo de mármore ou granito”. Após a peneira do trigo, era iniciado o processo de fabricação do fermento — o fato de fabricar esse material mostrava a especificidade do trabalho do padeiro —, eram inseridos ácidos que provocavam a reação química que posteriormente faria a massa crescer. Com a introdução da câmara termorreguladora, o tempo de descanso do fermento diminuía, tornando o processo mais rápido; afinal, o tempo de descanso da massa era acelerado com o aquecimento, diminuindo o

tempo de descanso da massa. Do modo artesanal o fermento necessitava descansar em torno de 2 a 3 horas; com a máquina, em 30 minutos estava no ponto.

A peneira do trigo era responsabilidade do ajudante; e o fermento, do padeiro. Após misturar o fermento com a massa, ela descasava por pouco tempo. Era, então, adicionada água e ela era sovada novamente. Colocava-se, a seguir, mais água, banha, sal, açúcar e o trigo que fora peneirado pelo aprendiz. No inverno a massa era feita mais mole e no verão mais dura, pois o tempo de descanso nas duas estações era diferente. Devido ao calor do verão a massa crescia mais rápido em relação ao inverno. Era o padeiro quem detinha o controle do tempo de descanso da massa e se haveria a necessidade de adição de farinha. Após a preparação da massa, ela era batida “a muque”. Fazer “a muque” era bater essa massa somente usando a força física. “Só a experiência ensinava o ponto em que a massa estava boa quando ela ficava ‘linguenta<sup>38</sup>’” (FONTES, 2003, p. 35).

O padeiro “passava óleo na masseira e ia ‘rimpando a massa’<sup>39</sup> aos pedaços. Passava três a quatro vezes o mesmo pedaço. No muque” (FONTES, 2003, p. 35). Era o padeiro que dizia quando a massa estava boa. “Depois deste processo a massa ia descansar. Se era tempo quente ela subia mais rápido. Devido a oscilações de temperatura, o tempo de descanso da massa variava de 3 a 4 horas; era necessário ir olhar, tocar, para perceber se a esponja baixava” (FONTES, 2003, p. 35). Depois de pronta, a massa era cortada em pedaços com um peso aproximado de 200 gramas. “O padeiro tinha o peso na mão. Era cortando e tirando para três homens sovarem” (FONTES, 2003, p. 36). “Sovar era fazer uma bola de parte da massa. Era bulir pedaços de 200g de massa em cima da mesa, usando as duas mãos. Sovava-se com a mão direita e com a esquerda. Exigia-se uma certa habilidade” (FONTES, 2003, p. 36). O contador era quem vigiava se os pães possuíam o tamanho certo e se a produção da padaria possuía uma regularidade. A diminuição na quantidade de pães produzidos poderia indicar preguiça dos empregados; o aumento repentino era visto como uma oportunidade de desvio das matérias-primas e do produto final. Em Porto Alegre, nos processos, há indícios de que a contagem do pão era realizada pelo proprietário, que costumava chegar ao seu estabelecimento ao término da primeira fornada, por volta das 4 horas da manhã. Era ele quem contava, distribuía os pães para os repartidores e fazia a fiscalização do peso e da qualidade do pão.

---

<sup>38</sup> Linguenta era um ponto de massa mole que possibilitava o padeiro batê-la na mesa, sendo de responsabilidade do padeiro dizer o ponto certo da mistura. Inferimos que algumas expressões usadas por Edilza Fontes seriam expressões usadas somente no Pará e não em Porto Alegre, contudo não podemos confirmar tal fato.

<sup>39</sup> Ver nota 40.

Sovar e fornar eram as tarefas mais difíceis do processo de trabalho, e o padeiro fazia os dois. As tábuas eram cobertas com farinha torrada. As bolas de massa eram arrumadas na tábua pelos ajudantes. Esperava-se de 15 a 30 minutos, e iniciava-se o ‘tender’, que era modelar o pão, função essa do padeiro e do ajudante. Tudo feito rapidamente, pois às três da manhã o pão deveria estar pronto.

“O processo de modelar o pão era feito junto com arrumação destes pães nas tábuas. Enquanto se preparava cinco tábuas, o forneiro começava a puxar carvão de dentro do forno e as cinzas. Este trabalho do forneiro era feito com o rodo” (FONTES, 2003, p. 36). Enquanto o padeiro preparava a massa, o forneiro já ia esquentando o forno, “a experiência do forneiro era o que media a temperatura, pela cor (...) Na hora de fornear era que o corte do pão era dado. Fornear era o processo de colocar e retirar o pão de forno” (FONTES, 2003, p. 37).

Inicialmente o forno era de barro, bastante rústico. O controle da temperatura e do ponto do pão era dado pelo forneiro, ou seja, era de responsabilidade dele a boa execução do cozimento. Com a modernização dos fornos foi possível programar a temperatura e o tempo em que o produto permanecia assando. Podemos notar que, com a introdução do maquinário, o domínio do processo de trabalho e também a especificidade da profissão vão diminuindo, tirando do padeiro o papel central de agente de criação na padaria. Edilza pressupõe que a introdução do maquinário, além de acelerar o processo, também é uma estratégia para desqualificar a figura do padeiro. A máquina torna o trabalho mais leve:

“... a contradição está em liberar de um trabalho extremamente cansativo os trabalhadores, retirar dos mesmos, parte do controle do processo produtivo, transferindo aos poucos este controle ao dono do capital (...) É a modernização do capital que ao ir se estabelecendo nas padarias implica em perda de grande parte da autonomia dos trabalhadores e na desqualificação da mão de obra (...) percebemos que a máquina é bendita e maldita.” (FONTES, 2003, p. 53).

Edilza relata que a profissão de forneiro era muito perigosa. O operário permanecia exposto a constantes mudanças de temperatura, permanecendo ao lado do forno para acompanhar o cozimento dos pães e também saindo à rua para buscar madeira. Essas constantes exposições resultavam em doenças respiratórias. Não podemos saber quais doenças afetavam os padeiros aqui no Rio Grande do Sul, mas a longa jornada de trabalho, a exposição a altas temperaturas, oscilações entre frio e calor, principalmente no inverno, e a pouca higiene dos ambientes de trabalho resultavam, certamente, em doenças.

O trabalho iniciava-se às 18h para que às três horas da manhã a massa pudesse ir para a mesa para ser cortada e modelada. Até as 4 horas e 30 minutos o pão já deveria ser passado para os distribuidores. A preparação para o pão da tarde se iniciava às 7 horas da manhã, a

massa era preparada até as 10 horas. Ao meio dia, enquanto o pão assava, os instrumentos eram limpos. “Este horário não era fixo, podendo ocorrer modificações na hora de entrada. O padeiro poderia começar o serviço a partir das 20 horas até as 6 horas do dia seguinte, sem descanso, ou das 6 horas às 12 horas e das 14h30 min às 20h ou da 1h às 13h” (FONTES, 2003, p. 99).

Esses horários podem ser confirmados, pois os ataques aos distribuidores na noite de 10 para 11 de agosto de 1913 aconteceram no fim da madrugada. A paralisação e o impedimento da distribuição força o dono da padaria Italiana, o senhor Antônio Baptista Beirão, a sair para distribuir os pães de carroça, sofrendo cinco tentativas de assalto. Há também o caso do fiscal da Padaria Garcia, Arnaldo Prado, que, ao sair para distribuir o pão, já que os outros empregados não haviam ido trabalhar<sup>40</sup>, também sofre assaltos e perseguições durante o percurso. Esses eventos ocorrem em torno das 4 horas da manhã, ou seja, a distribuição coincide com os relatos realizados por Edilza.

Já percebemos que as jornadas eram longas, e os padeiros possuíam pouco tempo de descanso. Como o pão é um produto que deve ser feito diariamente, há a necessidade de trabalho diário do padeiro de segunda a segunda. É nesse ponto que as reivindicações da classe padeiral entram em foco. Temos uma jornada de trabalho longa, um processo de trabalho bastante especializado, exigindo trabalhadores experientes e que aguentem extensas jornadas de trabalho. Cabe ressaltar que não havia turnos de trabalho, a jornada era feita pelos mesmos funcionários, os turnos só viriam a acontecer após a década de 30.

### **2.2.3 Vigilância, Trabalho e Cotidiano**

Já podemos perceber que as jornadas de trabalho dos padeiros porto alegrenses eram longas, e que a profissão era hierarquizada e exigia um grau técnico que aliava tempo de trabalho e experiência na função. Com o processo de trabalho descrito detalhadamente acima, poderemos fazer uma investigação sobre os desdobramentos que dele decorrem. Neste subcapítulo pretendemos dissertar sobre as consequências da hierarquização da profissão. Essa forma de organização que havia nas padarias era explorada pelos proprietários e também pelos empregados, os primeiros para vigiar, e os segundos para organizar manifestações e ações contra os estabelecimentos. Ressaltaremos as características de quem trabalhava nessas

---

<sup>40</sup> Ambas informações estão em: A Federação, Porto Alegre, n° 185, 11 AGO 1913, f. 5.

padarias, a questão da etnicidade será abordada, a da vigilância e a do controle e disciplina do no ambiente de trabalho.

Como já ressaltado, os padeiros integram o setor de serviços, sendo que a confecção dos produtos nas padarias deveria ser feita diariamente; contudo, essa rotina não pode ser dada como natural — imprevistos podem ocorrer, tanto por motivo humano (doenças, problemas, familiares, paralisações propositais etc.) quanto do maquinário que auxiliava o padeiro no processo de trabalho.

A questão da hierarquização das funções pode ser analisada como um desdobrar do processo de trabalho; afinal, nelas temos a organização do processo de trabalho, e também o método de inserção e ensino da profissão. Fontes (2003, p. 32) lista 3 formas de ser inserido na arte de fazer pão:

- 1 – A entrada na padaria se fazia pela mão do pai, mestre masseiro ou forneiro;
- 2 – A entrada através do mestre masseiro ou pelo forneiro que conduzia rapazes, filhos de amigos;
- 3 – A entrada a convite do proprietário da padaria, o qual fazia uma busca no interior do Estado arregimentando rapazes dispostos a trabalhar.

Não encontramos evidências de padeiros com grau de parentesco dentro das padarias porto alegre. Além disso, ajudantes não são listados nos processos criminais, o que dificulta saber quem eram esses indivíduos iniciantes na arte de fazer pão. Também não há menções nas fontes pesquisadas de como se dava a inserção na padaria. O padeiro aposentado entrevistado por Fortes, Machadinho, relata que iniciou como aprendiz aos 12 anos, que com essa idade “achava muito lindo” o ofício de fazer pão para a população e foi encaixado para trabalhar como aprendiz para um tal de Machado, e foi aí que ficou conhecido como Machadinho. Ou seja, há possibilidade de haver introdução de ajudantes, conforme relata Edilza, porém, outros meios, como a própria iniciativa de um indivíduo, também poderiam levá-lo a aprender o ofício. No inquérito sobre a invasão da Padaria Pelotense, encontramos indícios de aprendizes que moravam no estabelecimento, sendo que esses trabalhadores eram menores de idade, ou possuíam uma idade menor em relação aos outros empregados:

“ANTÔNIO RAMOS FONTOURA, com 20 anos, solteiro, cor mixta, **residente na Padaria Popular**, onde é empregado.”<sup>41</sup>

“JOSÉ VARGAS, com 19 anos, solteiro, padeiro d’este Estado, filho de Mauricio Vargas (falecido) e Dona Anna Vargas, sabendo ler e escrever, empregado na ‘Padaria Sul America’, situada à rua General Telles N.38, residente a rua Alvaro Chaves N. 22.”<sup>42</sup>

Notamos que a maioria dos depoentes, quando declaram morar no estabelecimento, não se intitulam padeiros, mas empregados das padarias, traço esse que pode revelar serem aprendizes, por isso ainda não se identificavam como padeiros. Esse inquérito é bastante útil devido às informações que contém, nele consta que a maioria dos trabalhadores da Padaria Popular moravam no estabelecimento. Ainda não podemos informar se os patrões cooptavam menores no interior para trabalhar em seus estabelecimentos, mas essa era somente uma possibilidade. Afinal, como já demonstrado, muitas famílias necessitavam que seus filhos trabalhassem. Se esses menores fossem empregados nas padarias, não residiriam no estabelecimento, mas com suas famílias. Portanto, as formas de moradia reforçam a possibilidade de cooptação de menores do interior e também de órfãos.

Nenhum depoente se identificou como aprendiz. Mas esse detalhe — de não se denominarem padeiros — pode ser um indício da importância de permanecer um período nessa função. Como já vimos, a estrutura da profissão é bem rígida; afinal, os carregadores não eram considerados e nem se consideravam padeiros, muito devido ao afastamento do processo de produção da panificação. Isso mostra que havia uma valorização pela própria categoria do que era ser considerado padeiro.

Ao investigar as funções hierarquizadas dos estabelecimentos de panificação, constata-se que o profissional deveria adquirir bastante experiência antes de ser considerado apto a operar como padeiro ou forneiro; além disso, desenvolve uma rede de sociabilidade entre seus pares devido ao cotidiano de vivência com outros colegas de profissão. Essa hierarquia reforça a especificidade da profissão — o operário não poderia ser facilmente substituído por outro que não possuísse o treinamento necessário. Contudo, essa hierarquia possui pontos que contribuem para o controle e vigilância desejada pelos empregadores. Concordamos com Harres (1992), que, ao trabalhar com a Viação Ferroviária do Rio Grande do Sul (VFRGS), pôde mostrar que quanto mais havia especificidade na atividade profissional, mais fácil se tornava exercer o controle sobre os operários. A partir de certos cargos, os patrões da empresa

<sup>41</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Códice 33, Inquérito 191, de 1916, f. 16.

<sup>42</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Códice 33, Inquérito 191, de 1916, f. 9-10. Grifo nosso.

delegavam poderes de vigilância e controle para determinados empregados – na maioria das vezes, àqueles que já possuíam a confiança do empregador:

“Os fiscais e os condutores de trens estavam encarregados do comando e do controle sobre o processo pessoal que trabalhava nos trens. Entre os requisitos exigidos para o exercício destes cargos sobressaía a confiança e a obediência (...) estes funcionários eram incumbidos de instruir e controlar o pessoal sob suas ordens para que executassem os serviços em conformidade com as instruções em vigor na Viação Férrea.” (HARRES, 1992, p. 40)

Como vemos, os próprios operários vigiavam seus colegas. Normalmente operários de mais confiança das chefias eram imbuídos de tais atividades. Isso facilitava o controle dos patrões na execução de tarefas; afinal, eles não necessitariam estar presentes a todo momento para evitar que os operários burlassem o processo de trabalho. É compreensível que esse fato – o de atribuir um cargo de liderança e vigilância a um operário que também está presente no ambiente de trabalho – pudesse resultar em efeitos reversos: as relações de amizade com os companheiros de profissão geralmente se sobrepujam às obrigações de cobrança do fiscal, “a distância que a escala hierárquica de cargos tentava instituir entre chefes e subordinados era quebrada no cotidiano de trabalho. Laços de solidariedade se estabeleciam entre os empregados pautando de modo mais diverso a relação entre eles” (HARRES, 1992, p. 94-95).

Segundo Harres,

“A experiência e conhecimento das chefias imediatas sobre os serviços era condição fundamental para o andamento dos mesmos, pois só assim podiam orientar e controlar o que ia sendo realizado. Isto é, criava a possibilidade de uma integração bastante intensa entre as chefias imediatas e os trabalhadores, o que podia ser perturbado com as pressões e exigências exercidas pela Direção.” (HARRES, 1992, p. 68)

Como observa Foucault a respeito da vigilância, “seu funcionamento é de uma rede de relações de alto e baixo; mas também até certo ponto de baixo para cima e lateralmente; esta rede sustenta o conjunto e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros sendo perpetuamente fiscalizados” (FOUCAULT, 1989, p. 49). Como defende Foucault, vemos que ao designar um operário como encarregado de fiscalizar o processo, não o abstém de ser vigiado e cobrado, pelo contrário, ele passa a ser visto de maneira mais atenta pelo empregador. Outro autor que vem ao encontro dessa estratégia patronal é Pierre Bourdieu, que afirma que “uma das sutilezas da relação de forças dominantes/dominados é que nesta luta os dominantes podem utilizar a luta que ocorre entre os dominados” (BOURDIEU, 1983, p. 199). Claro que essa estrutura hierárquica é diluída no dia a dia; afinal, estamos analisando uma unidade produtiva artesanal, onde há uma proximidade entre o patrão e os empregados,



havendo, assim, não somente laços laborais, mas de amizade e desavenças entre empregados e trabalhadores.

Como vemos, quem é encarregado de vigiar passa a ser vigiado também, o que amplia a impressão de controle sobre o processo de trabalho. Essa disciplinarização do trabalho acaba refletindo o esforço dos patrões em neutralizar a resistência dos empregados.

Nas padarias porto alegrenses, percebemos que havia encarregados de fiscalizar, e a hierarquia era muito usada para isso: os empregados mais velhos, com mais experiência e que possuíssem a confiança do patrão eram os encarregados de monitorar o andamento do processo de trabalho. Esses fiscais ficavam responsáveis pela vigilância dos empregados. Como os turnos eram longos, perpassando a madrugada, eram imbuídos de manter os empregados dentro do estabelecimento, possuindo até mesmo a chave para abri-lo às 4 horas da manhã para o início da venda de pão. Machadinho relata que também foi um encarregado, mas isso somente quando já estava quase se aposentando: “eu também cheguei a ser encarregado de serviço, agora por último” (FORTES, 1993, p. 251). Outro fator favorável aos proprietários, nessa hierarquização e nomeação de fiscais e encarregados, é que se torna mais fácil culpabilizar os indivíduos, pois há um responsável no estabelecimento, com isso os laços de solidariedades forçam os padeiros a se manter disciplinados para evitar que o mestre da padaria seja demitido devido à incapacidade de disciplinar seus subordinados.

Outro desdobramento do processo de trabalho que pudemos perceber durante a investigação diz respeito ao tempo de permanência na padaria. Devido ao longo processo de confecção dos pães, os padeiros passavam grande parte do tempo no estabelecimento. Como produziam pães das 18h ao meio dia do outro dia, havia muitos intervalos devido à necessidade de se deixar a massa descansar. Nesse período, o que o patrão fazia com o empregado? Afinal, se o empregado saísse, poderia deixar a massa passar do ponto causando atraso no serviço. Havia ainda a possibilidade de o empregado sair e não retornar. Um dos principais motivos de os empregados não voltarem ao trabalho seria o consumo excessivo de álcool.

Nos processos criminais há inúmeros relatos de consumo de bebida alcoólica em grupos ou por costume. Há também relatos referentes à frequência a locais de prostituição, a visitas amorosas a companheiras e à participação em jogos em bares. O consumo do álcool aparece muito durante os processos:

“Antônio de Barros, 39 *annos*, solteiro, porteiro do Hotel Becker e *alli* residente disse; que, no dia 6 vindo de Caxias hospedou-se no quarto N. 43 o Cidadão Galdino Medeiros, *sahindo* a tarde, pagando as *despezas* dizendo que ia embora, a **noite**

**porem voltou com mais *trez* companheiros já embriagados isso quase uma hora da madrugada**, hospedando-se no quarto N.24 e pela manhã Galdino *accordando-se* tarde e tendo perdido o trem *encomodou-se* com os companheiros tendo havido forte alteração entre Galdino e os *trez* companheiros.”<sup>43</sup>

Outras citações sobre o uso de bebida alcoólica aparecem — Leopoldo Silva, preso em flagrante por matar um colega que trabalhava durante uma greve, constantemente era acusado de abusar do uso de bebida alcoólica. Ao cometer o delito, Leopoldo se esconde em uma casa de prostituição, entregando a arma do crime para Magdalena, mulher que, ao depor, declara-se meretriz. No processo criminal, Leopoldo Silva é citado como um usuário de bebida alcoólica, porém essa citação vem sempre acompanhada das qualidades de bom funcionário do padeiro acusado, ou seja, o álcool, ao invés de denotar um comportamento degradante, acaba sendo usado como atenuante do acusado.

Lembramos que até hoje esses comportamentos são comuns aos populares, e que a prática social de beber é permeada de um conjunto de valores, representações e organizações sociais. Conforme Neves (2003), essas práticas possuem peculiaridades em cada sociedade, grupo ou cultura que as elabora em momentos e lugares propícios para sua realização. Um historiador que tentou compreender o cotidiano dos trabalhadores e populares no Rio de Janeiro foi Sidney Chalhoub (1986). Segundo Chalhoub, hábitos como o uso da bebida alcoólica e a permanência em bares são tidas pelas autoridades como uma afronta à ‘ordem’.

A nova sociedade que a classe política adepta ao positivismo desejava, agora, em pleno processo de afirmação do trabalho assalariado, deveria ter o trabalho como um valor supremo da vida em sociedade. É claro que esses estabelecimentos de comércio não possuíam como único objetivo a compra e consumo de bebidas, também eram “centros cotidianos da vida social no espaço urbano, [sendo] essenciais para a economia doméstica das famílias populares, servindo aos taberneiros como fiadores de gêneros diversos, usurários e compradores das pequenas produções familiares” (MOREIRA, 2009, p. 90).

Mais à frente veremos que a política do Partido Republicano Rio-Grandense tentava através da ideologia positivista formar uma identidade do trabalhador, visando à manutenção da ordem da sociedade, havendo, assim, uma forte repressão contra a ociosidade, a vadiagem, o consumo de bebidas alcoólicas e contra a mendicância.

Essas práticas cotidianas não eram reprimidas fora do período de trabalho pelos proprietários de padaria; contudo, durante a madrugada, enquanto a massa deveria descansar, os patrões não gostavam que os empregados saíssem do estabelecimento. Só foi possível notar

---

<sup>43</sup> APERS, Processo-Crime, n° 256, Porto Alegre, f. 11. Grifo nosso.

isso a partir do que mostra Edilza Fontes, já que, nos processos analisados, resquícios disso aparecem muito rapidamente.

Para evitar que os padeiros saíssem dos estabelecimentos, os patrões possuíam uma prática de controle que consistia em trancar a porta da padaria para que, na hora em que a massa estivesse descansando, os padeiros não abandonassem o local, prática encarada como uma forma de restringir a liberdade dos padeiros e seu direito de ir e vir. “Há uma desconfiança do patrão em relação aos trabalhadores, um reconhecimento da falta de controle do processo produtivo e o receio do abandono do trabalho pelos padeiros à noite e a perda da massa” (FONTES, 2003, p. 85).

Ainda, segundo Fontes,

“... os padeiros na verdade têm a noção que o tempo da *estanca* da massa, ou seja, o tempo de espera para dar o ponto, então o patrão não poderia exigir a permanência destes na padaria mesmo porque não paga por este tempo (...) o patrão não confia nos seus trabalhadores e tentava imobilizá-los para controlar sua produção pela coerção.” (FONTES, 2003, p. 85)

A reclamação dos padeiros era a de que seu direito de ir e vir não era respeitado, além de ser perigoso permanecer trancado em um estabelecimento que possuía um forno aceso, havendo a possibilidade de incêndio e conseqüente morte dos trabalhadores enclausurados. Encontramos vestígios dessa prática nos processos criminais, como no caso em que a chave do estabelecimento ficava de posse do cocheiro, que tinha ordens para abri-lo somente às 4 horas da manhã. José Maria Garcia, proprietário da padaria Garcia, relata que “sua casa é fechada as 10 horas da noite e aberta as 4 da madrugada; que *seu* cocheiro Sérgio de Oliveira, é quem fica com as chaves”<sup>44</sup>. É evidente que nem todo estabelecimento mantinha seus operários enclausurados, e isso por vezes acabava por gerar situações inusitadas, como no caso do padeiro Alcebíades Gomes da Silva, empregado da Padaria Jaguarense, que, às 23 horas do dia 30 de maio de 1916, ao embriagar-se, foi, acompanhado de mais dois indivíduos, provocar seu antigo desafeto, Aristovam, e acabou sendo esfaqueado. Após receber atendimento médico, o padeiro retorna à Padaria Jaguarense, onde, além de empregado, era residente<sup>45</sup>.

O longo tempo de permanência nos estabelecimentos de panificação criava novas reivindicações, como a de maior higiene nas padarias. Em pelos menos duas greves vê-se o pedido de que seja instaurada uma comissão que supervisione e cobre uma maior higiene nos

<sup>44</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, f. 8v.

<sup>45</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 101, 01 Maio de 1916, f. 7.

estabelecimentos. Na greve de 1913 e na greve de 1923 aparecem pautas sobre a higiene dos estabelecimentos. Inicialmente achávamos que essa reivindicação por ambientes com maior higiene era somente solicitada devido à fabricação de pão; mas, ao investigarmos o processo de trabalho, acabamos por descobrir que os padeiros permaneciam muito tempo no ambiente de trabalho, inclusive dormindo nele.

Não podemos afirmar com certeza, mas é provável que a greve instaurada em janeiro de 1923 influenciou a publicação de um “*acto*” municipal<sup>46</sup> que versava sobre a fiscalização sanitária das padarias com o objetivo de evitar que a falta de higiene causasse “*damnos*” a população. Nessa publicação vemos sinais de atendimento a demandas feitas também pelos padeiros, como a existência de locais que tinham por objetivo o descanso dos operários e até mesmo que serviam de moradia para os mesmos. O 5º artigo do “*acto*” impõe a instalação de local apropriado para as refeições e descanso dos empregados. O artigo 6º determina que “os dormitórios e moradias serão independentes do edifício da padaria e estarão sujeitos às posturas sobre higiene. O mesmo se observará nas cocheiras”. No Decreto de 1933 também aparecem resoluções sobre as residências: o artigo 14, inciso 1º, letra “e” exige a “absoluta ausência de papel e pregos nas paredes, mesmo que se trate de compartimentos de habitação”. No inciso 2 aparecem mais indícios da normalidade que é haver dormitórios nos estabelecimentos de panificação:

“Os compartimentos destinados ao depósito, venda e manipulação de *generos alimenticios*, os aplicados a moradia, *refeitorios* e cozinhas e, bem assim, os reservados a banheiros, instalações *sanitarias* e *vestiarios*, formarão três corpos distintos na construção do edifício, todos recebendo ar e luz *diréta* e amplamente, não podendo, porém, cada um *dêsses* corpos comunicar-se *dirétamente* com os demais, ou entre si, se tornarem dependentes.”<sup>47</sup>

O 23º artigo tem como intuito padronizar os dormitórios, que poderiam ser instalados sobre as seguintes condições: deveriam ser independentes das instalações industriais; contar com a possibilidade de isolamento, caso um empregado contraísse uma doença infecciosa, sem acarretar prejuízos para o dormitório e o estabelecimento; deveriam ter guarda-roupas; os leitos deveriam ser de metal; a área bem arejada e com o piso impermeabilizado. Grande parte dessas normas refere-se não somente a um local que permita uma melhor vivência, mas também a questões de higiene, evitando doenças tanto dos empregados quanto dos consumidores de pães.

<sup>46</sup> Acto Municipal nº 221, de 21 de Dez de 1924. Publicado em: A Federação, Porto Alegre nº 299, de 24 Dez 1914, f. 2.

<sup>47</sup> BRASIL, Decreto 23.104, de 19 ago. 1933.

O início do século XX é marcado por essa tentativa de inculcar hábitos de higiene na população em geral, às vezes até mesmo de formas mais coercivas. Tal fato culmina até em revoltas populares bem conhecidas na historiografia, como, por exemplo, a Revolta da Vacina<sup>48</sup>.

Edilza Fontes mostra que muitos padeiros, no Pará, moravam nas padarias, e que a estadia e a alimentação eram deduzidas do seu salário. A autora chama o local de moradia dos trabalhadores de *château*. Para ela, o fato de o operário morar na padaria imobilizava sua mão-de-obra, pois ele permaneceria grande parte do tempo no estabelecimento, o que o forçaria a estar sempre disponível ao trabalho. O ato de morar na padaria agregaria dois fatores distintos, um benéfico para o patrão, e outro para o empregado. Fontes ressalta:

“Morar na padaria era uma ‘doação’ do patrão [...] já o *château* ganha um contorno de exploração quando é lembrado por trabalhadores que não moram na padaria que viam a moradia como sinônimo de cativeiro e instrumento disciplinador da mão-de-obra [...] Morar no *château* ajuda também a aprender rápido a profissão, pois o contato com o trabalho é permanente e o ajudante vivia o tempo todo vendo fazer pão e aprendendo segredos da massa. O padeiro e o forneiro não poderiam trabalhar sem a presença do ajudante, que tinha a padaria também como local de moradia [...] O aprendizado do ajudante passa pelo convívio no *château*, era neste espaço que a camaradagem se firmava e os segredos da profissão poderiam ser repassados com mais rapidez..” (FONTES, 2003, p. 110-112).

Como vemos, ao contratar o padeiro e deixá-lo morar em sua padaria, o patrão passaria a ser visto como um bom empregador. Mantendo esse laço de dívida, que fazia o operário estar sempre pronto para o trabalho, independente do momento que fosse, faria esse empregado trabalhar mais do que os que residiam fora do estabelecimento, proporcionando um lucro maior para o empregador. O benefício para o empregado era o de que, se fosse um aprendiz, conseguiria aprender o ofício muito mais rápido.

O hábito de dormir no estabelecimento aparece nos processos criminais, como já mostramos. Além disso, havia dormitórios exclusivos para o descanso dos operários. José Maria Garcia nos indica isso ao dizer que

---

<sup>48</sup> Revolta ocorrida em 1904, no Rio de Janeiro, um movimento de populares que eclode devido à campanha de vacinação obrigatória contra a varíola — vacinação planejada pelo médico sanitário Oswaldo Cruz. SEVCENKO (2010) faz uma análise desse evento e nos mostra que a revolta não se deu somente pela truculência e afronta aos costumes dos agentes do Estado que invadiam as residências para vacinar os moradores, mas que a eclosão do conflito se deu por mais fatores como o clima de descontentamento da população mais pobre devido às reformas que foram realizadas no Rio de Janeiro, o que acarretava na expulsão de muitos populares das residências/cortiços em que viviam, desemprego, falta de moradia e de atenção a questões sociais, como a realocação das pessoas removidas de suas residências para as reformas urbanas. A análise de Nicolau Sevcenko chama a atenção por não se ater somente ao fato da vacinação obrigatória, mas sim de vários fatores, assim como as greves de operários tanto gerais quanto de categorias de maneira individual, os padeiros não escapam desse aspecto; afinal, suas paralisações e ações não se dão por somente um fator, mas vários que se somam e culminam em atitudes mais visíveis e que afetam mais pessoas além dos seus empregadores.

“... *desceio* imediatamente às suas oficinas, onde encontrou todos os empregados, os de serviço trabalhando e dos de *descanço* dormindo sem exceção de nenhum; que as 4 horas pouco mais ou menos, já com a padaria aberta *comparaceo* um *inspector* policial dizendo-lhe que havia suspeitas *seo* empregado Rogerio [...] o *inspector* passou minuciosa busca no salão onde estava dormindo Rogerio e outros empregados, que o *inspector* cheirava as peças de roupa que ia encontrando.”<sup>49</sup>

Práticas como essa — de deixar empregados habitarem no local de trabalho — eram favoráveis e desfavoráveis para os patrões e empregados. Como podemos perceber, havia um paternalismo da parte dos proprietários nessa prática, embora não possamos dizer se os patrões recrutavam aprendizes do interior do Rio Grande do Sul para seus estabelecimentos, tal como feito no Pará. O conceito de paternalismo é complexo. Segundo Thompson (1998), ele recai sobre fenômenos díspares, no tempo e no espaço, sendo imprestável para comparações, paralelos ou contraste. Thompson irá defender que esse conceito não comporta uma relação, mas implica o oposto: uma via de mão única, sugerindo manipulação. O “paternalismo sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial” (THOMPSON, 1998, p. 29). Outro ponto ressaltado por ele é que o paternalismo promove uma visão retrospectiva, que idealiza o passado, confundindo o real e o ideológico. Acarretando, assim, no não reconhecimento dos conflitos de classe. Esse ponto de vista não se inicia após a Proclamação da República, as relações escravistas já eram perpassadas por relações paternalistas. Conforme Mattos (2013, p. 160), “o segredo do código paternalista de dominação escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão toda e qualquer ampliação do espaço de autonomia do cativo”.

Sidney Chalhoub também amplia a compreensão que podemos ter do conceito de paternalismo. Para ele, ao pensarmos nesse termo, devemos ter em mente “uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual trabalhadores e subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana. Entretanto, “a vigência de uma ideologia paternalista não significa a inexistência de solidariedades horizontais e, por conseguinte, de antagonismos sociais” (2003, p. 46-47)

Os autores caracterizam o paternalismo de forma adequada para a nossa pesquisa, pois é uma política mantida desde quando o Brasil ainda possuía o regime escravocrata, quando a intenção dos patrões era de conquistar um laço com os empregados em troca de benesses. Há a tentativa de trocar os valores de luta deixando os interesses da categoria e priorizando o

<sup>49</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, nº 526, 1913, f. 8.

trabalho e o laço ‘paternal’ construído na troca de favores e de concessões sempre providas da classe dominante e nunca conquistada pelos trabalhadores ou escravos.

O paternalismo, na prática, era uma tentativa de dissuadir os operários de aderirem a movimentos paredistas devido à dívida com o proprietário que os alimentava e abrigava, mesmo que descontando dos seus empregados parte do salário. Fica difícil concluirmos se realmente esse tipo de relação dava ou não certo; afinal, não podemos definir há quanto tempo os padeiros moravam nos estabelecimentos. No caso dos aprendizes, não temos fontes que nos deem pistas sobre as condições e o tempo que permaneciam morando no local, e se realmente isso agregaria um laço de confiança que sobrepujaria os interesses da categoria; afinal, os padeiros eram muito engajados em todas as paralisações trabalhistas que ocorriam, pois comparecem em grande número nas principais “paredes”<sup>50</sup> ocorridas em Porto Alegre. Nos processos, o que notamos é que há padarias cujos operários aderem massivamente às greves ou organizam-se para realizar ações diretas, e outras panificadoras cujos empregados “furam” as greves e permanecem trabalhando, contrariando as demandas da categoria.

O cotidiano visualizado, pesquisando os jornais, traz à tona fatos que não são mostrados nos autos criminais. Ao pesquisarmos as reportagens constantes no A Federação, podemos conhecer um pouco do cotidiano nas padarias. Nessas reportagens dos periódicos, podemos notar comportamentos e fatos que fogem dessa realidade de reivindicações como categoria, para descrever ações diárias. Como já destacado, as padarias eram pequenos estabelecimentos com um número não muito grande de empregados que conviviam por um longo período de tempo devido à extensa jornada de trabalho. Esse convívio acabava por gerar situações cotidianas interessantes de serem examinadas. O convívio longo desenvolve laços de afeição e amizade entre os trabalhadores, mas também brigas podem ocorrer. Foi possível filtrar algumas reportagens que mostram desentendimentos entre os operários causando lesões graves em alguns deles. Como havia também muita proximidade entre empregados e patrões, estes também aparecem envolvidos em alguns eventos. Muitas vezes as rugas nos estabelecimentos chegavam a vias de fato. Em 02 de março de 1914, o padeiro Athanagildo Alves foi autuado por haver tentado agredir Antônio da Silva, proprietário da Padaria Brazil<sup>51</sup>. No dia 28 de março do mesmo ano, teremos outra confusão, agora entre padeiros empregados na Padaria Fonseca, quando Américo Baptista Beirão e Pedro Corrêa da

---

<sup>50</sup> Para GOMES e NEGRO (2013), o conceito parede surge para designar as primeiras atividades de suspensão coletivas das atividades laborais, realizadas por escravos, que se colocavam em frente aos estabelecimentos de trabalho para que assim, através da paralisação e do impedimento de entrada de outros na fábrica, o senhor viesse negociar as reivindicações em pauta dos escravos.

<sup>51</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 51, de 03 Mar. 1914, f. 4.

Silva trocaram socos na cocheira da padaria, sendo os dois recolhidos à Delegacia<sup>52</sup>. Américo surgirá em outra confusão: será acusado de agredir com um *cacete* o padeiro Octavio Octacilio Barreto, sendo, então, preso por desordem<sup>53</sup>.

Mais relatos de brigas entre operários de panificação foram encontrados. Um dos mais detalhados que localizamos foi uma confusão na Padaria Fonseca, na Rua Vigário José Ignácio, envolvendo os padeiros Tulio Marques da Cunha e Hippolito Feijó. Inicialmente, por motivos desconhecidos, Tulio desferiu uma bofetada em seu colega de trabalho. No dia seguinte, às 8 horas da manhã, Hippolito, sem falar nada, puxou uma faca e desferiu dois golpes em seu agressor, um golpe na região abdominal e outro no punho direito, depois fugiu sem ser visto pelos companheiros de trabalho<sup>54</sup>.

Outra briga inusitada aconteceu entre dois menores que trabalhavam na Padaria Três Estrellas: Rodolpho Pichadodt e Francisco Derive, ambos carregadores de pão. Sem sabermos os motivos, os dois meninos iniciaram uma contenda que acabou com um disparo de arma de fogo desferido por Rodolpho, que foi detido pela Brigada Militar<sup>55</sup>. Infelizmente não encontramos relatos sobre as consequências do disparo no indivíduo alvejado.

O uso de armas de fogo sem restrição resultou na morte de um menor na Padaria Piccini: Olmiro dos Santos, com 15 anos, foi alvejado às 13 horas do dia 17 de novembro de 1917, por Luiz Colleto, colega de trabalho que, de posse de um revólver, resolveu apontá-lo para os companheiros, disparando por imprudência contra o menor. Colleto foi preso e condenado a dois meses de prisão pelo assassinato<sup>56</sup>.

Eventos externos ao expediente de trabalho também aconteciam. Houve o caso do padeiro Mario Pereira, da padaria Popular, que agrediu, a *cacete*, um cidadão na Rua Espírito Santo<sup>57</sup>, posteriormente fugindo do local. Os repartidores, que possuíam uma mobilidade maior devido a sua função, também acabavam envolvendo-se em situações que fugiam da normalidade, como no conflito que se deu entre Benjamim Cidade, repartidor da Padaria Tristeza, e o carroceiro Antônio. Antônio estacionou seu veículo impedindo a passagem do

---

<sup>52</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 73, de 28 Mar. 1914, f. 5. Chamou-nos atenção que Américo possui o mesmo sobrenome de um dos proprietários da Padaria Italiana Antônio Augusto Baptista Beirão, porém não localizamos uma possível ligação entre os dois.

<sup>53</sup> Conforme o artigo 402 do Código Penal de 1890 “[...] andar em correrias, com armas e instrumento capazes de produzir lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temos de algum mal” resultaria em prisão celular de dois a seis meses.

<sup>54</sup> Reportagem em: A Federação, Porto Alegre, nº 11, de 11 Jan. 1915, f. 3.

<sup>55</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 61, de 11 Mar. 1916, f. 7.

<sup>56</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 264, de 18 Nov. de 1917, f. 7 e A Federação, Porto Alegre, nº 80, de 03 Abr. 1918, f. 5.

<sup>57</sup> A rua ladeiranta que inicia na Duque de Caxias e termina na Rua Washington Luís, era conhecida como Beco do Cemitério ou Beco do Império, somente receberá o nome de Espírito Santo em 1856, por determinação da Câmara de vereadores da capital.



repartidor, o que gerou uma briga. Benjamim, após ser ferido a socos, acabou por alvejar o carroceiro com seu revólver, atingindo-o no braço<sup>58</sup>.

Outro ponto interessante que aparece nas reportagens são os acidentes de trabalho. Geralmente são acidentes envolvendo as carroças de distribuição ou o maquinário das padarias. Vamos começar com os acidentes com as carroças de pão. Na maioria das vezes este tipo de acidente ocorria por imperícia dos condutores, como, por exemplo, no acidente acontecido com a carroça da Padaria Porto Alegrense, dirigida por José Martins Filho, que não soube controlar os cavalos e, devido à velocidade do ‘veículo’ e “com que vinham os *animaes*, a manobra não pode ser benfeita, indo a carroça de encontro a um dos *lampeões* da iluminação pública”<sup>59</sup>. Há uma notícia relatando que os muares tomaram o rumo diferente do ordenado pelo condutor. Isso traz a possibilidade de que o condutor poderia não saber guiar a carroça ou de que os animais não possuísem o adestramento correto para serem postos no veículo. Há acidentes ocasionados por falta de estrutura da cidade, como a colisão ocorrida na Rua Duque de Caxias entre uma carroça de padaria, guiada por Bernardo Sperb Filho, e um bonde. A causa principal do acidente alegada foi a de que um veículo não havia visto o outro<sup>60</sup>. Outro caso de acidente — alheio às condições tanto de imperícia quanto de estrutura pública — foi o desastre ocorrido com a carroça da Padaria Três Estrellas: a carroça transitava na rua Benjamim Constant<sup>61</sup> e, nas proximidades da Avenida Berlim, passou por um monte de areia e virou. O padeiro condutor Alberto Fernandes Braga saiu ileso, mas seu ajudante Waldemar Ferreira ficou com a perna direita presa embaixo da carroça, tendo que ser levado para o Hospital após receber os primeiros atendimentos no local do acidente<sup>62</sup>.

Um caso que merece destaque dentre os acidentes com carroça foi o ocorrido com o veículo da Padaria Luzo Brasileira. O dono do referido estabelecimento realizava a distribuição de pães e estacionou a carroça em frente a um armazém na Rua José de Alencar, no centro da capital. Álvaro, um garoto de seis anos, que morava ali perto, viu a carroça e resolveu subir nela, “indo de encontro ao bonde, o animal que tirava a carroça foi atirado a regular distancia, ficando muito ferido. Com o choque, *Alvaro* foi atirado ao solo sendo colhido pelo bonde-comboio”<sup>63</sup>. O menor acabou com a perna fraturada, e Joaquim Fonseca, dono da Padaria Luzo Brasileira, acabou perdendo o animal que puxava a carroça de

<sup>58</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 22, de 25 de jan. de 1918, f. 5.

<sup>59</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 108, de 09 de maio de 1914, f. 5.

<sup>60</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 187, de 09 de ago. de 1914, f. 5.

<sup>61</sup> No século XIX era conhecida como Estrada do Chico Ilhéu e a partir de 1887, quando já possui uma notória importância na malha viária da Capital, passou a denominar-se Rua Imperial, esse nome não demora muito para ser trocado para Benjamin Constant, afinal em 1889, a Proclamada a República. (FRANCO, 2006, p. 65-66)

<sup>62</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 121, de 26 de maio 1915, f. 5.

<sup>63</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 86, de 15 de abril de 1915, f. 5.

distribuição. A polícia declarou que o “desastre se deve unicamente devido à imprudência daquele menor”<sup>64</sup>.

A segunda forma de acidente de trabalho é aquela que envolve o maquinário das padarias. Encontramos nas páginas do Jornal A Federação diversas ocorrências de acidentes com as máquinas que auxiliavam os padeiros no preparo dos pães. Como já vimos, as máquinas auxiliavam e minimizavam os esforços durante o processo produtivo, mas também tiravam o domínio do processo das mãos do operário. Conforme frisa Evangelia Aravanis (2010), os empresários de Porto Alegre viam com bons olhos a introdução do maquinário em suas fábricas, aumentando sua produção e, conseqüentemente, seus lucros. Havia também o intuito de melhorar a qualidade do produto e a higiene durante o processo de produção. Coincidentemente a autora usa como exemplo as máquinas de panificação, que “além de imitarem a ação humana e serem bem mais rápidas, substituem o antigo e anti-higiênico serviço braçal” (ARAVANIS, 2010, p. 166). Mas, mesmo diante desse avanço tecnológico proporcionado pelos patrões, havia denúncias de insalubridade nos espaços fabris. Tal contexto resulta na tentativa do Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, Carlos Penafiel<sup>65</sup>, de criar um anteprojeto de lei sobre Higiene e Segurança do Trabalho. O Deputado observou que os estabelecimentos fabris possuíam pouca iluminação e circulação de ar, dificultando a dissipação de gases e afetando o sistema respiratório dos empregados. Evangelia Aravanis cita até mesmo uma manchete que mostrava o ambiente insalubre da redação do jornal A Federação, que possuía uma parca higiene na oficina onde trabalhavam 20 homens. O relato é o seguinte:

“... e como se tudo isso não fosse suficiente, para abalar, para destruir a saúde do pessoal operários d'A Federação, acresce mais este caso barbaramente anti-higiênico: não há latrinas no edificio!

Quem penetra nas oficinas sente logo o odor bem desagradável: é provavelmente de um tanque a um canto e que serve de mictório e para as lavagens.

Disseram-no, não há muitos dias, que agora aquilo ali é um melhoramento; outrora servia de mictório uma imunda lata que era, depois de bem cheia, despejada, à noite na calha fronteira a casa.” (A Democracia, Porto Alegre, 04 Jun. 1905, f.2 apud ARAVANIS, 2010, p. 167)

Especificamente em relação aos padeiros, encontramos alguns acidentes de trabalho que passaremos sucintamente a relatar. Grande parte dos acidentes atingem os membros superiores dos empregados e são causados pelos cilindros que auxiliam no processo de sova

<sup>64</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 86, de 15 Abr. de 1915, f. 5.

<sup>65</sup> Antônio Carlos Penafiel, nascido em Porto Alegre em 31 de janeiro de 1883, era um médico, político, professor e jornalista, foi o primeiro diretor psiquiatra do Hospital Psiquiátrico São Pedro, fundou em 1911 o Jornal “O Diário de Porto Alegre”, e ocupou o cargo de Diretor do Jornal “A Federação” em 1915. Foi deputado estadual de 1915 a 1920 e deputado federal de 1921 a 1923, faleceu no Rio de Janeiro em 29 de junho de 1960. Mais informações disponíveis em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PENAFIEL,%20Carlos.pdf>, acessado em: 21 Dez. 2018.

das grandes quantidades de massa necessárias para cumprir a demanda diária da padaria. Em 1914, na Padaria Brazil, Ventura Quintino esmagou a mão direita em um cilindro, às 12 horas<sup>66</sup>. Podemos observar que o horário em que o padeiro sofreu o sinistro foi já no final do expediente de trabalho, o que possibilita cogitar que as longas jornadas de trabalho contribuiriam para que os operários sofressem acidentes nas padarias. Um acidente muito parecido ocorreu na Padaria Jaguareense com o empregado João Francisco da Silva. Ele feriu a mão — um corte de 10 centímetros — ao manusear um cilindro durante a jornada de trabalho<sup>67</sup>. O mesmo estabelecimento terá, em agosto de 1916, outro padeiro ferido pelo cilindro — corte e esmagamento parcial da mão direita<sup>68</sup>.

Os empregados da Padaria Jaguareense aparecem em vários casos de acidentes, mas, não podemos avaliar o porquê dessas ocorrências; porém, cogitamos duas possibilidades: os padeiros não eram totalmente treinados para exercerem o ofício, ou o estabelecimento não possuía uma estrutura e maquinário minimamente operáveis para a confecção dos pães. Há mais relatos de acidentes, todos por esmagamento de uma das mãos por cilindros; contudo, para não tornar a leitura do texto muito repetitiva, optamos por não listar todos.

Uma surpresa que tivemos ao realizar a pesquisa foram acidentes de trabalho com padeiros que morriam por afogamento. Pelo que pudemos perceber, muitas padarias localizavam-se à beira do Rio Guaíba e recebiam seus materiais através de balsas que eram descarregadas pelos ajudantes. Constatamos que os afogados eram os ajudantes — menores de idade — responsáveis por essa tarefa; como no caso do padeiro Angelo da Silva, empregado da Padaria Garcia, que, ao descarregar a ‘*chata*’ Aida, caiu na água não retornando mais<sup>69</sup>. Há um outro caso de afogamento — não associado diretamente ao processo de trabalho — que revela o cotidiano dos empregados que moravam na padaria: no dia 8 de fevereiro de 1915, o menor Amadeu Lima, empregado e residente na Padaria Garcia, ao tomar banho no Rio Guaíba, acabou afogando-se, sendo encontrado somente um dia depois do ocorrido. Esse acidente é mais um exemplo de atividade que deveria ser comum aos padeiros que moravam nos estabelecimentos de panificação: já que as padarias localizavam-se perto das margens do rio, é normal que os empregados, em seus dias de folga, resolvessem banhar-se no Guaíba.

Agora falaremos sobre o domínio do processo de trabalho pelos operários, e isso nos levará ao último assunto deste subcapítulo: a questão étnica entre os empregados.

---

<sup>66</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 16, de 20 Jan. 1914, f. 3.

<sup>67</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 135, de 12 Jun. 1916, f. 6.

<sup>68</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 202, 30 Ago. 1916, f. 8.

<sup>69</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 19, de 23 Jan. 1915, f. 7.

Já vimos que o processo de trabalho e sua fiscalização era, na grande parte do tempo, incumbência do mestre encarregado do estabelecimento. O patrão só chegaria para fiscalizar a distribuição dos pães, o restante estava sob responsabilidade do funcionário delegado por ele.

A profissão de padeiro empoderava os operários, pois eles tinham o total domínio do processo de trabalho. Quanto mais artesanal o processo, mais eram necessários operários experientes e qualificados. Cabe lembrar que eram necessários, no mínimo, dois anos de aprendizagem para dominar o ofício. O processo de industrialização da fabricação de pães acaba por amenizar as longas jornadas de trabalho e a exposição a riscos de acidentes e doenças; porém, essa mecanização tira o domínio do processo de trabalho dos operários. Além disso, o número de trabalhadores para o fabrico dos gêneros diminui, e o empregador fica cada vez menos dependente de homens com qualificação, retirando também do sindicato o controle da empregabilidade de grande parte da categoria. Atualmente, como podemos observar, há poucos estabelecimentos que confeccionam pães com total controle do processo de trabalho, muitos armazéns e botecos possuem um forno que assa pães pré-prontos. Então podemos perceber que “a máquina é bendita e maldita” (FONTES, 2003, p. 53). De um lado ela irá tornar o ofício um pouco mais leve para os trabalhadores, mas também retirará grande parte do domínio que o operário tinha do processo.

Já que o sindicato possuía o controle de onde a maioria dos operários empregados trabalhava e quem eram os padeiros desempregados, ele podia delegar para padaria os ‘pescadores’— a tarefa de contratação de bons padeiros era difícil para os patrões.

É grande a atividade grevista dos padeiros. Conforme a lista de agremiações associadas à FORGS, o sindicato padeiral aparece como o segundo sindicato com mais agremiados, possuindo 600<sup>70</sup> operários afiliados. As paralisações podem ser mais frequentes nessa classe por eles possuírem um maior controle tanto da parte de gestão do mercado de trabalho quanto do processo de trabalho — paralisar o trabalho era fácil. Se o padeiro não trabalhasse ou o forneiro não ligasse o forno, o patrão não dava conta de todo o processo laboral. Ou seja, o patrão permanecia à mercê de seus operários, e nem mesmo o paternalismo que existia na relação superava as ordens e demandas do sindicato. Mas sempre havia o operário que não aderiu a paralisações e a ações diretas, permanecendo no estabelecimento e trabalhando para o patrão.

---

<sup>70</sup> Ver mais em: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do Movimento Operário gaúcho, 1870-1937**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS - Tchê!, 1992. p. 168.

Durante as paralisações, os patrões às vezes tentavam fazer a distribuição do pão, porém não eram muito bem sucedidos. Vejamos uma notícia do que aconteceu com um dos proprietários na noite de 10 para 11 de agosto de 1913:

“Da padaria Italiana um dos sócios da casa, Sr, Antônio Baptista Beirão, na falta de empregado, sahira numa carroça para fazer o serviço de distribuição, sendo assaltado cinco vezes, em diversos pontos, conseguindo conter os grevistas ameaçando-os com o revólver que empunhou.

Na quinta vez, porém desceu do bond circular n. 52 em frente ao Mercado Público, um grevista munido de uma garrafa de kerozene, que esvaziou na carroça guiada por aquelle cidadão.

O sr. Baptista, então, com um cacete vibrou-lhe um golpe na cabeça, fazendo-lhe um ferimento inciso.

Quebrando-se, porém o cacete, com a pancada vibrada, o sr. Baptista empunhou o revólver que consigo trazia.”<sup>71</sup>

As tentativas frustradas dos patrões na distribuição de pão revelam que os proprietários não possuíam controle do processo de trabalho<sup>72</sup>. No momento em que os trabalhadores iniciavam uma paralisação, mesmo contando com estabelecimentos que furassem a greve, os patrões donos das padarias não tinham como fazer sozinhos a preparação dos alimentos.

Ao longo do trabalho poderemos ver que a rusga entre patrões e empregados é longa, e que cada um possuía estratégias e táticas para reivindicar ou manter os processos de trabalho vigentes. Um fato que nos chama atenção ao lermos os processos criminais é que os proprietários das padarias, em sua maioria, não são brasileiros. Entre os mais influentes e poderosos do ramo está Alexandre Piccini, que é italiano, mas se declarava brasileiro adotivo<sup>73</sup>, conforme relata Seu Machadinho:

“Padaria do seu Piccini, era uma das padarias mais fortes de Porto Alegre, seu Alexandre Piccini, e ali o sindicato mandou comunicar. Ele era homem rebelde, ele era homem com poder, ele era um homem rico, porque ele era dono daquela quadra toda e então o sindicato mandou comunicar-lhe que não fizesse e mandou dizer ao pessoal que, aquele o que fosse trabalhar estava sujeito a morrer.” (FORTES, 1993, p. 249-250)

Machadinho também declara que, quando iniciou como aprendiz, trabalhava para um português. Além de Piccini, dono da Padaria Piccini, havia também Antônio Baptista Beirão, natural de Portugal e proprietário da Padaria Italiana. O comerciante Salvador Mancuzzo,

<sup>71</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 185, de 11 Ago. 1913, f. 5

<sup>72</sup> Ver A Federação, Porto Alegre, n° 185, de 11 Ago. 1913. Nessa edição do Jornal são listados todos os ataques realizados pelos padeiros para impedir a distribuição de pães em Porto Alegre.

<sup>73</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, f. 14.

dono de uma banca e vendedor de pães, era natural da Itália. A nacionalidade dos proprietários nos chama atenção: também no Pará, como em Porto Alegre, a grande maioria dos proprietários era imigrante. Os padeiros paraenses viam o patrão como “o português que sempre está dando ordens e vigiando os trabalhadores” (FONTES, 2003, p. 88). Conforme Fontes, no Pará

“O ramo da panificação era dominado por portugueses, pequenos comerciantes que produziam e comercializavam o pão. Este imigrante tem uma noção de trabalho vinculada aos seus objetivos de acumular. Para isso, trabalha muito e tem uma vida de sacrifícios e uma imagem do trabalhador nacional.

O ramo de panificação foi um ramo de opção para o trabalho e para o investimento dos portugueses. Os estabelecimentos retalhistas e panificadores eram pequenas unidades produtivas individuais de dono português.

Estes anúncios já indicam uma certa ‘nacionalização’ do mercado de trabalho nas mercearias e padarias pelo imigrante português que começa sendo caixeiro e ajudante para depois chegar ao padeiro ou forneiro.” (2003, p. 90-91)

A presença de portugueses nas cidades industrializadas é bastante comum não somente em Porto Alegre, mas também em Rio Grande e Pelotas, cidades que possuíam uma industrialização avançada e rivalizavam com o comércio de Porto Alegre. Conforme Loner (1996, p.73-74),

“O município de Pelotas possuía uma população de 37.246 pessoas, enquanto Rio Grande em 1888, tinha uma população de 20.277 pessoas. Na zona urbana de Pelotas moravam em 1891, 4.160 estrangeiros (18,1%), dos quais aproximadamente a metade deveria corresponder a portugueses, e a outra metade compunha-se, em ordem decrescente, de italianos, uruguaios, espanhóis, alemães e franceses [...] Em Rio Grande haveria, em 1888, 3.710 estrangeiros na população total do município, sendo quase metade desses portugueses [...] estes estrangeiros corresponderiam a 18,3% da população total.”

Como vemos, o mercado era dominado por imigrantes, e essa aproximação com Porto Alegre é muito interessante. O patrão é visto como o personagem João Romão — do romance “O Cortiço”, de Aluísio de Azevedo<sup>74</sup> —, que se matava trabalhando, sendo ele dono de uma taverna, do cortiço e de uma pedreira, tudo com o intuito de um dia ser rico. Conforme o autor, João Romão

“... atirou-se a labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha.” (AZEVEDO, 2012, p. 17)

---

<sup>74</sup> AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2012.

O português é visto assim — conforme citação acima — pelos padeiros brasileiros no Pará, pois os patrões queriam que os estabelecimentos funcionassem sete dias por semana. O mesmo ocorre em Porto Alegre, onde os proprietários, por mais de 40 anos, vão negar a folga dominical a seus empregados, sem lhes conceder a diminuição da jornada de trabalho.

Outra personagem do livro de Aluísio de Azevedo, a ex-escrava Bertoleza, num falso vislumbre de liberdade — pois Romão mente que havia negociado sua alforria — trabalhará dia e noite junto com ele, inclusive tornando-se sua amante, para, no final, acabar sendo escravizada novamente. Quando João Romão torna-se rico, não assume seu relacionamento com a negra, e se casa com Zulmira, a filha de um comerciante chamado Miranda.

Diferente de Bertoleza, os padeiros de Porto Alegre não se resignam a esse trabalho constante. O Rio Grande do Sul é um Estado que recebeu imigração de muitos países, e entre esses imigrantes encontramos açorianos, alemães, italianos e japoneses, havendo inclusive contingentes menores de outras nacionalidades. Durante o século XX, a questão étnica se tornará importante; afinal, tivemos duas guerras que envolveram a Alemanha e a Itália, o que mudou a visão dos brasileiros sobre esses imigrantes. Conforme relata Adhemar da Silva Júnior<sup>75</sup>, após a Alemanha ser declarada inimiga do Brasil na Primeira Guerra, um hotel em Porto Alegre que era de propriedade de alemães, foi completamente depredado, o que nos leva a ponderar que as questões étnicas nessa época eram latentes e bastante sensíveis.

Como a grande maioria dos trabalhadores era brasileira, diferenças deveriam existir no ambiente de trabalho. Há, dentre os processos consultados, um padeiro que vem da Espanha e outro que diz ser uruguaio, os outros são naturais do Estado do Rio Grande do Sul.

Nossa intenção, ao trazer à tona o cotidiano das padarias na capital, era entender melhor o ambiente e as condições em que os trabalhadores estavam inseridos. O tema está longe de ser exaurido, há questões que não podemos tratar por não estarem inseridas nas nossas fontes, como, por exemplo, o trabalho feminino nas padarias. Entendemos que o ofício necessitava de força, pois a massa era batida a muque; questões como o trabalho noturno também atrapalhavam a presença da mulher nos estabelecimentos. Acreditamos que por esses motivos não encontramos nenhuma padeira no recorte temporal investigado. Outra possibilidade que pode ser inferida é a de que a longa jornada de trabalho impedia que a mulher exercesse o ofício de padeiro, devido ao pouco tempo que teria para se dedicar aos serviços domésticos e aos filhos.

---

<sup>75</sup> Ver mais em: SILVA JR. Adhemar Lourenço. **“Povo! Trabalhadores!”: Tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)**. UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1994.

Neste capítulo, mostrando um pouco do cotidiano da indústria de panificação de Porto Alegre durante os primeiros 20 anos do século XX, examinamos como o processo de trabalho acontecia nas padarias e quais as funções e hierarquias existentes, além de discorrermos um pouco sobre como eram as relações entre empregados e patrões, e também sobre como os proprietários vigiavam e instauravam rivalidades entre os empregados. Após a leitura deste capítulo, é possível compreendermos as reivindicações dos operários, as resistências patronais e as iniciativas do Estado para mediar as querelas que ocorriam nas relações de trabalho entre empregados e patrões de padarias de Porto Alegre.

Nos próximos capítulos, retornaremos, algumas vezes, a dissertar sobre o dia a dia e o processo de trabalho, trazendo novas informações e aprofundando análise de questões anteriormente referidas.



### 3 “IMPOR-SE SOBREPONDO-SE ÀS LEIS PELO TERROR : AS AÇÕES DA CATEGORIA PADEIRAL

“Hoje eu vou comer pão murcho,  
O padeiro não foi trabalhar, (...)  
Eu que odeio tumulto,  
Não acho insulto manifestação,  
*Pra* chegar um pão quentinho  
Com todo o respeito a qualquer cidadão.”  
(CRIOLO, 2014)

Neste capítulo teremos como foco os trabalhadores das padarias da capital gaúcha no início do século XX. Já mostramos que o trabalho nas padarias era bastante complexo, e que o tempo de permanência no local de trabalho era extenso, mas o que justificava o engajamento em prol de melhores condições de trabalho dos operários de padaria? Partindo desse questionamento visamos investigar quem eram esses operários, como se organizavam, e quais eram os métodos de negociação usados para obter melhores condições de trabalho.

O capítulo terá como fonte principal quatro processos criminais que envolvem padeiros porto alegrenses, abrangendo os anos de 1913 a 1919. Faremos a análise desses processos para responder às perguntas que norteiam o capítulo. Os processos criminais são fontes fundamentais para investigarmos e tentarmos entender a categoria padeiral. Com esse material poderemos analisar os discursos dos operários, perceber um pouco mais do cotidiano e tentar entender um pouco das ações da categoria. Essa fonte pode ser usada como instrumento para “recuperar o cotidiano dos trabalhadores e suas formas de conduta” (GRINBERG, 2009, p. 126).

É fundamental termos em conta o que é considerado crime em cada sociedade em seus diferentes contextos e temporalidade. Todo os processos a serem analisados são embasados no mesmo conjunto de leis: o Código Penal de 1890<sup>76</sup> — o primeiro compêndio de Direito produzido na República. O que chama atenção no Código Penal de 1890 é a extinção de pena de galés<sup>77</sup>, banimento<sup>78</sup> e morte<sup>79</sup>. Conforme Alvarez; Souza e Salla (2003, p. 104),

<sup>76</sup> Promulgado pelo Decreto nº 847, de 11 de out. de 1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm). Acesso em: 16 nov. 2018.

<sup>77</sup> Conforme o Código Criminal de 1830 no Artigo 44 “A pena de galés, sujeitara os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província, onde tiver *commettido o delicto*, à disposição do Governo.” (BRASIL, 1830, s/p).

<sup>78</sup> Conforme o Código Criminal de 1830 no Artigo 50 “A pena de banimento privará para sempre os réos dos direitos de cidadão brasileiro, e os *inibirá* perpetuamente de habitar o território do império. Os banidos, que voltarem ao território nacional, serão *condamnados* á prisão *pérpetua*.” (BRASIL, 1830, s/p)

<sup>79</sup> Conforme o Código Criminal de 1830 no Artigo 38 “A pena de morte será dada na forca.” (BRASIL, 1830, s/p)

“O Código Penal de 1890, com sua concepção principalmente clássica, em termos das doutrinas penais, representou, apesar dos dispositivos anteriormente citados, voltados para a repressão e o controle social de determinados segmentos da população, sobretudo uma ruptura com as práticas penais do passado escravista, ao instituir a generalidade e a imparcialidade dos critérios penais. A legislação processual republicana igualmente implementou avanços inquestionáveis: aumentou as possibilidades de defesa dos acusados nos crimes comuns e restringiu as formas de prisão. A oralidade do julgamento vigorava nos debates plenários diante do júri; entretanto o processo escrito dominou todo o procedimento preliminar do inquérito policial ou de formação da culpa. O processo manteve-se com características de contraditório pleno no julgamento, mas restrito no sumário de culpa. E, muito embora a forma do processo ordinário fosse mantida tanto para os crimes inafiançáveis quanto afiançáveis, o inquérito policial, invenção da lei 2033, de 20 de setembro de 1871, que criou a polícia judiciária, continuou servindo como principal instrumento de promoção da denúncia ou da queixa, em todos os crimes comuns. O crime policial deixou de existir. A ação penal pública sofreu limitações assim como a própria ação da polícia, mas a introdução dos processos policiais permitiu que parcela considerável das infrações penais (sobretudo atitudes consideradas desordeiras ou suspeitas) provocasse a intervenção ex-officio da polícia.”

Como se vê, o Código Penal teve avanços e retrocessos. Sendo essa a lei que embasará o julgamento dos crimes, cabe comentar algo sobre a forma de análise de processos criminais, pois através dessa análise pretendemos recuperar parte da fala dos operários. É através do que consta nos depoimentos, das objeções levantadas, das constâncias e incoerências nos discursos que tentaremos entender melhor os empregados das padarias de Porto Alegre. Não esqueçamos que os depoimentos passaram pela mediação de um escrivão, e que este se encontrava em um ambiente coercitivo (delegacias, tribunais), o que pode favorecer algumas distorções ou omissões. Cabe ao historiador notar esses contrapontos. Conforme frisa Grinberg (2009, p. 128),

“Para ler processos criminais, é preciso saber trabalhar com as versões, perceber a forma como elas são construídas. Analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso e ficar atento, às narrativas que se repetem, às histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita. É necessário trabalhar com a verossimilhança. Saber o que é não plausível em uma determinada sociedade nos leva a compreendê-la melhor. E, nesse caso, até a mentira mais deslavada vira categoria de análise.”

Com essa ideia avaliaremos os processos. Em alguns deles há evidência da culpa dos padeiros — em dois processos houve flagrante —, mas isso fica em um plano secundário. O cerne do entendimento do processo-crime encontra-se nas entrelinhas dos discursos. Como auxílio para a análise dos processos-crime usaremos, principalmente, os jornais “A Federação” e “Correio do Povo”, buscando complementar as informações.

Para além das fontes trabalhadas, precisamos saber um pouco mais sobre essa classe operária de Porto Alegre. No início do século XX, Porto Alegre passou a ter um crescimento demográfico acelerado. A industrialização da capital se inicia ainda no final do século XIX,

período caracterizado pela mudança da organização das relações de trabalho. Conforme Loner (2007), foi o período de transição de trabalho escravo para trabalho livre, e essa circunstância cria a necessidade de uma organização, tanto para acelerar o fim da instituição escravista como também para se estabelecer uma luta pelo uso do termo operário, “que estava relacionado ao progresso, à modernidade e ao desenvolvimento econômico” (LONER, 2007, p. 500).

Como vemos, houve ressignificação não somente das relações de trabalho, mas também de quem era esse indivíduo que seria o trabalhador. O trabalho agora passaria a ser ressignificado. Mas o que significa isso? É inegável que ainda no início da República há um demérito no trabalho braçal, visto como algo que só era feito por estratos sociais mais baixos. Tal fator é um valor inegável deixado pelos mais de 300 anos de regime escravocrata brasileiro. Esse contexto acaba por ainda associar essa classe operária com os valores do sistema escravista. Para mudar isso, havia a necessidade de construir uma nova identidade que implicaria em reconhecimento e autorreconhecimento, buscando assim um maior valor do trabalho. Para Bilhão (2008), essa ressignificação se transforma em um fator distintivo e edificante em relação aos que não trabalham, tornando-se um emblema de luta.

Com essa concepção de dignidade do trabalho, quem não está ligado ao trabalho associa-se aos que exploram o trabalho alheio, ou seja, os patrões passam a ser vistos como opositores da classe operária. O choque de interesses vai culminar em

“... denúncia da falta de reconhecimento da importância da dignidade do operariado, das péssimas condições de trabalho no interior das oficinas e fábricas e dos constantes abusos da autoridade patronal, torna-se um ponto convergente nas campanhas pela valorização do operário.” (BILHÃO, 2008, p. 38).

Essa relação antagônica não se estabelecerá somente por conversas e artigos de jornais, mas se tornará instrumento de luta a partir do qual se realizarão congressos, comícios, formação de entidades de socorro mútuo, sindicatos, greves e o uso da violência como meio para estabelecer uma valorização do trabalho e da identidade operária. Para Oliveira (2003), devido ao discurso governamental de que o Brasil era uma terra de oportunidades a quem estivesse disposto a trabalhar duro, a exaltação do trabalho também será um elemento usado pela oligarquia para manter a ordem. Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 34) sintetiza bem esse contraponto de uma classe trabalhadora que busca uma identidade e de uma elite que também inicia um projeto de construção de um trabalhador-modelo:

“Nossas classes dominantes não tinham como se apoiar numa tradição cultural religiosa de valorização do trabalho e, por isso, não confiaram apenas na mensagem ideológica que rezava: ‘*o trabalho dignifica o homem*’, ‘*o trabalho é o caminho para ascensão social*’ etc. Classes dominantes, também marcadas pela experiência da escravidão, só que pelo lado do mando, insistiram na repressão como estratégia para garantir a disponibilidade de trabalhadores no mercado de trabalho assalariado em formação. A fórmula era simples: quem não trabalhasse deveria ser preso. Logo após a abolição, nossos deputados discutiam uma lei capaz de garantir que o ex-escravizado se conformasse às novas regras. Tal lei teria o sintomático nome de ‘Lei de Repressão à Ociosidade’ ”.

No próximo capítulo aprofundaremos mais essas iniciativas do Estado e das classes dominantes para construir um modelo de trabalhador. De certa forma estava em jogo a disputa de como seria moldada a identidade da classe operária brasileira. Mas quem eram esses operários e qual era a população da Porto Alegre do início do século XX?

### **3.1 Porto Alegre e seu ciclo de grandes greves operárias na Primeira República**

Porto Alegre passa por um rápido crescimento urbano e a população, de 52 mil habitantes em 1890, dobrou em 1910<sup>80</sup>. De acordo com o recenseamento realizado pelo IBGE<sup>81</sup> em 1920, o Rio Grande do Sul possuía 2.182.713 habitantes, sendo que 179.263 eram residentes na capital, tornando-a a sexta maior cidade do país<sup>82</sup>. Havia mais mulheres do que homens na cidade: 88.081 homens e 91.182 mulheres. A população era composta por 20.286 imigrantes — 11,37% da população. Porto Alegre possuía uma população jovem: 143.049 com menos de 39 anos — 79,79% do total de habitantes. Um grande contingente — 74.297 — não sabia ler. O crescimento rápido impacta a questão da moradia na capital, os cortiços aumentaram em mais de quatro vezes o seu número — havia 300 em 1890, e mais de 1200 em 1904. No início da década de 1920, a capital possuía em 26.535 domicílios, uma distribuição de moradores de 6,76 pessoas por residência. Quanto às atividades profissionais, 36,51% das profissões estão declaradas no setor industrial, empregando um total de 20.882 operários. A cidade se expandia e estava dividida em quatro distritos, o que tornava Porto Alegre um cenário de convivência de diversos grupos étnicos. Um exemplo disso, que é destacado por Fortes (2004), é a ocupação do 4º Distrito:

<sup>80</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anuário Estatístico do Estado, 1893, p. 156. RIO GRANDE DO SUL, “Repartição Estatística – Relatório de 1913”. A Federação, Porto Alegre, 1914, p. 24.

<sup>81</sup> BRASIL, Anuário Estatístico do Brasil, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2. Informações contidas em QUEIRÓS (2012).

<sup>82</sup> Ficando atrás do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Pernambuco e Belém.

“Até a metade do século XIX, a vida econômica de Porto Alegre concentrava-se, de um lado, no porto fluvial e, de outro, em funções político-administrativas e culturais associadas à sua condição de capital. Do ponto de vista estritamente econômico, a importância da cidade cresceu proporcionalmente ao desenvolvimento da produção das regiões coloniais alemã e italiana, com as quais estabeleceu um forte fluxo de comercialização, sendo esse, inclusive, o fator determinante que a levou ultrapassar Pelotas na condição de principal centro econômico do estado [...] a integração do desenvolvimento econômico das colônias com a urbanização de Porto Alegre constituía-se em um dos elementos de atração para um novo fluxo migratório dirigido a atividades urbanas [...] Foi justamente o papel do caminho entre as colônias e o mundo exterior que marcou o processo de industrialização da capital gaúcha a partir do início do século e, na medida em que ele passava a envolver o emprego em larga escala de mão-de-obra operária em fabricas de maior porte, década de 20, levou ao surgimento de bairros industriais que iriam redefinir completamente o perfil urbano [...] O aumento do número de indústrias de médio e grande portes seria ainda mais expressivo, se aos números acima se agregasse a parcela significativa de indústrias da capital que, tendo surgido no núcleo original do Navegantes-São João, passava agora a se deslocar para novos bairros, e que foram objetos de um levantamento a parte.” (FORTES, 2004, p. 35-44)

O crescimento da capital e sua modernização faz com que as oficinas e fábricas da cidade aumentem também sua capacidade, e muito disso se devia ao investimento de empresários provenientes das regiões coloniais, principalmente os teuto-brasileiros<sup>83</sup>. Muitas vezes, a questão do emprego da mão-de-obra obedecia a critérios étnicos, pois esses empresários estrangeiros preferiam recrutar técnicos de seu país de origem, principalmente da Alemanha, para montar, operar e supervisionar o funcionamento das novas máquinas, deixando para os brasileiros funções menos especializadas, que também eram disputadas por outros imigrantes que residiam no Estado.

É nessa Porto Alegre, que crescia e se industrializava rapidamente, onde pretendemos entender as ações da categoria padeiral. Para além dos números populacionais, teremos um contexto bastante turbulento, pois no período de 1913-1919, além da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), teremos também a deflagração de três greves gerais, respectivamente em 1917, 1918 e 1919. Tentaremos dar um breve panorama desses acontecimentos e de sua influência nas reivindicações operárias. O objetivo do trabalho não são tais questões, mas cremos que, ao relatarmos as mudanças decorrentes desses eventos, poderemos entender melhor as demandas surgidas e as querelas criadas nesse contexto.

A Primeira Guerra Mundial, que ocorreu entre os anos de 1914 a 1918, teve impacto direto na vida do povo gaúcho, sendo ela a principal causa da greve geral de 1917. O conflito ocorrido na Europa envolveu as grandes potências de todo o mundo, que se organizaram em

---

<sup>83</sup> Ver mais em: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

duas alianças opostas: a da Tríplice Entente, que era composta por Reino Unido, França e Rússia; e a Tríplice Aliança, que incluía Alemanha, Império Austro-húngaro e a Itália. Esse conflito em um continente tão distante acaba por afetar a vida dos gaúchos, pois a Europa teve sua indústria destruída, o que abriu uma oportunidade em termos de abastecimento dos países envolvidos, principalmente com gêneros alimentícios de primeira necessidade. Devido a sua posição neutra no conflito, a República brasileira acabava exportando para os dois *fronts*. Cabe ressaltar que o Brasil somente declara oficialmente guerra à Alemanha em 26 de outubro de 1917, quando o Presidente Venceslau Brás rompe com a neutralidade após o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães.

A influência desse conflito foi sentida diretamente no bolso da população. As exportações do Brasil subiram 53,96%<sup>84</sup> durante e após o conflito. Os principais produtos exportados foram o açúcar, a carne resfriada e congelada e a banha. A elevação da exportação de tais produtos acabou por encarecer esses gêneros para a população, principalmente para os operários e classes populares. Conforme o jornal A Federação, no Estado do Rio Grande do Sul as exportações aumentaram expressivamente entre 1918 e 1919. A mensagem é do próprio presidente do Estado, Borges de Medeiros<sup>85</sup>:

“Em 1919, porém, o movimento do nosso comércio exportador foi ainda muito maior. O valor oficial dos produtos enviados para mercados nacionais e estrangeiros montou em 215.572:443\$110, relativos a 328.586.342 quilos. O acréscimo foi, pois, quando a 1918 de 49.808:184\$880 e 36.841.202 quilos. Esses algarismos dispensam todo e qualquer comentário. Eles demonstram na sua eloquência intrínseca que o valor de nossa exportação em quatro anos, numa progressão vertiginosa, duplicou largamente, passando de 92.309:660\$020 em 1916 a 215.572:443\$110 em 1919. O aumento corresponde a 133,53%. Quanto ao peso, tendo sido de 191.207.352, em 1916, e de 328.586.342 em 1919, a diferença para mais, em favor deste último ano foi de 137.378.890 quilos ou de 71,84%.”<sup>86</sup>

Como se vê, os números das exportações são nitidamente muito altos, cabe citar que o crescimento da produção e da indústria alimentícia do Brasil aumenta atingindo 49,7%, e o setor industrial cresce o correspondente a 52,17%. No Rio Grande do Sul isso não foi diferente. No mesmo relatório, Borges de Medeiros mostra que o número de estabelecimentos industriais do Rio Grande do Sul praticamente dobra entre 1915 e 1919 — de 2.787

<sup>84</sup> BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550 a 1988. 2ª Ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 570.

<sup>85</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros, nasceu em Caçapava do Sul, em 1863, bacharelando-se em direito na Faculdade de Direito do Recife, em 1885. Assumiu a liderança do PRR após a morte de Júlio de Castilho, dando continuidade a seus projetos, e manteve-se na presidência do Rio Grande do Sul de 1908 a 1928, com um intervalo nos anos de 1908 a 1913, permanecendo, contudo, chefe do Partido. Foi um executor do positivismo, faleceu no ano de 1962 (DIAS, 2003).

<sup>86</sup> MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO À ASSEMBLÉIA DOS REPRESENTANTES EM 1920. Porto Alegre, p. 127.

estabelecimentos, o Estado passará a contar, em 1919, com 12.950. O número de operários da capital cresce 333,33% — de 15 mil trabalhadores para 65 mil em 1919<sup>87</sup>. Tais números concretizam a ideia de crescimento do Estado durante o período do conflito mundial e questionam o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade.

É esse contexto de declínio das condições de vida, falta de alimentos e elevação dos preços que irá ser o estopim da greve geral de 1917. Daremos um panorama breve dessa paralisação, pois, ao analisarmos os crimes dos padeiros porto-alegrenses, esses eventos acabarão se cruzando, o que facilitará o entendimento do objetivo do trabalho.

Em 1917, Porto Alegre vivia meses de calma. Segundo Silva Jr. (1996), o afundamento dos navios brasileiros em abril de 1917 e uma onda de xenofobia, devido à guerra, vai acarretar uma série de atos violentos contra os teuto-brasileiros. Isso leva o governo a proibir as manifestações públicas e ajuntamentos, impossibilitando a utilização da praça pública para organizar greves. Circulavam boatos de que a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS)<sup>88</sup>, em meados de julho, preparava uma grande greve. A Federação Operária durante o período de 1912 a 1916 contou com uma diretoria com influência direta do anarquismo. Conforme Queirós (2012), a ideologia que predominava na diretoria da FORGS influenciava diretamente seu *modus operandis*. Quando a entidade possuía uma diretoria anarquista<sup>89</sup>, a tendência de apoio às “paredes” era muito maior, ou seja, havia um apoio maior às ações dos operários contra a classe patronal, e os discursos dos periódicos possuíam um caráter mais agressivo. Já quando a diretoria era composta majoritariamente por socialistas, os discursos eram mais amenos e, ao invés do apoio a ações diretas, a diretoria tentava negociar ora com o Estado, ora com os patrões. Os socialistas sempre buscavam negociar para conquistar suas reivindicações.

Antes do início da greve, foi fundada a Liga de Defesa Popular (LDP) no dia 29 de julho, que seria um comitê com a participação de anarquistas. Essa organização inicialmente não pertencia à FORGS, que negava apoio a greve, mas ao longo da paralisação a entidade passa a fazer seus membros dominarem os cargos da Liga. A LDP publica a “Proclamação da

---

<sup>87</sup> MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO À ASSEMBLÉIA DOS REPRESENTANTES EM 1920. Porto Alegre, p. 127.

<sup>88</sup> A FORGS foi fundada em 1906 durante a greve geral daquele ano, sob lideranças socialistas, sendo ela “a mais importante organização dos trabalhadores gaúchos, congregando a maioria das associações em todo o Estado (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 145), essa organização definia-se “pelo princípio da recusa à participação na política, pela crença na eficácia da greve geral, na organização e elevação cultural dos operários como requisitos para a transformação da sociedade, e no sindicalismo, baseado exclusivamente na luta econômica como método de organização e luta operária” (PETERSEN, 2001, p. 278).

<sup>89</sup> Haverá uma disputa entre os socialistas e os anarquistas pela diretoria da FORGS, Bilhão (1999) enfatiza os conflitos entre essas lideranças e dessas duas correntes político ideológicas ao longo da greve de 1906.

Liga de Defesa Popular ao Povo de Porto Alegre”<sup>90</sup> e, nesse manifesto, solicita-se apoio da população para melhorar as condições de vida: “não é possível cruzarmos os braços e deixarmos que a ganância sórdida que caracteriza a época nos reduza a farrapos humanos, inconscientes, rotos e famélicos”. O clima era tenso. O memorial publicado relata a ação dos grevistas

“Invadindo e dominando todas as grandes companhias, estabelecimento e várias classes sociais, algumas levadas à força, pelo temor de represálias tremendas que os grevistas prometiam, quando lhes invocavam a incorporação na seita dos rebeldes – esse movimento assumiu proporções desmesuradas, paralisou totalmente, a vida da cidade, em luz nem pão, sem leite nem carne, sem legumes nem frutas, sem bondes nem carros, sem automóveis nem carroças.

A população agora se amedronta com o procedimento ousado dos grevistas que chegaram à petulância irrisória de colocar destacamentos seus, vigilantes e ameaçadores, em determinadas embocaduras e encruzilhadas, para impedir que os vendedores ambulantes dos artigos imprescindíveis de consumo diário, pudessem chegar ao mercado ou casa dos fregueses.”<sup>91</sup>

Dentre as melhorias defendidas pela Liga está a diminuição do preço dos gêneros de primeira necessidade, a obrigatoriedade da venda do pão a peso fixo e fixação semanal do preço do quilo, a redução de aluguéis e de passagens dos bondes, o aumento de salários e a jornada de 8 horas de trabalho para homens e de 6 para mulheres e crianças. Em 2 de agosto, o presidente do Estado baixa dois Decretos.<sup>92</sup> O primeiro elevando o salário do funcionalismo público, o que por consequência forçaria as empresas privadas a elevarem a remuneração dos seus empregados. O segundo Decreto regulamenta a importação de gêneros alimentícios de primeira necessidade, além de criar feiras nos bairros. Com essas duas medidas, as reivindicações da greve acabam por serem atendidas. Queirós (2012, p. 50) chama atenção para a atitude do governo, que acaba por legitimar as “associações operárias (...) e o atendimento – mesmo que parcial – das demandas dos grevistas conferem a este movimento paredista certa excepcionalidade tanto em relação a movimentos congêneres deflagrados em outros estados (onde prevalecia a coerção pura e simples)”.

No ano seguinte teremos a segunda greve geral, pois a carestia persistia. Mesmo após as iniciativas do governo em 1917, os preços dos alimentos continuaram subindo — a carne teve um aumento de 100%, a farinha de trigo aumentou 75%, e o leite teve acréscimo de 66%.

<sup>90</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 31 jul. 1917, p. 6. In: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 197.

<sup>91</sup> PEREIRA, Miguel. **Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Livraria Americana, 1919, v. 2 p. 360-371 apud PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 204.

<sup>92</sup> A Federação, Porto Alegre nº 179, 03 Ago. 1917, f. 1.



A inflação média se estabeleceu em 53,97%. Quando os boatos da greve iniciaram, o governo apelou ao povo gaúcho, principalmente aos operários, para não deixarem se influenciar “por espíritos anárquicos que talvez existam em seu seio, por elementos estrangeiros que defendiam ideias balofas geradas por cérebros ocos, fora de senso, inimigos da estabilidade interna”<sup>93</sup>. Em julho, os rumores da greve tornam-se mais fortes, e novamente o governo do Estado justificava e legitimava as queixas dos operários devido à penúria e alta dos preços.

Em 18 de julho, entidades operárias realizaram uma reunião na sede da FORGS — as principais eram a UGT<sup>94</sup> e a União dos Metalúrgicos. Nesta reunião foi elaborado um memorial, entregue a Borges de Medeiros, solicitando que os preços dos gêneros de primeira necessidade fossem diminuídos em 40%. Além disso, pedia a regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas, a criação de uma lei que protegesse os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho, e a liberdade de operários canteiros<sup>95</sup> — levados à Casa de Correção em função de uma greve ocorrida em abril. No dia 21, em outra reunião na sede da FORGS, foi aprovado o início da greve.

Inicialmente a circulação bondes é interrompida. Após isso, várias oficinas e fábricas da capital param sua produção aderindo ao movimento. A paralisação da Companhia Força & Luz é a que causa mais impacto:

“A paralisação desse serviço acabou pegando de surpresa o Presidente do Estado, que se encontrava em uma solenidade relativa à Primeira Exposição Preparatória da 4ª Exposição Nacional do Milho, Borges de Medeiros dirigiu-se pessoalmente até a Usina e, acompanhado da Brigada Militar, fez restabelecer o serviço por considera-lo de utilidade pública – embora explorado por uma empresa privada – promovendo a ocupação militar do local por 35 praças.” (QUEIRÓS, 2012, p. 54-55)

Além disso, Borges de Medeiros enviou homens que estavam presos nas Delegacias do 1º e 3º distritos para trabalharem no lugar dos grevistas, pois o governo julgara o movimento de paralisação ilegítimo e sem cabimento.

No dia posterior ao início da greve, devido às medidas enérgicas de contenção do governo, os bondes já tinham retomado as suas atividades, mesmo que escoltados por soldados da Brigada Militar. O governo proibiu e passou a coibir ajuntamentos públicos e

<sup>93</sup> O Independente, Porto Alegre, 01/071918, p. 3.

<sup>94</sup> A União Geral dos Trabalhadores, é fundada em 1917, nesse ano poucos anarquistas ocupavam cargos de diretoria da FORGS, e inúmeras disputas ideológicas aconteciam na direção da Federação. Com isso, operários anarquistas se afastam da entidade e fundam a UGT, levando a FORGS a perder muitos membros.

<sup>95</sup> “Os canteiros eram responsáveis pela fabricação das pedras que seriam colocadas no pavimento das ruas, sendo que havia duas categorias responsáveis, uma eram os cavouqueiros responsáveis pela extração das pedras e no preparo do terreno que seria pavimentado e os ferreiros que trabalhavam no reparo das ferramentas” (SILVA JR, 2002, p. 97)

comícios. Na sede da FORGS, onde aconteceria um comício no dia 22, o comandante da Brigada Militar, coronel Emílio Massot<sup>96</sup>, ordena que a multidão se disperse. Houve resistência de operários que incitavam a continuidade da greve, sendo eles impedidos pela polícia de continuar proclamando a greve. Como tentativa de impedir a continuação do levante, as fábricas passam a dispensar os funcionários que haviam aderido à parede.

O governo reprime essa greve considerando que a paralisação era descabida, e que o Rio Grande do Sul, em comparação com outros estados, possuía uma condição econômica mais estável. Considerava que a greve era uma “ação perniciosa de elementos estranhos ao nosso meio social que aqui pretendem lançar o *gérmen* maligno das ideias anárquicas, rivalidades e luta de classes que não tem razão de ser no Brasil e tendem a desaparecer na própria Europa, onde surgiram”<sup>97</sup>. Como se vê, já havia uma aversão à ideologia anarquista devido aos discursos e manifestos inflamados que incitavam os operários contra o governo. Em 1918, depois da greve, o governo passará a prender operários suspeitos de incitarem paralisações ou distribuírem panfletos incitando reivindicações da classe operária de maneira geral<sup>98</sup>. Oliveira sintetiza a representatividade dessa ideologia no movimento operário:

“... o anarquismo se apresentava como uma vertente do movimento operário mais ‘radical’, na medida em que não admitia relações de qualquer tipo com políticos ou com o Estado, e era um interlocutor surdo às propostas de sedução dos políticos, pois não oferecia espaço para a entrada de elementos estranhos no seu meio e, portanto, aos olhos dos políticos, representavam uma ameaça que precisava ser combatida duramente.” (OLIVEIRA, 2003 p. 96)

Além dos operários, o governo pressionou as associações que apoiaram a parede. No entanto, a liderança anarquista já pode ser vista tomando um espaço privilegiado de divulgação e expressão de suas ideias e propostas que resultaram em uma radicalização do discurso operário, principalmente na greve generalizada de 1919.

Por fim, temos a última greve geral ocorrida no ano de 1919, que iniciou no fim de agosto e continuou durante o mês de setembro. O movimento inspirador ocorreu em maio na cidade de Rio Grande<sup>99</sup>, a partir dos operários que construíam o novo porto<sup>100</sup>. Uma

<sup>96</sup> Affonso Emilio Massot, nasceu em Pelotas em 16/10/1865 e faleceu em Porto Alegre em 21/10/1925, foi um militar, comandante da Brigada Militar por mais de 20 anos sendo o Patrono dela nos dias atuais. Incorporou as fileiras da Brigada militar desde a sua fundação em 1892, sendo inicialmente inserido no posto de Capitão, participou ativamente da Revolução Federalista, conforme Joseph Love (1975, p. 78) um dos resultados da Revolução Federalista foi o de ter criado “heróis militares” no Rio Grande do Sul, sendo Emílio um deles. Foi um dos responsáveis pela organização administrativa, educacional e estatutária da polícia gaúcha.

<sup>97</sup> A Federação, Porto Alegre, 29/07/1918, f. 1 apud QUEIRÓS, 2012, p. 58.

<sup>98</sup> O Independente, Porto Alegre, 04/10/1918, f. 5 apud QUEIROS, p. 58.

<sup>99</sup> Sobre essa greve em 1919 ver em: LONER, Beatriz. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: UFPel, 2001.

mobilização generalizada em Rio Grande foi reprimida de forma muito violenta pela Brigada Militar, até mesmo a sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT) da cidade foi invadida pelos “morcegos”<sup>101</sup>. Os relatos da invasão a essa sede revelam o uso de extrema violência. O ato foi encarado como vingança das autoridades, pois a UGT havia ameaçado as autoridades policiais acusando-as de agirem com truculência contra crianças e mulheres. Quando a polícia invade a sede da União Geral dos Trabalhadores, rouba-lhe o estandarte em sinal de humilhação e subordinação. Durante essa operação policial, alguns operários ficaram feridos e um trabalhador foi morto. Essa truculência leva outros operários e fábricas a entrarem em greve. Conforme Queiros,

“... é interessante observar que esta onda repressiva acabou tendo efeito paradoxal: ao mesmo tempo em que buscava evitar novas adesões ao movimento paredista através da imposição do medo, prevendo a falta de disposição de parcelas do operariado para enfrentar a máquina coercitiva do Estado, acabou por estimular solidariedade e a indignação dos trabalhadores, fortalecendo sua agregação e o sentimento de legitimidade de sua causa.” (QUEIROS, 2012, p. 65)

Pelotas se solidarizou com a causa declarando greve em apoio, e com reivindicação de aumento para os estivadores. Nas duas cidades, detentos foram postos nos lugares dos trabalhadores grevistas. A greve se alastra para o interior do Estado — houve paralisações em São Jerônimo. Os movimentos somente começariam a diminuir em 14 de maio. Toda essa agitação acaba por deixar em alerta o patronato e o Estado, pois isso poderia gerar uma greve de grandes proporções na capital do Rio Grande do Sul.

Os primeiros traços de influência em Porto Alegre aparecem em abril, momento em que trabalhadores do porto se declaram em greve pleiteando maiores salários. Essa greve dura até o mês de julho, quando conseguem, por meio de acordo, um aumento de remuneração. No início do mês de maio os canteiros declaram greve. Em apoio, o sindicato dos padeiros paralisa o trabalho nas padarias, aproveitando para reivindicar a soltura de padeiros presos na greve anterior e a instauração de uma comissão de higiene que fiscalizasse as padarias mensalmente. Como de praxe, grande parte dos estabelecimentos de panificação da capital paralisam seus serviços. É nessa greve que acontecerá um assassinato entre padeiros — fato

---

<sup>100</sup> Rio Grande desde o século XVIII já possuía um porto de exportação e importação, em 2 de junho de 1910 se iniciou a implantação do Porto Novo, que entra em operação em 1915, sendo que em 1919 o Governo do Estado ficaria imbuído das conclusões da obra conforme o Decreto nº 13.691, de 09/07/1919, o Porto é ativo até os dias atuais, tendo movimentado entre janeiro e agosto de 2018 passaram por ele em torno de 10,9 milhões de carga para exportação e importação.

<sup>101</sup> Os policiais eram chamados de morcegos “pois, deviam permanecer escondidos, aparecendo, rapidamente acabando com as desordens” (MOREIRA, 1995, p. 61). O ranço contra a Brigada Militar por populares começa a surgir, após as primeiras tentativas de profissionalizá-la, entre os anos de 1878 e 1889, afinal, era nesse contexto que a polícia começava a limitar os espaços públicos e os atos neles a partir de sua presença.

que analisaremos com maior profundidade. A FORGS prestará solidariedade às categorias grevistas. Outras greves menores de outras categorias ocorreram antes do início da greve geral.

Os padeiros, que em maio já haviam estado em greve e tinham tido suas reivindicações atendidas em 22 de agosto, entram em greve novamente exigindo aumentos dos salários e diminuição da porcentagem que os proprietários das padarias davam aos distribuidores de pão. As adesões às greves vão aumentando e se generalizam, tendo categorias que paralisam seus trabalhos somente por solidariedade a seus colegas, um exemplo é a Companhia Força e Luz, que, mesmo sem nenhuma reivindicação, entra em greve. A paralisação transcorria pacificamente, mas em 2 de setembro, após uma reunião, os proprietários e diretores de estabelecimentos decidem enfrentar os empregados, a intransigência acaba por criar contornos de radicalização. A classe patronal passa a confrontar os operários contratando outros trabalhadores para os postos vagos, o que revolta os grevistas, pois passam a ter sua situação empregatícia indefinida, e ainda tem sua paralisação descreditada e burlada pelos patrões.

“Nesta greve, diferentemente daquelas ocorridas nos anos anteriores, as reivindicações dos operários não eram direcionadas majoritariamente ao Poder Público, mas, sim, aos empresários. Todavia, o governo estadual posicionou-se em oposição aos trabalhadores engajados no movimento. Estes últimos, inspirados pelas ideias anarquistas, passaram a enfrentar tal união de forças (burguesia e governo) por meio da ação direta: contra a intransigência dos patrões e a repressão do governo estadual, bombas e dinamite!” (QUEIROS, 2012, p. 76)

Após essa situação, aconteceram confrontos diretos com tropas da Brigada Militar que guarneciam alguns estabelecimentos a pedido dos proprietários<sup>102</sup>. As ações violentas tornaram-se comuns, tanto da Brigada Militar quanto de operários — tudo isso devido à intransigência patronal de não querer negociar com seus empregados. Os operários agem não voltando ao trabalho, agredindo fura-greves, causando confusões e brigas nos estabelecimentos que funcionavam e impedindo a circulação de bondes. Um exemplo citado por Queirós (2012, p. 57): “pouco depois das 3 da manhã, uma bomba de dinamite foi arremessada contra a Padaria Sul-Americana, na Rua Silveira Martins, sem quaisquer danos materiais ou feridos”. O governo disponibilizou a Brigada Militar para escoltar bondes, ameaçando, através da imprensa, que tomaria medidas enérgicas contra os grevistas. Nesse

---

<sup>102</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 207, de 03/09/1919. Um praça da Brigada Militar que fazia a segurança da Fábrica de Cervejas Becker e Cia, foi alvejado por um tiro de raspão, não foram achados os autores dos disparos.

período, a greve gerou em um impasse: a intransigência patronal se mantinha e os operários não voltavam ao trabalho.

No dia 7 de setembro ocorreu um dos momentos de maior radicalização da greve. Nesse dia, o Sindicato da Força e Luz organizou um *meeting*, que seria realizado na Praça Montevideu, com o objetivo de protestar contra as contratações feitas pela Companhia para substituir os operários grevistas. Os policiais tentaram convencer os trabalhadores a não realizarem o *meeting*, o que não foi atendido, provocando inclusive um tiroteio entre policiais e operários. Há várias versões sobre quem realmente havia tomado a iniciativa do tiroteio<sup>103</sup>, se foram as autoridades ou os operários. A versão que mais aparece a partir dos depoimentos é a de que a Brigada Militar, de sabres desembainhados, teria avançado a cavalo para cima dos manifestantes. Postura que não era muito incomum entre as forças policiais do Estado. Em 1915, por exemplo, durante um comício para protestar contra a indicação do Marechal Hermes da Fonseca<sup>104</sup> como representante do estado para uma cadeira no Senado, a Brigada avançou contra a multidão que era composta não somente de operários, mas de mulheres e crianças<sup>105</sup>. As forças policiais avançaram sobre a multidão sem haver muito respaldo para a truculência, pois o comício ocorria pacificamente:

“O piquete avançou pela rua dos Andradas, repleta da massa popular que tomara parte no *comicio* e de *innumeras* pessoas que passeavam, notadamente *familias* com *creanças* de todas as idades, e as descargas seguidas, cerradas, continuas de revoltas *Nagant* reboaram em todas as *direcções*.

Um clamor *horriavel* de gritos de dor e de desespero, que se confundiam com os protestos mais *vehementes* do povo, contra a *similhante* crueldade, partiu da multidão correndo, em tumulto, caindo, levantando-se arrastando, *creanças* e senhoras pela mão na *ancia* de fugir ou se abrigar nos cafés e cinemas, *unicos* estabelecimentos que estavam a *cavallaria* continuava a sua obra de destruição, fuzilando e espaldeirando o povo.

Naturalmente, houve *reacção* por parte de populares mais animosos e os soldados foram, por sua vez, alvejados, a revólver.”<sup>106</sup>

O Jornal Correio do Povo também enfatizou a ação desmedida do piquete da Brigada Militar, afirmando que “não havia, *siquer*, ameaça de perturbação da ordem; ao contrário, a principal rua da cidade *regorgitava* de *familias*, passeando *tranquillamente* e assistindo ao

<sup>103</sup> APERS, Processo-crime nº 1.016. Maço 19, Porto Alegre, 1919.

<sup>104</sup> Hermes da Fonseca (1855 – 1923) militar e político brasileiro, tendo sido presidente no mandato de 1910-1914, seu mandato é bastante singular, pois nele, ocorre a Revolta da Chibata (1910), intervenções em estados como Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas, provocando atritos resultando no bombardeio de Manaus em 1910.

<sup>105</sup> Ver mais em: KIRST, Dionathan Dias; CIRRA, Leonardo Freitas. “A obra impatriótica dos agitadores”: manifestação popular, política e estatal na Porto Alegre de 1915. In: Caroline von Mühlen; Máira Ines Vendrame; Caiuá Cardoso Al-Alam. (Org.). **Criminalidade, Violência e Justiça: reflexões e novas possibilidades**. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2017, v. 1, p. 401-412.

<sup>106</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, nº 168, 16/07/1915, f.6.

desfile da massa popular que tomara parte no *comicio* e que já se dispunha a dispersar. ”<sup>107</sup>. O comício foi organizado devido à assertiva positiva de Borges de Medeiros à indicação. Quem também acabou por ganhar uma imagem negativa por ter indicado o marechal ao cargo foi o Senador José Gomes Pinheiro Machado<sup>108</sup>. Devido a essa atitude, o senador, tão influente, passa a ter uma imagem negativa perante os cariocas, sendo nela personificada os males da nação. O que mais chama atenção nisso é que a derrocada da imagem de Pinheiro Machado culminará em seu assassinato, em 8 de setembro de 1915, por uma punhalada nas costas desferida por um padeiro gaúcho chamado Francisco Manso de Paiva Coimbra.

Voltando à greve de 1919, podemos dizer que foi a paralisação que mais se radicalizou: “as ruas do centro de Porto Alegre transformaram-se, nesta ocasião, em uma verdadeira praça de guerra: operários grevistas – muitos deles armados, conforme algumas versões – fugiam das tropas da Brigada – estes certamente munidos com espadas, cavalos e revólveres – e se misturavam aos transeuntes que comemorava a dia da Independência” (QUEIRÓS, 2012, p. 83). Nesse dia houve até a morte de um operário por policiais. No velório ocorreram mais brigas entre operários e forças do governo. No mesmo dia o governo optou por fechar várias organizações operárias<sup>109</sup>.

A partir do dia 10 a greve começará a perder força. Alguns estabelecimentos, após estabelecerem acordos com seus empregados, acabam retornando às atividades. A greve tem seu fim. O insucesso da paralisação se deve muito à ação violenta do Estado reprimindo as ações do movimento operário e à intransigência patronal negando a fazer acordo com os grevistas.

### 3.2 A Questão dos Padeiros

Achamos imprescindível descrever, mesmo que de forma superficial, as três grandes greves da capital, pois elas acabaram influenciando e também foram influenciadas pelas ações da categoria padeiral. Neste subcapítulo, temos como objetivo investigar quem eram esses operários envolvidos nos crimes, focando em algumas ações anteriores ao ano de 1913 e

<sup>107</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, nº 168, 16/07/1915, f.6.

<sup>108</sup> José Gomes Pinheiro Macho, nasceu em Cruz Alta em 08 de maio 1851 e faleceu no Rio de Janeiro em 08 de Setembro de 1915, foi um político brasileiro muito influente na República Velha, foi senador e participando da Constituinte em 1890/1890, foi participante ativo da Revolução Federalista, vencendo inclusive a Batalha de Passo Fundo. Em 1902 foi eleito vice-presidente do Senado Brasileiro.

<sup>109</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 211, f. 3. Na manchete em letras garrafais consta “Numero grupo de anarquistas tenta desrespeitar a ordem da policia – O fechamento da Federação Operária e outros centros de Anarchia”. Além da FORGS, foram fechadas também a sedes da associação dos empregados da Cia. Força e Luz e União Metalúrgica.

também no ataque em massa ocorrido aos distribuidores de pão na madrugada de 10 para 11 de agosto de 1913.

É difícil precisar o momento em que tiveram início as manifestações como categoria dos padeiros porto-alegrenses, pois não há muitos registros em arquivos com documentação das reuniões do sindicato. O que temos são fragmentos em jornais e processos-crimes que tornaram possível realizar essa investigação e cogitar possibilidades nessa pesquisa.

Segundo Fortes, a organização dos padeiros no Rio Grande do Sul se iniciará no ano de 1905, e as questões centrais de reivindicação foram a jornada de trabalho de oito horas e o descanso dominical. Conforme o autor, “a organização sindical na categoria remonta a 1905, data da fundação da Sociedade de Resistência Padeiral, tendo se verificado oito paralisações até 1919” (FORTES, 1997, p. 109). Em 1º de setembro de 1905, a entidade de resistência instituiu novos estatutos e passou a se denominar União dos Empregados de Padaria, o líder operário Francisco Xavier da Costa estava presente nessa reunião e, ao discursar, cita a necessidade de mudanças e da união dos empregados do ramo de panificação:

“... a necessidade dos padeiros unirem-se e orientarem-se criteriosamente para a proteção mútua, asseverando-lhes, em linguagem vigorosa, que ao levar-lhes a prédica de união cumpria o dever que se havia imposto como propagandista do alevantamento da classe operária [...] Terminou concitando vibrantemente a União dos Empregados em Padaria a empreender o máximo de seus esforços em prol da vitória da causa comum de todos os operários.”<sup>110</sup>

O sindicato da categoria nascerá, como em muitas sociedades de operários da Primeira República, dessa Sociedade de Resistência<sup>111</sup>. O Sindicato Padeiral surgirá durante a greve de 1906, juntamente com a Federação Operária. Essa ligação com a entidade que representará o operariado gaúcho até a década de 1930 será permanente, pois a Federação era o órgão de maior representatividade dentre as categorias e a atuação do sindicato agremiado orientava-se por ela. Com o Sindicato dos Padeiros não será diferente. Durante o período de análise, a FORGS terá uma diretoria com maioria composta por anarquistas, contribuindo para as ações mais radicais da classe padeiral. Em um dos crimes analisados, a Federação foi acusada de fornecer uma bomba de dinamite para explodir um forno da Padaria Viúva Sperb. Como também possuímos um contexto de radicalização das manifestações operárias, com um

---

<sup>110</sup> A Democracia, Porto Alegre, 10/09/1905 apud SCHMIDT, 2002, p. 188.

<sup>111</sup> Conforme mostra Schmidt, havia uma política de incentivo criação de entidades e impulso do associativismo, ao escrever a trajetória de Xavier da Costa, o autor mostra que o líder operário, atuava nessa criação de entidades, participando de reuniões onde exercia função autoridade moral nas reuniões. Sendo inclusive concedido o título de sócio honorário ‘pelos relevantes serviços prestados por vós a mesma’. (2002, p. 187-188)

número elevado de greves e protestos dos empregados, as atitudes da categoria não destoam tanto das de outras categorias.

A repetição dos nomes de Paulino Rodrigues da Rosa e Ítalo Lena nos chamou a atenção. São dois padeiros que aparecem em mais de um processo-crime e recebem várias acusações, e também surgem como membros da diretoria do Sindicato. Ítalo confessou ter sido o primeiro presidente. Foi ele também que solicitou “gente” para realizar um trabalho — o incêndio das carroças da Padaria Italiana. Paulino foi eleito vice-presidente do sindicato no ano de 1913<sup>112</sup>. Nesse ano as ações da categoria se radicalizam, podemos cogitar com esses fatos que o sindicato realmente tinha influência e auxiliava a organização das ações mais violentas; afinal, havia membros da diretoria envolvidos diretamente nos crimes.

Voltando ao histórico do sindicato, percebemos que sua nomenclatura se alterou por diversas vezes. Durante a pesquisa localizamos várias titulações: Sociedade de Resistência Padeiral, União Padeiral<sup>113</sup>, Liga Padeiral<sup>114</sup>, Sindicato Padeiral<sup>115</sup> e União Beneficente dos Empregados de Padaria<sup>116</sup>. Quando ultrapassamos o recorte temporal selecionado, encontramos um nome bem mais longo para a entidade que representaria essa categoria — em 1959, intitula-se “Sindicato dos Trabalhadores na Indústria, Fabricação e Distribuição em Panificação e Confeitaria, Massa Alimentícias e Biscoitos, Produtos de Cacau e Balas, Laticínios e Produtos derivados, Torrefação e Moagem de Café, Doces e Conservas Alimentícias e do Mate de Porto Alegre”<sup>117</sup>. Mas essa associação não representava mais somente a categoria porto-alegrense, também congregava operários de Guaíba, Canoas, Viamão, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Taquara.

O sindicato, até onde conseguimos investigar, existirá até a década de 1960. Conforme Silva (2018, p. 169), “desde a fundação do Sindicato de Resistência Padeiral (1905) até o começo da regulamentação do trabalho pelo Governo Federal, no início dos anos de 1903, a questão central para os padeiros foi referente à demanda pelo descanso dominical (...) Já a partir de 1945, as novas ‘extravagâncias’ demandadas seriam, efetivamente, o grande ponto de conflito entre patrões e empregados por anos a fio, até metade dos anos 1950”. As extravagâncias referidas pelo autor dizem respeito à concessão gratuita de um quilo de pão por funcionário e à oferta de café com leite durante o expediente de trabalho. Essa concessão diária apareceu também como elemento de conflito no trabalho de Fontes (2003), pois os

---

<sup>112</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 50, 28/02/1913, f. 4.

<sup>113</sup> FORTES (2004, p. 258).

<sup>114</sup> AHMV, Correio do Povo, Porto Alegre, nº 180, de 19/08/1913 f. 10.

<sup>115</sup> AHRV, Porto Alegre, nº 32, 1913-1919, f. 1 e QUEIRÓS (2013).

<sup>116</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 50, 28/02/13, f. 4.

<sup>117</sup> SILVA, 2018, p. 168.



patrões paraenses resolveram acabar com a concessão diária dos pães e do café aos empregados, impondo também uma forte vigilância e controle da produção para evitar o furto de mercadoria, ocasionando, assim, greves da categoria nos anos 1940.

A atuação do sindicato no Rio Grande do Sul também se sobressairá entre os anos de 1933-1934, quando ocorreu uma greve de padeiros de 57 dias. Nessa paralisação, a principal reivindicação é o cumprimento do Decreto 23.104, de 19/08/1933, que institucionalizava o descanso dominical e versava sobre regras de higiene nos estabelecimentos e dormitórios de padarias. Nessa época a FORGS se encontrava na ilegalidade, pois não possuía reconhecimento do Ministério do Trabalho<sup>118</sup>, mas, mesmo assim, ainda era atuante nas classes trabalhadoras do Rio Grande do Sul. A paralisação se torna tão séria que Waldyr Niemeyer, Secretário do Ministro do Trabalho, foi enviado a Porto Alegre para resolver a questão, mas não obteve sucesso. Então o próprio Ministro do Trabalho, Joaquim Pedro Salgado Filho<sup>119</sup>, deslocou-se até a capital gaúcha e, após debater com empregados e patrões, acabou por negociar que os trabalhos iniciassem aos domingos somente às 22 horas, e não às 18 horas como era a vontade dos patrões, dando fim à paralisação. Além disso, o Ministro concedeu à FORGS carta sindical legitimando-a como entidade perante o Governo Federal. Para Fortes, essa greve da categoria tem um saldo político para FORGS:

(...) o fato da entidade receber pessoalmente das mãos do Ministro do Trabalho a sua oficialização após ter dirigido um movimento tão acirrado (greve dos padeiros), ter assumido publicamente a defesa do direito de greve e seus dirigentes principais serem progressivamente identificados como esquerdistas não pode ser menosprezado. Reafirm[ou-se], assim, a necessidade da organização e mobilização sindicais para a obtenção de conquistas reais, e a oficialização foi praticamente o reconhecimento disso pelo Estado [...] Longe de refletir a desilusão de sindicalistas que esperavam ingenuamente a garantia de seus direitos como beneplácito do Estado, estas avaliações apenas consolidavam o ceticismo já antes manifesto e atualizavam a defesa da autonomia operária em um momento onde a possibilidade de atuação por dentro do sindicalismo oficial começava a restringir-se progressivamente. A greve dos padeiros abria assim um período de ascensão e radicalização das lutas dos trabalhadores que atingiria o seu ápice em 1935.” (1997, p. 117-118)

---

<sup>118</sup> O ministério do trabalho teve sua fundação em 26 de novembro de 1930, por Getúlio Vargas, sendo denominado Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio (MIC). Pelo Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, é regulamentada a sindicalização da classe operária e patronal, se tornando obrigatória a aprovação dos estatutos trabalhistas e patronais pelo MIC.

<sup>119</sup> Joaquim Pedro Salgado Filho, nasceu em Porto Alegre em 2 de julho de 1888 e morreu em São Francisco de Assis em 30 de julho de 1950, foi um magistrado e político brasileiro. Foi Delegado Auxiliar da Polícia do Rio de Janeiro, depois Chefe da mesma corporação. Em abril de 1932 foi nomeado Ministro do Trabalho, da Indústria e do Comércio, instituiu durante seu ministério as comissões mistas que julgavam conflitos entre patrões e empregados, regulamentou através de Decretos inúmeras profissões, além de regulamentar o trabalho feminino. Instituiu também a Carteira de Trabalho, deixando o ministério em julho de 1934. Após foi Deputado Federal, em 1938, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar aposentando-se em 1941. Foi também o primeiro ministro comandante do Ministério da Aeronáutica, sendo responsável pela sua separação do Exército.

Pode-se perceber que a relação do Sindicato Padeiral com a Federação Operária perdurou por mais de 30 anos, sendo que a greve da categoria na década de 1930 culminou na legalização da FORGS. É interessante notarmos que as ações da categoria padeiral não se estabelecem somente na Primeira República, elas iniciam em 1905 com a Sociedade de Resistência, e mobilizam uma grande atividade grevista de 1913 a 1919. Há registros de uma paralisação da categoria em 1923 solicitando melhores condições de higiene nos estabelecimentos, esse evento possui poucas menções em jornais e não localizamos registros policiais dessa paralisação. Aconteceu, como já citado, a greve de 57 dias nos anos de 1933-1934, que possui um grande impacto na capital gaúcha, e também no contexto da época; afinal, o Brasil se encontrava no período de governo provisório de Getúlio Vargas, quando legislações que versavam sobre a classe trabalhadora estavam sendo publicadas. O movimento operário encontrava-se em mudança também, pois agora passava a cobrar o cumprimento das leis promulgadas, sendo a greve dos padeiros, conforme Fortes (1997), um exemplo da política colaboracionista implementada na década de 1930. Além dessa atuação, o sindicato realizará paralisações com mais ênfase entre os anos de 1945 e 1959, porém, as reivindicações serão diferentes, não versarão mais sobre o tempo de trabalho, mas sobre os ‘costumes’ presentes no cotidiano das relações entre empregado e patrão da padaria, que na concepção deles eram “passíveis, portanto, de serem transformados em direitos, garantidos pela legislação trabalhista consolidada em 1943” (SILVA, 2018, p. 168). A luta dos padeiros era pela concessão de um quilo de pão diário e aumento salarial. No total, haverá oito tentativas de dissídio coletivo reivindicando essas duas pautas. Essa demanda seria objeto de luta por anos. Para Nauber Silva, “estas demandas faziam parte da história do ofício” (2018, p. 169).

O mais interessante é que essa demanda será chancelada pelo Conselho Regional do Trabalho (CRT), que deu razão aos operários. Além da concessão de pão, a CRT achou justo o aumento salarial. Nesse período teremos a tentativa de legitimar a Justiça do Trabalho, que será vista pelos patrões como uma ferramenta para favorecer os trabalhadores<sup>120</sup>. Não nos cabe discutir esse contexto, mas demonstrar que a categoria padeiral tem um longo percurso reivindicatório. Afinal, nosso estudo não tem a intenção de esgotar as possibilidades de análise, mas sim abrir caminho para novas investigações, em diferentes contextos e com diferentes fontes.

---

<sup>120</sup> Há pesquisas que mostram que a Justiça não era sempre benéfica para o trabalhador, ver mais em: SPERANZA, Clarice Gontarski. O Trabalho Perante a Lei: os mineiros de carvão na Justiça do Trabalho em São Jerônimo, RS (1946-1954). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 416-437, jul./dez. 2013.

### 3.2.1 Os padeiros porto-alegrenses

A trajetória de luta dos padeiros gaúchos perpassa décadas. Mas, no período de 1913-1919, quem eram esses operários? Neste subcapítulo tentaremos investigar quem eram os padeiros porto-alegrenses, para isso listamos todos os padeiros que aparecem envolvidos nos processos-crimes, algumas informações não constam nos processos, mas a partir do Anexo 1 poderemos entender um pouco do perfil desses trabalhadores.

Localizamos, no total, 48 operários; porém, alguns indivíduos constam em mais de um processo-crime, devido a isso escolhemos mantê-los de forma repetida na tabela, posteriormente comentaremos mais sobre eles. Esses padeiros são, em sua grande maioria, brasileiros, somente três são de outras nacionalidades: um português, um espanhol e um uruguaio. A idade é bastante variada. O proletário mais novo é Luiz Zanoani, com 16 anos. Ele consta como empregado da padaria Pelotense, onde também reside. Estimamos que ele seja um aprendiz. Operário mais velho que aparece nos processos é José Timotheo, com 54 anos. A média de idade dentre eles será de 27 anos. Pela média não eram operários tão novos, mas indivíduos com uma boa experiência de vida e, provavelmente, com certa experiência de trabalho.

O estado civil dos padeiros elencados também possui números distintos. Conforme o Anexo 2, quatro operários não declaram se possuem algum relacionamento, dezesseis se declaram casados, e trinta e três são solteiros. Dados que revelam um grande número de operários sem um relacionamento oficial (no civil ou no religioso). É possível que este alto índice de padeiros solteiros seja devido à mobilidade geográfica característica no ofício. Como exemplo, temos o relato de Lino Leal, que declarou que estava “actualmente desempregado, devendo seguir para Caxias como empregado da Padaria Serrana”<sup>121</sup>. Em outro ponto do relato, Lino fala de um companheiro, dizendo que era “Alziro de tal<sup>122</sup> ex-empregado da Padaria Brazil e que também *vae* para ser empregado em Caxias”<sup>123</sup>. Outro fator que poderia dificultar os relacionamentos fixos e a constituição de família seria o tempo muito longo de processo de trabalho. Também há o fato de os indivíduos estarem envolvidos

---

<sup>121</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, f. 10.

<sup>122</sup> Após investigações a Polícia descobre se tratar de Alziro Coelho da Silva.

<sup>123</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, f. 10.

em relação consensuais, denominadas de amasiamentos<sup>124</sup>. Arend (2001) realizou um estudo sobre a família popular no final do século XIX, mostrando que a formação das famílias nem sempre acontecia conforme os padrões impostos, que exigiam o casamento (aprovação divina) e o registro civil (aprovação do Estado). Grande parte dos relacionamentos ocorria fora desses padrões, devido a sua pouca duração e ao custo elevado para realizar os ritos e pagamento das taxas para oficialização. Conforme a autora, “para os populares, estar amasiado era considerado um estado próprio da sua cultura, equivalente a um estado civil da ordem jurídica” (AREND, 2001, p. 61). Esse costume do amasiamento, se fosse juridicamente reconhecido, poderia modificar o gráfico quantitativo do Anexo 2. Acreditamos que os operários possuíam relacionamentos e famílias em número maior, mas, ao deporem, declaravam-se solteiros por não poderem provar juridicamente sua união com outra pessoa.

A questão da mobilidade não foi uma particularidade da categoria. Ao realizar um estudo sobre a categoria dos calceteiros<sup>125</sup> em Porto Alegre, Silva Jr (2002, p. 97) notou que era “surpreendente a rotineira migração de trabalhadores em pedra, auxiliada por uma rede de obtenção de mão de obra que extrapola o município ou as regiões próximas”. A migração dessa categoria poderia ser impulsionada pelo fato de 69,23% desses operários serem imigrantes — fato que diverge da situação dos padeiros. Conforme o autor: “a migração ocorria sempre que o mercado de trabalho oferecia melhores oportunidades (...) a percepção do mercado de trabalho por canteiros e calceteiros não era local, mas constituída por um espaço amplo e descontínuo, envolvendo diversas cidades da América do Sul e mesmo da Península Ibérica” (SILVA JR, 2002, p. 98-99).

Esses trabalhadores em pedra somente conseguiam emprego mediante associação no sindicato que os representava. Ao chegar a uma nova localidade, dirigiam-se à sede da agremiação, mostravam uma carta que comprovava sua filiação e, após isso, o sindicato os encaixava nas vagas disponíveis. Não podemos afirmar que a organização dos padeiros era tão extensa assim — incluindo outros países. Mas havia o controle do mercado de trabalho das padarias de Porto Alegre. Há, portanto, a possibilidade de isso existir em âmbito estadual, inclusive trazendo operários do interior para realizar os ataques aos estabelecimentos de Porto Alegre. Em um dos processos-crime, Galdino Medeiros se deslocou de Caxias e hospedou-se em um hotel de Porto Alegre. Galdino não permaneceu sozinho no hotel, Ítalo Lena e Alziro,

---

<sup>124</sup> O amasiamento consistem em três fatores: “as pessoas deviam encontrar-se com alguma regularidade; a existência de responsabilidades mútuas entre o homem e a mulher; e a relação deveria ser pública, ou seja, parentes, vizinhos, amigos e outros tinham o conhecimento da sua existência” (AREND, 2001, p. 61).

<sup>125</sup> Os calceteiros eram responsáveis por realizar a pavimentação das ruas, os profissionais dessa categoria constantemente migravam para as regiões que possuíam obras de calçamento, sendo essa uma profissão que possuía uma rede de obtenção de mão de obra via sindicato da categoria. (SILVA JR., 2002, p. 98)

que irão para Caxias trabalhar, ficam com ele. Os relatos dos processos dão indícios de que foram eles os responsáveis pela queima das carroças. Segundo o porteiro do hotel, os padeiros mentiram que tinham voltado às 9 horas. O horário de retorno, na noite do crime, teria sido após a meia noite. Galdino, logo após essa noite, deixará Porto Alegre e retornará para Caxias, não sendo encontrado pelas autoridades policiais para depor.

A questão da nacionalidade chama atenção pelo fato de a grande maioria dos padeiros serem brasileiros, pois como era atribuída aos imigrantes a condição de anarquistas e baderneiros, inicialmente achávamos que haveria mais imigrantes envolvidos nos eventos de greve e violência.

A questão da cor também é um fator interessante de análise, porém, há nos registros pouca indicação referente à cor dos empregados. Essa informação seria útil para aprofundar pesquisas na área de pós-abolição preenchendo lacunas no mapeamento de onde os libertos se inseriam nos mundos do trabalho.

Quanto à questão de moradia, percebemos que 9 operários declaram morar nos estabelecimentos em que trabalham, o restante (39) declara residência em outro local. A partir das informações dos processos-crimes, realizamos um levantamento dos distritos em que os operários moravam. Para tal empreitada, usamos a referência da divisão de Porto Alegre em 4 distritos, conforme o mapa que Franco (2006) disponibilizou em seu livro *“Porto Alegre: Guia Histórico”*. O Guia também nos auxiliou no mapeamento das ruas da capital, pois muitas já não possuem a mesma nomenclatura da época em que os padeiros realizaram os depoimentos. Consideramos como primeiro distrito a área peninsular, cuja ocupação é a mais antiga, sendo hoje o centro da capital. O segundo distrito inclui os bairros Campo da Redenção, Cidade Baixa, Praia de Belas, Menino Deus e Azenha. O terceiro é composto por Bom Fim, Rio Branco, Independência, Moinho de Ventos e Floresta. Por fim, o quarto distrito compreende os bairros São João, Navegantes, Menino Deus, Glória e Belém Velho<sup>126</sup>. Já podemos perceber que a questão de moradia possui importância na análise. No primeiro capítulo somente dissertamos sobre as características dos padeiros residentes nos estabelecimentos de trabalho, mas há um grande número de indivíduos que moram em pensões, dividem acomodações com colegas, ou moram em casas distantes do local de trabalho.

---

<sup>126</sup> Essa divisão distrital foi retirada de MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

No início do século XX, os cortiços cumpriram um papel importante no período de industrialização de Porto Alegre, mas, ao mesmo tempo, passaram a ser alvo da Intendência Municipal, pois iam de encontro aos padrões estéticos e higiênicos que vinham sendo impostos. Representavam também uma ofensa ao código de posturas municipais e à moral das classes dominantes — ofereciam risco à saúde pública devido à grande chance de disseminação de doenças como a tuberculose. Conforme Silva (2010), a partir da década de 1910 há um retrocesso das moradias populares no primeiro distrito, e uma consolidação de uma zona propriamente fabril na cidade, o Quarto Distrito.

Mesmo havendo uma política de repressão aos cortiços e um deslocamento e marginalização dos operários para bairros mais distantes, podemos ver que 22 padeiros moravam na região central e 15 no terceiro distrito — distritos mais próximos dos estabelecimentos de panificação. O Terceiro Distrito dispunha de bondes para o deslocamento dos operários — serviço necessário para um bom andamento da produção fabril. Note-se que o preço da passagem do bonde não estava incluído na remuneração dos operários, o que representava um tributo adicional a sua já escassa renda. O preço fixado pela Intendência Municipal a ser cobrado pela Companhia Força e Luz Porto Alegrense era de 200 réis entre os anos de 1906 e 1924. O preço dos bondes era um fator de grande discórdia entre os envolvidos: companhias de transporte e pequenos empreendedores, Intendência e operariado. A situação precária dos bondes na década de 1920 faz surgir, ilegalmente, os “auto-ônibus” — mais confortáveis e com preços menores de passagem.

Ponderamos que a opção de morar no primeiro distrito era para diminuir a distância entre a casa e o local de trabalho, pois a carga horária de serviço era muito alta e, se adicionarmos o tempo de deslocamento do transporte coletivo, podemos dizer que os operários permaneceriam tempos diminutos em suas residências, além do fato de que os proletários tinham o costume de ir almoçar em casa no intervalo de sua jornada de trabalho.

Há mais um fator que chama a atenção quanto à moradia dos operários: muitas das ações eram iniciadas a partir da casa de um padeiro que morasse perto do estabelecimento alvo da ação. Percebemos que os ataques, na maioria das vezes, ocorreram contra os mesmos estabelecimentos: Padaria Italiana e Padaria Garcia — estabelecimentos cujos proprietários eram intransigentes quanto à solicitação de descanso dominical. Antônio Batista Beirão e José Maria Garcia foram alvos constantes de ataques e ameaças individuais e coletivas devido a sua intransigência em negociar com a categoria de padeiros. Alexandre Piccini, dono da Padaria Piccini, também foi alvo constante de ataques dos padeiros. Conforme a entrevista de seu Machadinho, Piccini possuía “umas das padarias mais fortes (...) Ele era homem rebelde,

ele era homem com poder, ele era um homem rico, por que ele era dono daquela quadra” (FORTES, 1994, p. 250).

Assim como existiam as padarias alvos, também havia uma padaria em que há indícios de que era grande a adesão de seus funcionários aos ataques — era a Padaria Sul América, de José Parussini. Aparentemente o proprietário nunca foi chamado à polícia para falar sobre seus funcionários, porém a presença dos mesmos e acusações a esses indivíduos são constantes nos autos. Todas as padarias atacadas localizavam-se no primeiro distrito, e os crimes que analisaremos a seguir aconteceram nessa mesma área. As casas eram usadas como local de reunião e planejamento e, muitas vezes, serviam também de esconderijo para os padeiros após realizarem os ataques.

### 3.2.2 A Construção das fissões

No ano de 1913 — noite de 10 para de 11 de agosto — ocorre a manifestação que, devido à organização e à violência empregada, será referência para a polícia no restante dos processos. Esse ano se inicia com a eleição da nova diretoria do Sindicato, em 02 de fevereiro de 1913, e, como já frisamos, nessa diretoria está Paulino Rodrigues da Rosa, um dos empregados envolvidos na queima das carroças da Padaria Italiana.

Mas a reação ocorrida em agosto não aconteceu de forma isolada. A demanda por folga dominical iniciou em julho, e o Jornal Correio do Povo mostra o diálogo ao longo de vários dias entre o sindicato dos padeiros, que solicitava o descanso dominical, e uma comissão de proprietários de padaria, formada para contrapor e negociar com o sindicato.

A União Padeiral, em 1º de agosto, deliberou que não haveria mais trabalho dominical. Após essa decisão, realizou uma panfletagem alertando os populares e seus patrões da decisão. A reação dos empregadores foi formar uma comissão composta por proprietários de padarias, dentre eles: Theodoro *Möeller*, Ponciano Fonseca, Alexandre Piccini, Luiz Feiden, Pedro Feiden e Bernardo Sperb<sup>127</sup>. A primeira reportagem referente a essa improvisada junção saiu em 02 de agosto, quando a Comissão de Proprietários foi à redação do Correio do Povo para alegar que não podia ceder à medida, pois “os referidos proprietários não dispõem dos utensílios necessários bem como dos fornos suficientes de modo que possa ser feito aos *sabbados* toda a quantidade de pão preciso para a distribuição aos domingos e segundas-feiras. Por outro lado, teriam eles que triplicar o pessoal, aumentado, assim o

---

<sup>127</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 177, de 1º/08/1913, f. 8.

*numero* das despesas. Sendo obrigados, pelas razões expostas a elevar o preço daquele artigo”<sup>128</sup>. Alguns patrões buscaram alternativas para que o trabalho não fosse totalmente paralisado aos domingos. Francisco Nunes Bastos, dono da Padaria Italiana, para “dar algum *descanço* ao pessoal de seu estabelecimento resolveu não fazer entrega de pão aos domingos, de tarde”<sup>129</sup>. Assim, os padeiros, à noite, iriam à padaria e confeccionariam o pão durante a madrugada, havendo então distribuição do alimento na segunda-feira.

Aparentemente a iniciativa do proprietário da Padaria Italiana não satisfiz os padeiros e seu sindicato, pois os operários comunicam ao veículo de informação<sup>130</sup> que iriam tomar satisfações do porquê de as padarias de Alexandre Piccini, Salvador Caparelli e Theodoro Möeller permanecerem trabalhando aos domingos, uma vez que havia o acordo do descanso dominical. No dia 09 de agosto, dia anterior ao das ações violentas, novamente o sindicato vai até a redação do Jornal e ratifica a posição de que todos os proprietários deveriam manter fechados os estabelecimentos no domingo, a nota só é feita em virtude de “terem corrido boatos de que um proprietário de padaria havia decidido fornecer pão às segundas-feiras”<sup>131</sup>. O aviso em tom de ameaça mostra como as relações entre patrões e empregados vinham sendo conflituosas.

Ao pensarmos nessa relação entre proprietários e a categoria de trabalhadores, percebemos que os trabalhadores enfrentavam uma intransigência clara e aberta dos proprietários de padaria. Os padeiros possuíam, para pedir a folga dominical, pouco poder de barganha. Viviam com pouco dinheiro e ainda arriscavam perder o emprego. De forma individual os operários possuíam pouca força reivindicatória. Diferente dos patrões, que poderiam forçar seus empregados a trabalhar. Por isso era necessário os padeiros agirem de forma coletiva através de sua agremiação. A luta por direitos só seria possível se “a partir dessa percepção, os trabalhadores se associa[ssem], excluindo o patronato dessa associação, com o objetivo de reunir força para se opor a pressões sofridas em virtude de sua situação” (SILVA JR, 1994, p. 11). As associações administravam as demandas das categorias que representavam, inicialmente através da negociação formal por meios de imprensa e comunicando os estabelecimentos, e também possuíam o papel de “disciplinar a administração do confronto físico, utiliza[ndo] esse meio quando julgado eficiente” (SILVA JR, 2002, p. 106).

---

<sup>128</sup> AHMV, Correio do Povo, Porto Alegre, n° 181, de 02/08/1913, f. 4.

<sup>129</sup> AHMV, Correio do Povo, Porto Alegre, n° 183, de 05/08/1913, f. 1.

<sup>130</sup> AHMV, Correio do Povo, Porto Alegre, n° 183, de 05/08/1913, f. 4. A comissão que assina o comunicado e que realizará as inquirições aos proprietários que burlaram o *descanço* tem como participante Italo Lena, indivíduo que é repetidamente envolvido nos crimes da categoria.

<sup>131</sup> AHMV, Correio do Povo, Porto Alegre, n° 187, de 09/08/1913, f. 4.



Se confrontarmos as notícias do Correio do Povo com os apontamentos de Silva Júnior, veremos que o Sindicato Padeiral partiu inicialmente da premissa de realizar um acordo, mas a intransigência dos patrões em cumpri-lo culminou nos atos violentos.

No dia 3 de agosto de 1913 não houve distribuição de pão. O Jornal A Federação relata que ocorreu certo impacto devido à falta de pão na segunda-feira. Devemos ter claro que o Jornal é de propriedade do Partido Republicano Rio-Grandense, havendo uma tendência em tratar de forma pejorativa as paralisações operárias, mas, mesmo assim, achamos interessante mostrar o relato que consta no periódico:

“O açodamento com que foi posta em prática tal resolução (da folga dominical dos operários de padaria) não deu tempo a grande parte da população para tomar suas providências, resultando *dalli* que, á tarde e à noite, muitas casas de família ficaram sem *aquelle* artigo, porque as padarias tinha-se também *exgottado* o *stock*. As bolachas e os *biscoutos* de todas as classes entraram, então, em *acção* para substituírem, á hora da ceia, o pão.”<sup>132</sup>

O artigo possui um tom apelativo, mas mostra que o pão era um alimento usado em todas as refeições, principalmente entre classes com um menor poder aquisitivo. É claro que a notícia do fechamento das padarias no domingo não era novidade, pois as notícias do fechamento eram de conhecimento público devido à discussão, relatada nos periódicos, que ocorria entre sindicato e Comissão de Proprietários. Devido à greve, os proprietários passaram a reagir de forma coletiva contra as reivindicações operárias. Perrot (1984) nos explica o porquê disso acontecer. Conforme a autora, “a greve multiplica as relações entre as classes e os grupos sociais, habitualmente instalados em compartimentos separados” (p. 14), agindo como um espelho refletindo a imagem do trabalhador, mas também a do patrão e até mesmo do Estado. Essa relação dicotômica acaba por organizar os grupos envolvidos. Isso já havia ocorrido no Estado na Greve Geral de 1906 em Porto Alegre, quando a classe patronal, ao ver a organização da classe operária, cria uma sociedade — através da figura de Alberto Bins<sup>133</sup> — intitulada União Industrial, e passa, então, a negociar com a classe operária e suas entidades. Após o fim da greve, a União se desfaz.

O surgimento de organizações como essa ressalta a consciência que nascia nas duas classes, sendo bastante interessante ver que o patronato porto-alegrense tomou consciência de

---

<sup>132</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 179, de 04 Ago. 1913, f. 4.

<sup>133</sup> Alberto Bins, natural de Porto Alegre, nascido em 1869, foi um industrial, comerciante e político. É conhecido como o primeiro prefeito da capital gaúcha. Seu primeiro empreendimento comercial foi uma fábrica que fabricava utensílios de ferro, chamada Berta & Cia, também possuía propriedades que produziam uvas, vinhos e eucalipto. Na esfera política foi Conselheiro Municipal, deputado estadual, intendente e vice-intendente de Porto Alegre. Faleceu em 24 de abril de 1957.

si juntamente com os proletários, e, com isso, “é crível supor que o patronato porto-alegrense, no processo de defesa de seus interesses e buscando manter sua dominação, passasse a se descobrir como classe, optando pela adoção de estratégias coletivas de enfrentamento” (QUEIRÓS, 2012, p. 227). Como podemos ver, é nos conflitos que os agentes envolvidos acabam se organizando.

A busca pela formação do Sindicato patronal dos proprietários de padaria acabou por cruzar com a pesquisa. A primeira menção acerca dessa entidade ocorre no ano de 1916<sup>134</sup>. Contudo, à época, suas ações não eram muito anunciadas nos jornais. A partir da década de 1920 apareceu um sindicato patronal com uma organização mais contundente e ativa, emitindo notas e notícias, contrapondo os argumentos de seus operários. Esse Sindicato agirá até a década de 1950 enfrentando as reivindicações operárias. Podemos pensar, conforme o raciocínio acima descrito, que a criação e a organização do sindicato da classe patronal está diretamente ligada à intensa atividade organizacional e reivindicatória de seus trabalhadores.

No decorrer da semana, no entanto, espalhou-se o rumor de que as padarias retomariam as atividades dominicais, o que levou o sindicato a realizar uma reunião no dia 10. Terminada a reunião, a categoria, acompanhada de uma banda de música, seguiu em desfile pelas ruas da capital passando pelas padarias Italiana e Garcia, cujos proprietários eram os mais intransigentes em relação às reivindicações dos padeiros. Há relatos de que, ao passarem por esses estabelecimentos, houve enérgicos xingamentos contra os donos dos estabelecimentos.

A iniciativa pode ser compreendida como uma tática de imposição. Tal conceito pode ser entendido por meio das colocações de Michael de Certeau. Para o autor, há uma diferença entre tática e estratégia. Em sua concepção, tática é “a ação calculada (...) E não [possuí] nenhuma delimitação fora a condição autônoma. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha” (CERTEAU, 1994, p. 100). Como vemos, os padeiros nesse período “jogavam” conforme o terreno disponível, inicialmente negociando, depois se manifestando e, após, manifestando-se de forma mais violenta através de ações que paralisavam a distribuição de pão. A tática não possui como premissa um projeto global, mas operar “golpe por golpe”. Ela irá “aproveita[r] as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas” (CERTEAU, 1994, p. 101). Ela é utilizada de sobressalto nas

---

<sup>134</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 51, de 01 Mar. 1916, f. 2, a reportagem é intitulada “Assembleia Geral da Sociedade dos Proprietários de Padarias”.

falhas que a conjuntura apresenta e podem ser notadas. É nessas falhas e aberturas que as ações da categoria ocorrem. A cada ação realizada eles vão ganhando mais espaço e ficando mais ousados na forma de agir devido ao sucesso das táticas já postas em prática. O conceito de estratégia de Michel de Certeau será detalhado no terceiro capítulo quando investigarmos os proprietários de padaria.

Nos periódicos de maior circulação não encontramos nenhum resquício de aviso de que haveria ações violentas contra os estabelecimentos que burlassem a iniciativa dos operários de não trabalhar aos domingos. cremos que, na reunião realizada no domingo, os operários, a partir do rumor de que estabelecimentos não cumpririam o descanso dominical, viram-se obrigados a agir de forma mais violenta. Sendo assim, resolveu-se impedir a distribuição de pão da noite de 10 (domingo) para 11 de agosto (segunda-feira).

Os acontecimentos dessa madrugada foram mencionados em registros policiais em anos posteriores como “uma verdadeira demonstração *agressiva* de força”<sup>135</sup>. A visão das autoridades acerca dos eventos dessa madrugada chama a atenção, pois as ações da categoria padeiral foram notáveis. Houve ataques organizados e de forma coletiva, envolvendo grupos de 3 a 20 indivíduos.

Nessa madrugada, três padarias iriam tentar realizar a distribuição de pães para os armazéns da cidade: a Padaria Popular, a Italiana e a Garcia. Porém, “quando os distribuidores das três padarias acima referidas entregavam aos seus misteres foram assaltados em vários pontos da cidade”<sup>136</sup>. A organização da categoria realizou uma série de assaltos, resultando em operários e proprietários feridos. Os ataques eram bastante violentos, e a presença de armas de fogo, tanto entre distribuidores quanto entre operários, impulsionou o número de feridos: “Domingos Rodrigues, quando era assaltado, desfechou três tiros contra os grevistas”<sup>137</sup>.

Alguns operários não foram trabalhar, mesmo o patrão abrindo o estabelecimento, o que levou os proprietários das padarias a deslocarem operários para realizar o trabalho, como no caso de “Arnaldo Pardo [que] é fiscal da ‘Padaria Garcia’, e tomou conta do serviço de distribuição, na falta de empregados. Ele foi assaltado, na Travessa do Pacífico<sup>138</sup> por um

<sup>135</sup> APERS, Processo-Crime, nº 526, 1914, f. 3v.

<sup>136</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 185, de 11 Ago. 1913, f. 5.

<sup>137</sup> As citações a seguir foram retiradas do mesmo artigo constante na “A Federação, Porto Alegre, nº 185, de 11 de ago. de 1913, f. 5-6”.

<sup>138</sup> Rua que vai do Bairro Cidade Baixa ao Bairro Menino Deus, inicialmente levava o nome de Travessa do Pacífico em 1896, hoje possui o nome de Múcio Teixeira, em sua gênese pertencia ao loteamento Areal da Baronesa. (FRANCO, 2006, p. 282)

grupo de cerca de vinte grevistas”<sup>139</sup>. Os próprios donos dos estabelecimentos resolveram distribuir suas mercadorias, como os da Padaria Italiana, em que “um dos sócios da casa, Sr. Antônio Baptista Beirão, na falta de empregados, *sahira* numa carroça para fazer o serviço de distribuição”. Antônio sofreu cinco tentativas de assalto em diversos pontos da cidade. Evitou os quatro primeiros intentos dos padeiros grevistas ameaçando-os com seu revólver. Porém, na quinta vez, em frente ao Mercado Público, um grevista, munido de uma garrafa de querosene, conseguiu esvaziar o conteúdo do vasilhame na carroça de Antônio. O indivíduo acabou levando uma cacetada do dono da Padaria Portuguesa. Devido ao ferimento, ficou inconsciente e acabou preso, sendo identificado como Tarquinio Trepasson. Um grupo de padeiros tentou agredir os policiais que conduziam Tarquinio para a Delegacia, tentando evitar sua prisão, mas acabaram sendo repelidos. Contudo, não conseguimos localizar os registros da prisão, ou o processo instaurado para deter e apurar o crime do padeiro.

Francisco Nunes Bastos, proprietário da Padaria Popular, diz que teve um prejuízo de mais de dez mil pães, que tiveram de ser descartados por estarem impregnados de iodofórmio e querosene. José Maria Garcia, dono da Padaria Garcia, teve, das 7 carroças que possuía, 5 assaltadas. A que o proprietário conduzia sofreu tentativas de assalto que ele conseguiu evitar graças ao revólver que trazia consigo. Através de disparos contra os grupos, acabou por evitar o intento dos grevistas.

O evento ocorrido na madrugada de 10 para 11 de agosto não foi uma manifestação aleatória. Houve um processo de negociação e avisos de que não deveria haver distribuição de pães na segunda-feira. Diante da intransigência patronal, negando a reivindicação da categoria, que tratava como legítimo o descanso dominical, fez-se uso da violência como instrumento substancial para galgar a reivindicação. Pierre Bourdieu (1983) disserta sobre o uso legítimo de ações mais violentas, destacando que quando o agente luta por algo legítimo os meios empregados tornam-se legítimos. Para ele, quando analisamos greves, ações diretas, devemos realizar uma análise estrutural do contexto, para, assim, entendermos o emprego dos meios de luta, buscando a concepção de legitimidade, que, no nosso caso, os padeiros tinham do uso da violência para impedir a distribuição de pães. Somente através de uma análise detalhada é que podemos entender a legitimidade dos meios empregados. Conforme Bourdieu (1983, p. 6), “não se pode estudar um instrumento de luta como a greve, independente do sistema dos outros instrumentos de luta, mesmo que para constatar, quando for o caso, que eles não são utilizados. O fato de pensar estruturalmente mostra a importância das ausências”.

---

<sup>139</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 185, de 11 Ago. 1913, f. 5-6.

Além disso, Bourdieu dá atenção ao papel do sindicato como mediador, sendo a instituição que delimita e seleciona os meios a serem empregados. Para o teórico francês, é o sindicato que define “os meios legítimos (greve, sabotagem, sequestro de executivos, etc). Os sindicatos são encarregados de definir a estratégia ‘justa’, ‘correta’ (BOURDIEU, 1983, p. 6). Essas concepções nos auxiliam no entendimento das ações da categoria padeiral; afinal, temos operários que possuem um grau de engajamento elevado, que comparecem às reuniões sindicais, possuem um convívio longo, morando juntos e juntos trabalhando por longas horas diariamente, o que contribui para a organização, planejamento e a construção da legitimidade das ações planejadas.

Ações coletivas como essas possuem um impacto real que “tem efeitos simbólicos através da manifestação da afirmação da coesão do grupo” (BOURDIEU, 1983, p.7). Por meio dessa tática coletiva de impedir a distribuição dos pães é que foi possível mostrar para a classe patronal que os padeiros não concordavam com a burla realizada pelos patrões, e que a intransigência imposta seria equilibrada com ações violentas, causando prejuízos diretos ao estabelecimento e à produção de pães na capital gaúcha.

O foco nas ações coletivas é interessante. Há relatos de padeiros espancados por estarem distribuindo pães, ou seja, há limites na coesão da categoria. Os empregados que não seguiam as orientações do sindicato eram agredidos por operários grevistas. Essa relação conflitante é interessante, pois as táticas dos trabalhadores, se não forem coletivas não possuem muita eficácia, e normalmente são mediatizadas por uma organização (em nosso caso, o sindicato).

“... isto bastaria para explicar que a condição operária tende a favorecer disposições coletivistas (por oposições às individualistas), se todo um conjunto de fatores constitutivos das condições de existência não agisse no mesmo sentido: os riscos do trabalho e os problemas da vida inteira, que impõem a solidariedade, a experiência da permutabilidade dos trabalhadores.” (BOURDIEU, 1983, p. 8).

Um fator interessante, mostrado nas páginas do Jornal “A Federação”, é que as reivindicações da categoria não eram exclusivas de Porto Alegre. Em Santa Maria também havia o pedido de descanso dominical, porém, na cidade localizada no centro do Estado, os proprietários acabaram por firmar um acordo com os trabalhadores, estabelecendo a folga de domingo<sup>140</sup>. Aparentemente a causa reivindicada pelo Sindicato Padeiral possuía uma rede de comunicações extensa e que agia em conjunto. Essa pode ser uma possibilidade.

---

<sup>140</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 212, de 11 Out. 1913.

Conforme podemos observar, as condições de vida e trabalho estimulavam uma organização coletiva dos operários, levando os operários a se organizarem. Possuindo como maior fator de defesa a coletividade, quando um companheiro de profissão resolvia burlar as assertivas da categoria, ele acabava por também se tornar alvo dos instrumentos de violência empregados. Nos outros crimes analisados poderemos perceber que as ações coletivas tendem a ocorrer conforme o planejado, já as ações individuais possuem uma taxa de sucesso menor, havendo uma incidência maior de violência empregada contra os pelegos/carneiros<sup>141</sup>. A violência contra companheiros de classe que burlam as assertivas se justificava na concepção dos operários: afinal, as reivindicações são postas em primeiro lugar — quem burla os planos da categoria acabava por virar alvo das táticas empregadas.

Outra possibilidade que pode ser examinada, no evento analisado nesse subcapítulo é que os operários que foram agredidos eram os distribuidores de pão, que, como já mostrado, não eram considerados padeiros por estarem fora do processo de produção dos pães. Os repartidores fundam o próprio sindicato e muitas vezes discordam das reivindicações feitas pela categoria padeiral. Essa discordância entre repartidores e padeiros poderia ser um instrumento aproveitado pelos próprios proprietários, que usavam dos repartidores para fazer a entrega da mercadoria, insuflando as discordâncias entres eles, evitando assim a agregação dos repartidores na agremiação dos padeiros. Essa hipótese não foi encontrada nas fontes, mas cogitamos que essa oposição entre carregadores e padeiros era benéfica para os proprietários e que, através do emprego dos carregadores nos dias de greve e dos descansos reivindicados, contribuía para a permanência dos conflitos entre as duas categorias.

O Jornal A Federação manifestou outro ponto tentando deslegitimar os atos da categoria e manifestar uma dicotomia interna das ideias no interior da categoria padeiral. Alegava que muitos padeiros gostariam de trabalhar, mas eram impedidos pelas ordens do sindicato e quando exerciam sua liberdade de trabalho eram agredidos por companheiros grevistas. Além disso, enquadrava as ações como ilegítimas e que “merecem a reprovação dos próprios operários padeiros sensatos, partidários ou não do *descanço* e a repressão enérgica”<sup>142</sup>. Com essa declaração o Estado tentava deslegitimar as ações dos operários e fazer com que a opinião pública tomasse a mesma posição, além de tentar disseminar um

---

<sup>141</sup> Carneiro e pelego eram insultos usados entre operários ou contra os patrões, remetidos a uma “peça de lã de carneiro que se coloca sobre a cela da montaria para torna-la mais confortável para o cavaleiro. O pelego sindical, em geral um operário, embora a expressão possa ser também aplicada aos patrões, era aquele funcionário que procurava beneficiar-se do sistema, bajulando o governo e o empregador e negligenciando a defesa dos interesses da classe.” (CARVALHO, 2001, p. 126)

<sup>142</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 185, de 11 Ago. 1913, f. 5.

conflito interno na categoria padeiral. Após esse episódio, percebemos que o Estado passa a intervir de forma mais ativa quando uma manifestação dos padeiros está para acontecer, a maneira mais comum é disponibilizando soldados da Brigada Militar para realizar escolta acompanhando os repartidores de pão, principais alvos da categoria.

O ataque impedindo a distribuição de pães, em agosto de 1913, foi a reação violenta inicial do período que nos propomos a analisar. Depois de ocorrido, o ato sempre será lembrado nos boletins policiais associando a categoria a atitudes violentas e o sindicato a um antro de indivíduos anarquistas. Alguns pontos discutidos nesse capítulo retornarão à discussão, pois, em alguns crimes, há aproximações possíveis com os atos da madrugada de 10 para 11 de agosto de 1913.

### **3. 3 Crimes da Categoria Padeiral**

Neste subcapítulo passaremos a analisar diretamente os processos criminais onde padeiros são acusados de atentar diretamente contra os estabelecimentos, ou de impedir a distribuição de pão na capital. Ao todo, encontramos 4 processos criminais que nos dão um parâmetro amplo das ações que a categoria executava. A partir da análise desse material será possível vislumbrarmos um pouco mais o contexto em que esses operários agiam. Optamos por descrever de forma cronológica os processos, complementando a narrativa dos processos com outras fontes, principalmente jornais. Aumentando as informações sobre as ações, buscaremos entender melhor os crimes e o intuito desses atos.

No ano de 1913, como descrevemos acima, encontramos o impedimento da distribuição de pães no mês de agosto. No entanto, as ações da categoria padeiral não se resumem somente a esse ato. Ainda em agosto do mesmo ano a Padaria Moeller declara que não obrigará mais seus empregados a trabalharem no domingo:



Figura 4 - A Federação, Porto Alegre, nº 190, de 16 Ago. 1913, f. 6

Podemos observar que a iniciativa violenta tomada pela categoria padeiral acabou obrigando alguns estabelecimentos de panificação a aderirem ao descanso dominical. Uma das estratégias para que ainda houvesse algum lucro, sem a fabricação de pão nesses dias sem produção, era a venda de cucas, as quais não precisavam ser produzidas diariamente.

O processo número 442 foi instaurado em 29 de outubro de 1913, tendo como réu Rioswaldo Octavio Cabreira, descrito pela polícia como um “padeiro que fazia parte do grupo promotor de agitações, contra os proprietários de padarias, para que não fosse distribuído pão às segundas-feiras à população”<sup>143</sup>. Essa denominação dada pela Justiça não é muito coerente, pois não localizamos o nome do réu em outras ações da categoria padeiral.

Rioswaldo foi preso em flagrante na esquina da rua Vigário José Ignácio com a Voluntários da Pátria, no dia 22 de setembro, por haver lançado iodofórmio em dois balaios de pães. O padeiro ocultou-se na esquina e aguardou que os dois carregadores de pães passassem próximo a ele. Cada balaio continha 200 pães, encomendados por Salvador Mancuzzo, dono de uma banca no Mercado Público, da Padaria de Alexandre Piccini. Os carregadores que sofreram o ataque estavam sendo escoltados por policiais, e Rioswaldo só percebeu isso após realizar a ação que havia planejado. Ao tentar fugir, um dos carregadores, para impedir que ele escapasse, lançou contra ele um dos balaios. Rioswaldo caiu e foi detido por dois policiais militares.

O padeiro foi preso em flagrante e acusado de incorrer nos artigos 206<sup>144</sup> e 329<sup>145</sup> do Código Penal Brasileiro de 1890. Para a Justiça, Rioswaldo era autor de um ato de

<sup>143</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, nº 442, 1913, f. 8.

<sup>144</sup> Causar, ou provocar, cessação de trabalho, para impor aos operários ou patrões *augmento* (sic) ou diminuição de serviço ou salário: Pena – de *prisão cellullar* (sic) por um a *trez mezes*.



vandalismo, assim como outros padeiros que realizavam ações violentas, sendo que tais infrações eram classificadas como exageradas; afinal, “deixarão, pois, de trabalharem aos domingos. Mas, o espirito de vingança contra *aquelles* donos mais resistentes mostrarão-se, para *acquistar* [sic] em tal convenio, predominar entre o alarde de padeiros”<sup>146</sup>. Nesse relato vemos nitidamente a contradição do discurso dado pelo Delegado Francisco de Paula da Cunha Louzada, pois ele afirma que, apesar de o descanso ter sido concedido, os resistentes padeiros que insistiam em trabalhar e os proprietários intransigentes sofriam ataques dos padeiros sindicalizados. Para a Justiça, o convênio de cessar o trabalho aos domingos, mesmo que só para alguns, era o bastante para que os padeiros e seus patrões trabalhassem de maneira harmônica. Aparentemente, o cumprimento parcial do descanso dominical não era o bastante para a categoria padeiral.

Os comícios, bilhetes enviados aos proprietários intransigentes, a greve e as manifestações violentas não bastavam. Conforme entendemos, os proprietários José Maria Garcia, Alexandre Piccini e Augusto Beirão resistiam em conceder o descanso dominical e eram eles que mais sofriam com os ataques dos operários. No processo que apura o crime de Rioswaldo, José Maria Garcia cede à pressão e fecha seu estabelecimento no domingo. Um fato que aparece é que a encomenda de pães para a banca de Salvador Mancuzzo foi feita primeiramente para a Padaria Italiana, de Bastos e Beirão, que inicialmente aceitou a encomenda, mas, após receber uma carta anônima contendo ameaças de destruição do seu estabelecimento caso aceitasse fazer pão no domingo e abrisse o estabelecimento, recusou. Devido à recusa, Mancuzzo procurou o estabelecimento de Piccini, que aceitou a encomenda.

O dono da banca no Mercado Público, com medo de que os pães fossem arruinados, solicitou escolta da polícia; porém, mesmo com todos os cuidados de resguardar o transporte, e também montar guarda ao redor da padaria na noite da confecção dos pães, tudo foi em vão. Pela manhã, Rioswaldo estragou os pães de dois balaios causando um prejuízo de 20 mil réis aos comerciantes<sup>147</sup>.

Como Rioswaldo foi pego em flagrante, o processo é muito curto. Durante o primeiro inquérito foi redigido o auto de prisão pelo Delegado. Sendo perguntado se era verdade que havia estragado intencionalmente os balaios de pão, conforme os depoimentos dos dois policiais militares, o preso admite o crime. O réu, no dia 25 de setembro, por um mandato de soltura, acabou por responder o processo em liberdade.

---

<sup>145</sup> Destruir, ou *damnificar* (sic), cousa alheia, de qualquer, valor, móvel, *imovel*, ou semivente: Penas – de *prizão celular* por um a *trez mezes* a multa de 5 a 20 0/0 *damno* causado.

<sup>146</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 442, 1913, f. 8.

<sup>147</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 442, 1913, f. 10v.

Alguns depoimentos contidos nos autos podem nos auxiliar a entender melhor como as ações da categoria padeiral afetavam os comerciantes e proprietários de padaria. Quando Salvador Mancuzzo presta seu depoimento, ele conta que inicialmente fez a encomenda com a Padaria Italiana, “que deixou de fornecer [pão] naquele dia por ter sido a padaria ameaçada pelos grevistas. Segundo o depoente, foi obrigada a referida padaria a fabricar o pão, auxiliado por um *inspector* de polícia”<sup>148</sup>. Como vemos, a padaria de Bastos & Beirão já havia realizado duas entregas entre a madrugada de domingo e segunda, mediante escolta designada pelo inspetor de polícia.

No depoimento, pelo fato de manter o estabelecimento em funcionamento, contrariando a ordem do sindicato padeiral, a padaria de Bastos & Beirão recebeu uma carta anônima contendo ameaças. Infelizmente essa carta não estava anexada ao processo, mas a iniciativa anônima teve efeito, pois, a partir do seu recebimento, a padaria passou a recusar novas remessas de pães, fazendo com que o Mancuzzo procurasse outro estabelecimento para ter pão nas segundas-feiras pela manhã.

A carta anônima surtiu o efeito desejado, havendo relatos de que elas antecipavam as ações violentas. No mesmo ano, a padaria Portuguesa recebeu uma carta anônima, mas negou-se a fechar o estabelecimento aos domingos, o que resultou em um atentado ao local e à casa de Peres Cardozo, proprietário da Padaria. Conforme a matéria, “indivíduos desconhecidos passaram pela Rua *Avahy* e nas paredes do prédio n. 70, onde funciona a Padaria Portuguesa, (...) lançaram com seringas regular quantidade de *pixe*. Depois, não satisfeitos, foram ao prédio n. 124 onde tiveram o mesmo procedimento”<sup>149</sup>. Além dessa ação, ainda foram inutilizados pães de uma carroça da Padaria Piccini. O piche foi colocado por indivíduos que estavam embarcados em um automóvel cinzento, tendo o número da placa encoberto. Nessa matéria não é mencionado que foram grevistas ou padeiros os responsáveis pelos crimes, mas tantas ações direcionadas a padarias intransigentes ao descanso dominical deixam nítida impressão de que a ação partia da categoria padeiral.

Como se vê, a atitude da Padaria Italiana de cessar a produção de pães aos domingos é compreensível, pois a resposta violenta dos operários era rápida e a Brigada Militar tinha dificuldade em identificar os autores das ações violentas. Mancuzzo também estava ciente das contendas existentes entre padeiros e proprietários, tanto que, em seu depoimento, declara que “pediu o auxílio daquele policial para acompanhar os carregadores, porque *receiava* uma

---

<sup>148</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 442, 1913, f. 15v.

<sup>149</sup>A Federação, Porto Alegre, n° 286, de 09 Dez. 1913, f. 4.

agressão da parte dos padeiros em greve”<sup>150</sup>. Desse modo, podemos avaliar que as ações, na grande maioria das vezes, obtinham sucesso, deixando os proprietários sujeitos a prejuízos na produção e em seus estabelecimentos. No processo e na fala dos proprietários, a palavra greve constantemente aparece; contudo, não há uma paralisação contínua do trabalho, mas uma reivindicação de cessar os trabalhos somente aos domingos, sendo que os estabelecimentos continuavam a funcionar normalmente entre segunda-feira e sábado.

Outro ponto que chama atenção no processo é que os dois carregadores que sofrem o ataque — João Onofre<sup>151</sup> e Mario Fausto de Oliveira<sup>152</sup> — estão distribuindo pães para o mesmo estabelecimento, mas não se intitulam repartidores e, sim, empregados no comércio. Já sabemos que há uma diferença entre repartidores e padeiros, mas chama atenção que eles não se intulem repartidores ou distribuidores. Cogitamos que os indivíduos podem não ser considerados empregados da padaria devido às observações já feitas das diferenças entre repartidores e padeiros. Outra possibilidade é que os dois homens eram contratados temporariamente, recebendo uma remuneração pelo dia de trabalho.

Após a avaliação dos depoimentos e da inerente culpa do padeiro Rioswaldo, o Promotor Público o enquadra nos artigos 329 e 204 do Código Penal e o acusa de constranger e impedir Alexandre Piccini de exercer sua atividade, constrangimento este que ajudava também a causa da categoria padeiral em prol da sua principal reivindicação. Rioswaldo é condenado, “no *grao medio* das penas do artigo n. 329 do Código Penal, dois *mezes* de prisão *cellular* e multa de 12 ½% sobre o valor do *damno*<sup>153</sup>”. O valor do dano que consta no artigo é relativo aos prejuízos que Rioswaldo causara ao estabelecimento de panificação.

O padeiro acaba por cumprir os dois meses de pena. Conforme o Livro de Diversos Delitos da Delegacia do 1º Distrito, na página número 132, Rioswaldo, no dia 18 de fevereiro de 1915, apresenta-se “ao Juiz do Crime e [é] recolhido à Detenção por estar *condennado* há 2 *mezes* de prisão por crime de *damno* em carroças de padeiro”.

Cabe ressaltar que o crime acima foi realizado de maneira individual e não há menção de fatores que liguem Rioswaldo ao Sindicato ou que sua ação tenha sido premeditada com outros companheiros de trabalho. A ação praticada por Rioswaldo é típica da realizada pela sua categoria. A ação também é direcionada a um estabelecimento que vai contra o acordo entre

---

<sup>150</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 442, 1913, f. 25.

<sup>151</sup> João Onofre declarou ter 30 anos, ser solteiro e trabalhar no comércio, e ser natural do Uruguai.

<sup>152</sup> Mario Fausto de Oliveira, com 43 anos, solteiro diz trabalhar no comércio, sendo gaúcho.

<sup>153</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 442, 1913, f. 30v. É interessante notar que Rioswaldo não respondeu ao crime de realizar greve como constava na denúncia inicial, talvez por não haverem provas de que Rioswaldo participava das paralizações realizadas pelo Sindicato Padeiral.

sindicato e proprietários de padaria, mas, mesmo assim, nada aparece da relação do padeiro criminoso com o sindicato da categoria. Não conseguimos nem descobrir se ele era sócio do Sindicato Padeiral.

O próximo crime a ser examinado nesse subcapítulo já foi usado por Queirós (2012; 2013) e Silva Jr. (2002), entre outros historiadores que possuem como temática os mundos do trabalho. Citamos esses dois pesquisadores pois foi com os trabalhos deles que tomamos a decisão de detalhar melhor as ações da categoria padeiral, o que possibilitou achar outras fontes criminais relacionadas aos padeiros gaúchos e que ainda não possuíam análises.

O Processo-Crime de número 526 é bem mais volumoso que o anteriormente analisado. Possui mais de um réu, um apanhado maior de depoimentos e contém maiores detalhes das relações entre patrões e empregados, e entre o Estado e a classe operária em geral.

O processo é aberto em 7 de maio de 1914, tendo um total de 9 padeiros denunciados: Lino Leal, João Centeno da Rocha, Alziro Coelho da Silva, Galdino Medeiros, Paulino Rodrigues da Rosa, Antônio Daniel Lopez, Ítalo Lena, Affonso Silva e Alfredo Alves dos Santos.

“...os denunciados lançaram fogo a três carroças para conduzir pão, que estavam na cocheira da Padaria Italiana de Bastos & Beirão, sita à Praça da Harmonia, nesta capital e de propriedade dos mesmos, tendo os alludidos denunciados, para consumarem o almejado e criminoso designo, penetrado nas citadas cocheiras cujos fundos vão ter ao Rio Guahyba.”<sup>154</sup>

O crime aconteceu no dia 7 de maio de 1914 (segunda-feira) em mais uma tentativa de impedir a distribuição de pães e o trabalho dominical de estabelecimentos com patrões intransigentes. No entanto, esse não foi o primeiro ataque aos estabelecimentos no ano. Localizamos, entre os artigos do Jornal A Federação, outros atos violentos contra repartidores e estabelecimentos, datados de antes do crime.

Em 1913, no dia 08 de dezembro, a Padaria Portuguesa teve sua fachada coberta de piche, e os pães da carroça da Padaria de Alexandre Piccini foram inutilizados. Após estes, localizamos outro “*attentado*”, este com agressão a um repartidor que conduzia uma carroça da Padaria Portuguesa. Às 4 horas da manhã, na Avenida Theresopolis<sup>155</sup>, quatro indivíduos agrediram Antônio Fernandes, empregado da Padaria Portuguesa que estava distribuindo pães a freguesia do estabelecimento. Conforme o relato da manchete: “enquanto dois dos *agressores* de *revólver* em punho, ameaçavam o *conductor*, outros dois derramavam

<sup>154</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, nº 526, 1914.

<sup>155</sup> Do bairro de mesmo nome, aparece na planta municipal em 1896, segue o percurso da antiga Estrada da Cavalhada, segue o que é hoje a Avenida Carlos Barbosa, em 1911, a Prefeitura cuidou de sua arborização e em 1944 ela foi alargada de 20 para 30 metros. (FRANCO, 2006, p. 401).

*kerozene* na carroça inutilizando assim o pão e ateando fogo ao *vehiculo*. O correame<sup>156</sup> foi picado à faca<sup>157</sup>”. Nesse ato ninguém foi preso. Mas já podemos notar que as ações em conjunto estavam mais sofisticadas, há uma organização nítida no papel que cada agente executaria durante o ataque a carroça. No início da nota, o jornal ressalta que “continuam os *atentados* aos padeiros que nesta capital querem distribuir pão às segundas-feiras”.

No dia 18 de dezembro de tivemos outro ato coletivo organizado pela categoria padeiral, que foi narrado por João Galak, proprietário de Padaria. Ele relatou ao 3º Posto de Polícia que diversos padeiros de outros estabelecimentos se dirigiram a sua padaria para provocar seus empregados e ameaçar danificar os pães durante a sua distribuição. Apesar de João Galak ter delatado alguns dos participantes, eles somente foram ouvidos e liberados pela Brigada Militar.

A ameaça ao estabelecimento chama a atenção; afinal, antes de ocorrerem os ataques violentos, a categoria tenta negociar com os proprietários. Esse sistema — de inicialmente dialogar, ameaçar e, só então, usar o recurso da violência — não é exclusivo do Brasil, George Rudé (1991), ao analisar as disputas trabalhistas no Inglaterra no século XVIII, demonstrou que os trabalhadores inicialmente recorriam por forma de petição ao Parlamento. Porém, se nem a greve ou a agitação pacífica davam resultados,

“... atos de violência tendiam a ser antes a norma do que a exceção, e as disputas trabalhistas podiam transformar-se em motins. Para coagir seu empregador, o trabalhador se juntaria a seus companheiros, nessas ocasiões, para “derrubar” a casa do patrão ou prejudicar seu negócio com a destruição de suas oficinas ou moinho.” (RUDÉ, 1991, p. 71)

Como se vê, essa dialética relacional entre patrões e empregados já vem de longe, e o recurso final dos trabalhadores para galgar reivindicações acaba por ser a violência. O outro ponto em que os casos estudados por Rudé aproximam-se do nosso objeto de pesquisa é quanto aos alvos: “os ataques à propriedade industrial, oficinas e maquinaria foram muito mais frequentes do que as investidas contra pessoas e residências privadas” (RUDÉ, 1991, p. 73). Há poucos ataques diretos às casas dos proprietários, mas aos estabelecimentos, como já podemos perceber, é bem mais comum. Além disso, Rudé nos auxilia a compreender o porquê dessas iniciativas violentas tomadas pelos trabalhadores. Mesmo que seja uma análise sobre atores no século XVIII, há proximidade com nosso estudo. Para o autor, as ações diretas possuíam dois objetivos diferentes: “proteger a subsistência do trabalhador contra os cortes

<sup>156</sup> Conjunto de arreios que auxiliam na condução da carroça.

<sup>157</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 23, de 28 Jan. 1914, f. 3.

nos salários ou os aumentos de preços, ou proteger sua subsistência contra a ameaça, real imaginária, de novas máquinas” (RUDÉ, 1991, p. 74).

No caso da capital gaúcha, os padeiros não possuíam uma demanda por melhores salários, mas lutavam pelo descanso dominical. E a luta por proteger a subsistência, principalmente devido ao aumento dos preços dos produtos alimentícios, é uma demanda da população menos abastada, como no caso das greves que já listamos. O despreço pelas máquinas não aparece claramente nos discursos e nem nas demandas, sendo um fator que não vem ao encontro de nossa análise. A exemplo do trabalho de Rudé, vemos que as ações não possuem um caráter aleatório. Até onde podemos demonstrar na análise, somente se recorre à violência após esgotarem-se as alternativas de diálogo e o recurso de ameaças. Como adendo vale ressaltar que, para o autor, a Revolução Francesa se iniciou em “14 de agosto (1789), quando ajudantes de padeiros desempregados marcharam em ordem até o Hotel de Ville para pedir trabalho” (RUDÉ, 1991, p. 136-137).

Agora voltaremos ao contexto dos padeiros porto alegrenses que, se não foram o estopim de um evento histórico tão relevante, possuem um papel como agentes de mudança no contexto trabalhista de Porto Alegre. Antecedendo o crime analisado, ainda há fatos que merecem ser citados, como o do dia 02 de março, quando o padeiro Athanagildo Alves agride o proprietário da padaria Brazil, Antônio da Silva<sup>158</sup>. A causa da contenda, entretanto, não está explicitada nos meios de informação. E, por fim, em 27 de março há uma discussão entre dois padeiros da Padaria Fonseca. Os dois acabam por se agredir e são presos. É possível que a causa do desentendimento tenha sido em razão dos atos violentos orquestrados pela categoria padeiral. Já se percebe que as ações da categoria não se limitam somente àquelas contidas nos processos que estão sendo analisados — são muitas e contínuas as ações.

Agora trataremos do processo em si. A partir da leitura do processo podemos perceber que, diferentemente do caso de Rioswaldo, a ação foi muito bem planejada e que um grupo de indivíduos a executou, apesar de os motivos serem os mesmos: forçar os proprietários a fecharem seus estabelecimentos aos domingos.

Os acusados foram enquadrados nas penas do art. 14<sup>159</sup>, 329<sup>160</sup> e 356<sup>161</sup>. Tais artigos poderiam conduzi-los a vários anos de cárcere, possuindo o agravante de o crime ter ocorrido

<sup>158</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 51, de 03 Mar. 1914, f. 4.

<sup>159</sup> São considerados sempre factos independentes da vontade do criminoso o emprego errado, ou *irreflectido*, de meios julgados aptos para a consecução do fim criminoso, ou o *má* emprego desses meios.

<sup>160</sup> Destruir, ou *damnificar*, coisa alheia, de qualquer valor, *movel*, *imovel*, ou semovente: Penas de prisão *cellular* por um a *tres mezes* e multa de 5 a 20 % do *damno* causado. § 3º Si o facto for praticado, com violência ou ameaça contra a pessoa, ou por mais de duas pessoas, com armas ou sem *ellas*.

com premeditação e ter sido executado por mais de duas pessoas. Com a abertura do processo, há um relatório muito interessante emitido pela Justiça que inclui sua percepção sobre as ações executadas pela categoria padeiral. O crime foi relacionado à passeata e às ações violentas ocorridas na madrugada de 11 para 12 de agosto, pois, para a Justiça, desde lá as relações entre padeiros e patrões se tornaram violentas, e, como já vimos no caso de Rioswaldo, a Justiça caracteriza a passeata como uma

“... verdadeira demonstração *agressiva* de força; em passeata pelas ruas da capital vaiaram e insultaram os donos de padarias que não concordaram com o *descanço* aos domingos, isso é privarem a população, de pão, as segundas-feiras, muito *embóra* pretendessem os patrões dar a folga reclamada, porem em turmas, de maneira que conciliava os interesses do - *descanço* reclamado com os interesses do povo; se – maiores tropelias não foram *cometidas* deve-se a intervenção da polícia que *apasiguando-os*, fez que se retirassem para a *séde* social; estava iniciada a *lucta*, a madrugada de 11 para 12, desenrolaram-se as *scenas* mais deprimentes que é dado contemplar por uma sociedade *civilisada*, *innumeros* grupos de *paderos* e *adherentes*, assaltaram as carroças de *destrubuir* pão; o *iodoformio* e o *kerozene* foram as armas *utilizadas*, estragando por completo os pães que *servião* para a alimentação publica; *destrubuidores* foram *agredidos*, houveram ferimentos, *luctas* e disputas, a polícia *percorreo* as ruas da Capital, e *effectuando* prisões, algumas *dellas* em flagrante, e esta Delegacia iniciou investigações *policiaes*. ”<sup>162</sup>

Além disso, há uma citação — referente à agremiação — que é relacionada aos eventos de 1913: “n’aquella época [foi fundada] uma sociedade com o intuito de *agremiados* defenderem os seus interesses<sup>163</sup>”; porém, tais interesses privavam a população de comer pão às segundas-feiras e, mesmo com a negociação e um acordo estabelecido com os patrões, ainda assim a classe executou “*scenas* deprimentes que é dado contemplar em uma sociedade *civilisada*<sup>164</sup>”. Nesse relato mais uma vez a Justiça se contradiz, ressaltando que os proprietários deram a folga reclamada, porém em turmas e, assim, não fechando o estabelecimento e distribuindo pães nas segundas-feiras. Este argumento é contrariado logo seguir no próprio relatório, onde se lê que “os donos de padaria, amedrontados, cederam, o *descanço* dominical obrigatório, ficou estatuído; - o pão nosso de cada dia – modificava-se<sup>165</sup>” A contradição fica mais nítida no seguinte trecho do processo:

“... devido a seus *contractos*, com companhias de navegação e os avultados prejuízos que lhes resultara de tal deliberação, resolveram fabricar pão e expor a venda na própria padaria, isso não alterava o *descanço* dominical, obrigava unicamente o quadrista e o forneiro à algumas horas de serviço na noite de domingo

<sup>161</sup> *Subtrahir*, para si ou para outrem, cousa alheia *movel*, fazendo *violencia* á pessoa ou empregando força contra a cousa: Pena de prisão *cellular* por *dous* a oito *annos*.

<sup>162</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 3v.

<sup>163</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 3v.

<sup>164</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 3v.

<sup>165</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 4.

para segunda-feira; a folga dominical existia, os patrões sujeitavam-se a trabalhar com metade do pessoal.”<sup>166</sup>

A declaração beira a ironia: eles citam que o descanso dominical existe, mas exigiria algumas horas de trabalho do quadrista e do forneiro. Já vimos que essa iniciativa não era o que a categoria padeiral pensava ser a mais correta, eles queriam que o trabalho cessasse aos domingos. Essa iniciativa de dar a folga em turmas aparece somente nesse processo, pois o que já foi demonstrado anteriormente é que os patrões concordaram, de início, com a folga dominical, e, aos poucos, vão fazendo seus empregados voltar a trabalhar no referido dia. Essa concepção de folga em turnos também não deveria ser bem vista pelos operários; afinal, o número de trabalhadores, no dia em que era almejada a folga, seria reduzido e o trabalho seria o mesmo, dificultando a entrega dos pães. Além do fato de que, se a demanda fosse cumprida com um número menor de empregados, o patrão poderia constatar que empregava padeiros demais e, então, demitir funcionários diminuindo os gastos em pagamentos de pessoal.

Depois dos atentados de agosto de 1913, os ataques passaram a ser sorrateiros e certos: animais amanheciam mortos devido a veneno colocado nas manjedouras, “arreamentos cortados, tentativas de incêndio, casas a piche, e *agressões* aos que trabalhavam, cartas ameaçadoras”<sup>167</sup>. De agosto de 1913 a maio de 1914, não houve estabelecimento que não sofreu as consequências da organização sindical da categoria padeiral. O relatório registra de forma explícita os atos dos padeiros de Porto Alegre para conseguirem descansar aos domingos, complementando desta forma as fracassadas negociações pacíficas. Além disso, demonstram a culpabilidade das ações do Sindicato, que é visto como o principal instrumento organizador das desordens e da violência dos operários.

O crime, como consta no processo, aconteceu por volta das 12h30min, quando um incêndio foi visto por dois indivíduos que passavam nos arredores da Praça da Harmonia. O sinistro acontecia nas cocheiras da Padaria Italiana. Os cidadãos avisaram a dois agentes da Polícia e rapidamente o Corpo de Bombeiros arrombou as portas das cocheiras, conseguindo retirar 3 das 6 carroças da padaria que lá estavam estacionadas. Todas as carroças estavam embebidas em querosene. No auto do corpo de delito foram encontradas duas garrafas que exalavam o cheiro de querosene, sendo elas instrumentos usados no crime. Conclui-se também que os criminosos adentraram as cocheiras através de um portão que estava aberto e

---

<sup>166</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 4.

<sup>167</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 4v.



que dividia o terreno com as margens do Guaíba. O uso de uma embarcação facilitaria também uma rápida e segura fuga, caso fosse necessário. Para a polícia, o

“Incêndio pôz o plano criminoso; não foi a casualidade, o descuido, foi o crime premeditado, *misquinho* e vingativo, além dos prejuízos que causaria aos proprietários da padaria sobre *elles* a suspeita de incendiários se por acaso tivesse as cocheiras e carroças no seguro; iniciando ao próprio local as diligencias para a descoberta dos criminosos.”<sup>168</sup>

O crime denota uma organização e um planejamento notáveis dos indivíduos envolvidos, sendo inegável o envolvimento da categoria padeiral no ato. E mais uma vez os estabelecimentos e proprietários citados serão aqueles mesmos já referidos como os mais intransigentes quanto ao descanso dominical: Padaria Garcia, Padaria Italiana e Padaria Portuguesa.

O processo possui muitos outros traços reveladores das relações de trabalho em Porto Alegre e de sua complexidade. Nele encontramos os depoimentos de 14 padeiros e de 5 proprietários de padaria. A dicotomia entre patrões e empregados é nítida, mas aqui também foi possível perceber padeiros que não concordavam plenamente com as ações de seus colegas de trabalho; além de patrões que vão à Justiça defender seus empregados. Esse processo ajuda a pensar que as relações sociais podem ser bem complexas e difíceis de analisar. Ao pesquisar como os historiadores investigam as categorias profissionais, Simona Cerutti nos mostra que é complexo a análise dos agentes:

“Não se trata de negar o fato de os indivíduos pertencerem a categorias profissionais, mas de examinar como as relações sociais criam solidariedades e alianças, grupos estáveis. Assim, a ruptura entre os ‘discursos e os comportamentos vai constituir um problema para o historiador, que não poderá livrar-se dele isolando cada um dos dois termos. Este problema não consistirá apenas em reconstruir ‘o que as pessoas diziam’, a maneira como interpretavam o universo em que viviam, ou as ideologias de que se nutriam, mas também em compreender como alguém pode, muitas vezes, pronunciar palavras em contradição com seus próprios atos.” (CERUTTI, 1998, p. 240)

A autora esboça o quanto complexo é analisar categorias profissionais. Visão com a qual concordamos em nossa proposta de trabalho, pois mesmo que façamos uma investigação da categoria e de suas relações com a classe patronal e Estado, a coesão no interior da categoria não é absoluta, e é nessa dicotomia entre discursos e comportamentos que podemos entender melhor as relações que perpassam a categoria. Quando um padeiro não cumpre as assertivas de seu sindicato, ele está indo contra o discurso de seus companheiros. É sobre essa

<sup>168</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 5v.

ruptura que, para a autora, os historiadores devem se debruçar. Sendo, assim, possível não somente reproduzir os discursos dos indivíduos que constam nas fontes, mas também compreender como, através de discursos incoerentes, pode haver traços de relações que não aparecem de forma tão nítida em comportamentos e falas mais coesas. No processo examinado neste capítulo, teremos duas quebras de discurso que são interessantes de analisar, tanto dos proprietários de padaria quanto dos padeiros.

Na esfera dos proprietários teremos, já no início do processo de investigação, um padeiro que é tido como principal suspeito: Rogério de Castro. Padeiro demitido por Antônio Bastos Beirão, da Padaria Italiana, por se recusar a trabalhar aos domingos e por fazer ameaças aos atuais empregados do estabelecimento. Inclusive um empregado da Padaria Italiana, Amarolino dos Santos, diz ter sido agredido e afirma que a agressão seria “vingança de padeiros pelo facto de fazerem pão aos Domingos; que pertence a Liga Padeiral, porém não a frequenta, nem [sabe] *quaes* [são] os membros da Diretoria”<sup>169</sup>. Amarolino deixa subentendido que o possível autor das agressões era Rogério. No dia do crime, o padeiro não estava mais desempregado, ele já havia sido contratado para trabalhar na Padaria Garcia. Contudo, há uma reviravolta nesse eixo investigativo, pois quando Rogério é intimado, ele é encontrado pelo inspetor de Polícia na manhã do dia 8 dormindo no interior da Padaria Garcia. Ele alega que havia trabalhado trancado no estabelecimento a madrugada toda.

O revés acontece quando o seu patrão, José Maria Garcia, vai à Delegacia do 1º Distrito depor a favor de seu funcionário, alegando que Rogério entrara às 6 da tarde na sua Padaria e que pernoitara no estabelecimento para confeccionar pães pela madrugada. Em seu depoimento, o proprietário da Padaria Garcia também declarou que na noite do incidente ouviu uma embarcação remando rapidamente, não conseguindo dizer qual tipo era devido a forte cerração. Após isso, teria ido verificar se todos os seus empregados encontravam-se em seu estabelecimento, constatando que todos estavam lá. O horário desse ato teria sido pela 1h da manhã. Dessa forma o patrão acaba por inocentar Rogério do crime. O padeiro declara-se sócio do Sindicato Padeiral, mas diz que somente havia participado de um piquenique da agremiação e que desconhece os membros da diretoria.

A outra situação que encontramos, que acaba por burlar o discurso normal das relações de trabalho, é o depoimento de Diamantino Pereira da Cruz. Diamantino foi à Delegacia prestar depoimento de maneira voluntária. No dia posterior ao atentado ele apresenta-se aos policiais e, em sua fala, muitos elementos de como o plano fora planejado aparecem.

---

<sup>169</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 7.

Diamantino declara que o crime já era planejado há muito tempo por Paulino Rosa, José Castro (vulgo José do Rio Grande), Antônio Hespanhol, Alfredo Alves e Ítalo Lena. E que em um dia de trabalho, dia 25 de abril, fora convidado a cometer o incêndio e que recusara a proposta dos seus companheiros de sindicato. Os criminosos teriam revelado o plano que seria posto em prática: embarcados em um bote iriam, através do “mar”, até os fundos da Padaria Garcia, Italiana e Popular lançar fogo nas carroças de distribuição de pão, com o objetivo de castigar

“pelo facto dos mesmos fabricarem pão nos domingos; que ficou resolvido também á *collocação* de uma bomba de *dynamite* nos fornos das padarias da Snrª Sperb que para esse serviço seria destacado Affonso Silva, empregado da Parussini, José Castro e o depoente, que esse crime seria levado a *efeito sabbado* passado mas a bomba achavam *ella* fraca devendo ser *substituida* por outra para *sabbado* 9 de maio; que segundo *affirmação* dos *individuos* acima a bomba é fornecida pela Federação Operária; que diante de *taes* horrores vendo que serão sacrificadas vidas de *innocentes*, *resolveo* fazer *expontaneamente* o presente depoimento tendo já do que acaba de expos foram ameaçados no dia 27 do mês *p.passado* Srs Alexandre Piccini, Celestino Cardoso Salvador Capparelli, que também se *achão* ameaçados de novos.”<sup>170</sup>

O depoimento de Diamantino cita padeiros criminosos que tinham o *tenebroso* plano de explodir o forno da Padaria da Viúva Sperb, tendo sido adiado o atentado à bomba devido ao material ter sido considerado fraco para efetuar a destruição do forno. O depoente acusa a FORGS de fornecer o material explosivo. Além dos proprietários da padaria já haverem sido ameaçados e avisados dos atentados. Em função desse depoimento, o delegado resolveu chamar os proprietários citados para depor. O depoimento de Diamantino não é totalmente descabido, pois há casos de padeiros envolvendo-se com material explosivo. Na greve de 1918, teremos o caso da prisão de um padeiro que colocou uma bomba nos trilhos do bonde e que também foi acusado de haver ameaçado com um revólver os empregados da Padaria Luso-Brasileira. O explosivo, na verdade, era um embrulho com uma porção de jornais velhos e um fio de barbante simulando uma bomba de dinamite<sup>171</sup>. Queirós classifica a ação durante a greve geral como “mais uma ameaça aos trabalhadores que voltavam ao serviço do que um risco concreto à sua integridade física, um instrumento de pressão e intimidação” (2010, p. 57).

Diamantino alega ter procurado a Justiça para depor porque um “sentimento de humanidade e dever obrigou- a *espontanemente* denunciar *taes* crimes”<sup>172</sup>. O padeiro bom

<sup>170</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 18.

<sup>171</sup> A Luta, Porto Alegre, 14 Out. 1918 apud QUEIRÓS, 2010, p. 57.

<sup>172</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 18v.

samaritano ainda acusa Paulino da Rosa de ter ameaçado Salvador Caparelli, dono da Padaria Portuguesa, e diz que ele (Paulino), com mais três indivíduos, teria atacado a carroça de distribuir pão, de propriedade de Caparelli, na estrada de “Thresopólis”. Segundo o padeiro, no dia após o incêndio, João Timotheo, padeiro da Padaria Fonseca, contou-lhe sobre o atentado, e, para não despertar suspeitas, havia dito: “bem feito”; e que no dia 8, Affonso Silva, ao conversar com o delator, teria perguntado: “então que tal nosso serviço? ”, a que ele retrucara: “foi muito bem feito”<sup>173</sup>.

Como já citamos no segundo capítulo, há a possibilidade de que Diamantino, mediante o depoimento, galgasse melhores posições e conseqüentemente melhores salários, mostrando a lealdade que possuía aos empregadores, pois a profissão possuía uma hierarquia rígida para cada função, e Diamantino, através dessa demonstração de fidelidade, poderia ser promovido de maneira mais rápida por seu empregador.

A hipótese de que Diamantino tentava se autopromover advém do fato de ele ter contado antes os planos dos padeiros grevistas para Celestino Cardozo, um dos proprietários da Padaria Portuguesa, alegando que sabia sobre os “*actos de deshumanidade* projetados por seus companheiros, sócios dos Sindicato dos Padeiros<sup>174</sup>”. Celestino, em seu depoimento, relata as violências sofridas por ele, em seu estabelecimento, e por seus sócios, havendo um leque bem grande de atentados

“praticados por padeiros, nesta cidade dos *quaes* passamos a mencionar alguns que conservamos de memória; o nosso estabelecimento com toda a frente borrada de *pixe*, a *residencia* particular do nosso *socio* Antônio Pires Cardozo da mesma forma, uma das nossas carroças com o pão inutilizado a iodofórmio, todo o *arriame* e as toldas das Carroças da Padaria Möeller, cortados a faca, tentativa de envenenamento nos *animaes* da Padaria Piccini lançamento de fogo em uma de suas carroças, envenenamento e morte de dois *animaes* da Padaria Garcia, *fôra* outros *attentados* já do conhecimento das autoridades, todos *elles* praticados por padeiros e existindo *indicios vehementes* contra os citados *individuos* em todos os crimes acima declarados.”<sup>175</sup>

Os dois relatos acima demonstram a complexidade de investigar as relações de trabalho; afinal, os dois depoentes acabam por contrariar possíveis estereótipos, mas mostram que os indivíduos agem fora dos padrões impostos por sua categoria ou classe. Havendo um patrão que busca as autoridades para inocentar seu empregado, e um padeiro que expõe os planos de sua categoria, além de delatar nomes. O depoimento dado por Diamantino foi fundamental para elencar possíveis autores do incêndio nas carroças de distribuição de pães.

<sup>173</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 18v.

<sup>174</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 13.

<sup>175</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 10v.

A partir dessa delação, o Juiz resolveu solicitar depoimento de todos os acusados por Diamantino e dos proprietários que sofreram ameaças e ataques aos seus estabelecimentos.

Nos depoimentos seguintes, veremos que Ítalo Lena e Paulino Rodrigues aparecem elencados novamente como autores dos ataques. Os dois, como já citado, eram membros e fundadores do Sindicato Padeiral, e, aparentemente, envolviam-se diretamente não só com as atividades lícitas do Sindicato, mas também planejando e executando ações de pressão e violência aos estabelecimentos de panificação que negavam o descanso dominical.

Em seu depoimento, Lino Leal dá indícios de como era feita a chamada de indivíduos para realizarem os atentados: Lino ligava para as padarias e perguntava se haviam padeiros disponíveis para um serviço. Podemos constatar isso tanto no depoimento de Lino quanto no de Antônio Machado, encarregado da Padaria Fonseca, que diz ser contra as ações violentas de seu colega e que seus subordinados estão disponíveis somente para os serviços do patrão. Lino Leal assume que telefonou e pediu indivíduos para um serviço na Padaria Fonseca, mas diz ter feito isso por “troça”. Ele afirma que não é mais sócio da Liga Padeiral, pois “foi expulso, por ter se embriagado e em secção ter tido troca de palavras violentas com diversos sócios, pelo motivo dele depoente trabalhar aos Domingos; que não se recorda de que *telephone* falou, achava-se um tanto *alcoholizado*<sup>176</sup>”. Ele afirma que se recolheu às 9 horas, no Hotel Becker, com Alziro, ex-empregado da Padaria Brazil. O depoimento de Lino no decorrer do processo começa a esboçar incoerências, primeiramente por ele alegar um distanciamento do Sindicato e dizer não conhecer sua Diretoria, e ainda ter sido expulso da agremiação. No entanto, Lino é um dos membros fundadores do Sindicato, além de compor sua primeira Diretoria, sendo o primeiro presidente da agremiação. Dizendo ter ingerido bebida alcoólica, Lino tenta amenizar a gravidade de suas ações, tanto para caracterizar o motivo da sua expulsão quanto para não revelar que tipo de ‘troça’ havia falado ao telefone para o encarregado da Padaria Fonseca. O uso de álcool como fator atenuante aparecerá novamente em um processo do ano de 1919. Outra incoerência que consta é ele alegar que sua expulsão se deve ao fato de estar embriagado em uma das reuniões e trabalhar aos domingos. Se Lino trabalhava aos domingos, o que fazia hospedado com amigos e embriagado no domingo à noite?

Por último, a inocência de Lino é colocada em cheque, pois ele atesta ter adentrado o Hotel Becker às 9 horas da noite, mas a Brigada Militar, ao investigar esse horário da entrada no hotel, concluiu que ele estava acompanhado de João Centeno da Rocha, Alziro Coelho da

---

<sup>176</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 10v.

Silva e o alemão Galdino Medeiros. Interpelado, o porteiro do Hotel Becker, Antônio de Barros, afirma que Lino e seus companheiros retornaram somente a uma hora da manhã, todos muito embriagados. A Justiça faz uma perspicaz observação:

“... conforme se evidencia no depoimento do Hotel Becker, onde é patente que entraram para o Hotel à 1 hora da manhã e não às 9 horas da noite; ora o incêndio *deo-se* exatamente quando foi *presentido* as 12 e 35, porque razão, *occulta* a sua hora de entrada do hotel para que procurava seus companheiros para um serviço como explica as contradições de seu depoimento.”<sup>177</sup>

Antônio Machado, que era o mestre da Padaria Fonseca, afirmou que Lino realmente pedira de 6 a 8 homens para realizar um serviço, sem dizer de que natureza era. Como a função de Antônio Machado era de liderança e, como já afirmamos no primeiro capítulo, o encarregado da Padaria era um homem de confiança do patrão, Antônio nega o pedido, desconfiando que o serviço era de natureza violenta contra os proprietários de padaria. O mestre informou seus companheiros de trabalho do fato e alertou acerca do envolvimento e das consequências de tais atentados. Os empregados da Padaria Fonseca, Bertolino e Alfredo, confirmam que Antônio recebeu uma ligação e os orientou a não participar das ações violentas orquestradas por padeiros grevistas. Ambos os depoentes declararam que eram sócios da Liga Padeiral, mas que não frequentavam as reuniões e nem conheciam seu Diretor.

Ítalo Lena, sujeito que já esteve presente em outras ações, lícitas ou não, em nossa investigação, afirma em seu depoimento que nada sabia sobre o incêndio. Mas o depoimento desse sujeito nos mostra outro ponto importante. Ponto que não diz respeito ao crime, mas ao funcionamento do Sindicato. Ítalo afirma ser sócio fundador da Liga Padeiral, tendo sido seu primeiro presidente. Declara que deixou o cargo de presidente por discordar das violências cometidas por seus companheiros; porém, relata que houve uma mudança na organização. Ítalo afirma que

“... é um *syndicato*, não tem *Directoria* é nomeado um presidente *ad-hoc* para presidir as secções, o único membro *effectivo* da Diretoria é Emilio Timotheo da Silva, empregado na padaria Pedro Feiden, que desempenha o cargo de *thesoureiro*, e João Pinto de Oliveira, secretario, padeiro empregado na padaria de Roberto Droscher no Moinhos de Vento, que a primeira e única *Directoria effectiva* compoe-se do depoente como Presidente, Paulino Rodrigues da Rosa, como Vice presidente; secretario o *actual* João Pinto de Oliveira; *thesoureiro* não se lembra como dos outros membros; que a Liga funciona na Federação Operaria N. 157.”<sup>178</sup>

<sup>177</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 11.

<sup>178</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 9v-10.

Essa mudança declarada por Ítalo Lena chama muita atenção e pode ser pensada como uma tática da categoria dos padeiros para que fosse mais difícil detectar quais eram os líderes da agremiação, dificultando, assim, o fechamento do sindicato e o fim de suas reuniões. Outro ponto da fala acima citada que pode ser ressaltada é que, ao comentar qual foi a primeira diretoria do sindicato, cita somente o seu próprio nome e o do vice-presidente, que é Paulo Rodrigues da Rosa. Não podemos encarar como coincidência Ítalo lembrar-se somente do nome de uma pessoa da Diretoria que fazia parte e que ajudou a fundar a Liga Padeiral, e coincidentemente essa pessoa está listada como acusada de cometer crimes em nome da categoria<sup>179</sup>.

Ítalo irá relatar que comentou com José Ferrão, no Gasômetro, sobre as ligações feitas por Lino Leal solicitando gente para um serviço, deixando pistas de que teria recebido a ligação e aceitado o trabalho. Ao depor, José Ferrão declarou-se sócio da Liga Padeiral somente por coleguismo, dizendo que não participa e nem participou de nenhuma reunião, tendo sempre trabalhado aos domingos e que, devido a isso, sofre constantes ameaças, desconhecendo quem o coagiu. Ele contou que foi um dos primeiros a chegar às coqueiras, vendo as três carroças em chamas e um forte cheiro de querosene no local. Ele auxiliou os policiais e os bombeiros a salvar as três carroças de distribuir pão, as quais, por estarem embebidas com querosene, não puderam ser utilizadas para distribuir pão naquele dia. Outro fato interessante é que, no seu depoimento, ele conta que Ítalo recebeu uma ligação de Lino, dando a entender que o ex-presidente aceitara o tal serviço:

“... que *hontem* pela manhã (dia anterior ao crime), Ítalo Lena, que é ou foi presidente da Liga Padeiral, contou ao depoente que na *vespera*, isto é seis, Lino Leal, *telephonou* para a Padaria Sul America e chamou Ítalo ao *aparelho* dizendo-lhe que precisava de gente para *faser* um *serto* serviço; que Ítalo não lhe contou qual

---

<sup>179</sup> Como frisado nessa época o sindicato possuía influência anarquista, então a tática de não haver uma diretoria também poderia ter influência dos preceitos ideológicos anarquistas. O sindicato ideal para os anarquistas era de uma organização com uma burocracia simples. Essas entidades eram consideradas um modelo de organização para o futuro. Os sindicatos “tinham que ser livremente organizados e dirigidos pela vontade de seus membros, não pelos ditames de burocratas profissionais. Teoricamente não haveria líderes. Camaradas seriam eleitos para cargos temporários. Poderiam recomendar e persuadir, mas não teriam poder formar sobre os membros. E, seguindo o mesmo critério, um sindicato teria a autonomia para aceitar e rejeitar qualquer recomendação da federação a que estivesse afiliado. A federação jamais dirigiria os sindicatos” (MARAM, 1979, p. 80). Ou seja, há a possibilidade de não haver uma diretoria fixa no sindicato dos padeiros devido aos preceitos anarquistas de manter membros temporariamente no cargo evitando assim que o padeiro se tornasse um líder e um burocrata que trabalharia somente para si, ou seria cooptado pela máquina capitalista trabalhando contra a sua classe/categoria.

era esse tal serviço; que o declarante suppoem agora prender-se tal serviço ao *incendio* que *destruiu* as carroças da Padaria Italiana.”<sup>180</sup>

No depoimento de José, percebemos que o modo de recrutamento dos indivíduos para executarem a ação era através do telefone, e que Lino Leal aparentemente foi o mentor do plano de incêndio das carroças. Além dos acusados que prestaram depoimento, somente mais dois compareceram para depor. Paulino, em seu depoimento, declara não saber e nem ter envolvimento com o crime. Assumi que foi o primeiro vice-presidente da Liga Padeiral, sendo um simples sócio no momento. Diz que a Liga aconselhou os padeiros a não realizarem atos de violência. Paulino será o único no processo que assume ir às reuniões do Sindicato. Antônio Lopes, contador da Padaria de José Parussini, alegou, em seu depoimento, ser sócio do Sindicato, mas disse que não participava das reuniões e não sabia nada sobre o incêndio, e declarou não conhecer o presidente e nem a diretoria da agremiação. Disse, ainda, que conhecia Lino Leal, e o acusou de ser um alcoólatra e de possuir um caráter violento.

O processo-crime acaba por não ser concluído, pois somente dois dos acusados, Paulino e Antônio, prestaram depoimento. Os demais acusados não foram mais encontrados e, em 11 de junho de 1915, o Juiz Distrital acaba considerando que não existem fatos que condenem os autores.

Há alguns fatos que podem ser ressaltados nesse processo. Notamos que os acusados de cometerem o crime são trabalhadores dos mesmos estabelecimentos — Padaria Sul América e Padaria Fonseca. Este fato nos possibilita cogitar que o planejamento do ato poderia ter acontecido durante o horário de trabalho; afinal, o crime executado demonstra um largo planejamento e uma execução perfeita, foi rápido e sorrateiro, não havendo ninguém preso em flagrante.

A denúncia de agressões entre padeiros também é relatada, mas os atos só são cometidos a operários que burlam o descanso dominical imposto pelo sindicato. Conforme Kirk (2004, p. 52), “nem a classe trabalhadora nem qualquer outra classe social será jamais um ente completamente unido e diferenciado e congelado no tempo”. Presumimos que isso seja aceito no interior da categoria, pois o fato de os operários trabalharem durante os domingos diminuía o poder de mando do sindicato e causava fissuras na coesão da categoria. O poder de barganha dos operários somente possui força através da coletividade, individualmente os operários não conseguem negociar com o patronato. Conforme Queirós (2012, p. 139), “as estratégias dos trabalhadores só são eficazes se são coletivas”. A violência

---

<sup>180</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 9v.



entre operários devido à incidência de “fura-greves” não é exclusiva dos padeiros. Silva Jr., ao investigar a categoria de calceteiros, relata que o calceteiro Sandoval Saturnino, ao tentar fazer com que companheiros parassem de trabalhar, “*cacetea*” o colega Antônio Fabrete, que é chamado de “carneiro sem vergonha”. O agressor acaba fugindo, mas a ação acaba por gerar, mais tarde, um conflito entre os calceteiros — um grupo de cem operários grevistas atacam trinta calceteiros que trabalhavam, resultando em vários feridos e quatro baleados.

O fato de não haver uma coesão absoluta nas reivindicações no interior de uma categoria é uma característica que auxilia o historiador a traçar parâmetros. Conforme Kirk (2004, p. 53), o historiador dos mundos do trabalho lida continuamente com a mudança quando “elementos tanto de diversidade e semelhança quanto de divisão e unidade coexistem entre os trabalhadores. Precisamente, as habilidades da pesquisa histórica residem em extrair e investigar a contínua interação e a correlação de forças entre aqueles elementos, longe da estática e da fixidez”.

No processo, a Justiça tentou culpabilizar o Sindicato pelas ações, tornando a agremiação uma entidade desordeira. Os jornais referem-se ao Sindicato como o centro dos atos violentos. Durante o processo-crime, todos os padeiros são inquiridos sobre sua ligação com a entidade, e todos declaram ser associados, mas nenhum participa das reuniões, com exceção de Paulino. É nítido nível o de agremiação dos padeiros, pois, mesmo padeiros como Antônio Machado, Bertolino e Alfredo, que são operários que burlam o descanso dominical, são associados do Sindicato. Essa observação nos leva a inferir que a resposta dada, ao serem perguntados sobre o envolvimento com o Sindicato, era uma resposta dissimulada para que não fossem vinculados a uma entidade que a Justiça considerava antro de desordeiros. Também há a possibilidade de pensar que os depoentes não queriam colocar o sindicato na difícil posição de organizador de tantos atentados contra as padarias e seus proprietários, possibilitando, assim, a continuidade das reuniões da categoria.

O modo de organização nas reuniões que aparecem nos relatos chama a atenção, pois inicialmente havia uma Diretoria na agremiação, e, após um tempo, a cada assembleia era nomeado um presidente para a reunião. A mudança na forma de organização e o desconhecimento da diretoria do sindicato são, pois, meios de não oferecer à Justiça o nome de um indivíduo que seja o mentor, ou figura central dos planos reivindicatórios, tornando difícil para a Polícia prender ou culpar alguém; afinal, prender uma associação é uma tarefa impossível. Por outro lado, também podemos pensar que aqueles padeiros tidos como anarquistas tivessem uma forma de organização descentralizada, em que as lideranças fossem provisórias ou mesmo inexistentes.

Agora passaremos a analisar mais dois crimes: um ocorrido no ano de 1916 e o outro em 1919. O crime do incêndio nas carroças da Padaria Italiana ocorre em maio de 1914, nesse meio tempo — entre 1914 e 1916 —, teremos mais alguns ataques direcionados a proprietários intransigentes quanto ao descanso dominical. No dia 31 de agosto de 1914 haverá o incêndio de quatro carroças da Padaria Möeller, não havendo rastro dos culpados<sup>181</sup>. A Padaria Brazil também terá uma de suas carroças queimadas em setembro do mesmo ano<sup>182</sup>. Como já podemos ver, há uma constância de ataques aos mesmos estabelecimentos. Outro estabelecimento que já apareceu relacionado a outros ataques é a Padaria da Viúva Sperb, que é invadida por um grupo de indivíduos que quebraram as lâmpadas internas e saíram em fuga. A Brigada Militar investigou a ação, mas não descobriu nada<sup>183</sup>. Durante o ano de 1916 não encontramos nos jornais referências a ataques aos estabelecimentos, mas notamos que os proprietários começam a se organizar e fundam a Associação dos Proprietários de Padaria. O Estatuto da Associação é publicado nas páginas do Jornal “A Federação”<sup>184</sup>. No quarto capítulo, ao investigarmos os proprietários de padaria, vamos nos ater mais aos detalhes dessa Associação.

O primeiro registro de crime que descreveremos nesse capítulo não foi encontrado na forma de processo criminal, mas consta no Livro de Indagações da Brigada Militar, que está disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Este Livro contém o registro de depoimentos e anexos que se referem a um crime, depois de averiguado se há ou não delito, ele seria transcrito novamente e enviado para o Juiz Distrital já em forma de processo criminal para julgamento. Não encontramos nenhum processo-crime referente aos acontecimentos que iremos analisar.

O Livro de Indagações da Brigada Militar é uma fonte que apresenta um diferencial em relação às outras. Em seus anexos encontramos um convite aos padeiros para participar de uma reunião do Sindicato, uma lista de presença discriminando os padeiros e seus locais de trabalho e, entre outros itens, bilhetes contendo ‘avisos’ aos donos dos estabelecimentos que mantinham trabalho aos domingos. Veremos também, ao longo da análise, que nessa fonte há registros de envolvimento do sindicato na organização de atos violentos contra estabelecimentos de panificação intransigentes.

---

<sup>181</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 206, de 01 Set. 1914, f. 8.

<sup>182</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 230, de 29 Set. 1914, f. 6.

<sup>183</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 301, de 22 Dez. 1914, f. 6.

<sup>184</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 72, 27 Mar. 1916, f. 2.

No dia 16 de outubro de 1916, o agente de polícia Romalino Félix da Silva estava de serviço na Rua do Espírito Santo, quando viu surgir da Rua João Alfredo<sup>185</sup> um grupo composto de doze a quatorze indivíduos, esses indivíduos vinham caminhando e conversando em voz alta, gargalhando alto. O grupo dobrou na Rua Demétrio Ribeiro<sup>186</sup> indo em direção ao Alto da Bronze<sup>187</sup>. A única frase audível que o policial pode entender foi que não haviam “se sagrado de baile”<sup>188</sup>. A princípio o soldado não deu maior atenção ao que seria um bando de bêbados que regressavam de uma festa. Contudo, o grupo retrocedeu no seu caminho e postou-se em frente à Padaria Pelotense, nesse momento o grupo se dividiu em dois, um que permaneceu na frente do estabelecimento e outro que adentrou a Padaria. O grupo que ficou à frente do estabelecimento se dividiu em dois grupos, um composto por dois e outro por três indivíduos. Romalino dirigiu-se então a estes três indivíduos, que, quando inquiridos, disseram que o restante do pessoal havia ido comprar pão na Pelotense. Após um tempo, o policial desconfiou da demora. Romalino relata que

“... n’essa ocasião ouviu partir do interior da aludida Padaria gritos de socorros; que, acudindo incontinenti ao local foi seguido pelos indivíduos que achavam-se na esquina; que, ao chegar ao portão principal da casa onde pediam socorro, foi recebido a golpes de adagas por dois indivíduos que se achavam, ali, ocultos; quem conseguindo vence-os foi ter ao *pateo* e *d’ahi* procurava entrar na porta que da para o interior do salão do fabrico do pão, no que foi, à princípio impedido, por outros dois indivíduos que *alli* guarneciam a entrada, enquanto que os restantes do grupo, viravam *taboleiros* e lançavam querosene no que *alli* existia; que presenciando o que *é*ra passado, *saccou* de seu sabre, e, consegue romper esta última porta, indo, assim, parar no interior do salão, onde *é*ra espancado um dos trabalhadores da sancionada padaria; que, procurando prender, os que esbordoavam este empregado; que, uma vez n’este repartimento, um dos assaltantes, armado um de *rewolver* e que alvejavam os empregados em fuga o alvejou, atingido por *trez* vezes, aos gritos de mata policia, não sendo, porem, atingido, que, vendo-se só, uso de seu apito trinando por po [f. 4] *licia*, que *luctou* com todo o grupo, que em vista disso fugaram, finalmente diz reconhecer em José Vargas e Elizio Duarte, dois dos primeiros *agressores* que penetraram na padaria e o espancaram.”<sup>189</sup>

<sup>185</sup> Rua que agora começa no Bairro Cidade Baixa, no início do século XIX era conhecida como Rua do Riacho, ou Rua da Margem do Riacho, em 1888 é batizada com o nome João Alfredo em homenagem a abolição da escravidão, alcançada sob o ministério do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. (FRANCO, 2006, p. 222-223)

<sup>186</sup> Suas obras tiveram início no ano de 1810, ela se estendia da Rua do Arvoredo, atual Fernando Machado, até Rua da Varzinha, sua abertura se deu pelo incentivo de moradores que lá residiam e solicitaram a Câmara da Capitania, em 12 de janeiro de 1885, em homenagem a visita da Princesa Isabel passou a chamar-se Rua Dona Isabel, essa nomenclatura dura até o ano de 1889, quando o nome é modificado para Demétrio Ribeiro que era um jovem republicano. (FRANCO, 2006, p. 129)

<sup>187</sup> Uma praça no centro da capital, entre as ruas Duque de Caxias, Coronel Fernando Machado e General Portinho, há referências a este local desde no início do século XIX, era conhecida também como Alto do Manoel Caetano, Alto do Senhor dos Passos, Alto da Conceição. (FRANCO, 2006, 294-295)

<sup>188</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 3.

<sup>189</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 3v-4.

O ataque ocorrido à Padaria Pelotense, conforme o relato do guarda, transformou-se em um grande quebra-quebra dentro do estabelecimento, envolvendo agentes da lei, padeiros grevistas e padeiros fura-greves. As cenas de violência foram marcantes. No relatório inicial há, inclusive, referência aos ataques de 1913:

“Mais um *attentado* praticado a liberdade do trabalho e a propriedade, foi levado a efeito na madrugada de 16 as 2 horas de segunda-feira, por um grupo de padeiros, que há *trez annos* d’esta parte d’esde Maio de 1913, com o maior menos prezo a Lei e completo *desrrepeito* a Justiça, vem trazendo em *sobresalto* a população d’esta Capital pelos *actos* de vandalismo praticados por individuos que entenderão congregar-se em uma associação denominada “*Syndicato* Padeiral” e impor sobrepondo-se pelo terror as Leis que garantem a liberdade individual o trabalho e a propriedade, invadindo estabelecimentos *commerciaes*, espancando empregados, *ateiando* fogo a carroças, envenenando *animaes*, inutilizando pelo iodofórmio e o *kerozene* as massas de fabrico, e pães já fabricados, lançando bombas *dynamite* aos fornos das padarias, e quando a policia os enfrenta investem contra os *policiaes* a golpes de adaga e a tiros como acaba de dar-se no assalto levado a *effeito* por *taes* individuos na “Padaria Pelotense” de propriedade de Oliveira & Roza, à rua Demetrio Ribeiro N. 195.”<sup>190</sup>

A referência aos atos de agosto de 1913 revela que as brigas entre proprietários de padarias e os seus empregados continuavam. E as ações praticadas iam cada vez mais se diversificando. Este ataque à Padaria Pelotense acontece à luz do dia e é feito por um grande grupo que, mesmo após passar por um agente da lei, executa a ação de depredar mais um estabelecimento que insistia em trabalhar aos domingos. No relatório consta que o prejuízo, somente em massas preparadas para o forno, ficou em torno de 400\$000 mil réis.

A intenção dos operários era atear fogo nas carroças, mas, ao adentrarem o estabelecimento, encontraram o forneiro Marcellino, que juntava lenha para acender as fornalhas. Para disfarçar, perguntaram ao forneiro se havia pão fresco. Nesse meio tempo, mais dois indivíduos adentram o estabelecimento. Quando Marcellino se agachou para pegar um feixe de lenha, foi espancado. Marcellino conseguiu escapar e saiu gritando do estabelecimento alertando o agente policial Romalino. Quando o policial entrou no estabelecimento, os padeiros invasores passaram a colocar o querosene, que seria para as carroças, nas massas que se encontravam descansando e prontas para entrar no forno. Os padeiros, então, tentaram fugir. A resistência dos empregados da Pelotense foi mínima. Os dois empregados — Antônio Chaves e Joaquim Mello — que tentaram impedir a saída dos criminosos, foram espancados e só não sofreram mais violências devido à chegada de mais policiais ao local, forçando os grevistas a fugir. Três tiros foram desferidos dentro do estabelecimento pelos invasores. Antônio relata que, ao tentar impor resistência, foi alvejado a

<sup>190</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 1.

tiros, o que o obrigou a fugir. O relatório é finalizado de maneira emblemática relacionando os atos a um planejamento realizado em uma reunião do Sindicato Padeiral:

“Felizmente para o desafronto da Lei e da Justiça assim vilipendiada *forão* conhecidos dois dos assaltantes José Vargas e Elizio Francisco Duarte, os quaes detidos no mesmo dia, *forão* interrogados e *apezar* das negativas e o segredo absoluto por ambos mantidos, o que é habitual em *taes individuos* combinados com outros em numero de 34 padeiros, *reunirão-se* na tarde de Domingo na rua Santo Antônio N. 157, onde funciona a Federação Operária.”<sup>191</sup>

Dos dois padeiros que foram reconhecidos no depoimento pelos padeiros que sofreram agressões, um trabalhava na Padaria Sul América e o outro na Padaria Fonseca. O fato de os padeiros terem se reunido na noite anterior em uma reunião do seu sindicato, e nela terem planejado o ataque, aparece nos depoimentos de alguns operários.

Primeiramente os dois acusados confessam que participaram da reunião do Sindicato na noite anterior, e dizem que o intuito da reunião era officiar as padarias para que liberassem seus operários para as reuniões, e que também haveria no officio uma solicitação de uma maior união dos empregados aos temas do Sindicato. A Padaria Pelotense estava incluída entre os estabelecimentos que receberiam o officio. Há um anexo com a transcrição do officio endereçado à Padaria Pelotense. Entretanto, o dono do estabelecimento não recebeu bem esse officio, dizendo que o “*Syndicato éra* composto de *anarchistas* e destruidores, logo não descia a negociação com eles<sup>192</sup>”. Essa ação pode ter motivado as ações contra a padaria poucos dias após a comunicação do Sindicato. No depoimento de José Vargas, ele relata que também se discutiu o porquê de os padeiros da Padaria Pelotense boicotarem as reuniões do Sindicato e distribuírem pão aos domingos. Conforme mostra o depoimento, o objetivo da reunião foi

“... convidarem os trabalhadores da “Padaria Pelotense”. Picini, Theodoro Moeller, a não trabalharem nos Domingos a noite, nem distribuir pão fresco nos depósitos as segundas-feiras, pois isso vem prejudicar *aquelles* que não fazem pão aos Domingos a noite, nem distribuir pão fresco nos depósitos as segundas-feiras, pois isso vem prejudicar *aquelles* que não fazem pão aos Domingos a noite e tampouco distribuem segundas-feiras, que ficou resolvido na sessão officiar aos empregados companheiros da classe a aderirem, não se tratando de assalto algum e se isso fizeram foi por conta própria, ignorando entretanto quem seja os assaltantes.”<sup>193</sup>

A fala de José Vargas é importante, pois traz um elemento novo que é a noção de operários sindicalizados demonstrando necessidade de todos colaborarem com as

<sup>191</sup> AHRs, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 2v.

<sup>192</sup> AHRs, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 15.

<sup>193</sup> AHRs, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 5v.

reivindicações da agremiação. O papel que o sindicato faz de porta voz das necessidades da categoria é inequívoco. A organização sindical da classe dos padeiros e o papel intermediador que a agremiação possui são evidentes. Mas a possibilidade de uma associação representativa de uma categoria ou de uma classe requer que tais operários desenvolvam entre si uma consciência de classe. Nota-se que os padeiros, em Porto Alegre, percebem-se como classe operária. Desde a greve de 1906 possuem reivindicações próprias e aderem por solidariedade a paralisações em prol de outras categorias. O conceito de classe já é bastante trabalhado por historiadores. Concordamos com Thompson, que define classe como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (THOMPSON, 2011, p. 9). Ou seja, para que entendamos um grupo como classe, é necessário recortarmos um período e através da análise achar comportamentos, costumes e interesses em comum. A classe é um fenômeno intrinsecamente ligado com a relação histórica, e Thompson novamente define o porquê disso:

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências em comuns (herdades ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus [...] A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideais e formas institucionais.” (THOMPSON, 2011, p. 10)

Já mostramos muitos aspectos e comportamentos sociais da categoria padeiral. E é através desses aspectos que podemos considerar que os padeiros possuíam uma consciência de classe e eram atuantes membros da classe operária porto-alegrense. Além dos aspectos e comportamentos sociais, a relação de trabalho é bastante presente para a criação e perpetuação dessa consciência; afinal, é na padaria que o operário passa mais tempo, então é lá que as ideias e relações se criam. Nas concepções do historiador inglês é que podemos entender o papel do Sindicato Padeiral, pois tudo que é citado por ele irá estar nas entrelinhas da fala do padeiro José Vargas: o poder de barganha do Sindicato se dá através da coletividade, e a ameaça de haver indivíduos que burlam as reivindicações poderia enfraquecer a categoria e seus objetivos.

O trabalho sindical desenvolveu a união dos operários, mas também teremos, dialeticamente, como resultado, a construção da organização dos proprietários de padarias (assunto a ser tratado, no quarto capítulo). Pode-se perceber que a organização sindical,

devido à exploração dos patrões, desenvolve a classe operária — dentro dela a categoria padeiral —, mas também em defesa de seus interesses cria a união entre os patrões. A relação de classes e seu desenvolvimento, em suma, nascem de processos e fenômenos históricos relevantes, relacionados à convivência e ao contexto de desigualdade nas relações de trabalho do recorte temporal.

José Vargas admitiu ser secretário do sindicato. Inicialmente ele negou o cargo, mas, depois de ser citado como membro da diretoria, admitiu ser o secretário. Ele explica, no depoimento, “que negou a princípio por querer abandonar a classe e deixar a vida de padeiro, e que *vae* fornecer uma lista completa *d’aquelles* que compareceram a reunião”<sup>194</sup>. Como prometido, o padeiro entregou a lista. Esta lista contém, além dos nomes dos padeiros, os nomes dos estabelecimentos em que eles trabalhavam. Estavam presentes 12 padeiros da Padaria Popular, 1 da Padaria Jaguareense, 8 da Padaria Sul America, 1 da Padaria Universal, 3 da Padaria Pozzi, 2 da Padaria Feiden e dois da Padaria Fonseca. Havia ainda os nomes de mais 4 padeiros, mas sem referência aos estabelecimento em que eram empregados. Dentre estes — sem o local de trabalho — está Oswaldo Wolmer, que, conforme o depoimento dos padeiros agredidos, foi um dos autores da invasão, ausentando-se da capital após o assalto.

A relação de presença é fundamental nesse processo, pois como já vimos no crime em que as carroças foram incendiadas, os padeiros diziam que eram sócios do sindicato, mas que não participavam das reuniões e que a adesão ao Sindicato era somente por coleguismo e para poder conseguir colocação no ramo de panificação em caso de desemprego. Com a lista dos padeiros presentes, eles não poderiam negar a sua participação e teriam que dar detalhes do ocorrido na reunião.

O presidente da assembleia, José da Silva Carvalho, usou o argumento de que “a presidência da sessão [é feita] por delegação da assembleia, pois a sociedade escolhe o presidente na ocasião da sessão”<sup>195</sup>. Mais uma vez essa tática de nomear a diretoria do Sindicato a cada assembleia aparece em autos que envolvem os padeiros. Este fato parece confuso, pois em alguns depoimentos consta que há cargos que são mantidos permanentemente por um indivíduo, como no caso do tesoureiro. No depoimento de Vergilio Rodrigheiro, ele responde, ao ser perguntado, qual era o objetivo da reunião: “que ignora o que se tratou, pois sendo tesoureiro teve de prestar contas a comissão composta de Manoel Mosquido (da “Padaria Italiana”), Spertelino, da “Padaria Feiden” [...] e outros a quem não

<sup>194</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 5v.

<sup>195</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 7.

lembra o nome”<sup>196</sup>. Pelos depoimentos percebemos que há um tesoureiro permanente e uma comissão que fiscaliza as contas que são repassadas pelo tesoureiro. Se há esse tipo de mecanismo, consideramos a possibilidade de que a Diretoria também fosse fixa, e somente fosse uma tática dizer às autoridades que o Sindicato não possuía uma Diretoria.

José relata que, na reunião, resolveu-se oficializar as padarias que mantinham o trabalho dominical, dentre elas a Padaria Pelotense, a Piccini, a 3 Estrellas e a Universal. Podemos ver que a Piccini mais uma vez aparece nos autos como um estabelecimento resistente às reivindicações da categoria padeiral.

Na maioria dos depoimentos, os presentes na reunião negam saber quem cometeu os atentados, e todos possuem diferentes tipos de álibis: alguns foram trabalhar, outros foram para casa de sua família ou foram dormir na casa da sua mãe. A Polícia destaca os depoimentos dos operários da Padaria Popular, depoimentos que chamam

“... atenção pela uniformidade dos mesmos, nenhum sabe o que se passou na sessão, todos se recolheram cedo a Padaria onde morão, entretanto o agente de policia do 1º Districto Antônio Gabriel Potilho, e o soldado da Brigada Militar Philomeno Bandeira, de serviço na Praça da Harmonia onde está situada a “Padaria Popular”, virão dois dos padeiros entrarem na padaria às 3 horas da madrugada. Porque esconder da autoridade esse pormenor? E que os padeiros da “Padaria Popular”, forão os assaltantes como teremos ocasião de demonstrar.”<sup>197</sup>

Essa uniformidade nos depoimentos apareceu devido ao fato de os padeiros da Padaria Popular alegarem ter se recolhido ao local em que moravam (todos no estabelecimento de panificação) antes das 10 horas, o que os eximia de haverem praticado o crime em análise. No entanto, os depoimentos dos policiais que estavam de serviço nas proximidades da Padaria Popular revelam que um grupo de pessoas adentrou a padaria por volta das 3 horas da manhã. Um dos policiais militares que estava de serviço na Rua dos Andradas inclusive interpelou dois dos homens que adentravam o estabelecimento, e a resposta foi a de que eram padeiros. Como o serviço de uma padaria ocorre durante a madrugada, havendo a distribuição de pães a partir das 4 horas da manhã, não seria estranho se indivíduos chegassem nesse horário para o início do trabalho. A execução de um crime por membros do mesmo estabelecimento e que dividem o mesmo dormitório pode ser uma possibilidade, pois o convívio tornaria mais fácil o planejamento, e o fato de ocultarem-se no mesmo local lhes daria tempo suficiente para criar um álibi coeso, daí a uniformidade dos depoimentos.

<sup>196</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 7v.

<sup>197</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 7v.



Mas não havia somente padeiros da Padaria Popular envolvidos no assalto, mais operários acabaram sendo indiciados e, nos depoimentos de alguns membros do sindicato, aparecem relatos de que haveria um burburinho sobre o proceder da Padaria Pelotense, que insistia em trabalhar aos domingos e não liberava seus empregados para as reuniões sindicais. Em seu depoimento, Júlio da Silva, empregado da Padaria Sul América, cita que há “um *blócosinho* de inteira confiança entre eles [os autores dos ataques], e que resolve as questões, que o *officio* enviado *era* mais discutido e observado por padeiros da Padaria Popular”<sup>198</sup>.

A Brigada Militar, em seu relatório, acusa esse bloco de ser o responsável pelos ataques que vinham ocorrendo na capital há mais de três anos, e indica que, entre os indivíduos que o compunham, estariam Ítalo Lena e Paulino Rodrigues da Roza. Funcionários que, mais de uma vez, já haviam sido acusados de danos à propriedade e aos colegas de trabalho que não aderiam às reivindicações da categoria. Ao final do relatório, a Brigada Militar dissertou do porquê do atentado à Padaria Pelotense e concluiu que o estabelecimento insistia em produzir pão aos domingos, entre meia noite e 5 da manhã, pois atendia dois depósitos de comércio da Capital. No entanto, o Sindicato Padeiral entendia que a população deveria consumir, na segunda-feira, pães fabricados na noite de sábado, tudo o que fosse produzido fora desse horário seria considerado um crime às reivindicações sindicais, “pois entendem que o repouso dominical começa para os forneiros e quadrista às 5 horas da manhã de Domingo, para os repartidores ao meio-dia, e prolongando-se aos primeiros até meia-noite de segunda-feira, e aos segundos até as 5 horas da madrugada de terça-feira, tendo portanto tal descanso além do dia de Domingo e a noite, o dia de segunda-feira até meia-noite”<sup>199</sup>.

Nesse ponto há uma complexa questão. A Brigada Militar, mesmo sabendo que há um acordo entre os proprietários de padaria e seus empregados sobre o trabalho dominical, acusa os operários de não ser justo esse descanso semanal, pois os padeiros, em comparação a outros operários da capital, ganhavam salários elevados e sua rotina de trabalho era menor, devendo cada funcionário ir até o estabelecimento no horário em que sua função fosse executada, permanecendo, assim, poucas horas no estabelecimento:

“... os padeiros são bem *quinhoados* em seus salários, percebem mais do que muita classe operaria, com mais responsabilidade e conhecimentos. Vejamos os salários *actuaes*; um forneiro ganha 150\$000 a 200\$000 mil reis, ajudantes 90\$000 mil reis, um quadrista 90\$000 a 120\$000 mil reis, casa e comida na Padaria, um distribuídos 120\$000 a 150\$000 e mais 20% sobre o pão distribuindo havendo alguns que obtém assim ordenados de 300\$000 a 350\$000 mil reis, mensais, agora as horas de serviço; forneiros e quadrista das 5 horas da tarde as 5 horas da manhã, notando-se que essas

<sup>198</sup> AHRs, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 11.

<sup>199</sup> AHRs, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 12.

horas de serviço não são contínuas, o e unicamente obrigatória para permanência de pessoal na fábrica, atendendo as diferentes *phases* de preparo da massa; os forneiros *seo* maior trabalho começa as 11 horas da noite para terminar as 4 horas quando muito; os quadrista e *fermenteiros* *preparão* a massa *aguardão* a fermentação e o *seo* maior trabalho vae quando muito das 9 da noite as 2 horas da madrugada; os distribuidores, *começão* as 5 horas e *terminão* as 9, *voltão* a 1 hora e *terminão* as 3 da tarde, é esse o serviço diário das padarias.”<sup>200</sup>

O desmerecimento da reivindicação de descanso dominical passa a ficar mais embasado. Os órgãos de coerção do Estado alegavam, agora, que os padeiros ganhavam salários acima da média, além de afirmarem que essa categoria possuía uma flexibilidade na jornada de trabalho que outras categorias não possuíam, permanecendo pouco tempo no local de trabalho. Este segundo argumento vai de encontro às declarações da categoria, pois os padeiros reclamam do longo tempo de permanência, além de haver o costume de os patrões trancarem os funcionários no estabelecimento, evitando que fugissem ou atrasassem o preparo da massa devido a outras atividades realizadas fora da padaria e em horário de trabalho. Esse discurso construído pela polícia — para terminar com o descanso semanal — foi se tornando, com o tempo, mais embasado e com mais argumentos. No quarto capítulo poderemos analisar melhor a construção desse discurso, tanto da parte do Estado quanto dos proprietários das padarias.

Os padeiros Moyzes Claudio dos Santos, Manoel Valente, Paulino Rosa, Ítalo Lena e Olegário Rodrigues, considerados componentes do bloco que realizava os atos violentos, possuem depoimentos iguais e, como álibi, citam que foram à reunião do Sindicato, mas que entre as 7 horas e 30 minutos e 8 horas da noite todos já haviam saído da sede da agremiação. Sendo que, em todos os depoimentos, um declara ter acompanhado o outro até a residência ou ao estabelecimento de trabalho, formando assim um álibi em que cada um possuía uma testemunha de seu deslocamento até o local longe da ocorrência do sinistro. O que comprovava a inocência deles.

No Livro de Indagações consta a sugestão para que o Juiz decretasse a prisão preventiva de José Vargas, Elyzio Francisco Duarte, José Soares da Silva, Manoel Rodrigues, Euclides Braga, Ovidio Silveira dos Santos, Leoncio Gonçalves, Ernesto Prado, Joaquim Miranda, João Ulysses de Lima Pires, Joaquim da Costa, Mario Pereira, Antônio Lemos Fontoura e Lucindo Barboza, e como coautores, planejadores do ataque, Moyses Claudio dos Santos, Julio Dias, João Mendes, Jeronymo Lima, Olegario Rodrigues, Ítalo Lena, Manoel Valente, Arcelino Teixeira, Vergilio Rodrigheiro, Paulino Rodrigues da Roza, Abelar Correa,

---

<sup>200</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 12.

Espelterino Freitas do Nascimento, José da Silva Carvalho, Dario Rostro, Alcides Rodrigues de Dialo, Avelino Silva, Santo Campos Ferreira, Ulysses Alves dos Santos e Oswaldo Wolmer.

Não podemos saber o que ocorreu depois que o conteúdo da investigação chegou ao Juiz Distrital, se ele determinou ou não a prisão dos acusados. Acreditamos que não, pois não encontramos nos jornais notícias da prisão de um grupo tão numeroso de padeiros. Como não encontramos o processo criminal desse crime, não podemos dizer qual foi sua conclusão. Mesmo sem a conclusão, podemos ver que esses autos trazem informações importantes sobre as relações de trabalho da categoria padeiral.

As figuras abaixo reproduzem um convite para uma reunião sindical e dois ofícios enviados a estabelecimentos de panificação de Porto Alegre.

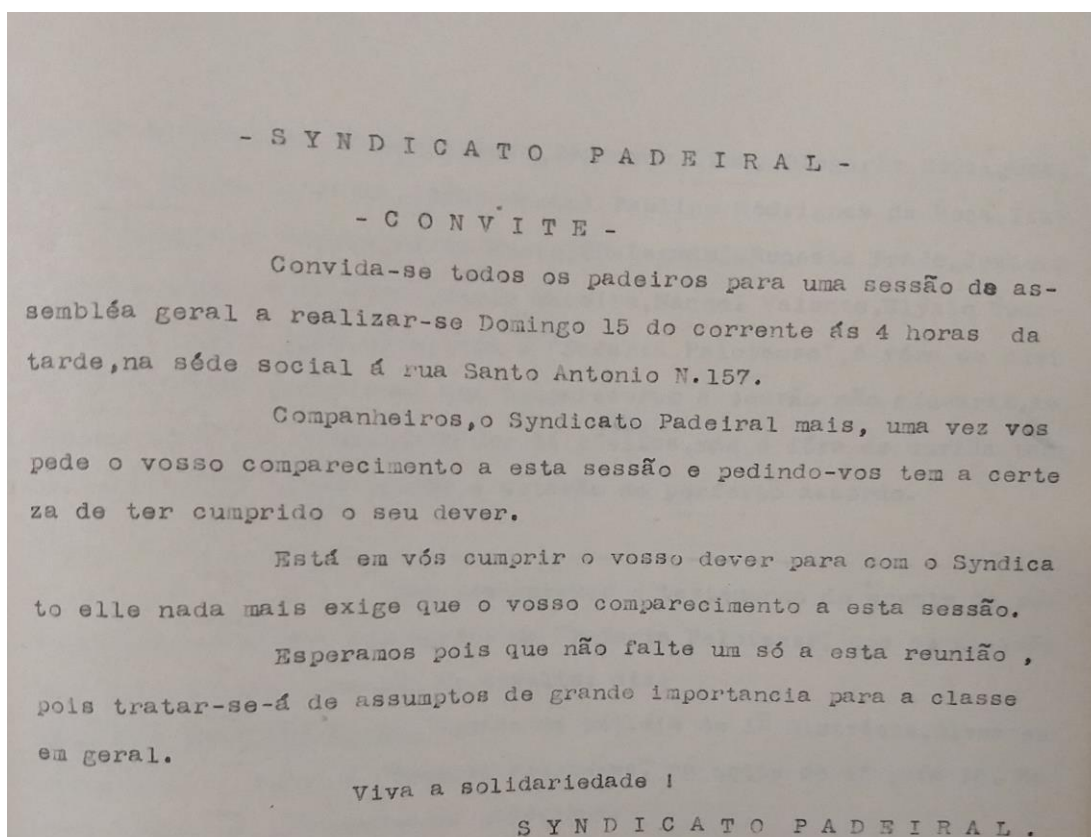


Figura 5 - Convite a Reunião Sindical do dia 15. Ref.: AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 2v.

Illmo.Snr.Franscisco Nunes Bastos

O Syndicato Padeiral

Tem a honra de levar ao vosso conhecimento que, na sessão de 22 do corrente, foi resolvido expedir-se officios aos proprietarios de padarias afim de mais uma vez solicitar o descanso dominical aos seus empregados.

Sabemos perfeitamente que a vossa casa dá o referido descanso, mais se entendendo, portanto a nossa sollicitação a S.S.

Do exposto S.S. verá que o nosso fim é pugnar pelos interesses da classe padeiral, e ao mesmo tempo pelo vosso, que está sendo grandemente prejudicado devido ao apparecimento de pão as segundas-feiras.

Sem outro assumpto queira acceitar os protestos da nossa mais alta consideração e estima.

A comissão

Porto Alegre, 25 de Outubro de 1916.

Figura 6 - Ofício para o proprietário da Padaria Italiana. Ref.: AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 12v.

Illmo. Snr. Oliveira Rosa

Temos a honra em levar ao vosso conhecimento, que o Syndicato Padeiral, sempre na sua missão de pugnar pelo interesse da classe padeiral, resolveu, solicitar de S.S. o descanso aos seus empregados.

Ben sabeis o descanso que acima alludimos pois já é por vós ben conhecido, temos a esperança que o instinto de humanidade actual sobre o vosso espirito dessa forma concorra para attender a solicitação do Syndicato.

Pedimos a S.S. a fineza de nos responder com a maior brevidade possível, a fim de dar cumprimento da nossa missão a assembléa do Syndicato. Sem outro assumpto, accete os protestos de nossa alta consideração e estima.

A comissão

Porto Alegre, 25 de Outubro de 1916.

Esse ultimo a firma commercial a que foi prejudicada no assalto de 15, respondeo, verbalmente aos individuos que lhe entregaram o officio, que o Syndicato éra composto de anarchistas e destruidores, logo não descia a negociação com elles; com a policia é que elles terião de entender-se.

**Figura 7 - Bilhete endereçado à Padaria Pelotense e resposta dada por seu proprietário. Ref.: AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 14v-15.**

Na primeira imagem (fig. 5), podemos notar que o convite aos padeiros para participar das reuniões é normal, não possuindo nada muito expressivo do que seria tratado durante a sessão. Claro que isso pode ter sido intencional; afinal, o bilhete poderia ser usado como prova de que naquela reunião os padeiros planejaram o assalto a Padaria Pelotense. Um texto de caráter geral e sem muitos detalhes retira uma possível brecha de acusação da agremiação. O que se pode provar é que houve uma reunião às 16 horas do dia 22, e somente isso. Já os ofícios, endereçados aos estabelecimentos de panificação, contêm mais informações. No ofício remetido à Padaria Italiana (fig. 6), nota-se que o Sindicato Padeiral tenta confrontar os interesses dos donos dos estabelecimentos, pois afirma que o fato de uma padaria trabalhar no

domingo afeta não somente o interesse da categoria padeiral, mas também prejudica os estabelecimentos de panificação que fecham aos domingos.

Essa tentativa de tumultuar a relação entre os proprietários de padaria mostra que a categoria padeiral possuía uma visão ampla do funcionamento das relações entre padeiros e proprietários; afinal, se temos operários que não concordam plenamente com as reivindicações de seus colegas de profissão, haverá também proprietários que discordarão das atitudes de seus colegas.

Em seu texto “De regras a estratégias”, Pierre Bourdieu (2004) pode nos dar pistas de como essa compreensão do sentido do jogo para a categoria padeiral é importante. Para o teórico, há um ‘sentido de jogo’ nas relações sociais que, ao compreendermos, podemos ter o domínio prático tanto do sentido como do jogo. Para Bourdieu (2004, p. 84), “o jogo social é regrado, ele é lugar de regularidades”, e essa compreensão das regularidades só se torna possível através da experiência. Isso a categoria padeiral já vinha desenvolvendo desde a fundação de sua agremiação em 1913. O entendimento das relações entre os proprietários e os operários já era mais claro para os sindicalizados, os quais, por meio dos sindicatos, adquiriam uma visão ampla de como essas relações funcionavam. Para Bourdieu, o funcionamento do jogo está inserido em um conceito que ele denomina como “habitus”:

“O habitus como sentido de jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza. Nada é simultaneamente mais livre e mais coagido do que a ação do bom jogador. Ele fica naturalmente no lugar em que a bola vai cair, como se a bola comandasse, mas, desse modo, ele comanda a bola. O habitus como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas; as coações e as exigências do jogo, ainda que não estejam reunidas num código de regras, impõem-se àqueles e somente àqueles que, por terem o sentido do jogo, isto é, o senso da necessidade imanente do jogo, estão preparados para percebê-las e realizá-las.” (BOURDIEU, 2004, p. 82)

Ou seja, obtendo o conhecimento dos limites e exigência do habitus imposto, a categoria padeiral poderia usar do habitus incorporado em suas relações para tentar jogar um proprietário de padaria contra o outro, numa tentativa de dissuadir a união que aquela categoria patronal vinha criando, além de diminuir o número de estabelecimentos de panificação em funcionamento aos domingos. “O habitus possui condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (...) habitus faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias” (BOURDIEU, 2004, p. 98). Logo, entendendo tais condutas, é possível

angariar um poder para barganhar ou induzir comportamentos nos agentes que estão inseridos no habitus.

Ao codificarmos as condutas sociais inseridas no habitus, podemos ter a possibilidade do controle lógico das ações. A experiência de luta que a categoria padeiral já possuía e a contínua tentativa de negociação com os patrões proporcionava um conhecimento dos entraves das relações sociais existentes entre esses grupos, possibilitando, assim, criar atrito entre os proprietários de padaria. Não podemos concluir se essa tática deu certo; contudo, há uma noção da categoria sobre as relações entre os agentes.

No ofício emitido à Padaria Pelotense (fig. 7, p.123), há um apelo do Sindicato ao instinto de humanidade do proprietário de aderir ao descanso semanal. Na resposta oficialmente comunicada, o proprietário acusa o sindicato de ser um bando de anarquistas e destruidores, e que eles deveriam responder à Polícia Militar. A violência na recepção das reivindicações do Sindicato pode ter motivado ações mais violentas ao estabelecimento, além do fato de que os empregados da Padaria Pelotense não participavam das reuniões, o que facilitaria o uso da violência contra eles, pois eles não compactuavam com os interesses da categoria.

Outro elemento que chama a atenção, tanto no convite para a reunião quanto nos ofícios, é que não há ninguém assinando os documentos emitidos pela entidade. O primeiro leva o nome da entidade, e os ofícios têm como assinatura “A Comissão”. Este ato impossibilita a polícia ou os órgãos de Justiça de saber quem eram os mandantes da agremiação. No relatório isso ficou nítido e a própria polícia expôs esse fato: “e as ameaças *continuação* como se infere de *officio anonymos* dirigidos as Padarias d’esta Capital”<sup>201</sup>. Note-se que a Polícia refere-se aos ofícios emitidos aos estabelecimentos como “ameaças”, mas o texto contido não expõe nenhum tipo de ameaça aos proprietários ou às padarias.

É implícito que a comunicação do Sindicato Padeiral a um estabelecimento era sinal de que, se não fossem cumpridas as exigências, haveria retaliação direta ao estabelecimento. Já destacamos que as ações eram sempre direcionadas e não aconteciam antes da tentativa do Sindicato de entrar em um acordo com o proprietário. A violência contra outros padeiros era sempre direcionada aos resistentes às iniciativas do Sindicato, somente sofriam retaliações os padeiros que permaneciam trabalhando em dias de paralisação ou greve, ou os que insistiam em trabalhar aos domingos.

---

<sup>201</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 14.



No restante do ano de 1916 não localizamos mais eventos violentos com a categoria padeiral. No ano posterior, os padeiros aderiram à paralisação geral no dia 1º de agosto de 1917 interrompendo a distribuição de pães na cidade. Os jornais declaram que havia, no máximo, duas carroças distribuindo pão em toda a Porto Alegre. E a reportagem acaba por ressaltar que as padarias tiveram que “suspender a entrega, devido a incidentes (...) Às 11 horas padeiros tomaram a resolução de abandonar o trabalho, em vista dos constantes convites que recebiam da classe operária”<sup>202</sup>. Os padeiros juntaram-se a outros operários em greve na Praça Senador Florêncio, por onde passavam os bondes. Às 13 horas os serviços dos bondes foram totalmente paralisados. Essa notícia demonstrou um pouco da organização e contribuição da classe padeiral durante a greve.

Em setembro, a Padaria Pelotense teve os arreios de seus muares furtados, cinco arreios foram surrupiados — um prejuízo de 150\$000<sup>203</sup>. A Polícia, porém, não sabia informar se esse furto havia ocorrido em decorrência de retaliações dos padeiros ligados ao Sindicato Padeiral que reivindicavam o fechamento do estabelecimento aos domingos. Um fato interessante é que a Padaria Pelotense, devido a uma Ordem Judicial, leiloa os seus bens. O proprietário, Antônio de Oliveria Roza, foi obrigado a vender a propriedade e o prédio onde o estabelecimento estava localizado, considerado “magnífico e bem movimentado, prestando-se o prédio não só para negociação de padaria, como para outro qualquer”<sup>204</sup>.

Na greve de 1918, um padeiro foi preso ao colocar nos trilhos dos bondes um pacote que simulava ser uma bomba. Após isso, ele atacou de revólver em punho a Padaria Luzo Brasileira e padeiros que transitavam no 1º Distrito. Descarregou seu revólver no estabelecimento, mas não atingiu ninguém. Depois do ataque à Padaria, ele fugiu da Brigada Militar, mas foi preso em sua residência na rua Venâncio Ayres nº 8.

---

<sup>202</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 177, de 01 Ago. 1917, f. 3.

<sup>203</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 233, de 08 Out. 1917, f. 6.

<sup>204</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 261, de 12 Nov. 1917, f. 2.



Em março de 1919 a Padaria Três Estrellas sofreu um assalto: “esse estabelecimento foi assaltado por um grupo de padeiros, por motivo de *alli* se trabalhar aos domingos”.<sup>205</sup> O assalto ocorreu pelas 2 horas e 30 minutos da madrugada. Os padeiros empregados da Três Estrellas souberam que um grupo se aproximava do estabelecimento em atitude hostil, e se prepararam para resistir aos ataques. O grupo que atacou a padaria era composto de 10 a 15 indivíduos mascarados e armados de revólveres e latas de querosene, além de vidros com iodofórmio. O conflito acabou em quebra-quebra. No momento em que os atacantes colocaram querosene nas portas com o intuito de incendiar a padaria, os empregados saíram à rua e acabaram sendo agredidos com paus e tiros de revólver, havendo dois padeiros feridos. Dentre os assaltantes, cinco padeiros foram presos, nenhum deles era empregado da Padaria Três Estrellas, mas trabalhavam nas padarias Pozzi, Sul América e Primor. Todos eles foram remetidos à Casa de Correção. Os padeiros detidos pela agressão acabaram sendo absolvidos por falta de provas<sup>206</sup>; contudo, não localizamos nenhum processo-crime relacionado a esse caso.



**Figura 8 – Padeiros feridos que foram presos e acusado de assaltar a Padaria Três Estrellas. Ref. :Revista Máscara, Porto Alegre de 29 Mar de 1919 apud Queirós, 2013, p. 5.**

<sup>205</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 70, de 24 Mar. 1919, f. 7.

<sup>206</sup> MCHJC, O Syndicalista, Porto Alegre, s/n°, 01 Maio 1919, p. 4.

Notamos que durante o ano de 1919 houve uma retomada nas atividades. Foi um período em que os movimentos paredistas voltaram a organizar *meetings* e greves. Várias categorias, dentre elas a dos padeiros, declararam-se em greve. Mas a greve geral só aconteceu no final do mês de agosto. “As greves, então, se generalizaram e afetaram visceralmente a vida da cidade, provocando a paralisação de serviços essenciais como luz, transporte e telefonia” (QUEIRÓS, 2013, p. 3).

No início de 1919, o Sindicato Padeiral organizou uma reunião, quando, então, decidiu aderir a FORGS. Todos os padeiros se comprometeram a não trabalhar mais aos domingos. Mas, pelas notícias que localizamos, o acordo não foi cumprido. No dia 14 de abril, a Padaria Feliz sofreria um ataque, novamente a tática foi usar querosene para incendiar as carroças da padaria. Os funcionários da Padaria conseguiram chamar a Brigada Militar, que, ao chegar ao local, não encontrou os criminosos, pois eles já haviam se evadido. A Padaria teve poucos prejuízos — uma carroça foi parcialmente queimada.

Após esse evento, João Brum, proprietário da Padaria Feliz, com medo de sofrer mais ataques, solicitou proteção à Brigada Militar. No dia 20 de abril, o guarda João Aluizio avistou suspeitos no entorno do estabelecimento, foi, então, juntamente com o padeiro Juvenal, da Padaria Feliz, interpelá-los. Por motivos que não constam nas notícias, Juvenal desferiu um disparo em Dorvalino, padeiro da Padaria Primor. Com isso, os outros padeiros fugiram. Dorvalino foi socorrido e encaminhado à Santa Casa, mas, depois de 8 dias no Hospital, faleceu. Essa foi a primeira ação da categoria padeiral que terminou em morte, havendo mais um caso que culminou em morte de um empregado de padaria<sup>207</sup>. A notícia não esclarece se houve algum tipo de ação por parte dos padeiros que se encontravam perto da padaria para que o padeiro Juvenal usasse sua arma contra os indivíduos.

Em abril teremos o homicídio do padeiro português Antônio Rodrigues Lopes, empregado da Padaria Piccini, cometido por Leopoldo Silva<sup>208</sup>. Porto Alegre já se encontrava em greve geral dos operários, e os padeiros haviam aderido ao movimento. Leopoldo, conforme consta no processo, fora designado para vigiar os companheiros que ainda estavam trabalhando. Em torno das 10 horas da manhã, Leopoldo se postou entre a rua Voluntários da Pátria e a rua Vigário José Ignácio, local próximo à Padaria Piccini e conhecido por ações da categoria padeiral. Antônio Lopes não aderira à greve e, ao se deslocar para a Padaria Piccini,

---

<sup>207</sup> Fontes em que constam o assalto à Padaria Feliz: A Federação, Porto Alegre, n° 89, de 15 Abr. 1919, f. 6; A Federação, Porto Alegre, n° 93, de 21 Abr. 1919, f. 6 e A Federação, Porto Alegre, n° 100, de 29 Abr. 1919, f. 6.

<sup>208</sup> Processo que já fora analisado por Bilhão (2008) e Silva Jr. (2002)

foi interpelado por Leopoldo, que acabou desferindo dois disparos no fura-greves causando sua morte. Após os disparos, Leopoldo fugiu pela rua Vigário José Ignácio, correndo de revólver em punho<sup>209</sup> e ameaçando quem tentasse impedir sua fuga. Segundo o relatório da Justiça, Leopoldo encaminhou-se para a Rua da Cadeia Velha<sup>210</sup>, local onde havia casas de tolerância e “mulheres de vida airada”, escondendo-se em um prédio onde moravam Alice Ferreira Lima, Edelmira Marques e Efigênia Alves Machado, que resolveram chamar a polícia, ocasionando a prisão de Leopoldo.

O padeiro homicida, em seu primeiro depoimento, declarou que, ao encontrar Antônio Rodrigues Lopes, perguntou se ele ainda estava trabalhando, recebendo como resposta que não mais, mas o réu teria duvidado disso “por que nas greves anteriores ele sempre foi do partido oposto dos grevistas”<sup>211</sup>. O réu alega que teria atirado por medo de uma agressão, já que Antônio era muito mais forte.

Pelo depoimento das mulheres, foi levantada a possibilidade de o crime ter sido aventado na noite anterior, pois Maria Madalena declarou que Leopoldo esteve reunido com Arnaldo Prado, Annibal de tal e mais outro indivíduo cujo nome desconhecia, a fim de planejar vingar-se dos colegas que ainda trabalhavam. Edelmira disse que ficou desconfiada do nervosismo apresentado por Leopoldo ao chegar à currutela, solicitando, assim, a Polícia no local. Edelmira, mais tarde, revelaria que Leopoldo havia solicitado que ela entregasse o revólver a seu irmão e pedisse a ele uma muda de roupa.

Vários padeiros foram chamados pelo advogado de Leopoldo na tentativa de amenizar sua pena. Ovídio Silveira dos Santos afirmou que Leopoldo era muito trabalhador e honesto, e que o havia encontrado “mais ou menos, do dia em que se deu o crime bastante embriagado no botequim”<sup>212</sup>. O segundo depoente a favor de Leopoldo foi o padeiro Antônio Faria, que disse conhece-lo há mais de um ano, afirmando que Leopoldo era “muito trabalhador, estimado dos patrões e dos companheiros e muito honesto”<sup>213</sup>. Afirmou que, na noite do ocorrido, o réu estava um pouco embriagado, relatando que havia estado “na noite anterior, a esta, o *accusado* num *Cabaret*, à rua S. Pedro, onde também bebera regularmente em companhia de outros grevistas”<sup>214</sup>.

---

<sup>209</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 1029, 1919, f. 2.

<sup>210</sup> Rua que ficou com esse nome devido a prisão que existiu nela até 1841, também era chamada de Beco da Cadeia ou Travessa da Cadeia, estima-se que sua criação ocorreu no ano de 1805, atualmente a rua chama-se Travessa dois de Fevereiro. (FRANCO, 2006, p. 85-86)

<sup>211</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 1029, 1919, f. 9.

<sup>212</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 1029, 1919, f. 38v.

<sup>213</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 1029, 1919, f. 61v.

<sup>214</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 1029, 1919, f. 39.

O terceiro depoente a favor de Leopoldo foi Ignácio Machado, que relatou conhecer Leopoldo há dois anos, afirmando que o réu era trabalhador e honesto. Também confirmou que o réu estava de farra no botequim da rua Três de Novembro. Ignácio disse ter encontrado Leopoldo na madrugada do crime, em torno das duas ou três horas, nas imediações da rua da Cadeia, porém não conversou com ele, pois ele estava muito embriagado. Leopoldo foi julgado em outubro de 1921, sendo condenado a dez anos e seis meses de prisão. Foi posto em liberdade em dezembro de 1927.

Isabel Bilhão (2008) fez comentários sobre esse crime que confirmam a análise feita até aqui sobre as ações da categoria padeiral. A autora chama a atenção para os hábitos e o perfil dos padeiros que aparecem no processo — todos são gaúchos, solteiros e com idades entre 20 e 29 anos. “Em suas falas, o cabaré aparecia como um local de encontro de sociabilidade do grupo, como um espaço masculino, onde eles podiam tratar as mais variadas discussões, aí incluídas as greves e os papéis a serem desempenhados pelos participantes” (BILHÃO, 2008, p. 138). Além do costume de frequentar as casas de tolerância, o alcoolismo é muito presente nesse processo-crime, sendo usado como um atenuante para o crime; afinal, o réu estava bêbado, não possuindo total capacidade intelectual. Outro atenuante que aparece nos depoimentos é o fato de o réu ser honesto e trabalhador. No início do século XX, houve uma marginalização de indivíduos preguiçosos e uma tentativa de moldar um trabalhador-modelo ou um bom trabalhador, iniciativa essa que vinha do próprio modelo positivista que governava o Estado do Rio Grande do Sul. Como trabalhador modelo, aparecia

“... característica fundamental o “amor pelo trabalho”, o que permitiria que se tornasse o que a historiografia mais tarde chamou de “corpo dócil”, o indivíduo pronto para se deixar explorar e permitir a acumulação a partir de seu suor. Essa parecia a solução vislumbrada pelos parlamentares que satisfazia a classe dominante. Mas a pergunta era: como? Recorrer à força seria o mesmo que retornar ao passado recentíssimo da escravidão, que não tinha mais respaldo institucional. A solução preferida pelos proprietários agrícolas mineiros parecia ser a mais indicada: a educação do liberto permitiria o seu ingresso no mundo do trabalho, na “civilização”, e repelia qualquer temor de que ele pudesse ser entregue à marginalidade, quando reunisse os dois fatores que o levariam ao crime e o tornariam perigoso aos “bons cidadãos”: a pobreza e a ociosidade.” (OLIVEIRA, 2003, p. 61)

Tal apropriação acabava por criar um estigma que colocava aqueles que não se encaixavam nos moldes impostos pelo governo, em um grupo intitulado “classes perigosas”. Termo repleto de significados, criado para tentar domesticar os cidadãos da República recriminando o ócio e a baderna. Refletia o medo da elite de que o povo se reunisse para contestar a ordem vigente. O movimento operário, devido a seu caráter questionador e direto em suas ações

de contestação do *status quo*, acabou por ser considerado inimigo da República. “Manifestações populares ‘organizadas’ em centros urbanos foram consideradas pelo menos tão nocivas e ameaçadoras quanto aqueles movimentos rurais” (OLIVEIRA, 2003, p. 65).

Os depoimentos da defesa do acusado tentam ligar a imagem de Leopoldo com a de um bom trabalhador, que, mesmo fazendo o uso abusivo e constante de álcool, possuía o respeito de seus colegas e patrões. Aqui já podemos perceber que o campo jurídico que tentava construir a imagem de trabalhador-modelo, passa a ser usado também para atenuar os crimes cometidos por operários.

O crime de Leopoldo é o ápice da violência cometida pela categoria padeiral, pois culmina na morte de um companheiro de trabalho. Depois deste acontecimento, não há praticamente mais notícias relacionadas aos padeiros de Porto Alegre no ano de 1919. Após o fim da greve de 1919, o jornal A Federação lançou uma lista de estabelecimentos que participaram da paralisação violenta:

Estabelecimentos	Nome dos proprietários	N.º de pessoal
Companhia Força e Luz .....	Companhia Força e Luz .....	778
Fiação Tecidos Porto Alegrense ..	Comp. Fiação e Tecidos P. A. ....	385
Companhia Têxtil Rio Grandense ..	Comp. Têxtil R. Grandense ..	428
Companhia Fiação P. Alegrense ..	Comp. Fiação P. Alegrense ...	253
Fábrica de sapas .....	Ant. J. Renner & C. ....	110
Fábrica de cerveja .....	Isoop Irmãos .....	73
Fábrica de cerveja .....	Bernardo Sasson .....	50
Fábrica de cerveja .....	Hilber & Filhos .....	65
Fábrica de tecidos de seda .....	Elmer & Companhia .....	6
Moinho de arroz .....	H. G. Treptow .....	28
Moinho de arroz .....	A. Dextheimer & C. ....	19
Moinho de arroz .....	Albino Cunha .....	21
Fábrica de cigarros .....	Tectiliano Borges .....	157
Companhia Telephonica .....	Companhia Telephonica .....	190
Centro Commercial .....	Centro Commercial .....	21
Fábrica de cigarros .....	V. Martins & C. ....	16
Padaria Delgado .....	Delgado & Irmão .....	19
Padaria Brasil .....	Silva & Irmão .....	8
Padaria Primor .....	Monteiro Gomes & C. ....	16
Padaria Popular .....	Castos & Almeida .....	22
Padaria Weidmann .....	Carlos Weidmann .....	5
Padaria Yaroswin .....	Carlos Tropowski .....	(*) 20
Padaria Oscar Buscher .....	Oscar Buscher .....	9
Padaria Juvenal Cruz .....	Juvenal Cruz .....	3
Padaria Feliz .....	Felizes & Pereira .....	28
Padaria Lazo Brasileira .....	Ponsera & Companhia .....	8
Padaria Lealdade .....	Ant. Gonçalves Serqueira .....	9
Padaria Apollonia .....	Estabellau Prais .....	4
Padaria Moinhos de Vento .....	Roberta Droscher .....	12
Padaria Garibaldi .....	Pedro Osoratto .....	10
Fábrica de café .....	A. Mayonnaue & C. ....	18
(*) Todos despedidos.		2.490

Figura 9 - Estabelecimentos envolvidos na Greve de 1919. Ref.: A Federação, Porto Alegre, nº 209, de 5 de Out. de 1919, f. 5.

Observando a lista de estabelecimentos, a primeira coisa que devemos destacar é o grande número de panificadoras que paralisaram seus serviços. Dentre os 31 estabelecimentos listados, 14 são padarias. Apesar de as padarias não serem os estabelecimentos com o maior

número de operários (240 padeiros) — note-se que somente a Companhia Força e Luz tinha mais de 700 operários em paralisação —, não é o número de operários que deve chamar a atenção, e sim o número de estabelecimentos, pois é este dado que mostra a coesão da categoria em prol da greve geral. Importante também é o fato de a Padaria Varsóvia ter demitido todos os seus funcionários.

Notamos que os padeiros recorreram, durante anos, a muitas táticas violentas para reivindicar direitos para sua categoria. Há alguma lógica nesse uso da violência por parte desse grupo de operários? Após a larga descrição das ações tomadas pela categoria padeiral, podemos perceber que as ações violentas sempre possuíam uma razão, e a violência era um instrumento usado somente como último recurso.

As ações mais incisivas sempre aconteciam após uma tentativa de negociação com a classe patronal, que, num primeiro momento, diz seguir o acordo, mas, logo após, passa a solicitar a presença de seus funcionários nos estabelecimentos aos domingos para cumprir expediente. Após essa quebra de acordo, na concepção dos padeiros, o uso da violência acaba por tornar-se legítimo; afinal, eles — trabalhadores e sindicato — não dispunham de nenhuma entidade a quem recorrer. Thompson tenta entender como funciona essa legitimidade do uso de iniciativas que ultrapassam os parâmetros jurídicos. Para o historiador inglês, as ações violentas teriam uma ‘nócion legitimizante’ que ocorre quando “los hombres y las mujeres que constituín el tropel creían estar defendendo derechos o costumbres tradicionales; y, en general que estaban apoyados por el amplio consenso da comunidad” (THOMPSON, 1984, p. 65). Mostramos que as ações executadas pelos padeiros eram disciplinadas, diretas e com claros objetivos, sendo consideradas justas no seio da categoria e também para classe operária — já que possuíam apoio da Federação Operária do Rio Grande do Sul.

Thompson, ao fazer sua investigação, acaba analisando os fatos através dos costumes que eram motivo de luta para os ingleses, como no caso dos preços da farinha e da sua moagem. Quando esse preço saía do que era tradicional, havia ações violentas para que isso voltasse para o que era tido como normal. Em Porto Alegre não podemos falar que havia uma prática costumeira ou tradicional mobilizando a classe operária. Diante disso, em sua tese, César Queirós defende que, ao analisarmos através da perspectiva de Thompson o movimento operário, não podemos falar em ‘costumes tradicionais’ no sentido empregado pelo historiador inglês, “mas em ‘costumes associativos’ ou ‘militantes’, mais especificamente, em uma crença tácita de que os patrões deveriam negociar com os operários e reconhecer seu direito a reivindicarem” (QUEIRÓS, 2012, p. 75).

Quando Thompson analisa a Inglaterra do século XVIII, ressalta que as concepções populares rompiam com as decisões paternalistas, pois a ética popular legitimava as ações diretas da multidão, enquanto que os valores da classe dominante apoiavam um modelo totalmente oposto.

Já, em Porto Alegre, a ‘ética popular’

“... condenava as atitudes intransigentes dos patrões e justificava, por meio delas, os atos de violência perpetrados: se os proprietários não queriam negociar e davam um pesado ‘tapa na luva’ nos operários ao demitirem os paredistas, caberia agir de forma similar. As regras do jogo haviam sido quebradas. Mesmo que não estejamos falando em uma ‘economia moral da multidão’, podemos falar, sim, de princípios morais que deveriam pautar as relações entre patrões e empregados na ótica desses últimos e que, no decorrer do movimento enfocado, não foram obedecidos.” (QUEIRÓS, 2012, p. 76)

A conclusão de Queirós se concentra sobre as atitudes tomadas pela classe patronal na greve de 1919, quando os patrões recorrem ao Estado para coibir a paralisação através da violência, mas suas afirmações se aplicam também à análise das ações da categoria de padeiros. Para os padeiros, o fato de que os patrões determinavam que alguns ainda precisassem trabalhar aos domingos, era uma quebra de acordo. E, para Thompson, essa quebra de acordo fortalece a união dos operários e das suas causas; afinal, “comienzan a luchar por estas cuestiones y en el processo de lucha se descubren coom classe. La classe y la consciencia de classe” (THOMPSON, 1984, p. 37). A intransigência patronal tem como consequência uma atitude contrária aos interesses dos próprios patrões; pois os padeiros, não tendo como recorrer a órgãos de justiça ou ao Estado, só conseguem, conforme Thompson, reivindicar direitos através de ações em conjunto, sendo esses procedimentos executados à margem dos parâmetros das leis, enquadrados, assim, como delitos.

Outro conceito que complementa a ‘nócion legitimizante’ desenvolvida por Thompson é o de ‘Economia Moral’, pois há uma quebra dos acordos estabelecidos entre sindicato e classe patronal. Tal posição quebrava a economia moral, conceito que vem a explicar valores abrangidos pelo consenso popular, ou no seio da categoria padeiral, em nosso caso. A economia moral é “una ideia de las normas y obligaciones sociales, de las funciones económicas propias de los distintos sectores dentro de la comunidad que, tomadas en conjunto puede decirse que constituían la ‘economia moral’ de los pobre. Un atropelo a estos supuestos Morales, tanto como la privación en sí, constituían habitual para la acción directa” (THOMPSON, 1984, p. 66).

Ao entendermos os valores defendidos por esses operários, seus interesses e ideias que não estavam inscritas em regulamentos ou em algum código de lei, podemos compreender qual era a concepção de legitimidade do uso da violência da categoria padeiral. Compreendendo isso, podemos esboçar de melhor forma como eram as relações trabalhistas da categoria.

Como já dito, essas quebras de acordo estabeleciam maiores laços entre a categoria e contribuía para sua organização. Podemos notar isso através das ações da categoria, que acabaram se diversificando e se tornando mais complexas e mais difíceis de serem investigadas pela Justiça. Outro fato relevante é o de que, dos quatro crimes, os executados de maneira individual resultaram nas prisões de Rioswaldo e Leopoldo; já os dois crimes cometidos de forma coletiva não tiveram culpados elencados, nem mesmo presos. O caráter coletivo das ações dos operários é fundamental, pois é um elemento que torna eficaz suas reivindicações, já que o trabalhador individualmente não possui um poder de barganha alto, e normalmente essa coletividade é administrada por uma organização.

“... isto bastaria para explicar que a condição operária tende a favorecer disposições coletivistas (por oposição às individualistas), se todo um conjunto de fatores constitutivos das condições de existência não agisse no mesmo sentido: os riscos do trabalho e os problemas da vida inteira, que impõem a solidariedade, a experiência da permutabilidade dos trabalhadores.” (BOURDIEU, 1983, p. 8).

Neste capítulo descrevemos largamente como se davam as ações dos padeiros porto-alegrenses, além de esboçar um pouco de como se davam as relações trabalhistas entre patrões e empregados. Como essas relações encontravam-se em construção, muitas fissões aconteciam, e os operários acabavam recorrendo as ações violentas. Podemos notar que essas ações sempre eram legitimadas pelos padeiros e seu sindicato. Reforçamos que elas eram executadas somente quando os meios de negociação já haviam sido esgotados. Como os proprietários das padarias não aceitavam a imposição do direito ao descanso dominical, inúmeras ações criminosas ocorreram entre os anos de 1913 e 1919, o que tornou possível analisar como se davam as relações de trabalho na capital gaúcha, além de conseguirmos aprofundar um pouco mais nosso conhecimento sobre o contexto dos trabalhadores e populares da cidade.



## 4 “MEU ÚNICO CRIME É FAZER PÃO DIÁRIO”: O ESTADO E A CLASSE PATRONAL.

“No momento em que a sociedade descobre que depende da economia, a economia, de fato, depende da sociedade. Esse poder subterrâneo, que cresceu até parecer soberano, também perdeu sua força. No lugar em que havia o *isso* econômico, deve haver o eu. O sujeito só pode emergir da sociedade, isto é, da luta que existe nela mesma. Sua existência possível depende dos resultados da luta de classes que se revela como o produto e o produtor da fundação econômica da História.” (DEBORD, 2011, p. 35)

Neste capítulo teremos como objetivo examinar as atividades de dois agentes que tinham relação direta com as ações executadas pela categoria padeiral: o Estado do Rio Grande do Sul e os proprietários de padaria. Nosso principal objetivo é conhecer como se davam as relações de trabalho em Porto Alegre no início do século XX, pois os dois agentes citados influenciam direta e indiretamente as ações realizadas pelos padeiros. Nossa intenção é apontar aspectos das decisões políticas do Estado que interferem na relação entre patrões e empregados, e, ao investigarmos a classe patronal, mostrar como ela se desenvolve a partir da forma como se organizavam e agiam seus empregados.

### 4.1 Estado

No presente subcapítulo pretendemos analisar o papel do Estado durante os anos de 1913 a 1919 para avaliar se suas decisões interferiam ou não nas relações de trabalho entre patrões e empregados. Tal intento será um pouco diferente dos capítulos anteriores, pois até agora tratamos de um assunto muito específico com fontes diretamente ligadas aos agentes analisados — os padeiros. Neste capítulo, ao dissertarmos sobre o Estado, não haverá essa ligação tão próxima, contemplaremos aspectos mais amplos e contextuais.

Quando iniciamos as pesquisas com a categoria padeiral, nosso intento foi estudar as relações dos operários com seus empregadores; contudo, o papel do Estado, tanto na mentalidade dos patrões como na dos próprios operários, tinha certa influência, e somente avaliando este agente foi possível alcançar o objetivo da pesquisa. Ressaltamos, no entanto, que o foco da pesquisa permanecerá, por vezes, distante, pois o Estado será analisado de uma forma mais panorâmica e sua relação não será direta com os padeiros especificamente, mas com o movimento operário em geral.

No início do século XX, encontramos no Rio Grande do Sul a hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no controle da política. O partido permaneceu no poder do

Estado de 1893 a 1937. Um dos seus principais líderes era Júlio de Castilhos<sup>215</sup>. Após seu falecimento, em 24 de outubro de 1903, que assume a presidência do Rio Grande do Sul em seu lugar é Borges de Medeiros. O Partido era composto em sua maioria por políticos das famílias oligárquicas do Estado — grandes latifundiários que, somente com “um discurso autoritário, antidemocrático, mas fundamentalmente não-oligárquico (...) funda[ram] sua hegemonia” (OLIVEIRA, 2003, p. 55).

O PRR possuía uma organização notável e um projeto político sólido, mas que não privilegiava somente as classes oligárquicas do Estado. Para permanecer tanto tempo no poder, mesmo em uma época em que o sistema eleitoral apresentava grandes fraudes — e o PRR também se utilizava de práticas fraudulentas —, o Partido conseguiu reproduzir um discurso mantendo até certo ponto uma coesão social e o seu lugar de mando do Estado. Conforme ressalta Queirós (2016, p. 26), o PRR possuía uma “estruturação ideológica distinta, uma rígida disciplina partidária e uma atuação política que contemplava, para a sua manutenção no poder, a desestruturação das oposições”. A desestruturação das oposições era levada a sério, fato esse que se aplicava até em nível municipal, onde o PRR interferia para conseguir aliados políticos. Outro fator que contribuiu para essa desestruturação foi a cooptação para as fileiras do Partido de agentes que protestavam contra o Estado, como no caso, por exemplo, de Francisco Xavier da Costa.

Francisco foi um dos líderes operários da greve de 1906. Ingressou no Partido Republicano Rio-Grandense com o cargo de conselheiro municipal de Porto Alegre em 1912. Cogita-se que sua filiação se deu devido à figura notável que era, ou devido à capacidade de, com suas ideias socialistas, fazer acordos com os partidos, podendo, assim, conseguir angariar reivindicações para os “de baixo”. Os socialistas, como já citamos, acreditavam que os operários deveriam obter melhores condições de vida e trabalho respeitando e legitimando a legislação em vigor, o que seria possível somente com candidatos afiliados a partidos políticos e que fossem eleitos ou empossados em cargos públicos<sup>216</sup>.

Para Émile Durkheim, um Estado só se torna funcional quando possui um bom mecanismo de coerção social. Para ele o Estado será um organizador da vida social, um

---

<sup>215</sup> Júlio Prates de Castilhos, nascido em 1860, na cidade de Cruz Alta, foi presidente do Estado do Rio Grande do Sul duas vezes e principal autor da Constituição Estadual de 1891. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, foi diretor do jornal A Federação de 1884 a 1889. É tido como um grande disseminador do positivismo, morrendo no ano de 1903. (SOARES, 1998, p. 132).

<sup>216</sup> Ver mais sobre a trajetória de Francisco Xavier da Costa em: SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas - Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)**. Campinas: UNICAMP, 2002. (Tese de Doutorado). E sobre a cooptação política consultar mais em: FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. v. 1. 198p.

instrumento que fortalece a consciência coletiva, mantendo a individualidade do cidadão conforme as fronteiras que o Estado delimita — “longe de ser o tirano do indivíduo, ele é quem resgata o indivíduo da sociedade” (DURKHEIM, 2002, p. 88). A partir dessa coerção seria possível o Estado manter a liberdade individual.

Para Pierre Bourdieu, este poder através da coerção não basta. O simbólico entra como um instrumento importante e abarca o discurso, que se torna consenso. Conforme Bourdieu (2014, p. 39), “o Estado é uma entidade teológica, isto é, uma entidade que existe pela crença”. Somente a repressão não bastaria. Seria necessário um discurso coeso para que a população acreditasse na forma de Estado defendida pelo Partido Republicano Rio-Grandense.

Tal crença na crença — mesmo que pareça uma expressão redundante — se mostra em dois pontos cruciais da história do movimento operário porto-alegrense e sua relação com o Estado. Conforme já citamos, na Primeira República (1889-1930) teremos poucas leis específicas que versam sobre regulamentações e regras de trabalho, ou seja, há predominância de um privatismo na relação patrão-empregado<sup>217</sup>. Em teoria, não haveria a intervenção do Estado nas questões laborais. Entretanto, estudos recentes, como o de Queirós (2016), mostram que o Estado interferia nessas relações.

O Estado interfere em dois momentos importantes da organização operária da capital. Primeiramente na greve de 1906, quando reprimiu as paralisações com a ajuda da Brigada Militar. Mas, devido à intransigência do proletariado, o governo acabou cedendo às prerrogativas da greve e serviu de intermediário na negociação entre o movimento operário e a classe patronal. Muito dessa postura advém do discurso positivista de “incorporação do proletariado à sociedade moderna” —, mas iremos discutir essa influência positivista mais à frente. Essa primeira mediação contribuiu para o “acirramento da consciência e da luta de classes o que se consubstanciou naqueles dias nos debates sobre a necessidade de criação de entidades representativas dos interesses coletivos” (OLIVEIRA, 2007, p. 67-68). Pode-se perceber que a política e as relações entre o movimento operário e classe patronal possuíam proximidade. Uma análise não somente das instituições do Estado, mas dos seus discursos, ações e ideologias, acaba fornecendo indícios do funcionamento social do Estado, principalmente na cidade de Porto Alegre no início do século XX.

---

<sup>217</sup> As leis mais importantes que surgem na Primeira República são posteriores ao nosso recorte temporal: Lei Elói Chaves, de 1923, a Lei de Acidentes de Trabalho de 1919 e a Lei de Férias de 1925.

O segundo momento é o da greve geral de 1917, quando, então, o presidente Borges de Medeiros recebe uma comissão organizada pelos operários grevistas em seu gabinete, analisa suas pautas e dá um parecer favorável aos operários em paralisação,

“... comprometendo-se a tomar medidas para restringir a exportação e proibir o açambarcamento de artigos de primeira necessidade, regulando seu preço e comercialização no mercado público e em feiras livres. Além disso, decretou o aumento dos salários dos operários a serviço do Estado, a fim de que os patrões seguissem seu exemplo.” (OLIVEIRA, 2007, p. 62).

Notamos que o Estado toma decisões interventoras para influenciar o desfecho do conflito entre operários e patrões. Cabe ressaltar também que os operários formaram uma comissão para falar com o presidente do Estado, ou seja, nesse momento superam-se as críticas ao governo e busca-se o diálogo com a instituição Estado. Para que isso se torne possível, é necessário crer na existência e no poder dessa instituição. Tal indício entra em confluência com as ideias de Bourdieu, pois ele frisa essa questão do discurso do Estado e de seu poder de legitimação; afinal,

“... o universo social exige que nos ponhamos em regra com o oficial, conferindo a esse universo determinado o reconhecimento fundamental do oficial, que consiste em pôr formas, isto é, em não dizer as coisas brutalmente, em pô-las em forma poética, em expressá-las de maneira eufemizada por oposição à cacofonia do bárbaro ou do blasfemo.” (BOURDIEU, 2014, p. 97)

Quando Borges define um limite de bens a serem exportados e aumenta o salário dos funcionários públicos, fazendo isso de forma pública, ele influenciou o aumento de salários dos setores privados, ou seja, o oficial influenciou de maneira direta as relações laborais da esfera privada e as questões latentes no conflito travado entre patrões e operários. Ao mesmo tempo, quando pensamos nessa comissão que se propõe a discutir com as autoridades estatais, vemos que ela reconhece o ‘oficial’ que é emanado pelo Estado. Mesmo a greve sendo coordenada pela Federação Operária, que possuía uma diretoria e um *modus operandis* anarquista, repudiando assim a figura e o papel do Estado, teoricamente ela recorre à negociação com o governo para resolver o conflito. Cabe ressaltar que essa greve geral não tinha como alvo atingir o Estado e suas instituições, mas, sim, a classe patronal. A única greve geral que terá reivindicações diretamente voltadas para o Estado será a de 1919, quando Borges de Medeiros coibirá os operários grevistas com maior violência do que qualquer paralisação anterior.

Como anteriormente comentado, somente o poder de coerção do Estado não basta para constituí-lo, e o simbólico é parte fundamental do constructo do Estado e de suas instituições,

e, dentro desse simbólico, um dos campos mais importantes que se constrói é o jurídico. Para Bourdieu, o direito é parte constitutiva do capital simbólico que o Estado deve ter. O capital simbólico é “a forma de capital que nasce da relação entre uma espécie qualquer de capital e agentes socializados de maneira a conhecer e reconhecer essa espécie de capital” (BOURDIEU, 2014, p. 259) situando-se na ordem do conhecimento e reconhecimento. Para o sociólogo francês, o campo político é um lugar por excelência do capital simbólico, onde as pessoas capazes, habilitadas no campo, acabam por formular e normatizar regras e leis usando a figura simbólica do Estado que, ao mesmo tempo, reconhece essas normas, criando um campo jurídico coeso, o que fortalece a figura e a identidade do Estado, ou seja, ele se cria criando.

Aplicando essa lógica da construção de lei para delimitar e criar uma identidade, expandiremos brevemente o eixo temporal para explorar uma greve dos padeiros que se inicia em 2 de janeiro de 1923<sup>218</sup>. Nessa paralisação, além de lutarem pelo descanso dominical, os padeiros solicitavam mais higiene nos estabelecimentos, e enfrentavam ainda a intransigência patronal — a estratégia dos patrões era para que os operários não ganhassem novos direitos. Nos jornais, não há desfecho da paralisação, mas percebemos que, no ano posterior, o governo publicará um ato municipal versando sobre a higiene nos estabelecimentos de panificação e no seu fabrico, com o intuito de não causar *damno* à população. Podemos cogitar que a iniciativa dos operários é tida pelos governantes como algo legítimo, e como os patrões não aderiram às reivindicações, coube ao Estado, através da construção de leis, delimitar os procedimentos e materiais em uma padaria para que seu funcionamento ocorresse de forma padronizada. Como vemos, a lei é um meio de se fazer conhecer e reconhecer, e, através disso, distanciar os interesses privados da esfera pública.

Aqui já encontramos novas possibilidades de estudo das ações operárias e novos horizontes de pesquisa, pois é possível cogitar que os operários exigissem o cumprimento das leis impostas pelo Estado. Essa construção de leis que beneficiam a classe operária pode ser um objeto de pesquisa para trabalhos que abarquem não somente a categoria de padeiros mas o movimento operário em geral; afinal, temos diferentes formas de ação dos agentes examinados. Estudar a contribuição dos operários para a construção de leis antes da Consolidação das Leis do Trabalho (1943) é um problema de pesquisa que merece atenção em trabalhos futuros, talvez até em um aspecto mais detalhado, construindo as ações de diferentes categorias.

---

<sup>218</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 3, 03 Jan. 1923, f. 5.

Refletindo sobre o PRR e o Rio Grande do Sul, um partido não se mantém no poder por mais de 20 anos sem um lastro jurídico muito bem alicerçado, ou seja, tivemos uma construção de leis que reconheciam e faziam conhecer quem eram os mandatários do Estado. Lembramos que é difícil mesclar o campo do trabalho com o campo jurídico estadual. Conforme José Murilo de Carvalho (2001, p. 67), no que concerne a esses campos,

“Houve mesmo retrocesso na legislação: a Constituição republicana de 1891 retirou do Estado a obrigação de fornecer educação primária, constante da Constituição de 1824. Predominava então um liberalismo ortodoxo, já superado em outros países. Não cabia ao Estado promover assistência social. A Constituição republicana proibia ao governo federal interferir na regulamentação do trabalho. Tal interferência era considerada violação da liberdade do exercício profissional.”

Ou seja, o Estado juridicamente não deveria intervir nas relações de trabalho, o que, no decorrer da década de 1920, vai se modificando lentamente. Mesmo que esses campos possuam distância no referido período, foi promulgada a Constituição Estadual de 1891, versando sobre a permanência do Partido no poder. Segundo Oliveira (2007),

“Uma peculiaridade da história do Rio Grande do Sul está em sua Constituição Estadual escrita por Júlio de Castilhos que permitia a reeleição sem limites para os cargos executivos. Era uma adaptação da tese da ‘ditadura esclarecida’ de Auguste Comte. Borges de Medeiros, discípulo e sucessor do ‘Patriarca’ do PRR, ficou no poder entre 1898 e 1928, com uma breve interrupção entre 1908 e 1913, quando deixou o governo para seu aliado Carlos Barbosa, mas continuou como chefe do PRR” (p. 64).

Hélgio Trindade (2007) também classifica os mandatos do PRR como ditaduras, mas uma ditadura nos moldes da ‘ditadura republicana’ desenvolvida por Augusto Comte<sup>219</sup>. Para Margaret Bakos (2011, p. 1), o “único exemplo de regime político que poderia ser chamado ditadura republicana, no sentido dado por Comte: o castilhismo” — regime que, conforme a autora, marcou a ferro e fogo o estado sulino.

Na Constituição de 1891 “a ‘ditadura’ se organizava a partir da fusão do poder legislativo com o executivo, da perpetuação da função executiva e da escolha do sucessor pelo ‘ditador’, sob o controle da ‘opinião pública’” (TRINDADE, 2007, p. 488). Projetada por Júlio de Castilhos, ela segue os preceitos da ‘ditadura republicana’. O presidente do Estado

---

<sup>219</sup> Ditadura republicana na concepção positivista é essencialmente: “Governar [por] uma questão de competência e o continuísmo tornou-se o ponto essencial do castilhismo: era preciso conhecer para poder prover, municipalização dos serviços públicos e orçamentos equilibrados” (BAKOS, 2011, p. 1). Um governo deveria ser composto dos mais capazes, que, através do exemplo e intelectualidade, decidiriam os caminhos da população e dos menos capazes.

seria escolhido por sufrágio, com um mandato de cinco anos, podendo indicar seu vice e o sucessor.

“O essencial do poder executivo e legislativo se encontra nas mãos do Presidente do Estado que substitui a expressão ‘ditador’ do projeto do Apostolado positivista. Apesar disso, a ‘ditadura republicana’ castilhista, de um lado, concentrou todos os poderes na presidência, embora criando mecanismos próprios para ratificação das leis com a participação das autoridades municipais; de outro, limitou o papel das Assembleia dos Representantes a uma função exclusivamente orçamentária.” (TRINDADE, 2007, p. 489)

A Assembleia de Representantes pouco influenciava o governo, pois o presidente possuía o Poder Executivo e Legislativo. Ela reunia-se somente dois meses por ano, uma para examinar as receitas do ano vigente e outra para votar o orçamento do ano seguinte. A articulação entre o governo e a sociedade ocorria por intermédio da cidadania política, com o direito de votar e ser eleito. A política conduzida pelo PRR não respeitava tanto essa cidadania política, pois era controladora, interferindo diretamente nas eleições municipais. O Presidente do Estado tinha poderes constitucionais de anular resoluções, controlar o Executivo e, um dos pontos mais importantes, possuía o controle direto da Brigada Militar. Mesmo com viés autoritário “a ditadura castilhista, apesar de suas instituições de inspiração positivista, responde a um contexto político determinado. A classe dominante rio-grandense, no sentido econômico e político do termo, manifesta uma hostilidade aberta à nova classe dirigente que chega ao poder com a proclamação da República” (TRINDADE, 2007, p. 492).

O castilhismo se tornou um instrumento para fazer frente aos grupos que controlavam oficialmente o Estado, sendo que o positivismo dava meios constitucionais e ideológicos para o desenvolvimento de uma modernização conservadora. Previa-se, através da influência do positivismo comtiano, uma organização social aceita pela elite, incorporando o proletariado à sociedade. O Estado teria a incumbência de estabelecer uma ordem social positiva e organizada, esses fatores podem ser condensados na frase “conservar melhorando”.

“A faceta autoritária do positivismo encontrava-se no fato de reconhecer os papéis estabelecidos de uma sociedade estratificada, em repelir a igualdade e a democracia, da mesma forma que combatia a ideia de que a competição entre os indivíduos para a satisfação de suas ambições geraria inevitavelmente o ‘bem comum’. Assim, o direito liberal, para os positivistas, deveria ser substituído pela noção de ‘dever’, de ‘dever de todos para com todos’, em que cada indivíduo e setor social pudessem desempenhar suas funções específicas em ‘harmonia social’, regulada pela ‘ditadura republicana’ prevista por Comte como o governo de um chefe, um homem político superior, um governante ‘esclarecido’ e ‘ilustrado’, conhecedor da filosofia e da ciência, que soubesse tomar as decisões certas e necessárias para não desviar a sociedade do seu rumo para o estágio positivo.” (OLIVEIRA, 2003, p. 36)

Pode-se perceber que o positivismo que alicerçava a ideologia do PRR visava a uma melhoria da sociedade. De modo geral, mesmo querendo incorporar o proletariado, a meta positivista não era melhorar a vida do trabalhador, mas preservar a organização da hierarquia social, sendo a igualdade um ideal deixado de lado nesse processo. Mas diferente do que a teoria positivista preconizava sobre a liberdade de pensamento e a liberdade de reunião, a Constituição Castilhistista defendia que

“... a todos os cidadãos é lícito associar-se e reunir-se livremente e sem armas, no território do estado, não podendo intervir polícia, senão para manter a ordem pública, quando esta for perturbada, ou quando os convocados da reunião, alegando receios de perturbação, requisitarem a intervenção policial.” (1891, art. 71, &12)

A partir desse artigo, o governo do Estado tinha a permissão de interferir diretamente nas reuniões, por qualquer motivo. É nesse ponto que a nossa pesquisa se encontra com as instituições públicas; afinal, como vimos, a Polícia era um recurso constantemente usado e colocado à disposição da classe patronal para conter os atos de violência planejados pelos padeiros — o controle da Brigada Militar era do Presidente do Estado.

Mas qual o papel do Estado ao intervir através do uso da violência? É legítimo esse uso? E qual o impacto disso nas relações de trabalho?

Além do controle do uso da força, Bourdieu acredita que o Estado é composto de outros papéis necessários a sua constituição e manutenção. Para o sociólogo, o uso legitimado da violência pelo Estado é uma das diferentes formas de acumulação de capital que, além de constituir um impacto concreto, possui uma concentração simbólica importante, pois “ao constituir uma força pública se retira o uso da força daqueles que não estão ao lado do Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 268). Ao obter o uso da força física, o Estado desmobilizava a violência ordinária, ou seja, o único com poder de legitimar as ações violentas no campo jurídico e judicial é o Estado.

A partir do controle e do uso da violência, o Estado acabava chocando-se com os interesses do movimento operário de Porto Alegre; afinal, mesmo que as greves organizadas pela classe operária fossem de caráter anarquista, tentavam-se acordos com o governo, e, com isso, a legitimidade do Estado era reconhecida pelas lideranças sindicais e entidades que promulgavam as reivindicações e levantes dos trabalhadores. No momento em que o governo decidia negociar com as entidades sindicais, como a FORGS, ou promulgava leis inspiradas em paralisações realizadas por determinada categoria laboral, ele reconhecia não somente as reivindicações dos trabalhadores, mas também as entidades como sendo representantes das



categorias. A regra do jogo de reconhecer e conhecer serviria tanto para o Estado quanto para as entidades operárias.

O interessante é que esse controle da violência no Estado é um assunto que deveria ser discutido. Até onde o poder de polícia pode ir? Lembramos que o agente público, que recebe posse via autoridade estatal, tende a incorporar o papel que lhe é conferido pelo cargo e também seus discursos. O poder de polícia, em sua gênese, deveria proteger a população e conduzir às instâncias jurídicas os indivíduos que infringissem a lei.

Conforme referido, oficialmente o governo do Rio Grande do Sul se eximia de interferir, reforçando um discurso de que o estado era um dos melhores para se viver e que aqui possuíamos uma ‘harmonia social’, bem como que os operários possuíam condições de vida elevada em comparação a outros estados brasileiros. Contudo, essa dita harmonia não era tão evidente. Como salienta César Queirós (2000, p. 180), a ação do governo “foi marcada por uma oscilação entre o privatismo nas relações de trabalho, o paternalismo junto aos trabalhadores e a repressão aos conflitos sociais”. Tiago Oliveira (2007, p. 66) concorda com a ideia, para ele “o governo do Rio Grande do Sul sempre se eximiu de legislar sobre questões pertinentes à relação capital/trabalho e também fez uso da repressão. Mesmo dentro dos limites – afinal, não se legislou a respeito de aumento de salário ou jornada de trabalho”. Observamos que o argumento de Oliveira não é completo, pois o Estado por vezes legislará em prol dos operários.

“E desta luta de classificações sobre o real resulta que dois discursos antagônicos se entrecruzam: de um lado, os operários grevistas buscando legitimidade junto à sociedade e ao conjunto dos trabalhadores afirmando que os decretos estaduais e os atos municipais teriam sido conquistas do movimento, consequências do êxito da condução da greve; de outro, o discurso do governo do estado que se apresentava como promotor do bem estar da sociedade através de sua ação benéfica e desinteressada. De que forma ocorria a recepção desses discursos por parte dos operários (sejam aqueles que não aderiram à greve ou os que compunham a base do movimento mas que não possuíam uma militância efetiva nos sindicatos) é um questão muito difícil de precisar, sobretudo se considerarmos que – como já mencionado anteriormente – o trabalhador comum dificilmente deixa registros escritos de suas impressões. Contudo, afirmar que os operários percebiam a ação do governo como uma conquista, e não como uma concessão, me parece uma generalização. Podemos, sim, argumentar que as lideranças operárias consideravam tais atitudes o resultado do êxito do movimento e um sinal da vitória da greve.” (QUEIRÓS, 2007, p. 90)

Todos esses fatores embasam os discursos sobre a dita ‘harmonia social’ propagada pelas autoridades. Era uma estratégia usada para que as massas de trabalhadores acreditassem que viviam em um contexto melhor do que muitos operários do Brasil. Esse discurso foi muito usado pelo PRR durante as greves de 1918 e 1919 em uma tentativa de deslegitimar as

paralisações. Esse empenho em evitar greves e paralisações evidencia um interesse na preservação dos patrões. Como já mostramos, a Justiça caracterizava os ataques a proprietários de padarias como uma afronta à moral desses patrões. As tentativas de deslegitimação aparecem tanto nos jornais quanto nos relatórios da Brigada Militar, que apresentavam discursos tentando promover a razão dos proprietários de padaria e desqualificar a violência dos operários.

Em relação aos ataques ocorridos em 1913, o jornal “A Federação” se posicionou em prol dos empregadores:

“Alguns proprietários de padarias, porém, segundo declarações feitas à nossa redação, das *quas* demos notícia, disseram que a folga aos domingos poria os seus estabelecimentos em *difficultades* e acarretaria prejuízos, pois que não estavam aparelhados, para fabricar de uma só vez pão necessário para os dois dias de consumo.

Disseram-nos ainda, na *ocasião* em que estiveram em nosso *escriptorio*, os ditos proprietários que talvez não *soffresse* alterações o serviço dos seus estabelecimentos, visto como muitos operários, seus empregados, estavam dispostos a trabalhar aos domingos.

Constando, porém, que os operários favoráveis ao descanso praticariam actos de violência contra as padarias que trabalhassem aos domingos, diversos proprietários dessas casas procuraram o dr. Chefe de Polícia, solicitando-lhe garantias no caso de verificar-se a propalada *agressão*. (...)

A mesma liberdade de trabalho que justifica o *descanço* aos domingos legítima, sem contestações a *ocupação* dos que querem comparecer às padarias *naquelles* dias.”<sup>220</sup>

Como podemos perceber, os proprietários alegavam que muitos dos padeiros queriam trabalhar, mas, diferente do que aparece no artigo do jornal, poucas padarias confeccionaram pães e, como a quantidade de trabalhadores era mínima, os proprietários das padarias eram obrigados a fazer a entrega dos produtos. Outro fato que chama a atenção é que os proprietários, com medo das agressões, buscam a proteção da Brigada Militar, solicitando diretamente ao Chefe de Polícia. Esse fato não é inédito. Quando analisamos o crime cometido por Rioswaldo Cabreira, vimos que havia um agente da Brigada Militar fazendo escolta do repartidor de pães, o que possibilitou a prisão em flagrante.

Após os crimes ocorridos na noite de 10 para 11 de agosto de 1913, a Brigada Militar passou a usar o imperativo — expresso na Constituição do Rio Grande do Sul — que dava liberdade para, em razão de manutenção da ordem, impedir reuniões.

Os relatórios da Brigada Militar são elucidativos quanto à noção que o Estado tinha das ações da categoria padeiral, tratando os operários como desordeiros e autores de crimes

<sup>220</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 185, de 11 Ago. 1913, f. 5.

mesquinhos e sem propósitos. O discurso faz parecer que os proprietários eram pessoas inocentes que só queriam distribuir pão à população. Tentaram ainda incriminar a organização sindical dos padeiros, como se pode ver no relatório do crime de incêndio das carroças da Padaria Italiana:

“Desde Agosto do *anno* p. passado que a população d'esta capital, assiste a *actos* de verdadeiro vandalismo praticado por *individuos* pertencentes a classe padeiral. Fundado que foi *n'aquella* época uma sociedade [Sindicato Padeiral] com intuito de *agremiados* defenderem os seus interesses, o seo primeiro passo foi uma verdadeira demonstração *aggressiva* de força; em passeata pelas ruas da capital vaiaram e insultaram os donos de padarias que não concordaram com o *descanço* aos domingos, isso é privarem a população, de pão, as segundas-feiras, muito *embóra* pretendessem os patrões dar a folga reclamada, porem em turmas, de maneira que conciliava os interesses do - *descanço* reclamado com os interesses do povo; se – maiores tropelias não foram *cometidas* deve-se a intervenção da *policia* que *apasiguando-os*, fez que se retirassem para a *séde* social; estava iniciada a *lucta*, a madrugada de 11 para 12, desenrolaram-se as *scenas* mais deprimentes que é dado contemplar por uma sociedade *civilizada*. ”<sup>221</sup>.

No final desse parágrafo transcrito do relatório contido no processo crime, chama atenção a expressão “sociedade civilizada” — afinal, no contexto onde os crimes ocorriam, ainda tínhamos um Brasil construindo sua República. O Estado estava se organizando e tentava moldar o perfil do trabalhador brasileiro valorizando seu trabalho, pois através dele a República cresceria e o trabalhador também. Essa tentativa de moldar a imagem do trabalhador faz com que o conceito de “classes perigosas” seja difundido, ele revelava “o receio dos dominantes de algum tipo de poder do povo, que poderia ter contornos um tanto quanto perigosos, especialmente quando se apelava à violência como via a ocorrer em sublevações populares, com as de 1904 e 1910, respectivamente a Revolta da Vacina e Revolta da Chibata” (OLIVEIRA, 2003, p. 61). Como se percebe, havia uma tentativa contínua de se manter e construir uma ordem social.

Nos relatórios há sempre a tentativa de incriminar o Sindicato Padeiral — tido como o centro da desordem da categoria — e de ligar os padeiros desordeiros à diretoria do sindicato. Ao mesmo tempo, encontramos os operários tentando separar sua imagem da do sindicato — eram associados, mas alegavam não participar das reuniões. Percebe-se que o Sindicato dos padeiros e seus afiliados já não possuíam uma boa imagem perante as instituições do Estado.

Como o sindicato tinha a função de organizar determinada classe ou categoria, além de organizar ações violentas, essa tentativa de deturpação da imagem do sindicato podia ter como causa o próprio papel que a agremiação operária se conferia; afinal, ela tinha atribuições

---

<sup>221</sup> APERS, Processo-crime, Porto Alegre, nº 526, f. 3v.

parecidas com a do Estado, usurpando dele a administração do uso da força quando o poder das instituições estatais não dava conta das reivindicações dos operários. A agremiação, diante do aparente desinteresse do Estado em interferir nas relações de trabalho, e da intransigência patronal, organizava as categorias laborais e, quando necessário, aplicava meios mais violentos para, assim, obter vitórias e melhores condições de trabalho. Essa concepção acabava por associar os padeiros filiados ao Sindicato a uma classe de desordeiros e violentos, levando-os a tentar dissimular seus papéis como sindicalistas. O Sindicato era, sim, um meio de organizar as ações da categoria, mas, além disso, os operários realizavam ações sem as haver combinado nas reuniões sindicais.

No decorrer do tempo a Polícia passou a possuir mais argumentos para incriminar os operários e justificar suas ações, fato esse bastante nítido, pois no crime de Rioswaldo são citados, de forma rápida e superficial, os crimes anteriores da categoria. Em 1916, por exemplo, no crime de ataque à “Padaria Pelotense”, encontramos vários argumentos que tentam deslegitimar as ações realizadas pelos operários.

A Polícia, na tentativa de persuadir a opinião pública, alegava que os proprietários queriam produzir pães e que a população não merecia ficar sem tal produto. Relembremos que, à época (1916), Porto Alegre vivia uma crise de abastecimento devido à prioridade de exportação de produtos de primeira necessidade para os países europeus. Ou seja, o pão, que era um produto que sempre estava na mesa dos operários e que não tinha sofrido tantas alterações dentro desse contexto de escassez, faltava à mesa da população devido ao ego de um grupo pequeno de operários baderneiros.

Além disso, a Polícia alegava que os padeiros eram bem ‘aquinhoados’ de salários, em relação ao que outras categorias recebiam — como se o bom pagamento de salário fosse um argumento para que os operários trabalhassem os 7 dias da semana. O que também nos chama atenção é o argumento da polícia de que a carga-horária em uma padaria era diminuta — no discurso do Sindicato Padeiral sempre havia reclamações dos longos períodos de trabalho e da obrigação de estar presente na padaria, mesmo nos períodos em que a massa estava descansando ou no forno.

Conforme a polícia, o horário dos padeiros era o seguinte:

“... forneiros e quadrista das 5 horas da tarde as 5 horas da manhã, notando-se que essas horas de serviço não são contínuas, o e unicamente obrigatória para permanecia de pessoal na fábrica, atendendo as diferentes *phases* de preparo da massa; os forneiros *seo* maior trabalho começa às 11 horas da noite para terminar as 4 horas quando muito; os quadrista e *fermenteiros* *preparão* a massa *aguardão* a fermentação e o *seo* maior trabalho vae quando muito das 9 da noite as 2 horas da

madrugada; os distribuidores, *começão* as 5 horas e *terminão* as 9, *voltão* a 1 hora e *terminão* as 3 da tarde, é esse o serviço diário das padarias.”<sup>222</sup>

Esses argumentos podem possuir veracidade — há vários relatos de operários chegando no meio da madrugada para trabalhar —, mas, mesmo assim, o fato de não possuírem folga pesa bastante para a reivindicação do trabalho dominical. Fica difícil afirmarmos qual é a posição que se aproxima mais daquilo que realmente ocorria, mas acreditamos que há, sim, uma parcela de operários que trabalhavam em cargas horárias menores, um exemplo disso são os repartidores de pão, que chegavam no meio da madrugada. Mas também há operários que entravam nos estabelecimentos às 16h da tarde e saíam somente após o meio-dia, cumprindo mais de 15 horas de trabalho. Como frisamos, os argumentos para deslegitimar as paralisações e atos da categoria padeiral passaram a ser mais significativos; contudo, em muitos aspectos possuem incoerências.

Esperamos que essa rápida explanação sobre o Estado Rio-Grandense tenha ampliado a compreensão sobre o papel desse agente durante as paralisações que o movimento operário realizava. Mesmo que a análise tenha se dado em um espectro maior, pode-se perceber que o Estado era um agente que influenciava as ações dos operários e dos patrões, ao mesmo tempo muitas de suas tomadas de decisões também eram consequências de necessidades criadas pela sua população, incluindo os proprietários de padarias e os seus empregados. A questão do emprego da violência pelos operários afetava a imagem que a opinião pública de outros lugares possuía do Estado, então era necessário resolver esses problemas de maneira rápida. Um dos papéis do Estado, para Bourdieu (2014, p. 59-64), é o de influenciar as ações de seus cidadãos por meio de ações simbólicas, através de tomadas de decisões o Estado manipula e transforma o que quer em verdades oficiais e tenta assim controlar a ordem social vigente, mesmo que o Estado seja uma ficção, a sua legitimação se dá por atos (oficiais, por discursos ou até mesmo o uso da violência), que contém uma teatralidade e simbologia que afeta a opinião pública. Temos noção de que as opiniões emitidas pelos pareceres de policiais, juízes e de outros membros da Justiça não influenciavam muito a opinião dos operários envolvidos nos atos contra as padarias; afinal, para eles suas ações eram legítimas.

Havia, no contexto do Brasil da Primeira República, uma espécie de disputa entre os três agentes: o Estado e suas instituições, a classe operária e a classe patronal. Havia uma relação se construindo a partir de atos oficiais e de ações. É importante comentar sobre as

---

<sup>222</sup> AHRS, Livro de Indagações da Brigada Militar, Porto Alegre, 1916, f. 12.

atitudes e posicionamentos do Estado, visto que também ele, tanto quanto o movimento operário e a classe patronal, encontrava-se em formação.

#### **4.2 “Patrões Temerosos”: Os proprietários de Padaria de Porto Alegre**

Neste subcapítulo vamos analisar as ações dos proprietários das padarias, antes durante e depois dos atentados tramados pelos padeiros. Nossa intenção é examinar as ações e reações dos patrões em sua tentativa de administrar o conflito com a categoria padeiral. Inicialmente contextualizaremos quem compunha o patronato e as indústrias no Estado. Constantemente estaremos retornando a fatos que já foram citados nos capítulos anteriores, mas, agora, associando-os diretamente aos proprietários de padaria. Há nos autos criminais muitos depoimentos de padeiros, mas poucos depoimentos de patrões. Até mesmo nas fontes jornalísticas eles pouco apareceram. Tentaremos investigar um pouco das ações desses patrões, e traçar um pouco de seu perfil, através de seus inventários e testamentos.

Inicialmente faremos uma breve descrição da formação e composição do patronato no Estado e na capital gaúcha. Conforme Aravanis (2010, p. 150), a industrialização do Rio Grande do Sul na virada do século XIX para o século XX “situa-se em dois polos com feições bastante distintas em Rio Grande e Pelotas” e o segundo polo composto por Porto Alegre, Caxias do Sul e Vale do Rio dos Sinos.

Essa polarização facilitará o entendimento da formação do patronato porto alegre. No primeiro polo temos como característica grandes estabelecimentos, com grande capital investido, sendo essas indústrias voltadas para o mercado nacional, com uma baixa diversificação dos ramos fabris. Para Aravanis (2010, p. 150), o “fato decorrente de esta industrialização se voltar para o mercado nacional através de poucos produtos e em que sua competitividade já estava estabelecida: a tecelagem, a indústria de fumos (charutos) e alimentícia (compotas e enlatados)”. A indústria têxtil possuía mais de mil funcionários em Pelotas, tendo sua produção voltada para o estado e parte do excedente enviada para o Rio de Janeiro.

Em Pelotas teremos uma industrialização mais equilibrada, com indústrias de grande porte e pequenas unidades de caráter artesanal, tendo também um mercado voltado para o estado, abastecendo áreas da pecuária do interior do Rio Grande do Sul. As pequenas indústrias faziam produtos regionais de primeira necessidade, acabando por fabricar “os mais diferentes produtos, a partir de matérias-primas muito variadas: compotas, licores, charutos etc.” (ARAVANIS, 2010, p. 216). Como podemos perceber, essa região era constituída por

grandes indústrias com alta tecnologia e pequenos estabelecimentos com feições artesanais que abasteciam principalmente o mercado regional.

No início do século XX, a capital gaúcha possuía “indústrias de baixa tecnologia, em geral manufaturas, empregando pouca mão de obra; eram os proprietários desses estabelecimentos que faziam os embates com o proletariado durante as greves” (QUEIRÓS, 2013, p. 216). A cidade era dominada por pequenos estabelecimentos, com predomínio de um antiquado e retrógrado maquinário e escassa demanda de mão de obra. O desenvolvimento industrial no Estado se deu “pela progressiva tecnificação de algumas empresas líderes, que se impuseram no mercado e se tornaram responsáveis pelo dinamismo do setor” (PESAVENTO, 1988, p. 20), indústrias essas de grande porte, porém em pequeno número na cidade.

Reichel (1979, p. 257) salienta o fato de que “ao se comparar os números referentes as medidas do capital e mão de obra empregados por unidade, verifica-se que a indústria do Rio Grande do Sul se apresentava formada por pequenas empresas com baixo volume de capital investido”. Na composição étnica dos obreiros, em comparação com São Paulo, por exemplo, os paulistas possuíam muitos imigrantes que procuravam empregos, fato que

“... proporcionou uma maior competição entre os trabalhadores pelos postos de trabalho. No Rio Grande do Sul, por sua vez, nas regiões de colonização recente, os imigrantes encontraram, durante décadas, acesso facilitado à terra, e a constituição de um mercado de trabalho de proletários nesse Estado obedeceu aos ritmos de transformação do capital comercial das zonas agrícolas de colonização recente e da zona de pecuária.” (OLIVEIRA, 2007, p. 63)

Em suma, no Rio Grande do Sul tivemos uma oferta de mão de obra mais escassa, tornando a concorrência maior por trabalhadores do que por emprego. Em São Paulo a situação era inversa, possuindo mais trabalhadores à procura de emprego do que vagas nos estabelecimentos — a concorrência se dava por oportunidade de trabalho. Essa constituição do mercado de trabalho e de sua demanda demonstra que a escassez da mão-de-obra afetava os proprietários, afinal, o trabalho nas padarias, além de necessitar de operários, carecia de uma mão-de-obra especializada, o que dificultaria mais a procura por operários capacitados. Esse fator pode nos explicar o porquê de haver operários que eram constantemente envolvidos em crimes e permaneciam empregados em estabelecimentos. Cabe ressaltar que o controle dos empregos também era vigiado pelo Sindicato Padeiral, que mediava as relações e enviava os “pescadores” para os estabelecimentos com déficit de mão-de-obra. Os donos dos estabelecimentos de panificação já tinham como desafio inicial e constante possuir trabalhadores capacitados para exercer o ofício de padeiro. Como já vimos no primeiro capítulo, a maioria dos trabalhadores era brasileira, então, nesse setor, podemos supor que o

fluxo de imigrantes advindos do interior para a capital não possuía a instrução certa para exercer o ofício de padeiro. A escassez e a falta de qualificação de mão-de-obra dificultava o emprego nas padarias, deixando os patrões à mercê do controle sindical imposto pela agremiação.

A estrutura produtiva em Porto Alegre possuía dois tipos de espaços predominantes. Aravanis (2010, p. 151-152), considera que

“... a coexistência de dois ‘tipos’ básicos de produção, bem como, conseqüentemente, de dois ‘tipos’ de operários fabris, os artesãos ‘das oficinas’ e os operários ‘das fábricas’. É relevante nesta perspectiva também mencionar que em alguns casos, conjugavam-se em um mesmo espaço, o trabalho de cunho artesanal e o trabalho fabril.”

Como exemplo desta confluência de diferentes tipos de trabalho, temos a fábrica de pregos de João Gerdau<sup>223</sup> e Filhos, que possuía um caráter semiartesanal e um baixo nível de especialização da produção: “o caráter artesanal ou semiartesanal da maioria dos estabelecimentos da capital contrastava com a mecanização existente em algumas empresas com sofisticado maquinário da Europa” (QUEIRÓS, 2013, p. 217).

A fábrica E. Berta & Cia de Alberto Bins, a fábrica de chapéus F. C. Kessler & Cia e a Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense possuíam um grande maquinário moderno e caro, empregando uma média de 150 a 160 funcionários entre homens e mulheres. Ernesto Neugebauer<sup>224</sup> seguia essa mesma linha em sua fábrica de doces. Pode-se ver que em comparação, por exemplo, com a indústria têxtil de Pelotas, que possuía uma média de 1000 funcionários, os grandes estabelecimentos da capital do Rio Grande do Sul eram bem mais modestos em questão quantitativa, possuindo uma média de 100 operários.

Conforme o recenseamento de 1920, existiam em atividade 1.773 estabelecimentos industriais no Estado, sendo que Porto Alegre empregava 24,3% do total de operários, possuindo 221 destes estabelecimentos (12,5%)

“Esse percentual pequeno de indústrias concentradas em Porto Alegre em relação ao interior do Estado se deve ao grande número de estabelecimentos ligados à atividade

<sup>223</sup> João Gerdau nasceu em 1849, em Altona, uma cidade próxima a Hamburgo (Alemanha). Chegando à Colônia Santo Ângelo, em 1867, organizou uma casa comercial na Linha do Morro Pelado, onde eram vendidos artigos não produzidos localmente: tecidos, açúcar, azeite, sal, ferramentas e pregos. A partir desse estabelecimento, ele transacionava o escoamento da produção agrícola colonial, em especial de feijão e fumo. Em 1893, mudou-se para Porto Alegre, passando a diversificar suas atividades econômicas. Em 1901, adquiriu a Companhia Fábrica de Pregos Pontas de Paris, por cerca de 100 contos de réis. Faleceu em 1917. (QUEIRÓS, 2012, p. 199 apud FLORES, 2001)

<sup>224</sup>A fábrica foi fundada em 1891 pela família Neugebauer e até hoje existe, possuindo um grande maquinário. A sua produção de doces era muito grande e variada, com cerca de 2000 tipos de caramelos, pastilhas, bombons finos, chocolates e biscoitos.



agrária, entre os quais destaco os seguintes: arreios e artigos de selaria (88), carros e carroças (39), calçados (96) fumos, charutos e cigarros (47), curtumes (77), serrarias (334), enxadas, foices e outras ferramentas (30), olarias (152), moagem de cereais (61) e moagem e torrefação de café (63).” (QUEIRÓS, 2013, p. 219)

Estes pequenos estabelecimentos ainda não possuíam uma divisão técnica do trabalho. O maquinário era escasso ou muito antigo para a época, fazendo com que o operário detivesse todo o processo de produção. A liberdade de trabalho era maior nas oficinas, pois lá os trabalhadores ditavam o ritmo laboral. Uma das poucas formas de pressão que o patrão possuía era a de dar um cargo de chefia a um indivíduo que faria a cobrança acerca da agilidade e qualidade do trabalho. É claro que ainda possuíam outros instrumentos de pressão como a demissão e a diminuição de salário .

As padarias de Porto Alegre se encontravam em um meio termo nessa caracterização, pois, como já vimos, havia uma divisão de trabalho dentro dos estabelecimentos, e o maquinário da empresa encontrava-se em transição, modernizando o processo produtivo, mas, mesmo com isso, os operários eram essenciais para que as quantidades de pães dos estabelecimentos fossem confeccionadas. O número de operários por estabelecimento variava muito: de 6 a 28 operários, de acordo com a demanda e o tamanho do estabelecimento. O modo do processo produtivo não alterava muito: o maquinário necessitava dos padeiros para o trabalho poder ser feito.

A variação dos estabelecimentos na indústria da capital gaúcha advém da diferença do seu mercado consumidor. Constituído por pessoas que transitavam entre as zonas de Pelotas e Rio Grande, necessitando assim de uma variedade maior de produtos para assim abastecer esse público que transitava e também que vivia na capital. Diferente do resto do estado, Porto Alegre não se baseava no capital agrário, mas no industrial. Grande parte desses industriários era imigrante, sendo eles os pioneiros na implantação da indústria no estado, possuindo vários ramos de negócios: “produção de tecidos, banha de porco, conservas, bebidas, doçaria, madeiras, couros, máquinas, tabaco, vidros, papel, fósforos” (QUEIRÓS, 2013, p. 220). Na bibliografia usada, quase nada foi encontrado sobre o comércio de pão no Rio Grande do Sul.

Diferente da dos outros estados da Federação, a burguesia industrial da capital não era hegemônica na classe dominante regional; afinal,

“... as iniciativas industrializantes surgiram a partir de uma estreita relação com o capital agrário, a industrialização gaúcha teve como ponto de partida o desenvolvimento das atividades econômicas exercidas pelos imigrantes italianos e alemães que colonizaram a depressão central do Estado. A acumulação de capital proveniente do surgimento de um excedente originário, no início, de uma agricultura de subsistência que passaria a suprir, depois, as demandas dos grandes centros

cafeeiros proporcionou o surgimento de um mercado interno significativo, capaz de alavancar o desenvolvimento manufatureiro e industrial. Esse excedente comercializável produzido às margens dos rios Jacuí, Pardo, Taquari, Sinos e Cai vinha até Porto Alegre, que se transformara em um escoadouro da produção daquelas regiões. Tal posição foi reforçada por meio da fundação de ferrovias que acabavam por reproduzir rotas comerciais já estabelecidas anteriormente.” (QUEIRÓS, 2013, p. 218)

A cidade de Porto Alegre, com seu pequeno número de grandes estabelecimentos e uma vasta variedade de pequenos negócios, possuía uma grande necessidade de mão de obra. Os industriários, mesmo com investimentos feitos, não possuíam uma forte influência política, ou seja, precisavam fazer alianças com o partido que estava no mando do Estado.

Os estabelecimentos de panificação eram um exemplo da transição de um modelo mais artesanal de fabricação de alimentos para um outro com maquinário mais moderno. A mão de obra era essencial, pois, como os maquinários disponíveis nas padarias não eram ainda modernos e autônomos, necessitava-se de padeiros qualificados para a fabricação dos pães. Esse fato gerava uma relação de necessidade de operários qualificados, mão-de-obra sobre o controle da gestão do Sindicato de Padeiros, além de dificultar a expansão da produção para que a folga dos operários pudesse ser dada e não afetasse o abastecimento do gênero alimentício e o lucro dos proprietários.

Já constatamos que o ambiente de confecção de pão acaba se tornando um campo de sociabilidades, um exemplo disso são os telefonemas que Ítalo Lena faz solicitando ‘gente’ para um serviço. Esse espaço de sociabilidade também era dividido pelos patrões, pois em vários momentos durante as paralisações os donos das padarias passam a distribuir pão:

“... da Padaria Italiana um dos sócios da casa Sr. Antônio Augusto Baptista Beirão, na falta de empregado, sahira numa carroça para fazer o serviço de distribuição, sendo assaltado cinco vezes, em diversos pontos, conseguindo conter os grevistas ameaçando-os com o revólver que empunhou.  
Na quinta vez, porém, desce do bond circular nº 52, em frente ao Mercado Público, um grevista munido de uma garrafa de kerozene que esvaziou na carroça guiada por aquele cidadão.”<sup>225</sup>

Edilza Fontes (2003, p. 41) cita que o patrão era responsável somente pelo “controle de produção (...) contabilizando a mercadoria” — os proprietários chegavam somente às 4 da manhã no estabelecimento para fazer a contagem da mercadoria e separá-la para as entregas nos referidos locais de encomenda. Observamos que realmente os patrões ficavam à mercê da boa vontade de seus empregados, afinal, quando havia paralisação do trabalho, muitos estabelecimentos com padeiros que aderiam às iniciativas do sindicato não funcionavam, e a

<sup>225</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 185, 11/08/1913, p. 5.

única atividade que os patrões conseguiam executar era a de entregar a mercadoria. Não observamos nenhuma citação revelando que o dono da padaria soubesse trabalhar com a massa ou assá-la.

#### **4.2.1 Quem eram os patrões?**

Ao longo do trabalho já citamos alguns comportamentos e ações dos donos das padarias, mas não realizamos uma descrição mais precisa do perfil desse grupo. A pesquisa histórica tem como necessidade o uso de fontes, pesquisar o movimento operário tem como dificuldade encontrar fontes que nos deem pistas dos discursos dessa população que mal era alfabetizada e pouco escrevia. Utilizamos como fonte principal os processos-crime, já que a quantidade de operários que eram chamados a depor era extensa. No entanto, essa fonte era insuficiente no caso de uma análise em relação aos proprietários das padarias, pois havia poucos depoimentos deles nos processos-crime. Eram poucas as informações sobre o cotidiano desses empregadores.<sup>226</sup> Constatamos que somente artigos de jornal e processos-crime não bastariam para que pudéssemos compreender melhor quem eram os proprietários das padarias. Optamos, então, por diversificar e buscar novas fontes e agregar outras informações possíveis sobre os estabelecimentos de panificação e seus donos. Inicialmente realizamos um levantamento dos estabelecimentos e dos seus possíveis endereços. Chegamos a um total de 22 estabelecimentos. Todas as informações constantes na tabela abaixo foram retiradas de jornais e de fontes já citadas anteriormente:

---

<sup>226</sup> Essa afirmação é de responsabilidade e constatação nossa. As referências sobre o cotidiano dos patrões são praticamente nulas, referindo-se em seus depoimentos somente aos crime e ameaças sofridas.

<b>Nome do Estabelecimento</b>	<b>Proprietário(s)</b>	<b>Endereço</b>	<b>Possível número de empregados</b>
Padaria Popular	Bastos & Almeida	Rua dos Andradas n° 83	NÃO CONSTA
Padaria Italiana	Antônio Baptista Beirão e Francisco Nunes Bastos	Rua dos Andradas n° 53	NÃO CONSTA
Padaria Garcia	José Maria Garcia	Rua General Salustiano s/n°	NÃO CONSTA
Padaria Fonseca	Ponciano Fonseca	Rua Vigário José Ignácio n° 89	NÃO CONSTA
Padaria Delgado	Delgado & Irmão	Rua Venâncio Ayres s/n°	19
Padaria Piccini	Alexandre Piccini	Rua Voluntários da Pátria n° 83	NÃO CONSTA
Padaria Sul América	José Parussini e Sebastião Fonseca	Rua General João Telles n° 38	NÃO CONSTA
Padaria Pelotense	Oliveira Roza	Rua Demétrio Ribeiro n° 195	NÃO CONSTA
Padaria Feidein	Pedro Feiden	Rua 24 de Maio n° 48	NÃO CONSTA
Padaria Três Estrellas	João Gomes da Silva	Rua Fernandes Vieira s/n°	NÃO CONSTA
Padaria Brasil	Silva & Irmão e Antônio Teixeira de Mello	Rua Demétrio Ribeiro s/n°	8
Padaria Primor	Mouleiro Gomes & Cia.	Rua Major Pantaleão Telles s/n°	16
Padaria Weidmann	Carlos Weidmann	NÃO CONSTA	5
Padaria Varsóvia	Carlos Tropowski	NÃO CONSTA	20
Padaria Oscar Ruscher	Oscar Ruscher	NÃO CONSTA	9
Padaria Juvenal Cruz	Juvenal Cruz	NÃO CONSTA	3
Padaria Luzo Brasileira	Fonseca & Companhia	Rua Venâncio Ayres s/n°	8
Padaria Feliz	Flores & Pereira Frederico e Oscar Diehl	NÃO CONSTA	28
Padaria Lealdade	Gonçalves Serqueira	NÃO CONSTA	9
Padaria Moinho de Ventos	Roberto Drescher	Rua Padre Chagas n° 27 <sup>a</sup>	12
Padaria Garibaldi	Pedro Osoratto	NÃO CONSTA	10
Padaria Portuguesa	Celestino Cardozo e Salvador Caparelli	Rua Avahy n° 70	NÃO CONSTA

**Figura 10 - Estabelecimentos de panificação em Porto Alegre no início do século XX.**

Na tabela acima, conseguimos localizar quase todos os endereços dos estabelecimentos, e, dos 15 endereços listados, 11 deles ficavam no 1º Distrito. Ressaltamos que realizamos as pesquisas nos exemplares do jornal “A Federação” dos anos de 1916 a 1919 e nos processos criminais anteriormente analisados. Assim foi possível localizar os nomes dos proprietários de todos os estabelecimentos. Listamos os nomes e enviamos ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul em busca dos inventários e testamentos desses padrões na tentativa de trazer mais informações acerca desses indivíduos. Foram, então, localizados os inventários de Bernardo Sperb, Carlos Weidmann, Francisco Nunes Bastos, Irineu Rodrigues Vasconcellos, José Parussini, Sebastião Fonseca e Teodoro Möeller. Também enviamos esses nomes ao Memorial da Justiça do Trabalho, mas não obtivemos nenhum processo envolvendo os indivíduos.

Optamos por escolher os inventários para diversificar a pesquisa, pois essa fonte poderia conter a relação dos herdeiros, avaliação dos bens, partilhas, relatórios de despesas, dívidas e outras informações que nos auxiliassem a entender melhor esses indivíduos. Conforme Flexor (2007, p. 2), “a vida social pode ser inferida a partir dos dados fornecidos por essas duas fontes. As relações familiares, o parentesco, compadrio, protecionismo, e amizade podem ser buscados nas disposições testamentárias relativas aos inventariantes, testamentários, devedores, disposições relativas a doações da terça, legados especiais, inquirição de testemunhas”. Os inventários são arrolamentos dos bens de um indivíduo feitos, após sua morte, para transmissão ou partilha entre os herdeiros.

Ao termos o primeiro contato com os testamentos, achamos estranho haver inventários que continham apenas a procuração remetida pela esposa para a partilha dos bens. Esse é o exemplo do testamento de Bernardo Sperb, casado com Carolina Sperb e dono da Padaria Viúva Sperb. Como não possuía filhos, os bens foram automaticamente transferidos ao cônjuge. Inventários como esse nos levaram a entender qual legislação versava sobre essa documentação.

Durante o período em que estudamos a categoria padeiral e no recorte temporal em que localizamos essa documentação, a legislação se modificou. Até o ano de 1916, o corpo de leis que versava sobre os testamentos e inventários eram as Ordenações Filipinas<sup>227</sup>, sendo, depois, substituído pelo Código Civil Brasileiro, que será revogado somente em 2002 ao ser

---

<sup>227</sup> As Ordenações Filipinas ou Códigos Filipinos era uma compilação jurídica resultado da reforma do Código Manuelino, por Felipe II da Espanha e em Portugal Felipe I, sua criação data de 1595, sendo ratificado após o fim da União Ibérica (1580-1640), foram por mais de dois séculos a base do Direito de Portugal, sua vigência no Brasil foi outorgada por D. João IV, perdurando até o ano de 1916 no Brasil já República.

aprovada pelo Congresso a Lei nº 10.406/2002. O Direito das Sucessões passou a constar do Livro V, sendo o *Título III* que versa sobre *(D)a Sucessão testamentária* e o *Título IV (D)o Inventário e da partilha*. Como Bernardo falecera em 1914, seu inventário estava embasado nas Ordenações Filipinas, e, conforme esse código de leis, só era obrigatório constar o inventário descrito quando o falecido deixasse herdeiros menores de 25 anos, quando, então, seria realizado pelo Juiz de Órfãos e Ausentes. Além disso, na divisão de bens, “se o defunto era casado, [o] líquido era dividido em dois, sendo metade propriedade do cônjuge vivo” (FURTADO, 2009, p. 105). Os testamentos passaram a descrever cada vez menos itens, tendo um predomínio de bens imobiliários, o que acabou dificultando muitos aspectos da análise, pois cada vez mais tínhamos arrolamentos com menos itens do cotidiano e somente com os bens materiais de maior valor do falecido. Durante a leitura dos inventários, constatamos que havia alguns bem detalhados, e outros através dos quais ficava difícil até mesmo dizer se o inventariado era dono de um estabelecimento de panificação.

Infelizmente nos processos de inventários não constavam nenhum testamento em anexo, e só examinamos os inventários realizados por ordens judiciais. A diferença entre testamentos e inventários é bem importante: o primeiro é breve e conciso e congrega as últimas vontades do testador; “já os inventários, ainda que as legislações procurem delimitar o tempo para encerrá-los, desenrolam-se durante anos. Sua temporalidade é a da média duração e, portanto, são, em geral, documentos volumosos e extensos” (FURTADO, 2009, p. 107). Encontramos inventários extensos. Em um caso, havia discordâncias entre parentes e o defunto possuía filhos morando em Portugal. Em outro, o inventariado possuía dívidas da sua casa comercial. Quando alguém notificava a Justiça que o morto ainda possuía uma dívida, a Justiça abria um processo para averiguar a veracidade da dívida. Após a apuração, se houvesse realmente o débito, o processo era anexado juntamente ao inventário e descontado o valor do monte-mor, valor total dos bens avaliados, conforme as Ordenações Filipinas. Esse procedimento se manteve no Código Civil Brasileiro.

Havia também a possibilidade de os inventários trazerem indícios sobre as atividades comerciais, bem como descrições de estoque e do valor patrimonial que algum estabelecimento de panificação tivesse aqui em Porto Alegre; o que acabou se confirmando, pois localizamos inventários que, além de nos dar uma noção do patrimônio material dos proprietários das padarias, listavam e quantificavam o valor do terreno e da casa comercial, e também traziam o valor do maquinário que havia na padaria — fator que nos auxiliou a entender um pouco como esse estabelecimento agregava renda aos patrões e quanto capital inicial era necessário para se abrir um estabelecimento de panificação na capital gaúcha.

Um dos casos é o de Sebastião Fonseca, proprietário da padaria Sul América, falecido em 30 de setembro de 1917<sup>228</sup>. O jornal A Federação ressaltou o quanto o velório foi pomposo. Sebastião Fonseca era “um homem muito trabalhador e honesto”<sup>229</sup>. A inventariante do processo foi sua esposa, Mariana Alves Fonseca, que listou como patrimônio um total de 5:098\$400. Tudo acabou ficando com a esposa, pois o filho era menor de idade. No inventário, infelizmente não estão listados os bens materiais de Sebastião, somente constando seu valor, que era de 3:592\$400, o que somava mais de 60% de seu patrimônio total. Por haver somente a mulher como herdeira na data de sua morte, não foram nem mesmo listadas as propriedades de Sebastião. O restante dos 1:506\$000 eram somas em dinheiro guardadas em cadernetas de poupança e em ações municipais.

Uma das heranças mais altas dentre os processos era a de um proprietário de padaria já bastante citado nesse trabalho, um dos donos da padaria Italiana, Francisco Nunes Bastos, natural de Portugal. Seu obituário data de 10 de fevereiro de 1946, tendo falecido aos 73 anos de idade, deixando a esposa, Clementina Pereira Bastos, e cinco filhos: Francisco Nunes Bastos Filho, Rosa Bastos Aydos, Amélia Nunes Bastos, Maria de Lourdes Bastos Lacroix e Clementina Bastos Cardoso, que morava em Portugal. Clementina havia se casado com um português e se mudando para o país catalão, de onde seu pai era originário.

O total de bens inventariado, o monte-mor, chegou a Cr\$ 2.100.000,00. A responsável pelo inventário foi sua esposa. O interessante é que, excetuando Clementina, todos declaram residir no mesmo endereço, Rua Coronel Genuíno<sup>230</sup> n° 358. Conforme consta no inventário, Francisco era dono de mais de 500 m<sup>2</sup> de propriedades nessa rua e sua família residia em um prédio que abrangia os números 358 e 360. Antigamente, nesse mesmo local e espaço havia treze casas edificadas. Estimamos que a residência devesse ser uma grande propriedade naquela localidade, sendo ela avaliada em Cr\$ 600.000,00.

Francisco possuía uma grande quantia em títulos e cadernetas de poupança, mas chama atenção o fato de que havia guardado em sua residência Cr\$ 30.000, 00, enquanto que na sua poupança no Banco do Rio Grande do Sul havia uma soma de Cr\$ 4.178,30, e na Caixa Econômica Federal um total de Cr\$ 10.204,20. Ou seja, ele possuía mais dinheiro em casa do que propriamente em alguma instituição financeira.

---

<sup>228</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 227, de 01 Out. 1917, f. 5.

<sup>229</sup> Idem nota 232.

<sup>230</sup> A rua Coronel Genuíno, tem sua primeira alusão em um documento em 1820, a intitulando “Travessa da Margem do Riacho”, após isso, também seria mais conhecida como “Rua da Figueira”, somente em 30 de julho de 1874, passar a ser chamada de seu atual nome, que era uma homenagem ao Coronel Genuíno de Olímpio de Sampaio, que morre realizando o cerco na Revolta dos Mucker. (FRANCO, 2006, p. 189-190)

A quantidade de imóveis de Francisco era expressiva. Possuía nove propriedades e mais 10 terrenos em Goiás. Além do grande prédio onde sua família residia, era dono de um prédio de dois pavimentos na Rua Coronel Fernando Machado esquina com a Borges de Medeiros, com dois apartamentos por pavimento em um terreno medindo em torno de 230m<sup>2</sup>. Tinha ainda 10 terrenos no Estado de Goiás, cada um com 800m<sup>2</sup>, porém, o valor dessas propriedades era muito baixo, sendo que foram comprados cada um por Cr\$ 10,00. Além disso, ainda possuía mais um prédio de dois andares, com aproximadamente 90m<sup>2</sup>, na Rua General Vitorino. Somente em propriedade Francisco tinha um patrimônio total de Cr\$ 2.000.100,00. Deixou a quantia de Cr\$ 218.548,66 para cada filho e para sua esposa um patrimônio total de Cr\$ 1.092.473,30.

O prédio da Padaria Italiana, da qual Francisco era sócio proprietário, não consta no inventário, pois o endereço do estabelecimento era na Rua dos Andradas. Há a possibilidade de Francisco ter vendido sua parte no negócio, ou até mesmo ter fechado a sua sociedade e o estabelecimento. Pode-se ver que ele possuía muitos imóveis e somente um deles era ocupado por sua família, presumimos que possuísse inquilinos em suas propriedades. No inventário, onde deveria constar sua profissão, sempre é mencionado que ele era um proprietário.

O próximo inventário é de Irineu Rodrigues de Vasconcellos, um dos sócios da Padaria Luzo Brasileira. Irineu faleceu em 17 de maio de 1933, com 68 anos. Era viúvo, deixando seus bens para seus 9 filhos: Alayde Vasconcellos Seixas, Belmonte Torres de Vasconcellos, Oscar Torres de Vasconcellos, Alfredo Torres de Vasconcellos, Doralice de Vasconcellos Nunes, Nestor Correro de Vasconcellos, Adhemar Correro de Vasconcellos e Conceição Correro, que, sendo menor de idade, ficou sob responsabilidade de seu irmão Nestor. Irineu tivera mais dois filhos — Heitor e José Torres Vasconcellos, respectivamente com 19 e 14 anos —, que haviam morrido afogados no Rio Guaíba<sup>231</sup>. Irineu morava na Rua Pantaleão Telles<sup>232</sup> e possuía mais 5 imóveis. Dois nos arredores do bairro Glória, um com 300m<sup>2</sup>; duas outras residências na Pantaleão Telles, cada uma com 100m<sup>2</sup>; e um terreno na Rua Venâncio Ayres, com uma área de 1533m<sup>2</sup>, totalizando um montante em bens de R\$ 11:770\$903 — uma soma bastante alta. No inventário não constava reservas em dinheiro. As propriedades foram divididas entre os filhos.

Deixamos os próximos três inventários para o final, pois neles constam, além de outras informações, os valores das máquinas e dos estabelecimentos de panificação que os falecidos

---

<sup>231</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 25, de 20 Jan. 1920, f. 5.

<sup>232</sup> Rua que recebeu seu nome em homenagem a Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz, destacado militar da Guerra do Paraguai, a rua terá seu nome alterado em 18 de dezembro de 1958, para rua Washington Luiz, pois, a rua Pantaleão Teles havia se tornado sinônimo de meretrício e ingrata fama. (FRANCO, 2006, p. 399)



possuíam. O primeiro que citaremos é Theodoro Möeller. O dono da Padaria Möeller faleceu em 11 de outubro de 1915, deixando a esposa, Catharina Möeller, e 7 filhos: Lydia Möeller, Anna Möeller, Cecília Möeller, Guilhermina Möeller, Theodoro Möeller, Emílio Möeller e a menor de idade Elsa Möeller. Consta nesse processo uma dívida de Theodoro no valor de 15 contos de réis, que é cobrada logo após a instauração dos autos.

Theodoro possuía três propriedades: sua casa na Rua Botafogo<sup>233</sup> medindo 1.452 m<sup>2</sup>; uma propriedade na rua Três de Maio<sup>234</sup> medindo 1.936 m<sup>2</sup>; e, por fim, uma propriedade na Rua Dr. Timotheo com a rua Três de Maio. Seus bens imóveis foram avaliados em 14:000\$000. O interessante nesse processo é a descrição feita dos materiais da padaria, em uma seção distinta, consta “amassadeiras, masseiras e utensílios da mesma” totalizando 8:000\$000; dez carroças de distribuição totalizando 5:000\$000; onze animais puxadores de carroça no valor de 1:000\$000; uma carroça de 4 rodas valendo a soma de 1:100\$000, e uma “aranha de 2 rodas” no valor de 1:000\$00.

A padaria localizava-se na Rua Voluntários da Pátria n° 223, e havia uma confeitaria em anexo, que foi avaliada em 3:000\$000. No total, o estabelecimento de panificação foi avaliado em 19:100\$00. podemos afirmar, no entanto, que o comércio de Theodoro não ia bem, pois havia duas dívidas da casa comercial, uma de 15 contos e outra de 8:800\$000 réis, totalizando 21:800\$000 — uma soma maior que o valor total do estabelecimento. A dívida de oito contos e oitocentos mil réis era de compra de farinha para a sua casa comercial. A dívida foi paga com a venda dos utensílios da padaria, ficando para cada um dos filhos uma soma de 1:526\$000 réis, e, para a esposa, um espólio de 10:687\$000 de réis.

Outro inventário localizado foi o de Carlos Weidmann, proprietário da Padaria Weidmann. Carlos faleceu no dia 5 de abril de 1915, deixando sua esposa Maria Rita Barcellos Weidmann e dois filhos: Otto Weidmann e Maria Carolina Weidmann, sendo Maria menor de idade. A soma patrimonial de Carlos não era muito grande. Aparentemente só possuía um prédio na rua dos Andradas sob os números 274 e 278, avaliado em 35 contos de réis. O interessante das informações do inventário é que há detalhes e valores descritos sobre sua casa comercial, acreditamos que isso se deve ao fato dele ter um sócio, Oscar Weidmann, cujo parentesco não conseguimos detalhar. A padaria foi avaliada em R\$ 107:760.177. Contudo, para a herança, contava somente a metade do valor do estabelecimento, e que, portanto, ultrapassava o valor de duzentos e quatorze contos de réis.

---

<sup>233</sup> Localiza-se no Bairro Menino Deus, sendo a terceira rua mais antiga dele, já sendo mencionada no ano de 1858, já em 1917 consta que moravam 491 pessoas e haviam 57 residências. (FRANCO, 2006, p. 80)

<sup>234</sup> Rua aberta e loteada em 1896 pelos proprietários Francisco Paranhos Júnior e sua esposa. O seu nome é uma homenagem à falsa data de descobrimento do Brasil. (FRANCO, 2006, p. 407)

O interessante é a listagem dos valores da casa comercial. Em um balanço realizado, em maquinário há um total de R\$ 51:878,360, enquanto que em móveis há somente R\$ 1:196.400, o que é uma grande diferença, demonstrando como o maquinário para confeccionar pão era caro. Outro valor que chama a atenção é o de mercadorias, somando um total de R\$ 48:104,632, ou seja, quase o preço total em que foi avaliado o maquinário.

Vimos, no inventário de Theodoro Möeller, que ele possuía grandes dívidas, e uma delas era somente de farinha de trigo. Pelo que podemos perceber, a aquisição de ingredientes para a confecção da massa era realizada com grandes quantias de dinheiro. Pode-se notar que o inventário é realizado em 1915, ano em que o Brasil já realizava exportações para abastecer a Europa, que estava envolvida na Primeira Guerra Mundial, o que acabou, como já vimos, elevando os preços dos produtos alimentícios até o fim do conflito em 1918. Conforme Ribeiro (2014, p. 26), “o impacto da guerra foi positivo sobre as exportações brasileiras, que se diversificaram e compensaram a queda dos principais produtos de exportação, até então: café e borracha”.

Porém, como antes do período de guerra o preço do café exportado estava caindo, o governo brasileiro passou a desvalorizar a moeda entre os anos de 1914-1916 com o objetivo de proteger a renda dos cafeicultores. Tanto essa desvalorização quanto a queda de importações afetaram as rendas públicas, pois como a arrecadação era a principal fonte de receita e havia diminuído, o governo elevou as alíquotas nos impostos de consumo e ampliou o leque de produtos alimentícios tributados. Com isso a participação do imposto de consumo na União passou de “13% em 1912, para 32%, em 1918, enquanto o imposto de importação, de 71%, em 1912, decrescendo para 46%” (RIBEIRO, 2014, p. 27). Além disso, no período de guerra, para a inflação não subir descontroladamente, foi necessário emitir papel-moeda, elevar os preços dos produtos internos e externos e desvalorizar a moeda.

Como se vê, temos uma elevação do custo de vida e dos produtos alimentícios. O que deveria afetar diretamente os custos para a manutenção e aquisição de matérias-primas para as padarias, por isso temos uma soma tão elevada em custos sobre a mercadoria. O Brasil não sofreu um impacto inflacionário tão forte quanto a Europa, ainda assim houve alterações nos preços e elevação nos custos. Aparentemente os donos da Padaria Weidmann eram negociantes experientes, dispendo de uma boa reserva de capital, pois no inventário a viúva Maria Rita declara um total de dinheiro guardado do estabelecimento de R\$ 32:102,470 réis,

divididos em contas correntes e no Banco Für Deutschland<sup>235</sup>. Além dessa quantia de dinheiro guardada em nome da Padaria Weidmann, Carlos ainda possuía um fundo social que somava R\$ 97:171,035 réis. A herança total foi avaliada em R\$ 141:068,081 réis, ficando a viúva com metade do total, e cada filho com 25% dos valores deixados pelo pai falecido.

Por fim, localizamos o inventário de José Parussini, dono da Padaria Sul América/Parussini. Proprietário que nos instiga a curiosidade, pois seus empregados eram sindicalistas ativos e sempre havia um membro da Padaria Sul América/Parussini envolvido nos atos violentos da categoria. Fato interessante é que não consta em nenhuma de nossas fontes uma ameaça ou atentado contra a Padaria Sul América. José Parussini nunca prestou qualquer tipo de depoimento à Brigada Militar ou ao Tribunal de Justiça sobre seus empregados.

A morte de José Parussini chama atenção, pois ele se suicida em sua casa na Rua General Telles nº 40, com um tiro na cabeça desferido com seu próprio revólver, no dia 7 de junho de 1915, aos 44 anos. Os motivos para ato tão extremo não aparecem nem no inventário, nem nos jornais.

O registro mais antigo de negociações comerciais de José data de 1907, quando José Parussini desfaz sua sociedade com Antônio Celli em uma firma de massas alimentícias, deixando-a para Antônio<sup>236</sup>. José era casado com Augusta Parussini, ambos eram italianos, e tiveram três filhos: Judith Mantovano, Laura Parussini e Ítalo Parussini, sendo os dois últimos menores de idade na data da morte do pai.

Aparentemente, José fazia parte de uma sociedade que era administradora da Padaria Sul América; contudo, não são nominados no inventário os outros sócios. José era dono de metade das propriedades em que a padaria estava localizada — Rua General João Telles nº 38 e nº 40 —, avaliadas cada uma em 12 contos de réis. Para a pouca idade que tinha, José possuía muitos imóveis, o que leva a crer que seu negócio ia bem. Além do estabelecimento já descrito, possuía uma casa na Rua Vasco da Gama<sup>237</sup> avaliada em 7 contos de réis, que presumimos fosse sua residência. Possuía um terreno na Rua Fernandes Vieira com a Rua Henrique Dias no valor de 5 contos de réis. Outra propriedade sua ficava na rua Fernando Vieira, no valor de 4 contos. Havia mais 3 casas na Rua Henrique Dias, valendo cada uma 2,5

---

<sup>235</sup> O Brasilianische Bank für Deutschland funcionou em Porto Alegre de 1904 a 1918. Seu diretor por muitos anos foi Jorge Pfeiffer, fundador do Banco Pfeiffer, em 1919.

<sup>236</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 136, de 11 de Jun. 1906, f. 3.

<sup>237</sup> A rua Vasco da Gama, perpassa os bairros Bom Fim e Rio Branco não há concordância se ela surge ao longo da administração de José Montauray em Porto Alegre (1897-1924), ou anteriormente. Em 1896 em um mapa da capital é denominada rua da Liberdade.

contos de réis. E ainda era proprietário de um terreno na General João Telles, com três casas em mau estado — nº 92, 92A e 92 B.

É notável, no documento, o detalhamento dos pertences da padaria. Dentre animais (muars) do estabelecimento, havia 18, cada um valendo 50.000 réis, totalizando 900.000 réis. Havia ainda dois cavalos, cada um avaliado em 50.000. A padaria possuía um total de oito carroças de distribuição de pão, totalizando R\$ 1:600.000 réis. Os utensílios da padaria são todos quantificados, e acreditamos que isso se deu pelos mesmos motivos do que ocorreu no testamento de Carlos Weidmann, que era o fato de o estabelecimento comercial possuir mais de um proprietário. Todos os itens listados são descritos com seu preço total, mas lembramos que apenas metade pertencia a Parussini. O cilindro para dar ponto e abrir a massa custava R\$ 200.000; os dois fornos da padaria foram avaliados em 1 conto de réis; as duas masseiras, responsáveis por misturar os ingredientes, avaliadas em 160.000 réis; outras duas masseiras elétricas avaliadas em 75.000 réis; as bancadas, a balança e pequenos instrumentos usados na confecção do material foram avaliados em R\$ 150.000 réis. O valor dos materiais que a padaria dispunha somente em instrumentos de confecção e distribuição de pães totalizava um montante de R\$ 5:490.000 réis. Se compararmos este valor com o total da herança de qualquer um dos proprietários, veremos que é um valor pequeno. No entanto, já ressaltamos que o salário de um operário, no início do século XX, ficava entre R\$ 3.000 e R\$ 5.000 réis, ou seja, não seria possível um operário montar um estabelecimento de panificação, pois seu salário somado ao fim do mês totalizaria no máximo R\$ 150.000 réis, e o custo de vida para uma família ficava, em média, R\$ 130.000. Seria necessário juntar dinheiro por muito tempo para comprar os instrumentos, sem contar com o valor do aluguel de um estabelecimento para abrir a padaria. Ressaltamos esse fato para mostrar a grande diferença de renda entre os operários e seus patrões.

Encontramos documentos referentes ao leilão judicial da Padaria Pelotense, e entre os bens que foram a leilão estavam relacionados os materiais de confecção de pão — motor elétrico, masseiras, mesas, cestos, cilindros, balcões e balanças —, as 18 carroças do estabelecimento, e até mesmo o local onde a padaria funcionava. A padaria foi leiloada no dia 13 de novembro de 1917. O contrato do imóvel foi descrito como “magnífico e bem movimentado, prestando-se o prédio não só para o negócio de padaria como para outro qualquer<sup>238</sup>”. Interessante é que, em 1916, quando a Pelotense sofreu o ataque dos padeiros,

---

<sup>238</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 261, de 12 Nov. 1917, f. 2.

estava em reforma e expansão, o que indica prosperidade no negócio, e em pouco mais de um ano ela já estava sendo leiloada judicialmente.

Encontramos uma declaração de Oliveira Roza, dono da Pelotense, acusando alguém de vender pão de procedência duvidosa como sendo do seu estabelecimento<sup>239</sup>. Conforme Silva (2010), havia produtos suscetíveis à falsificação, tanto no preço quanto na sua qualidade, sendo o leite e o pão os produtos mais falsificados. O pão “especialmente pela facilidade de alteração da receita durante o processo de produção: diminuição do peso, peso roubado na balança, utilização de farinhas de má qualidade ou de tipos diversos. Além da centralidade nas dietas das classes, sua falsificação é recorrente” (SILVA, 2010, p. 94). Vender produtos de má qualidade poderia afetar os negócios da casa comercial. Vimos que a freguesia era muito fiel aos estabelecimentos onde comprava pão, e a relação de confiabilidade poderia ficar abalada. Mas, obviamente, esse não seria um fator que pudesse levar uma padaria à falência. A soma de capital movimentado pelas padarias era bem alta, o que poderia acarretar grandes dívidas. E é possível que grandes dívidas possam ocasionar o fechamento de um estabelecimento. A verdade é que não conseguimos descobrir com exatidão as reais causas que levaram a leilão a padaria Pelotense.

A descrição dos inventários mostra que a soma de capital que os patrões possuíam em relação aos seus empregados era bastante desigual. Todos eles possuíam várias propriedades e valores em dinheiro. Além disso, todos eram casados e possuíam filhos. Localizamos a comunicação da morte de outros proprietários como de Manoel Joaquim Fonseca, da Padaria Fonseca<sup>240</sup>; de José Roberto Diehl, da Padaria Feliz,<sup>241</sup> e o de Joaquim Jacintho Pereira, da Padaria Cruzeiro<sup>242</sup> — todos eles casados e com propriedades. Muito diferente é a situação dos operários, que, em sua maioria, declaravam-se solteiros, e residiam no estabelecimento em que trabalhavam. Já os proprietários possuíam, todos, uma residência fora do seu estabelecimento, além de, em muitos casos, cederem outras propriedades suas para que seus filhos nelas residissem. Quanto à idade, verificou-se que não variava muito: todos acima dos 50 anos, com exceção de José Parussini, que morreu aos 44 anos.

Os patrões são todos imigrantes, geralmente italianos e portugueses, fato que nesse período — Primeira Guerra — chama atenção, pois Alemanha e Itália passaram a ser inimigas do Brasil, o que acabou acirrando as relações étnicas na capital. Segundo Bonow (2015), quem mais sofria restrições devido a suas origens eram os alemães, pois desde antes da

---

<sup>239</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 155, de 05 Jul. 1917, f. 6.

<sup>240</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 272, de 22 Nov. 1913, f. 2.

<sup>241</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 263, de 16 Nov. 1915, f. 7.

<sup>242</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 247, de 24 Out. 1916, f. 7.

eclosão do conflito mundial eles já eram condenados por seu patriotismo, e serão eles os mais exaltados defendendo sua pátria de origem em Porto Alegre. Podemos sentir a atmosfera reinante na capital ao lermos a nota que o dono de padaria Guilherme Drescher publica no jornal A Federação declarando seu patriotismo ao Brasil. Essa nota, além de publicada, foi pregada também na fachada da sua padaria:

“Para evitar errôneas *supposições* o proprietário desta casa declara que, embora seu nome seja alemão, *elle* não o é, pois seu *pae* já brasileiro derramou nos campos do *Paraguay* o seu sangue em defesa da honra do Brasil, o *elle*, ex marinheiro da invencível Armada Brasileira, sentirá orgulho se algum dia tiver *ocasião* de proceder da mesma forma em *desagravo* da honra e dignidade de sua cara Patria!  
Viva o Brasil!  
Viva a República!”<sup>243</sup>

Silva Júnior (1994) demonstrou que os ânimos dos populares durante o conflito se exaltaram, havendo manifestações patrióticas e agressões a indivíduos de origem germânica. Estimamos que o proprietário da Padaria Jaguarão, com medo de sofrer violências, tomou a atitude de declarar-se brasileiro, isso ocorre uma semana após o Brasil romper as relações diplomáticas com a aliança formada por Alemanha e Império Austro-Húngaro.

Após esboçado o perfil dos patrões das padarias de Porto Alegre, investigaremos como eles passaram a se organizar para evitar conceder o descanso dominical e outras reivindicações do Sindicato Padeiral. Já comentamos, no terceiro capítulo, que os padeiros utilizavam “táticas” para agir contra os patrões. No caso da classe patronal esse conceito não seria viável. Em nosso entendimento, eles possuíam uma “estratégia” para evitar que seus estabelecimentos permanecessem fechados aos domingos. Conforme Certeau (1994, p. 98-100), a estratégia sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio, tendo ela o poder de impor o lugar ‘próprio’, do poder e do querer também; ou seja, diferente da tática, que não opera em um projeto global, mas em ações de momento, visando à conquista de espaços a cada movimento. A estratégia opera em um sistema global de forma a “prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço” (CERTEAU, 1994, p. 100). Ou seja,

“As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos [...] as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder.” (CERTEAU, 1994, p. 102)

<sup>243</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 89, de 17 Abr. 1917, f. 2.

Como vemos, a estratégia se encaixa como conceito para entendermos as ações dos proprietários de padarias, pois a máxima conduzida por eles era de não conceder o descanso semanal e serem intransigentes às iniciativas dos operários de padaria. A resistência a essas reivindicações dos trabalhadores perdurará por praticamente 50 anos. Mesmo que o Estado mudasse sua orientação política, os patrões permaneceriam intransigentes quanto ao fechamento dos estabelecimentos. Outro aspecto que contribui para que a estratégia seja o modo de operação da classe patronal, é que ela faz parte do poder dominante do Estado — a classe patronal passa a usar o discurso do Estado para deslegitimar as ações operárias. Como o Estado tomara a iniciativa de incriminar desordens e tentar formar um trabalhador-modelo obediente que se distanciasse de comportamentos boêmios e arruaceiros, os patrões passam, também, a exigir esse tipo de comportamento da categoria padeiral. Conforme Certeau (1994, p. 101), a “estratégia é organizada pelo postulado de um poder”. E como veremos, os patrões constantemente recorrerão ao Estado para pressionar os empregados a manterem-se trabalhando, às vezes via Justiça, e outras vezes com a repressão violenta da Brigada Militar, instrumento de coerção do Estado.

Já vimos que a primeira manifestação mais organizada dos operários de Porto Alegre foi no ano de 1906, com a greve dos 21 dias. É nessa paralisação que surge a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), e também a primeira tentativa de organização dos industriários — ideia de Alberto Bins —, intitulada União Industrial. Foram essas duas entidades que negociaram o fim da paralisação. Como podemos ver, o embate entre patrões e operários acabou contribuindo para a organização de ambos. Tentaremos investigar como foi esse processo entre os proprietários de padaria de Porto Alegre.

Inicialmente a ação tomada pelos patrões que não cediam ao descanso dominical era demitir os trabalhadores que não iam trabalhar. O padeiro Rogério de Oliveira Castro, ao depor, relatou ter sido demitido por recusar-se a trabalhar aos domingos. Seu empregador, o proprietário da Padaria Italiana, Antônio Baptista Beirão, alegou que sua padaria sofria atentados devido “a questão que os empregados de padaria *fasem* contra a *destribuição* de pão nas segundas-feiras; que não tem inimigos *pessôas* se os tem ignora, entretanto *vio-se* obrigado a despedir um empregado de nome Rogerio de Castro, *actualmente* na padaria Garcia, por haver esse se recusado a trabalhar na feitura do pão para as segundas-feiras”<sup>244</sup>. Antônio acusou Rogério de agredir e ameaçar seus funcionários. Mas, mesmo diante desse contexto, Rogério, em menos de um mês, é contratado para trabalhar na Padaria Garcia. E é

---

<sup>244</sup> APERS, Processo-Crime, nº 256, 1914, f. 6v.

esse fato que o isenta de ter cometido o crime do incêndio nas carroças, pois seu novo patrão, José Maria Garcia, vai à Polícia inocentar seu operário. Segundo ele, o operário não havia saído do estabelecimento na madrugada em que ocorrera o incêndio das carroças.

A estratégia da demissão não funcionava tão bem. Rapidamente Rogério já estava trabalhando em outro estabelecimento. O caráter técnico da profissão e o controle da mão-de-obra pelo Sindicato Padeiral ajudavam os operários. Mesmo que fossem caracterizados como arruaceiros e grevistas, ainda conseguiam empregos devido à escassa mão-de-obra e à influência do Sindicato.

Os relatos produzidos pelos proprietários das padarias também chamam a atenção, pois a sua intransigência causava prejuízos aos seus negócios. A primeira opinião advinda deles sobre o descanso dominical encontra-se em uma nota do jornal “A Federação”. E é através dessa nota que, pela primeira vez, notamos que eles formavam uma “comissão” para defender seus interesses. Essa comissão alegava que os estabelecimentos não possuíam maquinário e nem pessoal para suprir de pães a capital gaúcha por dois dias — domingos e segundas-feiras —, além do fato de que o pão produzido, por ser de uma qualidade inferior, não iria satisfazer os interesses da população. No final da declaração, a comissão ainda deslegitima a paralisação dos operários: para eles “o maior número de operários padeiros está disposto a trabalhar aos domingos”<sup>245</sup>.

O fato dos proprietários formarem uma comissão já antevendo uma organização e ações violentas dos seus operários — a nota emitida é anterior aos ataques de 10 e 11 de agosto de 1913 — mostra o entendimento que eles possuíam da situação. Bourdieu (2014, p. 65), ao tentar explicar o que é uma comissão e qual sua funcionalidade, deixa claro que ela tem como função expressar e manifestar uma opinião: “a função da comissão, é produzir uma verdade oficial que se impõe como visão legítima: é fazer aceitar a versão oficial”. A comissão é uma tentativa de construir uma versão simbólica provando que, na luta de visões, a da comissão seja a que concretize a realidade do mundo social legítimo e a torne universal. A tentativa dos patrões, nos momentos em que agem como comissão, ou seja, com visão coletiva, é convencer a opinião pública de que a reivindicação dos operários não tem legitimidade e que a população seria diretamente afetada pelo fechamento dos estabelecimentos de panificação durante os domingos. Para Bourdieu (2014, p. 64-72), essa tentativa de democratização é uma tentativa falsa de alusão ao verdadeiro, pois é um pequeno grupo que constrói o ideal tentando, através de argumentos, torná-lo a verdade social

---

<sup>245</sup> A Federação, Porto Alegre, n°177, de 1° Ago. 1913, f. 8.



Após os ataques de agosto, a Comissão voltou a se reunir para deliberar se haveria distribuição de pães aos domingos, José Maria Garcia aparentemente já havia conversado com o Comandante da Brigada Militar, que solicitou um aviso prévio da Comissão de Proprietários para, assim, disponibilizar policiais militares na escolta dos distribuidores de pães<sup>246</sup>. Por fim, devido à proteção policial, decidiram realizar a distribuição. No dia anterior ao aviso, a Padaria Möeller declarou que não exigia que seus operários trabalhassem aos domingos, mas somente às segundas-feiras, o que indica que não havia um pensamento unificado entre os proprietários acerca dos trabalhos dominicais. Muitos patrões deveriam temer sofrer ataques e ter prejuízos maiores que os lucros da venda de pães aos domingos. Ressaltamos ainda que a Padaria Möeller, conforme o testamento de Theodoro Möeller, tinha dívidas, então podemos cogitar que o proprietário queria evitar prejuízos que afetassem mais ainda as contas de seu estabelecimento.

Devemos considerar também as dificuldades dos proprietários em manter seu estabelecimento em funcionamento, afinal, era um investimento grande de capital, e requeria uma atenção nas contas, pois a aquisição de matéria prima para o fabrico de pão era constante.

Mas havia outros problemas que também afetavam os negócios dos patrões. Ao realizamos uma pesquisa no Jornal A Federação entre os anos de 1913-1919, encontramos 121 matérias sobre esse tema. Dentre elas, 20 relatavam problemas que não estavam diretamente relacionados às ações da categoria padeiral. Ao escrevermos sobre o cotidiano dos operários, já frisamos que havia brigas entre funcionários, acidentes de trabalho e até mesmo agressões contra os empregadores. Como, por exemplo, no caso do proprietário da Padaria Brazil, Alcides Manoel da Silva<sup>247</sup>, quando a agressão aconteceu devido a situações cotidianas de trabalho, e nada associado às relações entre o Sindicato e o estabelecimento. A relação entre os operários e os patrões era bastante próxima, pois eles constantemente acompanhavam a produção além de supervisionar a distribuição de suas encomendas para os estabelecimentos comerciais de Porto Alegre.

As brigas, algazarras e acidentes nas padarias afetavam a produção, além de denotar certa falta de controle dos proprietários para com seus empregados. Os acidentes de trabalho também afetavam diretamente a produção, pois o número de trabalhadores diminuía, mas a demanda permanecia a mesma. Outros eventos poderiam igualmente abalar os lucros da casa comercial, como, por exemplo, incêndios. Lembramos aqui o ocorrido na Padaria Pozzi<sup>248</sup>: o

---

<sup>246</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 190, de 16 Ago. 1913, f. 5.

<sup>247</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 51, 03 Mar. de 1914, f. 4.

<sup>248</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 147, 26 Mar. de 1916, f. 7.

sinistro aconteceu não devido a ações dos operários, mas teve início no quarto do proprietário Amadeu Pozzi. A Brigada Militar cogitou que o incêndio poderia ter acontecido intencionalmente, já que há pouco tempo Amadeu havia feito seguro da Padaria em dois valores, um de R\$ 19:000\$000 e outro de 10:000\$000. Infelizmente não encontramos outras referências ao resultado dessa investigação. Ao pesquisarmos as ocorrências policiais do 1º Distrito, notamos que havia muitas ocorrências de incêndios nos prédios da capital, sendo necessária a ajuda constante dos Bombeiros para apagar o fogo. Encontramos registro de incêndio na Padaria Pozzi, na Padaria Três Estrelas<sup>249</sup> e em outra padaria cujo nome não é citado, em que os dois padeiros que trabalhavam na madrugada alertaram a Polícia do fogo no estabelecimento. O proprietário da padaria estimou que o prejuízo ficaria em torno de R\$ 2:500\$000. Localizamos também o registro de um princípio de incêndio, sem grandes danos, em uma chaminé da Padaria Jaguareense. O incêndio foi apagado com baldes de água logo no seu início<sup>250</sup>.

Outro acontecimento que acarretava prejuízo aos proprietários eram as enchentes. A padaria Italiana e a Garcia tinham ao fundo de seus terrenos o Rio Guaíba, o que facilitava o recebimento de mercadorias, mas, quando ocorriam enchentes, esses estabelecimentos eram diretamente afetados. Em uma enchente ocorrida em junho de 1915, as águas do Guaíba subiram até a Rua Voluntários da Pátria, atingindo diretamente o bairro Navegantes, no 4º Distrito de Porto Alegre, o Areal da Baroneza<sup>251</sup> ficou debaixo da água. Nesta enchente a Padaria Luzo Brasileira, que ficava na rua Venâncio Ayres, foi completamente inundada e o estoque de farinha que possuía foi todo inutilizado. O prejuízo estimado por Irineu Vasconcellos foi de R\$ 2:000\$000<sup>252</sup>, pois as águas demoraram três dias para voltar ao normal. Houve ajuda do Corpo de Bombeiros, que, com bombas de sucção, retiraram a água dos porões da padaria.

Outro problema enfrentado era com os empregados, mas não estamos falando de brigas sindicais, mas, sim, de ‘gatunos’, como registrado na série de artigos jornalísticos intitulada Empregado Fiel: Os proprietários da Padaria Brazil solicitaram que seu empregado, João Dutra, levasse um cesto com R\$ 800\$000 em uma carroça à casa comercial Dreher & C., firma que comercializava farinha. Algumas horas depois, a carroça foi devolvida por outro indivíduo, que recebera 500 réis de um desconhecido para devolver a carroça e “dizer que o

---

<sup>249</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 151, 30 Jun. de 1916, f. 6.

<sup>250</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 164, 17 Jul. 1916, f. 7.

<sup>251</sup> Era uma antiga chácara, ficava onde atualmente é o bairro Cidade Baixa, sendo um dos mais antigos bairros de Porto Alegre, era um local que possuía pequenas granjas que abasteciam a capital com hortifrútiis. (FRANCO, 2006, p. 172)

<sup>252</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 142, 22 Jun. 1915, f. 5.

dinheiro não tinha sido entregue porque fora furtado”<sup>253</sup>. Ninguém sabia o que tinha acontecido com o empregado. Porém, após alguns dias, José Luiz Júnior, tio de João, foi até a delegacia da Brigada Militar, relatando que João havia lhe entregue o dinheiro subtraído da Padaria Brazil. O tio do ‘gatuno’ achava que o dinheiro era um prêmio recebido pelo gatuno de uma aposta no jogo do bicho. Após a entrega desse dinheiro ao seu parente, João escondeu-se nos matos existentes na Colônia Africana<sup>254</sup>. O padeiro infiel levou meses para ser pego, porém, no dia 9 de julho de 1916, João Dutra, “que julgava estar já o caso completamente esquecido, *apareceu* em uma taverna da rua Voluntários da Pátria, sendo *alli* preso<sup>255</sup>”. Ele foi levado ao Posto de Polícia do Primeiro Distrito, mas os proprietários da Padaria Brazil não quiseram abrir um processo, e, então, João foi solto.

Além de atentados de padeiros sindicalizados, outros sinistros envolviam empregados, como o desaparecimento de funcionários sem darem satisfação ou aviso prévio. Exemplificaremos alguns casos: Avelino Pedro da Silva, repartidor da Padaria Aurora, deixou de distribuir pão para os moradores do Monte Serrat, sendo relatado que o empregado abandonou a carroça, sem a menor satisfação, levando consigo o dinheiro de dois dias de trabalho<sup>256</sup>. Sebastião Wolf, proprietário de uma padaria cujo nome não é citado, denunciou à Polícia que seu empregado havia saído para distribuir pães e não havia retornado, nem com a mercadoria e muito menos com o dinheiro das vendas. Outro abandono de carroça envolvia um funcionário da Padaria Italiana: João Marialves, vulgo Maravilha, deixou o veículo abandonado na rua Formosa<sup>257</sup>, desaparecendo sem prestar contas. Em outro caso, os proprietários da Padaria Italiana fazem uma convocação a três operários que haviam sumido — não fica claro se devido à greve, ou não — para que se apresentassem na padaria<sup>258</sup>. Imaginamos que a falta de três empregados afetava muito a produção diária do estabelecimento.

Outro fato que afetava a produção eram os roubos e furtos. Um indivíduo foi preso por um agente da Polícia na madrugada de 17 de julho de 1915 por ter furtado pães de uma padaria cujo nome não constava na reportagem<sup>259</sup>. Em 7 de outubro de 1917, a Padaria

<sup>253</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 75, 30 Mar. 1916, f. 6.

<sup>254</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 76, 03 Abr. 1916, f. 7.

<sup>255</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 159, 10 Jul. 1916, f. 6.

<sup>256</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 21, 26 Mar. 1914, f. 5.

<sup>257</sup> Atualmente se chama Rua General Portinho, é uma rua antiga e tradicional, era chamada no século XVIII de Rua Formosa, Rua Direita da Igreja e Rua da Igreja. Sua nomenclatura mais conhecida é rua da Igreja que perdurará por todo o século XIX, pois nela ficavam três principais prédios da cidade, o Palácio, a Igreja Paroquial e o Palácio da Junta. (FRANCO, 2006, p. 138-139).

<sup>258</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 118, 21 Maio 1918, f. 2.

<sup>259</sup> A Federação, Porto Alegre, n° 163, 17 Jul. 1915, f. 4.

Pelotense sofreu um arrombamento quando foram subtraídos 5 pares de arreios totalizando um prejuízo de R\$ 150\$000 réis, além de o estabelecimento não poder distribuir boa parte de sua mercadoria no dia posterior ao furto.

Os proprietários de padaria possuíam um bom montante de dinheiro, mas também havia possibilidade de que o negócio sofresse prejuízos, além do fato de que os padeiros possuíam muito ímpeto em suas exigências, o que levava aos conflitos que já descrevemos anteriormente. Entretanto, aparentemente os negócios de panificação na capital iam bem. Os proprietários, em sua maioria, possuíam muitas propriedades e dinheiro investido em bancos e ações. Até aqui examinamos parte do perfil dos proprietários das padarias e também da complexidade de se ter uma casa comercial em Porto Alegre. A seguir investigaremos como esses proprietários passaram a se organizar.

A primeira menção que temos de uma “comissão” aparece, como já visto, em agosto de 1913. Em 1916 haverá o primeiro artigo versando sobre a “Sociedade dos proprietários de Padarias” que ocorreria no dia 21 de março<sup>260</sup>; porém, no artigo, João Gomes da Silva é apontado como presidente da Sociedade, o que nos leva a pensar que a entidade já havia sido organizada há mais tempo. Algumas semanas depois, foi publicado no jornal A Federação o “Estatuto da Associação dos Proprietários de Padaria”. Conforme esse apanhado de regras, elas versariam sobre os “proprietários de padarias, confeitarias, biscoitarias e fabricas de massas<sup>261</sup>”. A diretoria seria composta de um presidente e vice-presidente, dois secretários, dois tesoureiros e um conselho composto de doze membros. Podemos ver que havia 18 membros na diretoria, o que nos leva a pensar que a associação abrangia vários estabelecimentos de comércio, pois se fosse somente de padarias, não haveria uma diretoria com tantos membros.

Um dos artigos do estatuto determinava que era obrigação dos membros do conselho visitarem os estabelecimentos dos sócios para supervisionar o pessoal da casa. Caso houvesse alguma alteração ou algo fora do comum, era necessário comunicar o presidente da entidade. Os membros que possuíssem menos de 8 empregados, pagavam mensalmente R\$ 5\$000 réis, e quem tivesse um número maior de funcionários pagaria R\$ 10\$000. E a jóia, quantia paga para ser aceito, era de R\$ 10\$000.

No Estatuto há indícios de uma tentativa de selecionar melhor os operários contratados, evitando o que era feito pelas organizações sindicais dos operários, que enviavam

---

<sup>260</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 51, 1º Mar. 1916, f. 2.

<sup>261</sup> A Federação, Porto Alegre, nº 72, 27 Mar. 1916, f. 5.

os operários a outras cidades quando eles cometiam algum tipo de crime em nome da categoria ou classe trabalhadora. Dentre as regras do Estatuto, há a exigência, nos artigos 20 e 21, de que somente serão admitidos nos estabelecimentos empregados munidos de atestados de conduta, sendo multado em 200\$000 réis o membro que não cumprisse tal regra. Aparentemente essa regra não era seguida à risca, pois os padeiros que cometeram infrações entre 1913 e 1919 mantiveram-se empregados na capital, como já mostramos. O que fica claro é que havia uma tentativa de retirar do Sindicato padeiral a gestão do mercado de trabalho. Para Queirós (2013, p. 223), essas tentativas de organização são “estratégias de conservação e têm como finalidade a preservação do status quo e de suas posses materiais”.

O Sindicato organiza-se no ano de 1916, quando os proprietários já haviam sofrido vários ataques, afetando diretamente seus lucros. A organização dessa categoria era necessária, e fortalecia a estratégia dos proprietários, que era a de manterem-se intransigentes à reivindicação do descanso dominical. A estratégia de intransigência se dava primeiramente com o aceite do descanso, e, após duas ou três semanas, os proprietários solicitavam a seus empregados que trabalhassem aos domingos. Muitos estavam cientes de que essa quebra do acordo poderia gerar problemas, o que fazia os proprietários solicitarem apoio da Brigada Militar quando da distribuição de pães. José Maria Garcia, proprietários da Padaria Garcia relata que

“... uma vez [teve] *invenenados* dois *animaes*, muares, *puchadores*, de sua propriedade, no valor *aproximadamente* de (400:000) quatrocentos mil reis. *Vio*, dias depois, em dia de semana, sua carroça contendo pães inutilizado o conteúdo, por meio de *iodoformio*; *recebeo* também cartas *anonymas*. Ameaçando de *incendio* á padaria, cujo local onde está situada (rua General Salustiano) com fundos para o mar, presta-se perfeitamente a qualquer *attentado*, que talvez, não foi a *effeito* devido a *vigilancia* da policia, *avizada* da ameaça; E tudo isto demonstrava espirito de vingança – pois a padaria Garcia não querendo *luctar*, entrara no convenio – não trabalhava mais aos domingos.”<sup>262</sup>

Como vemos, o proprietário da Padaria Garcia mostra que não sofreu maiores atentados por solicitar apoio da polícia, pois, contraditoriamente, ele diz ter aceitado o descanso dominical, mas no fim da citação vemos que a Padaria não havia aderido ao acordo entre operários e patrões. No mesmo processo, já vimos que a Padaria Italiana também havia solicitado apoio policial para fazer a distribuição de suas encomendas aos domingos. Percebemos que os proprietários burlavam o acordo, mas, para isso, solicitavam o apoio da Polícia. Essa estratégia se repete ao longo dos seis anos do recorte temporal que

<sup>262</sup> APERS, Processo-crime, nº 526, 1914, f. 6.

selecionamos. Também já vimos que somente eram atacados os estabelecimentos que permaneciam funcionando aos domingos.

Nos processos-crimes, os depoimentos dos proprietários deslegitimam os atos realizados pelos padeiros, além de sempre haver a tentativa incriminar o Sindicato Padeiral. Essas atitudes, além das ações realizadas pelos padeiros, podem ser vistas no seguinte depoimento de Celestino Cardozo:

“Celestino Cardozo, co-proprietario da Padaria Portuguesa, que a 22 e 26 do *mez* p. passado veio a sua presença Diamantino Cruz que *allegando* não querer tomar parte nos actos de *deshumanidade* projetado por seus companheiros, socios do Syndicato dos padeiros, relatou-nos o seguinte: que estando em uma reunião formada pelos individuos Paulino Rosa, José Castro, vulgo José Rio Grande, Antônio Hespanhol e Ítalo Lena, todos empregados na Padaria Parussini, e Alfredo Alves dos Santos empregado na Padaria Fonseca, foi resolvido que embarcados em uma canoa assaltassem pelos fundos as Padaria Bastos, Garcia e a cocheira da Padaria italiana dos Srs. Bastos & beirão, lançando fogo as carroças depois de embebidas em *kerozene*, *projecto* este que foi confirmado em parte pelo *incendio* que devorou as carroças da Padaria Italiana, na madrugada de 6 para 7 do corrente; que penetrariam na padaria de Alexandre Piccini, para matarem os *animaes*; que lançariam fogo nas carroças da padaria Delgado; que com uma acha de lenha fornecida pela Federação Operária, preparada *conviniamente* com explosivos fariam saltar os fornos da padaria da Viuva Sperb e os do nosso estabelecimento; que foram os já citados *individuos* Alfredo Alves dos Santos, Paulino Rosa, com mais dois cujo nome ignora, os autores do *incendio* em uma das nossas carroças ne Estrada de *Theresopolis*, coincidindo esta declaração com o depoimento feito pelo nosso repartidor no quarto posto de polícia, onde citou que um dos individuos assaltantes era corpulento e de cor parda, *signaes* estes que vem a contribuir para confirmar a culpabilidade de Alfredo Alves dos Santos.”<sup>263</sup>

Podemos ver na declaração do proprietário da padaria Portuguesa, que era de conhecimento deles quem eram os mais envolvidos nas ações criminosas, e sempre havia uma tentativa de relação com as ações e reuniões do Sindicato. Acreditamos que essa estratégia dos patrões de culpabilizar a agremiação dos padeiros visava desestabilizar a união e organização da categoria. Alexandre Piccini, um dos patrões mais intransigentes, também utiliza a mesma estratégia. Em sua declaração, em nenhum momento ele cita que não concede o descanso dominical solicitado, afirmando que

“*d’esde* que manifestou-se a greve dos padeiros na recusa de trabalharem aos domingos a sua casa de negocio tem sido *victima* constante de *prejuizos*, por cinco vezes inutilizaram carroças de pão, para isso utilizaram de *iodoformio* e *kerosene*, outras tentaram envenenar os *animaes* da cocheira *collocando* veneno nas *mangedoras*, e d’entro d’agua, outra vez penetraram na cocheira e lançaram fogo nas carroças, sendo *presentido* o inicio do *incendio* foi o mesmo dominado, cartas *anonymas* recebe diariamente ameaçando-o em sua vida e bens, tudo isso tem *soffrido* não podendo descobrir os *deliquentes* entretanto o único crime do depoente

<sup>263</sup> APERS, Processo-Crime, Porto Alegre, n° 526, 1914, f. 13-13v.

é fazer pão *diario*, inclusiva aos domingos para abastecer á *freguezia*, sendo que aos domingos não reparte.”

Piccini relata todos os ataques que recebeu e, ao final, diz que seu único crime é fazer pão diário, e que o faz aos domingos, mas que não o distribui. Mas o fato de não haver distribuído não constitui a folga solicitada pelos operários; afinal, quem não iria trabalhar eram os repartidores, que, como já mostramos em muitos casos, nem eram considerados padeiros. Devido a esse pensamento e forma de trabalho é que a sua padaria sofria tantos ataques. Constantemente nas investigações consta que os padeiros possuíam depoimentos muito parecidos, mas isso também acontece com os proprietários de padarias na tentativa de incriminar operários, o que, no período que estamos investigando, parece não ter dado muito certo, pois somente Rioswaldo e Leopoldo foram presos. Os padeiros que constantemente prestavam depoimentos por estarem envolvidos em crimes não foram pegos e ainda permaneciam trabalhando nas padarias da capital.

Neste capítulo visamos investigar as ações do Estado do Rio Grande do Sul e também da classe patronal, na tentativa de entender melhor as relações de trabalho que se desenvolviam em Porto Alegre. Constatamos que havia interferência do Estado nas relações de trabalho, e que as diretrizes do governo embasavam as ações de repressão aos atos criminosos executados pelos padeiros grevistas. Os patrões, na sua estratégia de intransigência, com o auxílio das forças de coerção do Estado tentavam manter seus privilégios e lucros através da violência e da resistência às iniciativas dos operários e de seu Sindicato. A tentativa de deslegitimação das ações dos operários era baseada na política do PRR, que pregava a necessidade de um operário-modelo que trabalhasse e pouco reclamasse de suas condições, pois o progresso só viria através do trabalho dele.

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho, desde seu início, foi avaliar em sentido amplo os aspectos gerais das organizações sindicais, do processo de trabalho, do cotidiano e das relações trabalhistas dos padeiros porto-alegrenses. A partir da análise almejamos investigar como as relações de trabalho se construía e eram marcadas pelo movimento operário e pelo Estado. Escolhemos a classe padeiral como caso para entender em sentido ampliado essas relações.

No decorrer da escrita da dissertação, tivemos eventos no âmbito político brasileiro que influenciaram nossa reflexão, como o fato de um governo de direita tomar posse, além de se acentuarem ideias de mudança nas relações trabalhistas e nos direitos previdenciários dos brasileiros. A condição de fragilização de direitos conquistados pelos trabalhadores tornou essa dissertação mais necessária; afinal, o seu cerne é a luta de trabalhadores para conquistar melhores condições de trabalho. Acreditamos que esse é um dos papéis principais da História e do historiador: através de digressões e análises, frisar exemplos que refutem ou reforcem aspectos da sociedade. Diante de um horizonte em que a política brasileira afronta diretamente direitos adquiridos — não por concessão, mas por luta de populares —, buscamos destacar que tais direitos são fundamentais e não devem ser modificados, mas ampliados.

Cabe ressaltar que há poucas análises sobre trabalho no setor de serviços, afinal, é diferente se fazer uma análise do setor industrial e de serviço. Há uma previsibilidade no setor industrial devido ao emprego de máquinas, já no setor de serviços a imprevisibilidade é maior. Há uma demanda diária que deve ser cumprida, e ela deve ser cumprida todo dia, pois a mercadoria possui uma validade muito pequena, havendo a necessidade da produção ser executada diariamente — ponto chave para entendermos o porquê era tão difícil conceder folga aos padeiros.

Mas tal fato também concede ao padeiro o domínio do processo de trabalho, e o empregador depende muito da iniciativa dos operários, sendo possível para o padeiro atrasar ou sabotar a produção do estabelecimento em que está empregado. Com isso, o dono de estabelecimento necessitava conhecer seus operários e desenvolver métodos de disciplina e de confiança com eles, pois dependia dos padeiros para que sua casa comercial atendesse a demanda de pães solicitados.

Não conseguimos estabelecer os modos como os padeiros eram iniciados no ramo da panificação. Contudo, podemos concluir que eles iniciavam muito cedo no trabalho como ajudantes, e nessa função eles faziam de tudo na padaria: auxiliavam os forneiros, ajudavam



o padeiro, faziam limpeza, etc. Somente depois de, no mínimo, dois anos de aprendizado poderiam ser considerados aptos a exercer a função de padeiro. Os salários ficavam acima da média do operariado, sendo um ofício bom para trabalhar considerando o aspecto financeiro.

O leque de funções existentes nas padarias da capital era bastante extenso, possuindo uma hierarquização de funções bem definidas. Inicialmente havíamos inferido, conforme as fontes bibliográficas, que eram quatro funções; contudo, ao nos aprofundarmos na investigação das fontes, encontramos variadas funções, como a de mestre, repartidor, forneiro, encarregado, contador de pães, entre outras. Esse número grande de funções nos mostrou que a confecção de pães era um trabalho muito especializado, e somente operários experientes ocupavam cargos como o de mestre ou encarregado da padaria. Essa hierarquização das funções possibilitava aos patrões alguns instrumentos de vigilância, como nomear funcionários de confiança para serem encarregados — além de serem os olhos do empregador, os encarregados também contribuíam para evitar que os subordinados aderissem às iniciativas mais violentas que o Sindicato da categoria organizava.

Na análise das funções existentes na padaria, começamos a perceber a influência do sindicato na categoria padeiral, pois era ele que fazia a gestão do mercado de trabalho, possuindo o controle dos operários com e sem ocupação, delegando aos estabelecimentos de panificação operários para ocuparem funções temporárias enquanto um trabalhador estivesse afastado do emprego. Além disso, era o sindicato que designava padeiros para as padarias que careciam de trabalhadores. Nesse ponto podemos ver que a tentativa da polícia e dos patrões de acusarem a entidade operária de ser truculenta se deve ao grande controle que esta exercia no monitoramento da mão-de-obra.

Além do controle sindical, a profissão possuía um nível de qualificação muito alta. Podemos perceber que havia poucos padeiros disponíveis — faltavam operários que soubessem fabricar pães —, o que levava à necessidade de empregar indivíduos que já haviam se envolvido em crimes a estabelecimentos comerciais. Além da qualificação, havia uma hierarquia de funções bastante estratificada, essa hierarquia era usada pelos patrões, tornando encarregados dos estabelecimentos operários de sua confiança, para assim, terem o controle de seus operários mesmo quando não estivessem no estabelecimento. O ofício de padeiro era de alta especificidade, e o orgulho de ser padeiro causava rugas entre eles e os repartidores, que no período analisado não são considerados padeiros, por não trabalharem no processo de fabricação do pão, mas somente o distribuírem na cidade.

No início da pesquisa não sabíamos dizer se os padeiros moravam nas padarias, mas, ao nos depararmos com novas fontes, notamos que havia um alto número de operários que

pernoitavam e viviam no ambiente de trabalho. O fato de permanecerem tanto tempo no trabalho se mostrou importante — esse convívio ajudava os operários a se organizarem de maneira mais rápida. Muitos dos crimes ocorridos aconteciam com a participação de empregados de um mesmo estabelecimento. Ter a padaria como moradia tinha pontos positivos para os patrões, pois o operário estaria à disposição dele o tempo inteiro, além de criar uma dívida moral, fazendo com que o padeiro se dispusesse a trabalhar quando fosse necessário.

Além do processo de trabalho, o cotidiano das padarias se mostrou muito diverso. Encontramos muitos indícios das relações diárias que os padeiros possuíam — nas horas de descanso havia discussões e brigas com os patrões. Na distribuição dos pães também localizamos muitos acidentes com as carroças — ora batiam em bondes, ora capotavam sozinhas por falta de destreza do condutor. O maquinário também causava problemas. Demonstramos como as máquinas que auxiliavam os padeiros podiam causar acidentes. O lazer dos operários não acontecia somente fora da padaria, os que residiam onde trabalhavam, também realizavam festas e tomavam banhos de rio em seus horários de folga. Nossa tentativa era, ao descrever esses fatos, aproximarmos-nos mais de quem eram esses indivíduos — além de trabalhadores, eram transeuntes da capital, estando à mercê de brigas, rivalidades, constâncias e inconstâncias que o cotidiano oferece ao ser humano em sociedade.

Iniciamos o segundo capítulo contextualizando a organização operária e suas greves gerais. Achamos fundamental fazer isso, pois temos que, para entender as ações dos padeiros, ter noção que não era somente essa categoria que agia e se dispunha a usar a violência para reivindicar melhores condições de trabalho. Em um cenário onde havia carestia de comida — a economia brasileira privilegiava lucrar com exportações tornando os preços internos elevados —, a iniciativa operária foi um instrumento útil para que essa situação fosse amenizada.

As manifestações da categoria padeiral iniciaram, na verdade, antes desse contexto econômico, em 1913. O primeiro ato mais violento orquestrado pela categoria na madrugada de 10 para 11 de agosto foi premeditado um bom tempo antes, pois os operários já negociavam com os patrões e comunicavam à imprensa que queriam a folga dominical. Contudo, a intransigência dos patrões fez com que os padeiros orquestrassem uma noite de muitas ações violentas impedindo a distribuição de pães. Desde essa primeira ação coletiva percebemos que os padeiros sempre optam por negociar antes de agir; no entanto, a classe patronal se mostra intransigente em negociar com os operários.

Essa ação de 1913 será a mais emblemática, mas a luta sindical da categoria dos padeiros remonta à primeira greve geral de Porto Alegre em 1906. Localizamos apenas

fragmentos desse percurso até o ano de 1913 — ano de início de nossa análise. Mas é somente a partir de 1913 que a iniciativa do Sindicato Padeiral se acentuará, muito devido ao apoio que possuíam da FORGS, que, com sua diretoria anarquista, apoiava ações mais violentas como forma de reivindicar melhores condições de trabalho. A FORGS, inclusive, é acusada de conceder bombas para dinamitar fornos de padarias que não aderiam às greves. Podemos até afirmar que é a categoria padeiral que inaugura um momento de radicalização do movimento operário que perdurará até 1919, pois, antes, não encontramos relatos de mobilização de uma categoria de maneira tão acentuada.

Apesar de a atividade reivindicatória dos padeiros remontar ao ano de 1906, o Sindicato, que atuou até a década de 1960, só foi fundado em agosto de 1913, pouco antes dos atentados. A entidade mudou de nome muitas vezes e passou a integrar outras classes no decorrer de seus 50 anos de atuação, mas a reivindicação da folga dominical não mudará durante esses anos. Ao nos depararmos com essa larga atividade do sindicato, vimos que é possível realizar outros trabalhos a partir da atuação dessa entidade, o contexto mudará e as formas de luta sindical também, possibilitando novos objetos, fontes e formas de pesquisa da categoria padeiral. A influência dos padeiros no movimento operário foi singular — no início do século XX eles sempre apoiavam greves de outras categorias, e na década de 30 foram os responsáveis pelo reconhecimento da FORGS como órgão representativo da classe operária do Rio Grande do Sul.

Examinando o perfil dos padeiros, acabamos por concluir que os operários das padarias eram, em sua maioria, solteiros e com uma idade média de 29 ou 30 anos. Grande parte residia na padaria ou no distrito onde o estabelecimento estava instalado, evitando assim maiores deslocamentos para o trabalho. O fato de morarem no mesmo estabelecimento, ou em um cortiço próximo, em nossa opinião, auxilia na organização da categoria, pois muitas das ações eram executadas por operários do mesmo estabelecimento. Essas ações coletivas possuíam um alto grau de sucesso, além de não culminarem em prisão para nenhum operário, pois o Juiz não conseguia prova para incriminar os operários.

Os ataques ocorriam sempre após tentativas de negociação, sendo direcionados somente aos estabelecimentos que se mantinham intransigentes e permaneciam trabalhando aos domingos. Esse elemento mostra que havia uma racionalidade nas ações da categoria, a violência era usada como instrumento para reivindicar, e não como um ato aleatório e sem propósito, mas como forma de serem ouvidos e reconhecidos.

Com a análise das ações ocorridas a partir do ano de 1913 é que conseguimos melhor compreender as relações entre operários e patrões. A convivência era conflituosa e tensa,

havendo pouca estabilidade. Os patrões agiam com intransigência quanto às reivindicações operárias e sempre desconsideravam as medidas tomadas pelo sindicato da categoria. Havia concessões somente quando seus estabelecimentos eram atacados ou vandalizados por padeiros. O poder de barganha aqui ficou evidente — os patrões demoraram a organizar uma agremiação que defendesse seus direitos. Era-lhes possível demitir e entregar à Justiça empregados que cometessem atentados contra os estabelecimentos. Já os padeiros necessitavam agir coletivamente, pois sozinhos possuíam pouca força para negociar. O Sindicato Padeiral se mostrou o principal meio de reivindicação e negociação, por isso constantemente há a tentativa de incriminá-lo e envolvê-lo nos crimes da categoria.

Ressaltamos que as ações ocorridas no ano de 1913 aconteceram somente pela intransigência dos patrões. Houve semanas de discussões e reuniões dos patrões e operários, porém os patrões se negaram a ceder ou conceder qualquer tipo de reivindicação, não dando opção aos padeiros senão a de reagir de forma mais coercitiva. Os proprietários só notaram o engajamento da categoria ao sofrerem os prejuízos das ações ocorridas entre 10 e 11 de agosto. Mesmo diante de tal situação, os patrões foram buscar formas de resistir às reivindicações dos padeiros. A ação de 1913 passou a ser lembrada devido à violência causada na madrugada e à grande quantidade de ataques. O primeiro ataque organizado da categoria padeiral é constantemente citado nos autos policiais.

Diante dos crimes analisados, podemos também perceber que eles ocorrem devido à intransigência patronal em negociar — as ações sempre acontecem contra estabelecimentos que mantêm o funcionamento aos domingos. O detalhe que chama atenção é que há, nos processos, argumentos incoerentes da Justiça afirmando que os proprietários concediam o descanso dominical, mas pediam que alguns trabalhadores fossem à padaria produzir pães por algumas horas. Tal declaração é recorrente e muito incoerente. Para o Estado era plausível que alguns operários trabalhassem aos domingos, mas essa assertiva patronal não era aceita pelo sindicato da categoria, que lutava pelo descanso de todos os operários.

Após agosto de 1913, as ações dos padeiros tornaram-se corriqueiras e os atentados passaram a se diversificar — eram atacados os repartidores, os estabelecimentos e as casas dos proprietários. Nenhum dos padeiros que praticavam os crimes foi pego. Notamos que as ações foram sofisticando-se. Até maio de 1914 nenhum operário, com exceção de Rioswaldo, foi preso, e houve inúmeros ataques contra as casas comerciais.

No processo onde é averiguada a queima das carroças da Padaria Portuguesa, o que mais chama atenção é a meticulosidade do plano e o número grande de envolvidos, além disso, o caso nos possibilitou mostrar um pouco mais do relacionamento entre os patrões e os

empregados, afinal José Maria Garcia vai até a Delegacia para inocentar o seu empregado. Ao mesmo tempo, temos o depoimento de Diamantino, que delata os planos de sua classe, alegando que não conseguiria viver sabendo das atrocidades cometidas por seus colegas. É com esses dois casos que podemos compreender como são complexas as relações — ora harmônicas, ora conflituosas — entre proprietários e empregados.

Nesse processo também podemos notar que os operários começam a identificar a influência do seu sindicato e as percepções que a Justiça passa a ter dele. No processo da queima das carroças, os padeiros sempre se identificam como sindicalizados, porém não frequentam as reuniões. Cogitamos duas possibilidades: a primeira é a de que, negando participar das reuniões sindicais, os depoentes não fossem ligados no Sindicato e, portanto, não participavam dos atos criminosos; e a segunda possibilidade é de que os padeiros não queriam ligar a imagem da desordem com a da agremiação, evitando assim o seu fechamento.

Outra questão é a forma de funcionamento do sindicato. O fato de o sindicato não possuir uma diretoria fixa — a cada assembleia era nomeada uma nova diretoria — dificultava que as autoridades prendessem os principais líderes da categoria. Além, também, de frustrar o Estado na tentativa de conseguir fechar a entidade, pois em nenhum momento se consegue uma prova concreta do envolvimento do sindicato com os atos criminosos imputados à categoria padeiral.

No atentado à Padaria Pelotense, podemos ter percepções novas de como o sindicato chamava os seus agremiados para a reunião e quais padarias liberavam seus trabalhadores para as assembleias. Os anexos contidos no Livro de Averiguações mostram que as chamadas ocorriam através de bilhetes distribuídos nos estabelecimentos. Além dessa chamada, também em anexo estão os bilhetes que a instituição enviava para os proprietários de padaria comunicando as decisões ou solicitando-lhes algo. Nesse caso a solicitação era para que os estabelecimentos respeitassem o descanso dominical. O crime na Padaria Pelotense é o único através do qual é possível ligar as reuniões sindicais com o planejamento de atos criminosos, pois o ocorrido aconteceu após uma assembleia, sendo que os possíveis participantes da arruaça eram os sindicalistas que haviam participado da reunião. O intuito da assembleia era discutir o trabalho dominical de algumas padarias, incluindo a Pelotense. Alguns padeiros declararam haver um bloquinho que planejava os atos e determinava quem era responsável pela sua execução, provavelmente os mesmo que planejaram o incêndio das carroças da Padaria Italiana — mais uma vez Ítalo Lena e Paulino Rodrigues estavam envolvidos.

Podemos demonstrar também como eram coesos os discursos dos operários que eram acusados dos crimes, eles tinham praticamente o mesmo depoimento — sempre com um álibi

de estarem junto com a família ou outro colega de trabalho durante os atentados. Esse fato é sempre ressaltado pela Polícia, que, mesmo desconfiando do conluio, não conseguia angariar provas contra os grupos que praticavam crimes. Esses depoimentos muito parecidos se acentuam quando os operários residiam no mesmo estabelecimento onde trabalhavam. Vemos, então, que não era somente através das reuniões sindicais que os padeiros se organizavam para atormentar os proprietários de padaria, também usavam os seus dormitórios para planejarem os atos e, depois, ocultarem-se com o álibi de estarem trabalhando ou dormindo.

Além da organização e do planejamento das ações, podemos concluir que a categoria padeiral possuía uma noção muito ampla de quais eram os limites de sua relação com seus empregadores, por meio desse conhecimento eles usavam as brechas existentes para importunar e ameaçar os proprietários de padaria intransigentes. Através dessa noção dos limites relacionais, os padeiros adquiriam um maior poder de negociação, com mais argumentos e instrumentos de pressão.

Concluimos que a atuação da classe padeiral era muito consciente, usando de todos os tipos de negociações antes da execução de atitudes mais drásticas. A violência sempre foi um instrumento usado em última instância e com alvos direcionados. Os estabelecimentos que sofreram ataques eram todos intransigentes quanto à concessão da folga dominical. Esse fato nos mostrou que havia uma boa organização e consciência das ações tomadas pela classe, que executava os crimes atribuindo haver uma legitimidade nos seus atos. A violência era pensada e, às vezes, o único recurso para mostrar aos patrões e ao Estado a imperatividade das reivindicações da categoria. A organização da categoria também nos chamou atenção, pois os padeiros, ao planejarem os crimes coletivos, não eram presos em flagrante e muito menos sentenciados a cumprir pena. Já quanto aos dois crimes individuais descritos e analisados, houve prisão em flagrante dos dois indivíduos. Foram punidos pela Justiça e cumpriram pena na Casa de Correção de Porto Alegre.

Concluimos também que os padeiros eram uma categoria em formação, em um espaço de transformação, quando a indústria brasileira passava por uma transição. Havia a necessidade de uma organização operária para questionar os patrões que visavam somente ao lucro de suas indústrias, não pensando muito no bem-estar de seus operários. É essa relação que procuramos explorar para mostrar, também, que os direitos trabalhistas jamais foram uma concessão do Estado, mas uma conquista da classe trabalhadora, e que esta conquista acabou vitimando muitos operários.

O intento do nosso estudo foi, inicialmente, investigar as ações da categoria padeiral. No entanto, ao entrarmos em contato com as fontes e revisá-las, vimos que seria impossível compreender os objetivos da categoria sem entender quais eram os propósitos do Estado e dos patrões, por isso dedicamos um capítulo a esses dois agentes. Podemos claramente ver que os três agentes, ao se relacionarem e divergirem, acabam por refinar seus modos de agir e de compreender as circunstâncias que vivenciavam.

Investigamos o Estado do Rio Grande do Sul de uma forma mais ampla por ele não ter uma influência tão direta nas relações entre patrões e operários — ocasionalmente fará intervenções e mediará as negociações. Podemos notar que a iniciativa positivista do Estado em formar uma classe trabalhadora pacífica acabava por tentar deslegitimar as lutas operárias, pois no Estado havia boas condições de vida e salários altos, quando em comparação com o restante do Brasil. A relação do Estado com esses dois agentes é bastante complexa — ele não irá somente oprimir as demandas operárias; em alguns casos, irá legitimá-las.

Podemos perceber que a política do Estado também estava em construção, mesmo que o PRR já estivesse no poder há quase 20 anos. Lidar com um movimento operário emergente necessitava de inovações nas políticas públicas aplicadas. O Estado passou então a criar não somente leis que combatessem os operários desordeiros, mas a publicar leis versando sobre as melhores condições de trabalho — uma tentativa de diminuir os conflitos existentes e as ações mais violentas.

Entretanto, nem sempre o Estado fez esse papel mediador. Como vimos, a Brigada Militar seguidamente era solicitada pelos proprietários para evitar ataques às padarias, e, por vezes, os policiais militares eram designados a realizar guarda nos estabelecimentos. Considerando o discurso de não interferência, enviar as forças de coerção do Estado para guarnecer um estabelecimento era uma interferência nítida.

Por último, realizamos uma análise dos proprietários de padaria. Diferente dos operários, dos quais há muitos depoimentos nos processos-crime, dos proprietários de padaria existem poucas falas. Isso nos forçou a procurar novas fontes para expandirmos a investigação. Escolhemos, então, o uso dos inventários. Achamos essa escolha muito válida, pois foi possível levantar dados do patrimônio material desses sujeitos, além de proporcionar o conhecimento do valor que era preciso para montar uma padaria na capital gaúcha. Elencando o patrimônio dos patrões, foi possível ver a distância em bens e dinheiro entre eles e seus operários. O perfil dos proprietários só ficou mais claro a partir dos inventários. Essa fonte foi importante, e ainda não havíamos visto ser trabalhada em História Social do Trabalho.

Constatamos que os patrões, devido à especificidade da profissão, possuíam um convívio próximo com seus empregados, além de dependerem deles para realizar a produção. Não encontramos nenhuma fonte que afirmasse que o patrão soubesse confeccionar pães, e somente localizamos notícias de patrões distribuindo e contando pães. Os proprietários se constroem como categoria a partir da organização dos seus empregados. Em 1916 teremos a fundação de uma associação para defender seus interesses. Essa organização é bem emblemática, e é através dela que podemos perceber que as duas categorias se organizam em conjunto. Os proprietários necessitavam defender seus interesses, e individualmente era difícil combater os atos dos padeiros. Necessitavam de uma organização para coordenar melhor as decisões de fechar ou não os estabelecimentos e para decidir sobre o que deveria ou não ser concedido aos padeiros.

As estratégias de resistência dos patrões, a partir de 1913, foram-se expandindo, mantendo a intransigência, solicitando apoio da Brigada Militar para escoltar a distribuição de pães e proferindo discursos que deslegitimavam o Sindicato Padeiral, numa tentativa de desorganizar e extinguir a agremiação. Assim, a classe dos patrões acaba por também organizar-se, criando até um Sindicato, através do qual passou a existir uma vigilância até mesmo para saber quem eram os empregados e se a qualidade da produção se mantinha. Podemos ver que a evolução das relações laborais, sua judicialização e os enfrentamentos favoreceram o desenvolvimento de empregados e empregadores, e foram fundamentais na estruturação de cada uma das organizações desses setores.

Explanamos as dificuldades de abrir uma casa comercial em Porto Alegre — não eram somente os operários que causavam problemas. Havia dificuldades financeiras que acabavam com o negócio. Havia incêndios, enchentes, acidentes de trabalho que danificavam o patrimônio comercial, roubos e furtos, bem como calotes de funcionários que desapareciam com o dinheiro das vendas.

Ao analisar esses três agentes e sua complexa existência, descrevemos a construção das relações de trabalho e como elas foram criando o ambiente para o surgimento de leis trabalhistas marcando parâmetros para a ação do Estado, dos operários e também dos patrões.



## REFERÊNCIAS

### Fontes

Acto Municipal nº 221, de 21 de Dez. 1924. Publicado em: A Federação, Porto Alegre nº 299, de 24 DEZ 1914, f. 2.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Livro de Ocorrência da Delegacia do 1º Distrito, 1913-1914.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Livro de Indagações da Brigada Militar nº 32, 1915-1919.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Processo-crime, Porto Alegre, nº 442, réu Rioswaldo Octavio Cabreira, maço 24, estante 29, 1913.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Processo-crime, Porto Alegre, nº 526, réu Paulino Rodrigues da Rosa e outros, maço 29, estante 29, 1914.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime n.º 1.029 réu Leopoldo Silva, maço 67, estante 29 Porto Alegre, 1919.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Bernardo Sperb, nº 974, maço 29 Estante 2, 1897.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Carlos Weidmann, nº 121, 1915.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Francisco Nunes Bastos, nº 20ª, 1946.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. José Parussini, nº 117, nº 117, maço 13A, estante “F”, 1915.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Inventário Manoel Rodrigues Fonseca, nº 223, maço 10ª, Estante “F”, 1913.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Sebastião Fonseca, nº 228, maço 22ª, Estante “D”, 1917.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário Thoedoro Möeller, nº 201, maço 12A, Estante “F”, 1915.

BRASIL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**, de 25 de junho de 1891.

Disponível em:

<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid,>  
acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de Out. de 1890. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em: 16 nov. de 2018.

BRASIL. Decreto nº 23.104, de 19 de ago. de 1933. **Regulação e condições do trabalho na indústria de panificação**, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23104-19-agosto-1933-526804-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em :15 de set. de 2016,

BRASIL. Lei de 16 dez. 1830. **Código Criminal**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 16 nov. de 2018

Jornal A Federação (1889-1937). Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

Jornal Correio do Povo

Jornal A Luta

População das Captaes dos Estados Unidos do Brazil (1890-1912): Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>.

### Álbum de Música

CRIOLO. Convoque seu Buda. Rio de Janeiro: Oloko Records, 2014.

### Bibliografia

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Antônio. F.. A Sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. **Justiça & História**, PORTO ALEGRE, v. 6, n.3, p. 97-130, 2003.

ARAVANIS, Evangelia. A Industrialização no rio Grande do Sul nas Primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, JAN/JUL 2010, p. 148-180.

AREND, Silvia Maria Favéro. **Amasiar ou Casar? A família popular no final do século XIX**. 1º Ed. Porto Alegre. Editora Universidade/UFRGS, 2001.

AXT, Gunter. **Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul: 1889-1929**. Porto Alegre: Paiol, 2011, v. 1, 452p.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2012.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Augusto Comte e o positivismo no Brasil**. Estudos Históricos (Rivera), v. III, p. 1-6, 2011.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaiás Caminha**. São Paulo: Ática, 1995, p. 10.

BATALHA, Cláudio H.M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

BATALHA, Claudio H. M.. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90 (UFRGS)**, v. 13, p. 87-104, 2006.

BATALHA, Cláudio; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). **Culturas de Classe. Identidade e Diversidade na Formação do Operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário** (Porto Alegre, 1906-1911). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e Trabalho**: Uma História do Operariado Portoaletense (1898-1920). Porto Alegre: UFRGS. Tese de Doutorado. Ed. EDUEL, Londrina, PR, 2008.

BLANC, Claudio; SOUSA FILHO, Francisco Pereira de. **Tempos de Luta e de Glória**: A História do Sindicato dos Padeiros de São Paulo (1930-2010). Ed. Sindicato dos Padeiros de São Paulo, 2013.

BOEIRA, N. F.. **O Rio Grande de Augusto Comte**. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). RS: Cultura & Ideologia. 1ed. Porto Alegre: 1980, v.1 p. 34-59.

BONOW, Stefan Chamorro. **Vivências da Primeira Guerra Mundial**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2015. v. 1. 232p .

BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CABRAL FILHO, Severino. Mundos do trabalho, mundos da vida: a experiência de padeiros artesanais. **Tempos Históricos (EDUNIOESTE)**, Cascavel - PR, v. 5/6, p. 131-157, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo. O positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: Cleusa Maria G. Graebin; Elisabete Leal. (Org.). **Revisitando o positivismo**. 1ed.Canoas, RS: La Salle, 1998, p. 13-27.

CARVALHO, Luiza Helena. **João de Mattos**: as aventuras de um padeiro na luta pela liberdade e pela dignidade da profissão (1876-1912). 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 76-96.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. 1ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, v. I, 1994.

CERUTTI, Simona. A Construção das Categorias Sociais. BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados Reconstituídos**: Campos e canteiros da História. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1998, p. 233-242.

CHACÓN, Francisco. La revisión de la tradición: prácticas y discurso en nueva historia social. **Revista Historia Social**. Fundación Instituto de Historia Social, n. 60, 2008, p. 145-154.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. IN: **Cadernos AEL**, Campinas, UNICAMP, v.14, n.26, 1º semestre 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CIRRA, Leonardo Freitas; KIRST, Dionathan Dias;. “A obra impatriótica dos agitadores”: manifestação popular, política e estatal na Porto Alegre de 1915. In: Caroline von Mühlen; Máira Ines Vendrame; Caiuá Cardoso Al-Alam. (Org.). **Criminalidade, Violência e Justiça: reflexões e novas possibilidades**. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2017, v. 1, p. 401-412.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 12º ed., 2011.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. **Borges de Medeiros no limiar da velhice**: considerações sobre um estudo biográfico. Revista Métis: História & Cultura, Caxias do Sul. v. 2, p. 129 - 140, 2003. Disponível em: <[www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/1045/711](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/1045/711)>. Acesso em: 19 mai. 2016.

DUARTE, Leila. **Pão e Liberdade**: Uma História de padeiros escravos na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Maud/FAPERJ, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. v. 1. 198p.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. História e Trabalho: Entre a renovação e a nostalgia. **Trajeto (UFC)**, Fortaleza, v. 1, n.2, p. 51-67, 2002.

FLEXOR, Maria Helena Matue Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, p. 1-8, 2007.

FONTES, Edilza J. O.. **O Pão Nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém - 1940-1954**. 1. ed. Belém: Paka-tatu, 2003. v. 1. 277p

FORTES, Alexandre. **Buscando nossos Direitos: Trabalhadores e organização sindical a Porto Alegre de 1933 a 1937**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

FORTES, Alexandre. Como era gostoso meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933/1934). **Anos 90 (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 7, 1997, p. 88-124.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: A Classe Trabalhadora Porto-Alegrense e a Era Vargas**. 1ª Ed. Caxias do Sul/RS: Editora EDUCS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 4ª Ed., 2006.

FURTADO, Junia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: Pinsky, Carla Bassanezi; De Lucca, Tania Regina. (Org.). **O historiador e suas fontes**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, p. 93-118.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO Antonio Luigi. **As greves da 'gréve': as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX**. *Ciência e Cultura*, v. 2, 2013

GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos indiciários. In: Carla B. Pinsky; Tania Regina de Luca. (Orgs.). In: **O historiador e suas fontes**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1 p. 119-139.

HARRES, Marluza Marques. **Ferrovários: disciplinarização e trabalho (V.F.R.G.S. 1920-1942)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1992, 178p.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

- HOBBSAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. In: Hobsbawm, Eric. **Sobre História**. Companhia das Letras, 2ª ed. 2011, p. 83-105.
- KIRK, Neville. Cultura: Costume, Comercialização e Classe. In: Batalha, Cláudio; Fortes, Alexandre; Silva, Fernando Teixeira da (Org.). **Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 49-72.
- KIRST, Dionathan Dias. “**Amotinados Grevistas Padeiros**”: Ações da classe padeiral porto alegre (1913-1914), 2016, 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2016.
- LONER, Beatriz Ana. **Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XXII, n. 2, p. 71-89, 1996.
- LONER, Beatriz. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: UFPel, 2001.
- LONER, Beatriz Ana. O movimento operário. In: A.L.S. RECKZIEGEL; G. AXT (dir.), **História Geral do Rio Grande do Sul**: vol. 3, tomo I – República Velha (1889-1930). Passo Fundo, Méritos Editora, 2007, p. 499-527
- LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Campinas, Ed. Unicamp, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravos e Livres: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. E a Rua Não é do Rei - Morcegos e Populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre. In: Moreira, Paulo Roberto Staudt; Hagen, Acácia. (Org.). **Sobre a Rua e Outros Lugares - Reinventando Porto Alegre**. 1ed. Porto Alegre: Caixa Econômica federal, 1995, v. 1, p. 51-96.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o Deboche e a Rapina: os cenários da criminalidade popular em Porto Alegre**. Porto Alegre/RS: Ed. Armazém Digital, 2009.

MOREYRA, B. I. “**La História social más allá del giro cultural**: algunas reflexiones. 2008. Disponível em: <https://edgargomezbonilla.files.wordpress.com/2008/10/15-hs-mas-alla-del-giro-cultural.pdf>.

NEVES, Delma Pessanha. **O consumo de bebidas alcoólicas: prescrições sociais**. BIB, São Paulo, n. 55, p. 73-98, set. 2009.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Algumas considerações sobre as ações de governos estaduais e movimento operário em três capitais brasileiras (1906-1917). **História Social**, Campinas-SP, v. 13, 2007, p. 59-77.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização operária na República excludente**: Um estudo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX. Niterói: UFF, 2003. 203f. Dissertação (Mestrado em História)

PERROT, Michele. **Jeunesse de la Gréve**. Paris: Seuil, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Burguesia Gaúcha**: dominação e disciplina do trabalho. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “**Que a União Operária seja nossa Pátria**”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre; Ed. Universidade UFRGS, 2001

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Repensar a História do Trabalho. Espaço Plural. **Marechal Cândido Rondon**. Online, v. 17, p. 13-36, n. 2016.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Não há pão, não há padeiro: não se abriu a padaria”: greves manifestações do sindicato padeiral em Porto Alegre. **História, Imagem e Narrativas**. nº 17, v. I, outubro/2013, pps. 1-13.

QUEIRÓS, César Augusto Bubólz. A ação coletiva da classe patronal de Porto Alegre nas grandes greves da Primeira República (1917-1919). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, p. 189-237, 2013.

QUEIRÓS, César Augusto B. **Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917/1919)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012 (Tese de Doutorado).

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Paternalismo no Rio Grande do Sul: relações entre Estado e trabalhadores na Primeira República. **Temas & Matizes**, v. 6, p. 87-93, 2007.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **O Positivismo e a questão social na primeira república** (1895/1919). 2. ed. Curitiba: CRV, 2016. 172p.

REICHEL, Heloísa Jochims. A industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa Ribeiro. Primeira Guerra Mundial: impactos sobre a economia e sociedade brasileiras? 1914-1918. **Revista Portuguesa de História**, v. 45, 2014, p. 11-37.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920- 1950) – políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. **Anais do Museu Paulista**. Vol. 15, n° 2, São Paulo, jul/dez 2007.

RUDÉ, George. **A Multidão na História**: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Ed. Campus, 1991.

SCHMIDT, Benito Bisso. **O Patriarca e o Tribuno**: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1861). Campinas: UNICAMP, 2002. 523. (Tese de Doutorado)

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos ardentes. São Paulo-SP: Ed. COSAC NAIFY, 2010.

SILVA, Nauber Gavski. Costumes ou liberalidades: padeiros de Porto Alegre na Justiça do Trabalho. In: Alisson Droppa; Aristeu Elisandro Machado Lopes; Clarice Gontarski Speranza. (Org.). **História do trabalho revisitada**: justiça, ofícios, acervos. 1ed.Jundiaí: Paco, 2018, p. 167-188.

SILVA, Nauber Gavski da. **Vivendo como Classe**: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 – 1932. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30**. 1. ed. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990. 151p.

SILVA JR.. Adhemar Lourenço. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, n° 2, 1996.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Os Sindicatos da Idade da Pedra. Acervo: **Revistas do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 15, 2002, n. 1, p. 95-114.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. **“Povo! Trabalhadores!”**: tumultos e movimento operário. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1994.



SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte**. Ed. AGE Ltda, 1998.

SPERANZA, Clarice Gontarski. O Trabalho Perante a Lei: os mineiros de carvão na Justiça do Trabalho em São Jerônimo, RS (1946-1954). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 416-437, jul./dez. 2013

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. Lucha de clases sin clases? In: Tradición, Revuelta Y conciencia de clase. Barcelona: Grijalbo, 1979. In. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial**. Espanha: Editorial Crítica, 1984.

TRINDADE, Helgio. O Jacobismo Castilhista e a Ditadura Positivista no Rio Grande do Sul. In: Helgio Trindade. (Org.). **O Positivismo Teoria e Prática**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007, p. 485-497.

## ANEXOS

## Anexo 1 – Lista dos padeiros que constam nos processos

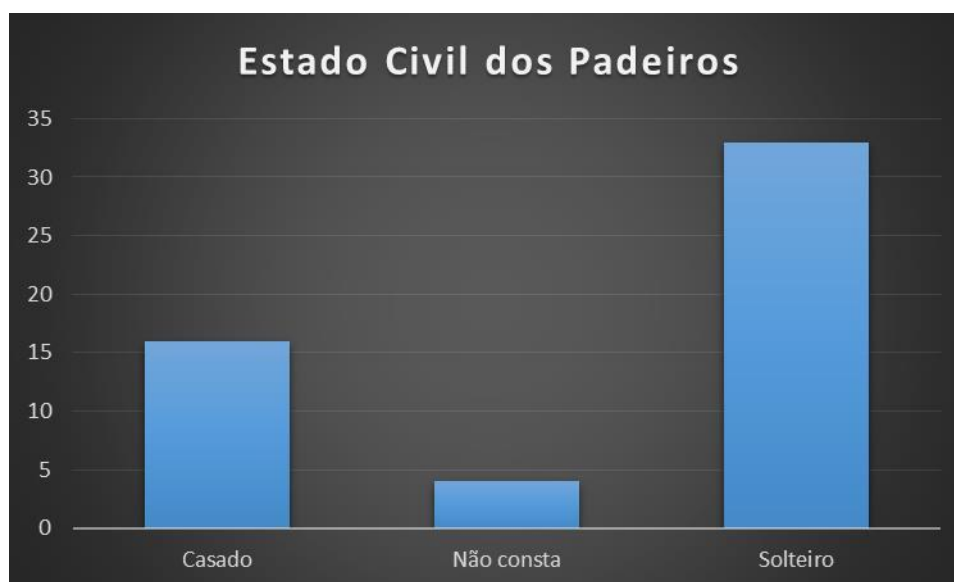
Nome	Idade	Cor	Estado Civil	Nacionalidade	Estabelecimento	Reside
Affonso Silva	21		Solteiro	Rio Grande do Sul	Padaria Sul América	Rua General Telles s/nº
Alfredo Alves dos Santos (Acusado)	26		Solteiro	Rio Grande do Sul	Padaria Fonseca	Rua Vigário José Ignácio nº 89
Amarolino Pereira dos Santos	23		Solteiro	Rio Grande do Sul	Padeiro (padaria Italiana)	Rua Duque de Caxias, nº 38
Antônio Dapez Lopes (Antônio Hespagnol)	38		Solteiro	Espanhol	Padaria Sul América	Rua Gaspar Silveira Martins nº 38
Antônio Gonçalves Chaves	21	Branco	Casado	Brasileiro	Padeiro (Padaria Pelotense)	Avenida Paraná nº 8
Antônio Machado	46		Casado		Padaria Fonseca	Rua Vigário José Ignácio nº 89
Antônio Pereira Machado	47		Casado	Rio Grande do Sul	Padaria Fonseca	
Antônio Ramos Fontoura	20	Mixta	Solteiro		Empregado na Padaria Popular	Reside na Padaria
Arcelino Teixeira	23		Solteiro	Brasileiro	Empregado na Padaria Universal	Rua São Pedro nº 67
Bernardino Ferreira					Empregado da "Padaria Pelotense"	Reside na Padaria
Bertolino Hortencio da Costas	36	Mixta	Solteiro	Brasileiro	Padaria Fonseca	Campo da Redempção
Diamantino Pereira da Cruz	31		Solteiro		Padaria Fonseca	
Donato Antônio de Araújo	29	Branco	Casado	Brasileiro	Padeiro (Padaria Pelotense)	Rua Demétrio Ribeiro nº 195
Elysio Francisco Duarte	27	Branco	Casado		Padeiro (Padaria Ponciano Fonseca)	Avenida Cauduro nº 22

Nome	Idade	Cor	Estado Civil	Nacionalidade	Estabelecimento	Reside
Ernesto Prado	24	Branco	Solteiro		Empregado na Padaria Popular	Reside na Padaria
Euclides Braga	24		Casado		Padeiro (Padaria Popular)	Praça Da Harmonia n° 61
Honorio Silveira					Empregado da "Padaria Pelotense"	Reside na Padaria
Ítalo Lena	25		Casado		Empregado na Padaria Sul América	Rua General João Telles n° 24
Ítalo Lena (Acusado)	24		Casado	Rio Grande do Sul	Padaria Sul América	Rua Casemiro de Abreu n° 37
João Onofre	30	Solteiro	Solteiro	Uruguaio	Comércio (Carregador)	
João Ulysses de Lima Pires	19		Solteiro		Empregado na Padaria Popular	Reside na Padaria
Joaquim da Costa	25	Branco	Solteiro		Padeiro (Padaria Popular)	Praça da Harmonia n° 15
Joaquim Mello	30	Branco	Solteiro	Brasileiro	Padeiro (Padaria Pelotense)	Reside na Padaria
Joaquim Miranda	23	Branco	Solteiro		Padeiro (Padaria Popular)	
José da Silva Carvalho	29		Casado		Padeiro (Padaria Feiden)	Christovão Colombo n° 158
José da Silva Ferrão	20	Branco	Solteiro	Brasileiro	Padaria Italiana	Rua dos Andradas n° 33
José da Silva Ferrão	20	Branco	Solteiro	Brasileiro	Padeiro	Rua dos Andradas n° 33
José Jeremias	20	Branco	Solteiro		Empregado na Padaria Popular	Rua Margarida n° 22-B
José Soares da Silva			Solteiro		Empregado na Padaria Popular	Rua João Alfredo n° 299
José Timotheo	54		Casado	Rio Grande do Sul	Padaria Fonseca	
José Timotheo	54		Casado	Rio Grande do Sul	Padeiro (Padaria Fonseca)	

Nome	Idade	Cor	Estado Civil	Nacionalidade	Estabelecimento	Reside
José Vargas	19		Solteiro	Brasileiro	Padeiro (Padaria Sul América)	Rua Alvaro Chaves n° 22
Julio da Silva Dias	30	Branco	Casado		Padeiro (Padaria Sul América)	Rua Baroneza de Gravatahy n° 31
Lino Leal	23		Solteiro		Desempregado	
Lino Leal	23		Solteiro		Padeiro (desempregado)	
Lucio Gonçalves	20		Solteiro		Empregado na Padaria Popular	Praça da Harmonia n° 15
Luiz Zanoani	16			Brasileiro	Empregado da "Padaria Pelotense"	Reside na Padaria
Manoel Rodrigues	25		Solteiro		Empregado na Padaria Popular	
Mario Fausto de Oliveira	43	Solteiro	Solteiro	Rio Grande do Sul	Comércio (Carregador)	
Mario Pereira	24		Casado		Padeiro (Padaria Popular)	Praça da Harmonia n° 13 e 15
Moyzes Claudio dos Santos		Mixta			Empregado na Padaria Sul América	Avenida Cauduro n° 7
Olegário Rodrigues	37		Casado		Empregado Padaria Sul América	Rua Henrique Dias n° 19
Ovidio Silveira dos Santos	23		Solteiro		Empregado na Padaria Popular	Reside na Padaria
Paulino Rodrigues da Rosa	25		Solteiro	Rio Grande do Sul	Padaria Sul América	Rua Silveira Martins n° 38
Paulino Rodrigues Rosa	25	Mixta	Solteiro		Empregado "Padaria Pozzi"	Rua Santo Antônio n° 157
Rioswaldo Octavio Cabreira	33	Solteiro	Solteiro	Brasileiro (Jaguarão)	Padeiro	
Rogelio de Oliveira Castro	26		Solteiro	Brasileiro	Padeiro	Rua dos Andradas n° 6
Vergilio Rodrigheiro	28		Casado		Padeiro (Padaria Pozzi)	Rua Francisco

Nome	Idade	Cor	Estado Civil	Nacionalidade	Estabelecimento	Reside
						Ferrari n° 14
Antônio Rodrigues Lopes	42	Branco	Casado	Portugal	Padeiro (Padaria Piccini)	Rua Dr. Flores n° 22
Leopoldo Silva	20		Solteiro	Rio Grande do Sul	Padeiro	Rua Barão do Triunfo n° 126
Ovidio Silveira dos Santos	28		Solteiro	Rio Grande do Sul	Padeiro	Rua José de Alencar n° 12
Antônio Faria	29		Solteiro	Rio Grande do Sul	Padeiro	Rua Hoffmann n° 63
Ignacio Machado	21		Solteiro	Rio Grande do Sul	Padeiro	Rua Hoffmann n° 63

**Anexo 2 – Gráfico do Estado Civil dos Operários**



**Anexo 3 – Distritos de Moradia dos Padeiros**

